

Defesa Nacional



JUNHO
1952

NÚMERO
455

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXIX

BRASIL — RIO DE JANEIRO, JUNHO DE 1952

N. 455

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
A Infantaria Blindada é diferente — Tradução do Cel. Altair Franco Ferreira	7
Missão da Polícia Militar — Cel. Niso Montezuma.....	11
A Aviação de apoio de ontem, de hoje e de amanhã — Tradução do Major Waldir dos Santos Lima.....	15
A Artilharia na Coréia — Tradução do Capitão Alberto Fortunato.....	25
Situação atual do problema dos agressivos químicos — Tradução do Major Gabriel D'Annunzio Agostini.....	35
Organização de um Departamento de Educação Física — Ten.-Cel. Jayr Jordão Ramos.....	41
Planejamento técnico da travessia dos cursos d'água — Major Samuel A. A. Corrêa.....	45
Os projétores e seu emprego tático — Tradução dos Majores Cesar Gomes das Neves e Hiraclides de Araujo Nelson.....	57
Algumas considerações sobre a Cavalaria orgânica — Transcrição da Redação	63
Sistema de ligações aeroterrestres — Capitão Antonio Lepiani.....	71
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Curso de Iniciação ao Serviço Social (Continuação) — Professor Amaral Fontoura.....	81
A preparação intelectual do oficial — II — Coronel Aluizio de Miranda Mendes.....	87
Os militares e os problemas sociais — XII (Conclusão) — Ten.-Cel. Rio-grandino da Costa e Silva.....	103
O mundo árabe — Tradução do Major Floriano Möller.....	111
Reflexões sobre a formação cultural do oficial (Continuação) — Major Gerardo Lemos do Amaral.....	119
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Os Rezengões (Conclusão) — General Klinger.....	123
Brasil-Africa do Sul — Tradução do Coronel Raphael de Souza Aguiar.....	131
A evolução da política americana — Tradução do Major Floriano Möller.....	137
Evolução das nossas fronteiras — IV — Capitão Luiz Alberto de Freitas.....	145
DIVERSOS	
Comemoração do 50º aniversário da Turma de Alferes-alunos de 24-II-902, da Escola Militar da Praia Vermelha — General Castro Ayres.....	149
O problema do carvão nacional — Coronel Arlindo Vianna.....	153
O hipismo nacional nas competições internacionais — Ten.-Cel. Enio da Cunha Garcia.....	157
Crítério nas indicações — Major Carlos Alberto da Fontoura.....	161
"A Defesa Nacional" em Marcha! — Redação.....	163
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	165
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	169
ATOS OFICIAIS.....	177



11 DE JUNHO

SALVE MARINHA BRASILEIRA !

Ao ensejo de mais um "11 de Junho", não podemos deixar de saudar a gloriosa Marinha Brasileira e cumprimentá-la pela aquisição dos cruzados "Barroso" e "Tamandaré", recentemente chegados ao porto desta capital e prenunciadores de uma renovação material ansiosamente esperada. Possuidor de imensa costa, o Brasil necessita de numerosa força naval para manter abertas as rotas marítimas essenciais aos seus abastecimentos oriundos de ultra-mar e comboiar os navios que, ao longo do seu litoral, fazem o tráfego de cabotagem. Esta última necessidade se impõe tanto mais quanto as nossas comunicações terrestres ainda não respondem totalmente às necessidades nacionais e devido ao fato da maior parte das capitais dos Estados se distribuírem ao longo do litoral e constituírem entrepostos redistribuidores em relação ao interior do país. Para manter abertas as rotas marítimas, a Marinha necessita de poderosa esquadra de combate, à base de cruzadores pesados, porta-aviões e submarinos, capaz de vencer qualquer frota adversa que tenha a veleidade de ameaçar os nossos mares. Para garantir a cabotagem nacional, precisa de cruzadores de escolta e caça-submarinos. Belém, Recife, Salvador, Rio e Florianópolis balizam as pontas de articulação dessas forças navais, ao longo do nosso extenso litoral. Navios lança-minas impõem-se, ainda, para a cobertura dessas bases navais. E já que discriminamos navios, não podemos silenciar sobre outra grande e urgente necessidade de nossa Marinha. Refirimo-nos à aviação naval que urge dar à Marinha, tanto quanto convém dotar o Exér-

cito, sem demora, de aviação leve de observação. É verdade que ainda não dispomos de porta-aviões, mas a aviação naval, mesmo baseada em terra, é útil para reconhecimentos, observando e informando sobre os movimentos da esquadra inimiga; para realizar o contra-reconhecimento, impedindo a busca de informações pelo inimigo; para realizar a ligação entre os agrupamentos navais; para a observação do tiro naval; para o metralhamento, bombardeamento ou torpedeamento de navios inimigos; para o lançamento de bombas de profundidade contra submarinos adversos, etc., etc. E para completar este breve quadro de organização e dotação, devemos referir-nos aos fuzileiros navais. Quem possui um extenso litoral, não pode deixar de possuir poderosa força de fuzileiros, destinada a ocupar e policiar os nossos numerosos portos e, se necessário, desembarcar para retomá-los, caso venham a cair em mãos inimigas.

No terreno estratégico, a Marinha desempenha importante papel na defesa do Brasil. Além de garantir a liberdade dos nossos mares, proteger o comércio de cabotagem e defender as nossas costas, há a assinalar a missão particular de assegurar uma corrente de tropas e de suprimentos para o teatro Sul de operações, dobrando ou, até mesmo, substituindo as nossas comunicações terrestres para aquele teatro. E, nos rios Amazonas e Paraguai, garante as nossas comunicações fluviais, assegura transportes de tropas e colabora na defesa do solo pátrio. A só discriminação desse ligeiro resumo está a indicar-nos a importância do papel da Marinha no nosso quadro estratégico-militar e a necessidade e urgência de armá-la convenientemente e complementá-la com a construção das bases navais indispensáveis e sem as quais a sua ação diminui de eficiência. Felizmente, para gáudio de todos os bons patriotas, entrou em execução, a 1 de janeiro do corrente ano, o Decreto concernente ao "Fundo Naval" e que garante à Marinha uma dotação financeira anual, estimada, inicialmente, em 700 milhões de cruzeiros, para renovação de seu material e outras necessidades. Em consequência, já este ano, deu-se início à construção da base naval de Recife, que será completa e uma das principais da América do Sul. Não podemos senão aplaudir o aceleração da construção dessa base, principalmente na iminência de outro conflito mundial e sabido qual foi o papel de Recife, para as forças navais, na última grande conflagração. De qualquer modo e em face do rumo que tomam os acontecimentos internacionais, torna-se imperativo para a nossa esquadra, tanto quanto para as nossas forças terrestres, dividir-se em dois grandes agrupamentos, um ao Norte e outro ao Sul, para fazer face aos adversários potenciais mais temíveis. A construção de bases, ao longo de nosso litoral, é tanto mais indicada quanto útil para a concentração daqueles dois agrupamentos, seja ao Norte, seja ao Sul, em caso de necessidade. Para nós, do Exército, a Marinha é a capa protetora

que nos permitirá, com segurança, realizar a mobilização, a concentração e os reagrupamentos de forças indispensáveis à defesa do nosso querido Brasil.

Querêmo-la, pois, forte e poderosa, ocupando o lugar que merece pelas suas tradições de bravura e pelo valor de seu brilhante quadro de oficiais e marinheiros. E temos a certeza, para finalizar, que, dotada dos materiais indispensáveis, saberá, hoje como ontem, cumprir com o seu dever, pois a gloriosa Marinha Brasileira jamais arriou a flâmula que Barroso içou no tópo da fragata "Amazonas", na memorável jornada de 11 de junho de 1865.

Viva o Almirante Barroso !

Viva a Marinha Brasileira !

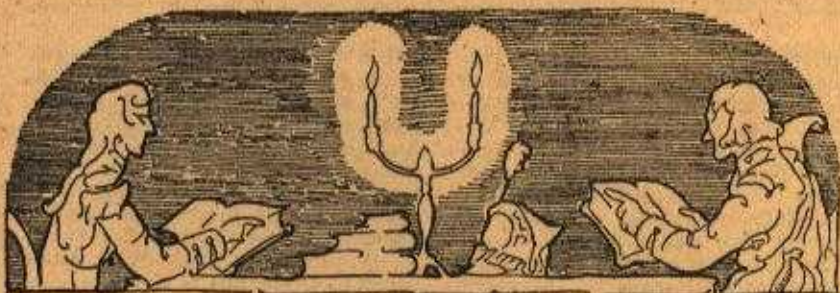
AOS SRS. CMTS. DE UNIDADES E CHEFES DE ESTABELECIMENTOS

A redação desta revista está interessada em abrir uma nova seção intitulada "Vida na Tropa", onde pretende inserir pequenas notas sobre instrução, administração, histórico da Unidade ou Estabelecimento, competições desportivas e tudo, enfim, que se refira à vida nos quartéis ou estabelecimentos e que seja de interesse divulgar não só para entrelaçar a família militar, como para servir de exemplo ou ensinamento para os camaradas distantes. O lançamento dessa nova seção, porém, só será possível se os prezados camaradas enviarem as suas colaborações. Fazemos, pois, um apêlo, principalmente aos Cmts. de Corpos e Chefes de Estabelecimentos para que incitem os seus comandados no sentido de colaborarem para a nossa revista. Um deles poderia mesmo ser indicado para reunir a documentação, mensalmente, submetê-la à aprovação do Cmt. ou Chefe e não-la enviar.

Enviem-nos, pois, Srs. Oficiais, observações, sugestões, notas, fotografias, relatos de jornadas de instrução, notícias de como se saiu a Unidade ou Estabelecimento na competição desportiva regional, nos exames de recrutas e nas grandes manobras locais, súmulas de como foram resolvidos certos problemas administrativos e de instrução, etc., etc.

Antecipadamente agradece

A Redação



CULTURA PROFISSIONAL

A INFANTARIA BLINDADA É DIFERENTE

Cap. CHARLES W. KOBURGER,
do Exército EE.UU.

Da Revista "ARMOR" — jan./fev. 1931.

Tradução "data vênia" do Cel. ALTAIR
FRANCO FERREIRA.

A Infantaria Blindada age, SEMPRE em cooperação, NUNCA isolada; normalmente montada, poucas vezes a pé; essencialmente pelo movimento e não estaticamente.



DIFEREM profundamente, no tocante às missões preferidas, à organização e ao emprego tático, a Infantaria comum (que passaremos a chamar "de linha") e sua congênere Blindada, não devendo pairar a menor dúvida de que esta não é apenas aquela transportada em viaturas blindadas.

Propomo-nos, neste artigo, a examinar as principais diferenças táticas entre essas duas Infantarias, analisando, intercorrentemente, os outros fatores já mencionados, quais sejam, missão e organização, na parte em que interessarem ao nosso objetivo.

MISSÃO

A missão da Infantaria Blindada é cerrar sobre o inimigo e destruí-lo pelo fogo e pela manobra; repelir, no combate aproximado, os ataques inimigos; e, o que é mais importante, apoiar as unidades de Carros das Divisões Blindadas.

A diferença fundamental entre a Infantaria Blindada e a Infantaria de linha pode ser resumida no fato de que, enquanto nas Divisões normais os Carros de Combate existem para facilitar o avanço da Infantaria (de linha), na Divisão Blindada a Infantaria Blindada existe para facilitar o avanço dos Carros de Combate. Para isso, quatro Batalhões de Infantaria Blindada (1),

(1) Organização americana de após guerra.

existem na Divisão Blindada, cujo elemento de força e principal de ação é representado pelos três auto-suficientes Batalhões de Carros Médios e mais um Batalhão de Tanques pesados. Os regulamentos da série 17 consignam à Infantaria Blindada a missão precípua de apoiar essas unidades de Carros, e outra razão não parece existir para justificar a presença da Infantaria Blindada na Divisão Blindada.

ORGANIZAÇÃO

Para cumprir a missão acima discriminada, possui, atualmente, o Batalhão de Infantaria Blindada, — a maior unidade desse gênero de Infantaria —, UM comando e Estado-Maior, UMA companhia de Comando e Serviços, QUATRO companhias de Fuzileiros (idênticas) e UM Destacamento de Saúde.

Assim sendo, a primeira e evidente diferença entre os batalhões blindados e de linha é que aqueles são administrativamente independentes; ademais, são integralmente montados sobre viaturas de rodas, de lagartas ou mistas, enquanto que os de linha não o são (os fuzileiros marcham a pé). O Batalhão Blindado tem maior proporção de armas automáticas nas unidades menores e elementares, porém não dispõe das preciosas armas sem recuo, e, por fim, possui ele quatro companhias de fuzileiros, em vez de três, mas, quando apeia, falta-lhe a Companhia de Petrechos Pesados do Batalhão.

EMPREGO TÁTICO

Os Batalhões de Infantaria Blindada são unidades táticas altamente móveis e fracamente blindadas capazes de executarem a maioria das missões gerais da Infantaria comum e mais algumas outras específicas. Podem, e isso devem fazer com perfeição, acompanhar os Carros em suas ações ofensivas, — seja transportados em suas viaturas blindadas orgânicas, seja a pé, seja ainda montados nos próprios Carros atacantes —, a fim de cerrar contacto com o inimigo e destruí-lo em combate aproximado.

Tanto têm eles capacidade para receber e absorver unidades de reforço, a fim de constituírem grupamentos táticos de armas combinadas, como podem fornecer companhias de infantaria blindada a outros elementos, com o mesmo propósito. Podem ainda, mas sempre dependentes do apoio de Carros ou de outras Armas, remover ou estabelecer obstáculos, e, por fim, organizar e defender glebas de terreno.

As principais diferenciações táticas entre os Batalhões de Infantaria Blindada e os de linha são as seguintes:

1) A Infantaria Blindada funciona normalmente como parte de um combinado Carros-Infantaria, em qualquer operação: SEMPRE haverá alguns Carros com a Infantaria, ou alguma Infantaria com os Carros, o que não é a regra geral para a Infantaria de linha.

2) A Infantaria Blindada, no ataque, desloca-se montada em suas viaturas, da posição de ataque à linha de assalto, enquanto que a Infantaria comum o faz a pé.

3) Na defensiva, a Infantaria Blindada utiliza um tipo de defesa móvel, ao passo que a de linha preconiza a defesa a todo custo.

4) A Infantaria Blindada defende corredores de aproximação; a Infantaria de linha garante linhas principais de resistência.

A Infantaria Blindada foi, pois, criada para ser usada como parte integrante dos grupamentos táticos blindados, — Carros, Infantaria e Engenharia —, cerradamente apoiados pela Artilharia e pelas Forças Aéreas, e, por isso, a política de troca de companhias entre os batalhões de Carros e os de Infantaria Blindada, é usual e aconselhável nas operações normais de blindados; todavia, um Batalhão de Infantaria Blindada reforçado pode ser constituído de duas companhias de fuzileiros, duas companhias de Carros, companhia de comando e serviço e comando e Estado-Maior do Batalhão.

DEPENDÊNCIA DO CANHÃO DO CARRO

Onde forem vistos elementos de Infantaria Blindada, por menores que sejam, haverá também seções ou pelotões de Carros. Esta será a razão de não terem sido previstas, nos Quadros de Organização dos Batalhões de Infantaria Blindada, as armas sem recuo, pois os canhões dos Carros desempenharão, com vantagem, as missões daquelas modernas armas. Outrossim, esta será a razão porque a Infantaria Blindada não deve desempenhar missões de extrema independência (missões isoladas de infantaria) em que os outros tipos de Infantaria (ligeira, de linha, de montanha ou pára-quedista) se saem sempre muito bem. Ela é, pois, uma Infantaria pesada e a maior proporção de armas automáticas que lhe é característica, atua como um verdadeiro gravame para sua mobilidade, quando a pé; entretanto, nenhuma das outras infantarias trabalha com os Carros melhor do que ela.

Há exceções à regra, naturalmente. Patrulhas noturnas, abertura de brechas em campos de minas, operações de travessias de cursos d'água e ataques noturnos são ações que obrigam a Infantaria Blindada a pé a atuar na forma tradicional da Infantaria, seja por imposições de manutenção de segredo ou de surpresa, seja por causa de obstáculos que impeçam realmente os carros de segui-la de perto. Serão operações especiais, de objetivos limitados e sempre a Infantaria terá o vigilante apoio dos canhões dos Carros.

Convém notar, em face das lições da Campanha da Itália e, mais modernamente, da Guerra da Coreia, que são surpreendentemente raros os terrenos em que os Carros não podem ir, e o General George Patton, que, a bem dizer, provou, por seus feitos, esta verdade, assim doutrina: "Não há, propriamente, um terreno para tanques, no sentido restrito da frase; tipos há de terrenos que são mais favoráveis que outros, mas os Carros têm ope-

rado e podem operar em qualquer parte".

A Infantaria Blindada é uma Infantaria irrequiesta.

O VEÍCULO BLINDADO DE TRANSPORTE DE PESSOAL

Para aumentar a sua eficiência como tropa de apoio, a Infantaria Blindada é totalmente transportada sobre lagartas ou rodas. O moderno veículo blindado de transporte de pessoal que deverá equipar os Batalhões de Infantaria Blindada, é uma viatura de lagarta, levemente blindada por cima e dos lados, e armada, segundo parece, com uma metralhadora calibre .50 e outra calibre .30. Ele foi distribuído à Infantaria para capacitá-la de acompanhar os Carros a qualquer momento, em qualquer lugar e sob quaisquer circunstâncias; entretanto, nunca poderá ser usado como um veículo de assalto; a Infantaria só atinge seu máximo poder de ação, atacando a pé, com seus fuzis e granadas.

Desmontada a Infantaria, os veículos de transporte podem ser utilizados para constituir ou completar a base de fogos ou como suplemento do Plano de fogos da defensiva, conforme seja o caso. Eles são também usados para proteger os flancos e a retaguarda das pequenas unidades. Representam, de qualquer forma, um considerável poder de fogo que não pode ser despedido, nem deixado inativo.

O ATAQUE

A missão dos "pés de poeira enrolados" (2) é, pois, ajudar e animar a velocidade (mobilidade) e a violência (potência de fogos) dos blindados, explorando ao máximo o efeito de choque resultante. A disponibilidade de um veículo blindado, para transporte das tropas de combate, permite que a Infantaria Blindada, no ataque, se desloque montada, da posição de ataque até a linha de assalto, sempre sob a proteção e cobertura e rigorosamente junto às unidades de carros

(2) Tradução da jocosa expressão "tin-can doughboys".

atacantes. Essa mesma proteção e cobertura se verifica quando a Infantaria speia e parte para o assalto, a pé.

Três vantagens podem ser invocadas em proveito dessa maneira de agir. Primeira, a Infantaria Blindada chega fresca, descansada e em tempo oportuno; segunda, maior número de combatentes chega até essa linha de assalto; finalmente, o ataque é conduzido à velocidade dos veículos e não na da Infantaria a pé. A percentagem estranômica de baixas da Infantaria ocorre, normalmente, no seu deslocamento de cerca de 1.000 metros que separam a linha de partida à posição de assalto, ou objetivo. Na Infantaria Blindada, estas perdas são reduzidas ao mínimo, percorrendo essa distância a 15 M p.h. (em vez de 1,5 M p.h., a pé) em veículos blindados, fazendo o máximo e melhor uso do efeito dos fogos dos Carros e da Artilharia de apoio e das Forças Aéreas, por forma a neutralizar a atividade física e desviar para outra direção as forças morais do inimigo.

DEFESA

Esta mobilidade tática protegida da Infantaria Blindada também a possibilita, sempre com seus Carros de cooperação, a defender uma área pelo fogo e pela manobra. Tal tipo de defesa móvel coloca pequenos grupamentos Infantaria-Carros numa linha de Postos Avançados, mantendo pontos fortes do terreno, barricadas de estrada, cruzamentos, etc., enquanto que o grosso da força (nêle incluída a maioria dos Carros) é mantido como reserva móvel. Quando o inimigo define sua direção de esforço e seu ponto de aplicação, essa reserva, bastante forte em carros, contra-ataca, golpeando-o ou os flancos, com um objetivo bem adiante da L.P. Av., onde tenha possibilidades reais de **DESTRUIR O INIMIGO**. Se Infantaria comum tiver que fazer isso e se o inimigo dispuser de qual-

quer pequena fração de Artilharia, o contra-ataque será abafado em curto tempo.

Também a Infantaria Blindada utiliza a defesa móvel, em vista das extensas frentes que normalmente deve manter, as quais, com seus efetivos, não pode pensar em defender palmo a palmo e sim aceitar o risco premeditado de defender os prováveis caminhamentos de aproximação, vigiando o resto do terreno pela observação e pelo fogo longínquo ou com patrulhas. A Infantaria normal, renegando a manobra, procura manter sua posição de combate a todo custo, baseando sua defesa na manutenção de uma L.P.R. com uma L.D. (linhas contínuas com fogos rasteiros), postas ao longo de suas frentes, só cogitando de contra-ataques muito limitados com objetivo nítido e único de restaurar a posição.

A Infantaria Blindada defende, pois, pelo FOGO e pela MANOBRÁ e não faz muita força por manter qualquer ponto de seus subsetores. Ela aguarda o inimigo nas prováveis avenidas de aproximação que defende apenas até localizar o esforço principal do inimigo, canaliza êsse ataque e ganha o tempo e espaço necessários para o decisivo contra-ataque da reserva.

A Infantaria Blindada pode desempenhar 99,44 % das missões de sua congênera comum, e sempre que for solicitada para tal, poderá fazê-lo tão bem, senão, por vezes bem melhor que a gloriosa Infantaria de linha, mas NUNCA o fará do mesmo modo que esta. A contínua cooperação de um grande número de carros, junto com a disponibilidade de um veículo blindado de transporte do pessoal, aumenta de muitas vezes a mobilidade tática de Infantaria Blindada em relação à sua irmã mais velha, a Infantaria de linha. Quando esta diferença for bem compreendida, a Infantaria Blindada começará a realizar a sua completa potencialidade como um verdadeiro elemento chave do Grupamento Tático Blindado.

MISSÃO DA POLÍCIA MILITAR

Cel. NISO MONTEZUMA, Cmt. Geral da Polícia Militar do Distrito Federal



o ensejo do encerramento do ano de instrução, nesta Polícia Militar, tenho satisfação em apresentar cumprimentos a todos que — ensinando ou aprendendo — envidaram esforços no sentido de aprimorar conhecimentos para melhor SERVIR à causa pública.

Devo, porém, neste momento, fazer particular referência aos distintos representantes da Polícia Militar do Paraná, que nos deram o prazer de vir aqui fazer o Curso de Aperfeiçoamento e que nêle bem souberam recomendar sua Corporação, ao mesmo tempo que se tornaram credores da nossa estima e da nossa consideração. A eles pedimos que, ao regressarem, com as nossas saudações, levem à sua Força os nossos melhores propósitos de com ela continuarmos a manter a maior cordialidade.

A despeito dos múltiplos afazeres de um início de Comando, talvez eu me tivesse podido aproximar mais de vós.

Entretanto não o fiz porque, tendo assumido o comando quase ao findar do ano, receei que a oportunidade me pudesse arrastar a intervir, perturbadoramente, na orientação traçada pelo meu ilustre antecessor.

Eterno apaixonado pela minha profissão, encanei nas lides inerentes aos problemas da Segurança Nacional, e, dentre eles, sempre me mereceram especial atenção as questões relacionadas com o ensino e a instrução, por me parecer que, com as máquinas e apesar das máquinas, o homem — mas o ho-

mem moral — continua a ser o fator essencial do sucesso.

E é natural que depois de tantos anos de experiência e de estudo, eu tenha observado que sempre que os homens colocados em funções de comando ou de chefia não têm as características da probidade, da capacidade moral, profissional, técnica e intelectual para o desempenho de sua função de caráter edificante, os indivíduos e as coletividades a eles subordinados, traumatizados pelos efeitos destruidores da ação dos dirigentes, desorientam-se e perdem a Fé, ameaçando, assim, permanentemente, os alicerces da instituição.

Eis porque me parece que a instrução só é verdadeiramente proveitosa quando é eminentemente objetiva e, paralelamente a ela, for ministrada a indispensável educação correspondente.

É preciso compreender-se que o aparecimento e a evolução das instituições obedecem a leis gerais que presidem ao desenvolvimento social. Em consequência, a instrução de uma instituição só poderá ser convenientemente concebida, planejada e executada depois de se haver firmemente fixado o objetivo a atingir.

E a nossa Polícia Militar não escapa a essa regra.

Criada para atender às necessidades sociais de certa época teve, também, previsto o seu emprego, na eventualidade de uma guerra, nessa época.

Entretanto, já não há dúvida que "as condições de um meio e o estado de cultura de uma época modalizam o delito, plasmando-o

na brutalidade primitiva ou na alicantina moderna.

"Cada aperfeiçoamento, cada época tem a sua criminalidade específica.

"Cada aperfeiçoamento, cada invento, ao lado do benefício novo que possa trazer à humanidade, traz um crime novo com aplicação ao mal dêsse invento e dêsse aperfeiçoamento."

É evidente, pois, que o ambiente evolui de conformidade com o progresso das sociedades, trazendo, incontestavelmente, grandes e sensíveis modificações nos conflitos sociais, nos novos tipos de desajustamento social, na maneira de perpetrar os crimes, às vezes por criminosos de tirocinio internacional.

Dai o se tornarem necessárias novas técnicas de administração policial. Dai a necessidade de periódicos reajustamentos, como acabamos de sentir na recente realização da 1ª Conferência Nacional de Polícia. Dai o se tornar cada vez mais complexa a função policial, exigindo a mesma especialização já requerida em quase todos os ramos de atividade humana.

Por outro lado, ninguém ignora que o nosso Exército de 1908 não pôde permanecer como estava, depois da 1ª Grande Guerra, assim como o 2º Conflito Mundial lhe impôs grandes e profundas modificações no armamento e, consequentemente, na organização e na mentalidade. O Exército de hoje é um exército de especialistas e a atividade militar se vai tornando cada vez mais complexa.

Insistir em conservar a Polícia Militar em sua antiga situação, seria colocá-la face a duas atividades complexas, de direções diferentes, quando os Evangelhos ensinam que se não pode servir bem a dois senhores ao mesmo tempo; seria colocá-la, ao mesmo tempo, à margem da evolução social e fora do quadro da guerra moderna porque ela não teria possibilidades para atender às duas frentes.

Realmente, as exigências do armamento, da organização e da instrução para a finalidade policial já não nos permitem mais pensar em

empregar os nossos elementos, em caso de guerra, nas mesmas condições em que serão empregados os batalhões de infantaria e os esquadrões de cavalaria.

Se o escasso efetivo da nossa Corporação é insuficiente para atender às necessidades normais de tempo de paz, em tempo de guerra, diante das nossas possibilidades de mobilização, êle se assemelharia a uma gota d'água no oceano.

E, precisamente, quando — no quadro da guerra moderna — a retaguarda assume importância crescente, temeridade seria entregá-la à guarda de policiais improvisados e, com ela o patrimônio moral e espiritual que encerra, o que de mais sagrado deixam aqueles que partem para tomar contacto com o inimigo ostensivo!

Em tal eventualidade, à Polícia Militar deverá caber a nobre, a sublime missão de guardar êsse patrimônio, tomando parte na luta CLANDESTINA, "cuja aplicação organizada por todos os beligerantes constituiu uma normalidade peculiar ao último conflito".

Assim, em uma tal eventualidade, a Polícia Militar deverá ter atribuições específicas na Zona do Interior, atribuições que lhe trarão aumento e variedade de obrigações que exigem ampliação em seus efetivos e o enquadramento de elementos que, para êsse fim, forem mobilizados.

Deixar de instruí-la e de reorganizá-la para o exercício dessas atividades modernas será correr o risco de entregá-la ao destino das coisas fora de uso.

Isto pôsto, a organização da instrução aqui precisa ter em vista:

a) de um lado, o que com a sua incontestável autoridade já vos dizia o Exmo. Sr. General José da Silva Pessoa:

"a experiência já demonstrou que o soldado de polícia não pode ser improvisado: — a sua missão joga com os interesses mais respeitáveis e exige uma atividade intelectual e física não comum nas classes sociais que abastecem de voluntários as corporações em-

pregadas na manutenção da ordem pública. Daí a necessidade de ministrar-lhe sólida educação profissional, cujo programa dia a dia se dilata, visto como, à medida que a sociedade evolui, mais exigente se manifesta a opinião pública no tocante à compostura, circunspecção, atilamento e competência policial, e novos serviços de ordem e prevenção são criados."

b) que é essencial formar instrutores e monitores que tenham fé em sua missão e estejam profundamente convencidos da possibilidade de conseguir bons resultados, apesar das dificuldades que possam ocasionar a redução do tempo e dos meios com que contavam realizar sua tarefa; que, mesmo nêsse caso, ponham todo o amor próprio, todo o engenho e toda força de vontade na obtenção dos melhores resultados possíveis;

c) que, de outro lado, na eventualidade de uma guerra, a Zona do Interior precisa estar convenientemente policiada no tocante aos crimes contra a economia popular; contra a espionagem e a sabotagem e preparada para suportar as vicissitudes de uma campanha com o moral capaz de resistir e reagir contra a intriga lançada por agentes especializados, por traidores venais, derrotistas que desmoralizam, confundem, criam desânimos e revoluções, enfraquecem.

Para isso é indispensável:

1, compenetração de que profissional é aquele que tem o senso do que faz; é quem trabalha com alma e não apressada e atabalhoadamente como quem se descarta de incumbência fastidiosa e incômoda;

2, lembrar-se que nada contribui mais para o estabelecimento de uma disciplina sã e espontânea do que o exemplo quotidiano e sem desfalecimento dado pelos superiores no cumprimento do dever, no preparo profissional, na compostura e no decôro militar no serviço e fora dêle, na severidade para consigo mesmo, enfim, nas provas exteriores e constantes do bom cultivo das virtudes profissionais;

3, que a obediência às leis, regulamentos, ordens e instruções seja observado, em todos os escalões, como verdadeiro imperativo do espírito público e da honestidade profissional;

4, rigorosa disciplina moral e intelectual, completo ajustamento aos preceitos de subordinação, não só entre os indivíduos como entre os vários órgãos, por intermédio dos quais as ordens alcançam o último dos subordinados;

5, desenvolver o valor moral de modo a se obter um elevado e construtivo espírito de iniciativa aliado a espontâneo devotamento ao cumprimento do dever, capaz de distinguir e sobrepor, em qualquer emergência, os elevados interesses da Pátria às vulgares conveniências pessoais ou de grupos;

6, exigir o fiel cumprimento dos preceitos regulamentares em todos os atos de serviço, em seus menores detalhes, por mais insignificantes que pareçam;

7, ter em vista que nas crises de lutas morais os autómatos falham; enfrentam-nas com serenidade e vencem-nas, os que têm consciência do cumprimento do dever e do patriotismo. Homens assim são úteis à sociedade e à Pátria; assim deve ser o soldado;

8, que a atividade dos quadros seja tão empolgante que os habitui a decidir com a rapidez exigida pela época sem prejuízo da segurança capaz de evitar erros e consultas sobre assuntos que lhes devam ser familiares e que, muitas vêzes, revelam horror à responsabilidade;

9, que a instrução seja eminentemente prática. Em tôdas as ocasiões, despertar o interesse do instruoendo, fazendo com que a aquisição de uma noção qualquer seja seguida imediatamente por uma aplicação que o fará perceber a utilidade prática do que lhe foi ensinado;

10, que o policial-militar seja um exemplo de disciplina, de cumprimento do dever, de correção de atitudes, de cortesia e de boa apresentação pessoal.

"O que temos em vista, sobretudo, é acentuar que a ninguém,

que ame a sua Pátria, ou seja fiel ao regime de liberdades públicas, será lícito atrelar-se, nas grandes horas de adversidade para o país ou as instituições, ao comedismo, sob a alegação de ser o esforço inútil, ou à prudência, tantas vezes sinónimo de medo, assistindo, de braços cruzados, à derrocada, ao desmoronamento do que, em rigor, se confunde com a dignidade da nação.

"Todo cidadão que se prese, ou saiba mostrar-se digno do próprio título de cidadania, tem que ocupar o seu lugar na fileira — e tanto mais quanto maior o perigo — sempre que, interna ou externamente, entre em jogo a sorte do país.

"O mais será deserção, que é crime, com a agravante da desonra.

"A doutrina de que "não vale a pena", "uma andorinha só não faz verão", etc., o erro de abandonar a causa pública, esperando que dela outros cuidem, ou até capitulando de insensatos os que perdem o seu tempo a interessar-se pelos públicos negócios, eis o que, por via de regra, mais conduz os povos à desgraça."

Aplicai, pois, útilmente os conhecimentos que adquiristes.

Não contemplemos impávidos o perpassar das horas que correm. Elas marcam o fim da imprevidência e o início de uma era de ação que, permita Deus, seja de ação refletida e segura, calcada num profundo sentimento de responsabilidade para com a Pátria!

SRS. OFICIAIS !

SRS. REPRESENTANTES !

LEIAM ISTO E DIVULGUEM !

Atendendo ao nosso apêlo, a "Academia Militar das Agulhas Negras" aumentou o número de seus assinantes para 155, a "Escola de Estado-Maior" para 76 e o "Quartel-General da 9ª R.M." para 56.

A todos êsses abrigados companheiros que, nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos, Escolas ou Quartéis-Generais trabalham desinteressadamente pelo progresso da nossa Revista, enviamos os nossos mais sinceros agradecimentos. E aos Srs. Oficiais-assinantes prometemos melhorar cada vez mais o texto da Revista, para o que contamos, também, com as valiosas colaborações de todos.

Enviem-nos as suas colaborações !

Façam a vossa Revista caminhar, mostrando-a aos companheiros !

A AVIAÇÃO DE APOIO DE ONTEM, DE HOJE E DE AMANHÃ

Lieutenant-colonel NODET.

Tradução "data vênia" do Major WALDIR DOS SANTOS LIMA.



FACE à actual situação internacional, a preocupação dos militares e dos governos de todos os países é a de constituir o instrumento adequado a um conflito futuro. Em controvérsias quase sempre apaixonadas, contrapõem-se uns aos outros, militares de terra, mar e ar, a fim de delimitar a parte que será dada à aviação no conjunto das forças armadas do país. Na maior parte dos países, os militares do exército são quase unânimes em pedir à aviação um apoio aéreo máximo e reivindicar forte proporção de aviação de assalto que representa, para eles, a subdivisão da arma ideal para apoio das forças terrestres ou navais.

Na França, este problema se torna ainda mais agudo porquanto este país está transformado em uma pequena nação com potencial industrial e militar muito reduzido e fora de condições de dar-se ao luxo de possuir uma aviação e um exército poderosos. Trata-se, pois, para ela, de preparar-se da forma mais rápida, de fazer uma repartição judiciosa de suas forças armadas, de fixar exatamente as possibilidades, as missões e de realizar o apoio logístico.

Tem-nos, portanto, parecido interessante, depois de um estudo sucinto da aviação de assalto antes e durante a segunda guerra mundial, de suas missões, de seus resultados, expor o lugar que ela ocupa, na hora actual, no âmbito das forças

aéreas dos principais países, e, enfim, ver em que medida os progressos técnicos, realizados hodiernamente, ou os que a pesquisa científica permite antever, são suscetíveis de modificar o seu material e o seu emprego.

1 — A AVIAÇÃO DE ASSALTO DO PASSADO

Foi no decorrer da primeira guerra mundial que a aviação de assalto fez a sua aparição sobre o campo de batalha com :

1º. Os "Schlachstaffen" alemães;

2º. Os "Sopwith camel" ingleses, empregados no ataque, quer aos canhões anticarros, quer aos campos de aviação inimigos, em agosto de 1918, concentrações de 80 a 100 aviões atacando um único campo alemão;

3º. As esquadilhas francesas intervindo diretamente na batalha, a 11 de junho de 1918 (ataque Mangin).

Entre as duas guerras, este emprego particular da aviação retém a atenção das autoridades aeronáuticas dos diversos países. Na Itália, o general Mecozzi que, completando a teoria do general Douhet, encara o emprego da aviação de assalto em vôo rasante; na França, o Sr. Rougeron, os generais Duval e Voisin e outros chefes militares.

No domínio das realizações, graças aos campos de experiência em verdadeira grandeza da Abysínia e da Espanha, os italianos, os ale-

mães e os russos põem à prova materiais e métodos de ataque que se revelam frutuosos. Em Guadalajara, em março de 1937, uma centena de aviões de assalto russos detem duas divisões italianas e as sujeitam a perdas extremamente sérias.

Em dezembro de 1937, em Teruel, aparecem pela primeira vez os Stukas alemães.

Em 1939, o Stormovik e o Stuka existem e são, sobretudo o último, muito satisfatórios. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha parecem ter pouco cogitado da questão, salvo, talvez, as suas aviações navais com os bombardeiros em mergulho. A França mui tardiamente dedica-se ao estudo do problema e, em 1940, não pode alinhar mais que uma centena de aviões de assalto-Bréguet 693, cujo material e emprego deixam a desejar, e alguns aviões de bombardeio em mergulho da marinha (os Loire-Nieuport e, em maio, os Vought Corsair, de fabricação americana).

A guerra de 1939-1945

Em 1939 e 1940, no transcurso das campanhas da Polónia e da França, os alemães fazem, à nossa custa, uma demonstração magistral do emprego da aviação de assalto e do apoio direto das tropas terrestres com a combinação carro-stuka. Inútil será insistir sobre esses resultados bem conhecidos por todos. O tipo Bréguet 693, mal empregado em pequenas formações e sobre objetivos desgraciadamente bem defendidos pela D.C.A. leve, dá à reação francesa forma ilusória por seus efeitos e suas perdas. Em junho de 1940, submerso pela onda tumultuosa das panzers alemães, o comando francês lhe opôs os aviões de caça (Morane 406) com metralhadoras atirando sobre os veículos blindados. Diante do perigo, a aviação francesa redescobria a defesa de Guadalajara e improvisava o primeiro caça de assalto, fórmula que deveria fazer a fortuna dos aviões anglo-saxões, a partir de 1943.

Em fins de 1940, perante o fracasso das incursões dos bombar-

deiros alemães sobre a Inglaterra, Goering foi conduzido a transformar seus Me 109 em caça-bombardeiros, forma evoluída da aviação de assalto do início da guerra. Mas, sabe-se, isto foi uma calamidade. Os Me 109 não dispunham da superioridade aérea e estavam empregados como bombardeiros simples sobre objetivos muito extensos e bem defendidos.

Há, então, dos dois lados, alemão e inglês, um longo período de apal-pamento; do lado alemão, ataque dos portos e da navegação pelos Me 109, depois pelos F.W. 190 armados de bombas; do lado inglês, aparecimento do Hurribomber e das operações Rhubarb, com metralha de objetivos restritos pelos caças em "rase-mottes".

Na Tripolitânia, as duas partes fazem uma utilização maciça de caças de assalto, intervindo unicamente com metralhadoras.

Durante este tempo, os Stukas continuam, "ne varietur", seus ataques em mergulho sobre objetivos navais ou terrestres.

Sobre a frente ocidental, é a partir de 1943 que os caças-bombardeiros aliados, em um céu cada vez mais vazio de defensores, vão afirmar a sua superioridade; é o reinado do P. 40, primeiramente, depois do P. 47, do Spitfire, do Typhon, do Tempest, cujo trabalho é bem conhecido para que necessite ser lembrado.

Notemos que sobre o campo de batalha do Pacífico, os americanos os empregaram progressivamente, com a mesma intensidade e os mesmos felizes resultados.

Enquanto dura este período, sobre a frente leste europeia, a aviação de assalto se desenvolve também, embora sob forma um pouco diferente. O Exército Vermelho, orientado por suas idéias e sua indústria sobre o emprego do avião leve em apoio direto das armas terrestres, dispensado pelos acordos de Teheran do encargo da aviação estratégica, possui uma considerável densidade de aviões de assalto. A ação dos Stormoviks munidos de canhões 37 anticarros e bombas ou de projéteis-foguetes, fortemente

blindados contra projéteis de 20, é decisivo, no curso das campanhas de 43 a 45.

Ao contrário da Luftwaffe, a aviação russa sabe variar os processos de ataque — emprêgo em massa, primeiramente, seguido de pequenas vagas sucessivas e repetidas para inquietação da infantaria, dos carros, dos campos de aviação. Sua aviação de assalto é sempre protegida pela caça e ataca, seja em vôo rasante, seja por aproximação de 1.000 a 2.000 m e semimergulho, e desde 1944, finalmente, por ações noturnas.

Ensinaamentos tirados entre 1939 e 1945

Evolução do material e da tática de emprêgo

Dois beligerantes adotaram e conservaram a fórmula primitiva do avião de assalto relativamente lento, porém muito blindado: a Rússia e a Alemanha. O Sturmovik, sempre bem protegido por uma caça numerosa, pôde manter-se sobre a frente sem muita dificuldade; o Stuka, mal favorecido por uma caça dia a dia mais escassa, não conseguiu sustentar a sua supremacia.

Do lado anglo-saxão, assistiu-se a uma evolução muito rápida para a concepção do caça-bombardeiro, avião pouco protegido mas rápido e reencontrando suas qualidades como caça, uma vez aliviado de suas bombas e de seus reservatórios suplementares.

Os alemães também compreenderam esta necessidade, empregando, no fim da guerra, seus Me 262 a reação como caças-bombardeiros, não tendo Hitler percebido, apesar das exprobações da Luftwaffe, que ela, faltando-lhe caças, corria para o desastre. Mas isto é outra história...

Deve notar-se que, se os ingleses, com o Hurribomber, tiveram, como os alemães com seus Me 109 da batalha da Inglaterra, resultados aleatórios, não adquirindo a superioridade aérea preliminarmente, souberam, por outro lado, desde o começo, dar a seus caças-bombardeiros objetivos apropriados, objetivos

do campo de batalha, precisos, pouco extensos e pouco defendidos.

Evolução do armamento

Partindo do canhão de 20 mm, das metralhadoras 7,7 mm e das pequenas bombas de 250 kg, o armamento tornou-se pesado muito rapidamente para chegar progressivamente às armas múltiplas de 12,7 mm e às bombas de 500 e de 1.000 kg.

Enfim, o caça-bombardeiro se arma muito velozmente contra o carro e vê-se aparecer o canhão de 37 mm e os projéteis-foguetes de 75 mm, 88 mm e mesmo de 120 (panzerfaust alemão).

O Natter alemão, que se não adiantava ao estágio experimental, aliás, chega, em 1945, à dupla combinação de 24 projéteis-foguetes de 37 ou 12 de 75 mm.

II — A AVIAÇÃO DE APOIO NO EXERCÍTO DO AR DE HOJE

Em nota preliminar e de acordo com o tenente-coronel Duval, que fazia consignar, em trabalho recente, a impropriedade do termo "assalto", largamente excedido pelas circunstâncias de emprêgo tático, penso que as expressões mais amplas de aviação de apoio e de avião de apoio devem estar logicamente substituídas pelas de aviação de assalto e de caça-bombardeiro, porquanto vamos ver que, cada vez mais, a evolução do armamento e da técnica de emprêgo excluem esta idéia de tiro ou bombardeio à queima roupa, enquanto que a tática de emprêgo faz bem desta subdivisão de armas uma aviação de apoio, complemento indispensável da manobra dos fogos terrestres realizada até então unicamente pela artilharia de apoio.

Todos os chefes militares concordam com o pensamento de que a guerra do "push button" não é para hoje, nem mesmo para amanhã; de Marshall a Spaatz e Tedder, numerosas vozes autorizadas têm dito e parece que se possa admitir sem se enganar que, durante inúmeros anos ainda, a palavra será da aviação clássica a reação. Nesta avia-

ção, qual deve ser a parte da aviação de apoio?

Para tentar responder a esta questão, nós nos propomos, depois de ter delimitado as missões atuais desta aviação de apoio, a assinalar o material existente suscetível de cumprir estas missões, os progressos técnicos imediatamente aplicáveis a seu emprego, enfim, de ver qual deve ser seu lugar num exército do ar de 1951 e no da França em particular.

As missões da aviação de apoio

Estas missões podem ser repartidas em três categorias:

1º. Missões interessando à batalha aérea:

— neutralização dos campos da aviação inimiga — pistas, instalações técnicas, aviões;

— neutralização da D.C.A.;

— neutralização da infra-estrutura radar.

2º. Missões interessando à batalha terrestre:

Em apoio indireto:

— ataque das vias e nós de comunicações — vias férreas, estações, pontes, itinerários obrigatórios;

— ataque das fortificações ligeiras;

— ataque de depósitos, reuniões, materiais, etc...

Em apoio direto:

— ataque dos objetivos do campo de batalha — blindados, tropas descobertas, comboios, D.C.A. leve e pesada, contra-bateria.

3º. Missão interessando à batalha marítima e ao ataque das costas:

— ataque das embarcações no mar e nos portos — porta-aviões, embarcações ligeiras de guerra, embarcações de transporte e de desembarque;

— neutralização de praias, fortificações ligeiras de costa, de radars, de baterias.

O material

Passemos rapidamente em revista o material que equipa atualmente ou que é suscetível de equipar as formações aéreas dos principais países. Do ponto de vista do armamento, o avião de apoio moderno é equipado com uma combinação de armas mais ou menos variadas, comportando, em geral, bombas clássicas, podendo ir até uma tonelada; foguetes com cargas de impulsão de calibres se escalonando de 37 a 120 mm, com carregamentos de 48, 24 ou 12, segundo o calibre; canhões de calibre 37 ou 20 e metralhadoras pesadas em maior ou menor número (2 a 4 canos, de 4 a 12 mm). No que concerne ao material avião, apoio de fogo, os ingleses não parecem ter estudado, ou realizado, um avião especial, porém entregaram-se a numerosos estudos para a transformação do Meteor e do Vampire em aviões de apoio; eles afiguram estar detidos provisoriamente neste último tipo que, menos rápido que o primeiro, é dotado ainda de excelentes velocidades, com a vantagem de uma autonomia de voo maior e uma manobrabilidade no plano horizontal bem melhor. O Vampire possui um armamento à base de projetis-foguetes e de canhões.

Os americanos nitidamente tomaram posição. Bem antes da campanha da Coreia, o general Quesada, responsável pelo Tactical Air Command, havia classificado o F. 80 Shooting Star como avião de apoio. Este F. 80 deu excelentes resultados na Coreia, apesar das dificuldades iniciais, oriundas da falta de terrenos necessários, da meteo, de projetis primitivamente mal adaptados. Revelou-se, em seguida, um ótimo avião de apoio, muito resistente aos golpes da D.C.A., de uma manutenção extremamente fácil. É agora o F. 84 que vai tomar, pouco a pouco, o lugar do F. 80. O F. 84 possui 6 metralhadoras de 12,7 e pode transportar duas bombas ou 32 projetis-foguetes suspensos sob os planos. Seu raio de ação teórico é de 3.000 km (sem bombas ou fo-

guetes), sua velocidade máxima de 965 km/hora.

Enfim, uma nova política do material avião de apoio parece fazer-se no momento, com o emprego dos novos turbo-propulsores postos em uso pela Marinha e permitindo a utilização de dois turbo-propulsores Pratt de 8.000 cavalos, ligados a uma hélice de oito pás com um bom rendimento até às velocidades vizinhas de 1.000 km/hora.

Com a aparição destes novos turbo-propulsores, o exército do ar americano poderia dispor de aviões de apoio com qualidades inteiramente aceitáveis e obter um lucro enorme sobre o raio de ação e as dimensões das pistas a utilizar, pontos sensíveis atuais dos aviões tácticos.

Do lado russo, como no da maior parte dos domínios, um grande ponto de interrogação poderá servir como resposta. Aperfeiçoaram, eles, a fórmula Stormovik ou, seguindo o exemplo geral, voltaram à fórmula do avião a reação? Ninguém o sabe. Pode pender-se, entretanto, para a segunda solução, pois há indícios de que têm, desde já, em serviço, aviões a reação em grande número. Certos caças e em particular a versão russa do Me 262 (4 canhões de 30 e duas bombas de 230 kg) poderiam ser empregados em apoio.

No que se relaciona à produção francesa, parece prudente em seu estado atual guardar-se discrição porque nenhum avião a reação pôde ainda fazer a prova de suas qualidades militares, exceto o Ouragan. Este último é um interceptador que, por todas as razões, não dá ares de ser utilizável como avião de apoio.

Progressos técnicos aplicáveis imediatamente ou em futuro próximo

O rendimento técnico e táctico da aviação de assalto pode ser melhorado bem sensivelmente, desde já, por um determinado número de realizações técnicas conhecidas há alguns anos.

A generalização do emprego de foguetes de proximidade permitirá um melhor rendimento dos ataques

sobre as fortificações, os carros e o material em geral.

O emprego de engenhos de pequenas dimensões teledirigidos a curta distância pelo avião de apoio pode permitir o ataque a objetivos bem defendidos pela D.C.A., tanto pesada quanto ligeira, com perdas infinitamente menores e uma precisão bem aceitável.

Enfim, o emprego normal do radar de apoio aproximado, sob a forma melhorada do conjunto "Mew" americano, por exemplo, permitirá aos caças de assalto libertarem-se da hipoteca que faz pesar sobre suas ações as condições de má visibilidade (a noite especialmente) e de meteo desfavorável (teto baixo, coberto, três quartos coberto). Conduzidos como pela mão, pelo radar de apoio, os caças de assalto poderão ser trazidos até às proximidades imediatas de seus objetivos em boas condições de apresentação e atingi-los com excelente precisão por um simples ajustamento de visada, nos últimos instantes que precedem o tiro.

O lugar do avião de apoio em um exército do ar atual

Acabamos de ver as missões e os materiais julgados necessários a uma aviação de apoio nas forças aéreas dos diferentes países. Mas o ponto capital é determinar o lugar que deve ocupar esta aviação de apoio, seja no seio destas forças aéreas do tempo de paz, embrião das de tempo de guerra, seja no decorrer de um conflito futuro. Para fazê-lo, é essencial lembrar-se das missões que competem à aviação à beira de uma luta e a forma primitiva de que esta se revestirá.

Ninguém hesita em acreditar, cremos, que na hora H do dia D, escolhido pelo inimigo e sem dúvida antes mesmo que sejamos prevenidos por via diplomática, nossos radars nos assinalarão a aproximação de uma frota aérea respeitável que espalhará sobre o território nacional bombas e pára-que-distas. A primeira missão de nossa aviação será, pois, a defesa imediata de seu céu.

Para constituir uma frente aérea de defesa de nosso país, não se pode argumentar que se deve esperar pacientemente acima de nossas fronteiras que o inimigo venha se agarrar nos fios da rede da D.A.T., caça interceptação e F.T.A. reunidas. O fim a atingir sendo eliminar o mais rapidamente possível o perigo de invasão inimiga pelos ares, empregando o velho método clássico da defensiva, o exército do ar amigo deverá passar ao contra-ataque, lançando na batalha todas as forças reunidas, caça interceptação acima do território, bombardeio para destruir os ninhos da aviação adversa. É a batalha aérea que se necessita vencer.

Desviando-se os golpes do inimigo com a caça de interceptação, como o esgrimista desloca a estocada que lhe foi dirigida, partiremos ao ataque da aviação inimiga, esforçando-nos por empenhar esta batalha aérea, acima de seu território, destruindo seus campos, seus aviões, sua infra-estrutura radar, suas usinas de produção.

Quando tivermos ganho esta batalha aérea, asfixiado a aviação inimiga, obtido a superioridade aérea, poderemos, então, cogitar da guerra combinada, atacar o potencial industrial inimigo, emprestar mão forte ao exército terrestre e à marinha em apoio de suas próprias operações.

Todos os grandes chefes militares, aviadores ou não, têm compreendido e admitido a idéia exposta. Para citar somente os mais ilustres, reportemo-nos ao que diz o marechal Montgomery: "É necessário vencer a batalha aérea antes de iniciarmos a luta em terra. Na ausência desta medida, as operações terrestres serão conduzidas com muita desvantagem. Não é possível traçar vitoriosamente ofensivas terrestres contra um inimigo que possua uma força aérea superior. A força aérea inimiga deve, portanto, ser dominada antes da ofensiva terrestre ser lançada".

O general Spaatz vai mais longe, quando em janeiro de 1943 declarou: "Uma vez nossa força posta em condições, nossa aviação deveria lançar uma ofensiva estratégica

em grande escala, cujo objetivo seria a destruição completa da indústria e da economia de guerra do inimigo. E é somente após esta fase da luta que nossa aviação poderia cooperar nas operações ofensivas de nossos exércitos de terra e de mar".

É mister que se note, aliás, que isto equivale a dizer que se não deve perseguir dois coelhos ao mesmo tempo; Napoleão mesmo se exprimiu dizendo: "Não se pode exigir que os artilheiros atirem sobre massas de infantaria na ocasião em que estão sendo batidos por baterias adversas... Ficaí no mesmo instante em guarda contra quem vos ataca, procurai destruí-lo para que ele não vos destrua e cessai então a ação inicialmente empreendida, a fim de que ele vos deixe tranqüilo".

A posição é, pois, muito nítida. O marechal Montgomery, com todos os chefes de aviação, concorda com a lançamento na batalha aérea, que é preciso ganhar imediatamente e sob pena de morte, de todas as forças da aviação de que se dispõe.

Nesta batalha aérea inicial, a aviação de apoio não pode jogar senão um papel secundário. É o império do bombardeiro pesado ou médio e do caça simples. A aviação de apoio não encontra ali lugar senão para ataques de alguns objetivos, tais como terrenos de aviação aproximados, radars, baterias de D.C.A. e ao preço de perdas elevadas, sem dúvida, e sempre sob a cobertura de uma potente proteção de caças simples.

Mais pesado pela blindagem e pelo armamento, mal adaptado ao combate aéreo, o avião de apoio, sem ser totalmente ineficaz, é de um rendimento muito fraco quando a ameaça do céu é vital para a vida da nação. Por outro lado, é evidente que, afastada esta ameaça, conquistada a superioridade aérea, o avião de apoio deve rapidamente reencontrar um lugar, senão preponderante, ao menos invejável. É quando, então, ele tratará de apoiar indireta ou diretamente as forças de superfície partindo ao ataque de um inimigo enfraquecido

para exterminá-lo ou pô-lo às tontas, indo batê-lo sobre o seu próprio território.

Os britânicos, como os americanos, concordam em reconhecer a necessidade de uma aviação de apoio para apoiar as forças de superfície.

Os ingleses, afirmando este princípio e admitindo a indispensabilidade de um avião de apoio especializado, tomaram deliberadamente partido, estimando que, por motivos de potencial econômico, financeiro e humano, a sua aviação de tempo de paz não poderia suportar semelhante carga. Se se encontra entre eles um Fighter e um Bomber command, não se depara um Tactical command. Do ponto de vista material, estudos foram realizados para permitir a adaptação rápida do Meteor e sobretudo do Vampire à função de caças de apoio, de tal sorte que este último, quando o momento exigir, possa honrosamente ocupar um lugar até que a indústria de guerra solte o avião especializado.

Os americanos julgam de maior importância possuir o controle imediato das bases inimigas ou neutras cuja posse pelo inimigo faria correr perigo mortal aos Estados Unidos. Eles consideram, portanto, uma certa proporção de aviação de apoio, destinada a facilitar as operações de penhora destas bases — aviação assentada sobre porta-aviões, na maioria. Eles têm igualmente, em permanência, um "Tactical Air Command". Mas, acima de qualquer outro país, eles cultivam a idéia de massa e todos os seus chefes concordam que, apesar de sua potência aérea quantitativa e qualitativa dominando nitidamente as demais, não devem hesitar em lançar todas as suas forças, quaisquer que sejam, na batalha aérea inicial.

Os russos, mais uma vez, não nos esclareceram o seu pensamento neste domínio. Parece certo que não renunciaram à aviação de apoio, mas se voltam cada vez mais para a realização de bombardeios estratégicos, capazes de levarem à distância, argumentos decisivos. Eles têm, em todo caso, uma caça

de defesa muito séria que será preciso subjugar, antes de atrever-se a qualquer ação em seu céu.

Vejamos do ponto de vista franceses. Se o exército de terra reclama, com grande estrépito, aviação de apoio, os responsáveis pelo ar dividem inteiramente os seus pontos de vista, pois que, desde 1944, foram solicitados pela ação incontinente, durante a última campanha, pela palavra em seguida com a primeira escola inter-armas criada na França, e por numerosas manobras para mostrar o benefício retirado pelas forças de superfície de uma estreita cooperação aeroterrestre.

Mas, em nossa França extenuada de hoje, pequena potência ocidental de amanhã, por sua demografia, seus recursos econômicos e industriais, é preciso desgracadamente fazer uma escolha entre os meios militares e em particular aéreos que serão postos à nossa disposição, em caso de conflito e, sobretudo, entre os que o governo pode nos conceder em tempo de paz, tão armados quanto possível.

O governo francês, refletindo a opinião da nação inteira, tem feito saber, pela voz muito autorizada de seu ministro da defesa nacional, que o seu objetivo inicial era a salvaguarda da integridade do território, qualquer que seja a amplitude da ameaça que, dos confins asiáticos da Europa, poderia recair sobre ele. O exército do ar francês deve, pois, avocar a si esta missão que é, para ele, a missão número 1.

Encaremos mui rapidamente como um tal ataque pode apresentar-se em futuro próximo, sobre o nosso território. Pode ser constituído de três formas diversas, a menos que não seja uma combinação das três:

— ataque maciço de uma força de bombardeio destinada a impedir a nossa mobilização, a aniquilar a mobilidade tática como estratégia de nossas forças de superfície, a paralizar, senão destruir, nossa indústria de guerra, a vida da nação; uma única defesa-interdição de nosso céu às forças inimigas pela

nossa aviação de caça. Batalha em nosso céu;

— ataque maciço das tropas aerotransportadas, cobrindo, no solo, nossas tropas, nossas cidades, nossas comunicações.

Batalha ainda no nosso céu.

— ataque de tropas terrestres apoiadas por uma frota de bombardeiros, caças e aviões de apoio; uma única defesa ainda — batalha em nosso céu para desembaraçar-nos dos aviões que paralizarão ou porão fora de combate a nossa defesa no solo.

É mister, portanto, que possuamos uma forte aviação de interceptação, capaz de assegurar o domínio de nosso céu antes de podermos cogitar de levar nossos golpes ao adversário, quer sobre suas tropas, quer sobre suas bases de partida ou de suprimento.

Falemos um pouco pelos números. Qual deve ser a cota a pagar, se se deseja obter este primeiro resultado para a defesa de nosso país, resultado, de resto, bem modesto, em relação ao que ficará por fazer, mas essencial se todos concordarem em julgá-lo?

Um cálculo rápido das forças em presença mostra-nos que, se os russos estão dispostos a levar o seu esforço inicial para oeste, nós podemos esperar pela frente uma força aérea da ordem de 7.000 aviões.

Levado em consideração o esforço que será pedido ao exército do ar americano, que terá o encargo dos bombardeiros estratégicos, e medida a ajuda dada pelos diversos países integrados na defesa da Europa ocidental (Bélgica, Holanda, Inglaterra que, aliás, não parece desejar sacrificar para tanto a defesa estática de suas ilhas), pode estimar-se que a participação francesa será, no mínimo, da ordem de 2.000 aviões de caça e de igual número de aviões de combate, enquanto que o transporte, o reconhecimento e a polícia de além-mar absorveriam, juntos, 1.000 aparelhos.

As estatísticas mostram que, na maioria dos exércitos do ar aliados, a relação efetivo-aviões é da ordem

de 130 em época de guerra e de 75 na de paz.

Estas cifras, baseadas na última guerra, de um lado, e sobre a experiência recente do após guerra, parecem atualizadas porque, mesmo supondo o avião a reação de manutenção primária mais fácil, as servidões para satisfazer ao 2º grau e ao 3º são igualmente importantes. Por outro lado, a infra-estrutura da D.A.T. e das escolas de todas as especialidades tem tendência a aumentar.

Chegamos, portanto, às seguintes conclusões:

Para organizar uma força de 3.000 aviões de combate (dos quais 2.000 caças), presumidos como os estritamente indispensáveis para o início do conflito e considerando que somente a metade destes aviões deve estar em serviço, desde o tempo de paz, é preciso que nosso exército do ar conte com 112.500 homens na paz, passando progressivamente de 225.000, nas iminências do conflito (convocação das reservas da ativa) a 400.000 homens.

Esta proporção afigura-se razoável, mas este esforço em efetivos e em aviões representa, talvez, o máximo que se pode pedir a nosso país, no momento atual.

É fácil concluir: A França, no começo do conflito futuro, encontrar-se-á na impossibilidade de empreender ações que se não relacionem à defesa imediata de seu céu ameaçado. Somente com a ajuda de seus aliados poderá ganhar a batalha aérea e partir à conquista do céu inimigo. Como seus aliados, ela terá, então, a faculdade de consagrar uma parte de seu esforço aéreo em apoio das forças de superfície. E será visto nos céus este avião de apoio esperado por todos.

Podemos conjecturar que a sua aparição será rápida, porquanto ele não será o irmão mais moço, quase gêmeo, desta aviação de caça pesada que, no espírito de muitos, a existência certa de bombardeiros pesados no céu de manhã torna indispensável; é um caça pesado, caça noturno sem dúvida, também, menos rápido que o interceptador, porém mais bem armado e equipado

e tendo uma maior autonomia de voo. Não são estas as qualidades pedidas ao avião de apoio?

Libertado da ameaça que pesa sobre nossos céus, o comando poderá distrair uma parte de suas forças de caça em proveito da batalha terrestre; pelo preço de um reduzido número de horas de trabalho, nossa indústria aeronáutica transformará o material já em serviço ou ainda sujeito à montagem nas usinas e alimentará com rapidez e sem choques as suas unidades de apoio.

III — A AVIAÇÃO DE APOIO DE AMANHÃ

Acompanhando os progressos já bem conhecidos da técnica, podemos antever o céu povoando-se progressivamente de aviões-foguetes e de engenhos de tôdas as formas.

"A técnica está agora em estado de decidir a forma das operações", disse o general Gérardot. A aviação de apoio será revolucionada pelo aparecimento de projetis de um novo gênero, os quais afastarão do céu a aviação de apoio a reação, até então clássica nas formas como nas intervenções, ou, então, assegurarão simplesmente uma plenitude de ação e um auxilio eficaz, aumentando, assim, suas possibilidades?

Vejamos mui celeremente as vantagens e os inconvenientes que pode suscitar o seu emprego no problema da aviação de assalto.

O avião-foguete

Tomemos para exemplo o Bell X.S.1:

- velocidade: superior a 2.000 km/hora;
- velocidade ascensional: 13.700 metros por minuto;
- teto: 24.000 metros;
- autonomia: alguns minutos.

Supondo que ele possa abrigar a bordo um armamento interessante (canhões e projetis-foguetes), este avião não demonstra possuir, no momento presente, as qualidades indispensáveis a um avião de apoio tipo. Se apresenta a vantagem de ser difícil de receber e acompanhar

o radar, graças à sua velocidade ascensional muito grande e a seu teto muito elevado, parece custoso empregar-lo em vista de sua catastrófica autonomia (mesmo com o recurso do voo plano), de sua enorme velocidade em relação aos objetivos terrestres ou marítimos, da necessidade de dirigi-lo com a maior precisão sobre o objetivo exatamente como em engenho teledirigido. Com os dados atuais, pelo menos, este avião, muito aceitável para a interceptação, não se mostra em condições de cumprir senão missões de apoio muito limitadas, como veremos mais longe.

Os engenhos

Consideremos estes projetis sob duas formas admissíveis de ocorrência:

- o engenho solo-solo;
- o engenho avião-solo.

O engenho solo-solo — O desenvolvimento da precisão dos radares de apoio deve permitir a sua intervenção em apoio direto ou indireto das tropas terrestres ou da marinha, substituindo assim, em determinadas missões, o avião de apoio clássico. Seu emprego se concebe facilmente no ataque a campos de aviação, a concentrações de blindados ou de tropas, na neutralização de um importante nó de comunicações (estações em partilhado) e, sobretudo, sobre objetivos de defesa costeira ou alvos marítimos de dimensões consideráveis, barcos de guerra ou de transporte. Mas, apesar da precisão do radar, eles somente poderão atacar objetivos "a priori" claramente demarcados no avanço, excluindo qualquer ideia de procura e de ajustagem dos golpes sobre objetivos fúgidos e de pequenas dimensões.

Pode imaginar-se também engenhos dirigidos do solo graças a um avião de reconhecimento detransmissor de televisão, em proveito da direção do tiro de terra.

O engenho avião-solo — A combinação do avião-guia e de um ou vários engenhos teledirigidos parece já nitidamente mais favorável. Concebe-se muito bem um avião de

apoio portador ou rebocador de engenhos que teledirigirá, à distância, sobre objetivos escolhidos pelo piloto.

O avião de apoio poderá ser igualmente controlador de engenhos satélites voando em formação com ele ou lançados do solo e comandados por ele. A eficácia e a precisão serão então função da precisão técnica obtida na direção dos engenhos pelo piloto.

Concluindo este rápido estudo da aplicação dos meios de amanhã ao apoio, pode considerar-se que esta aviação será a base de uma combinação estreita de radar, avião de reconhecimento televisor, engenhos avião-foguete e avião clássico a reação.

Combinação radar-engenho solo-capaz de efetuar a contra-bateria das barragens anticarros, de neutralizar ou destruir fortificações ou um ponto de apoio adverso importante e, enfim, de atacar objetivos marítimos.

Combinação radar-avião de reconhecimento televisor-avião-foguete para a neutralização de campos de aviação inimigos ou sobre nós de comunicações de importância.

Combinação radar-avião de reconhecimento televisor-avião de apoio a reação portadores de engenhos ou avião-mater satélite. Sendo esta última sem dúvida a melhor porque permite uma precisão maior e uma escolha do extremo momento sobre todo ou parte do objetivo inopinado. Ela será empregada, seja na destruição dos aviões inimigos sobre a terra, seja para atacar quaisquer objetivos de pequenas dimensões e, em geral, para todos os objetivos do campo de batalha em apoio direto das tropas terrestres.

É preciso observar, entretanto, que o avião clássico a reação, munido de um armamento clássico (canhões e projetis-foguetes) en-

contrará um vasto lugar no emprego da aviação de apoio futura, sobretudo se se deseja alegar que o inimigo não esmorecerá no afã de desenvolver e de empregar, em larga escala, a guerra das ondas que põe em risco de tornar totalmente inúteis todos os processos elétricos postos em condições para o melhor rendimento desta aviação de apoio.

Enfim, se aplainamos o problema sobre o aspecto francês, parece-nos duvidoso que nosso país possa a este respeito sustentar uma guerra realizada à base de emprego maciço de engenhos. Com os dados técnicos atuais, pelo menos, tudo indica que a construção de tais engenhos será longa, complicada, custosa e tributária de uma indústria à altura e a qual só poderemos ter dentro de muitos anos.

Pode esperar-se que a indústria aeronáutica francesa conseguirá nos fornecer os aviões-foguetes de D.A.T. de que careceremos mais tarde e contribuir, de certo modo, para a realização de um ou dois tipos de engenhos no interior da comunhão européia ou do bloco ocidental, por exemplo. Mas é prudente considerar que, mesmo numa fase de ofensiva de guerra onde a aviação de apoio tiver um lugar de escolha entre as forças aéreas, por todas as razões de técnica geral ou de técnica especificamente francesa, a aviação de apoio clássica de hoje terá ainda uma distinguida posição.

Fica bem entendido que, apesar de tudo, a pesquisa deve ser objeto de atenção e de estímulo do alto comando militar e, como o diz o regulamento das forças aéreas em seu preâmbulo: "Compete ao comando acompanhar de perto o desenvolvimento do progresso científico e industrial no domínio aéreo e de precedê-lo, mesmo, no da especulação intelectual".

Os instrumentos e técnicas de guerra mudam constantemente, porém, a tarefa do infante — tomar contato e destruir o inimigo — jamais varia.

General John H. Church

A ARTILHARIA NA COREIA

Que lições importantes a Artilharia aprendeu na Coreia?

Aqui está um apanhado das informações disponíveis, abrangendo quase todos os aspectos da Artilharia. As lições aprendidas sugerem perguntas posteriores, dignas de meditação pelos artilheiros de toda a parte.

Artigo do Ten.-Cel. ROBERT F. COKLIN — "Artilharia" — publicado em "Combat Forces Journal", de agosto de 1951 — Tradução do Cap. ALBERTO FORTUNATO



DESPEITO do fluxo de informações de combate vindas da Coreia, muitos artilheiros ainda têm perguntas não respondidas. Todos eles sabem que desde a guerra foram feitas algumas modificações nas operações da artilharia. Mas, como estarão essas modificações funcionando?

O que há a respeito do processo de tiro com o transferidor de locação? E a B1a a seis peças?

Estas são apenas duas dentre numerosas perguntas. As condições especiais nas quais o Oitavo Exército está combatendo devem também afetar a artilharia. É interessante saber quais são estas condições e como os artilheiros as estão enfrentando.

Combat Forces Journal pediu à Escola de Artilharia, em Fort Sill, para relacionar algumas perguntas, as quais os editores (o Ten.-Cel. Coklin é um dos editores adjuntos de *Combat Forces* — Nota do Tradutor) juntaram algumas outras, algumas bem básicas e talvez mesmo ingênuas.

Para obter as respostas, recorremos aos serviços de um artilheiro e de um não artilheiro. O artilheiro foi o Capitão Homer Owsley Jr., agora em Washington, cuja experiência na Coreia consistiu de um período descontinuo de quatro meses como observador avançado, ofi-

cial de ligação e S-2 no 13º GO, 21º DI.

O auxílio prestado pelo Capitão Owsley na preparação deste artigo foi extremamente valioso. E ele foi sempre cauteloso em manter os seus comentários dentro do quadro de sua própria experiência e observação. A sua experiência foi típica e é seguro concluir que a maior parte dos artilheiros, com experiência na Coreia, concordaria com a maior parte do que ele tem a dizer.

O não artilheiro que nos auxiliou foi o Cel. S. L. A. Marshall, cujos artigos sobre o combate coreano, em nosso número de junho, obtiveram comentários amplos e favoráveis. O Cel. Marshall observou o trabalho de muitas unidades de artilharia durante os recentes meses em que esteve na frente de combate coreana.

Outros artilheiros também leram este artigo, quando ainda estava em preparação e fizeram comentários proveitosos, que estão incluídos no artigo, tal como aparece agora.

A MISSÃO DA ARTILHARIA

Na Coreia, como em qualquer outra parte, a função primordial dos artilheiros é proporcionar apoio cerrado à infantaria. O cuidado consigo mesmo é uma função secundária. Muitas vezes, nos meses recentes, o trabalho de apoio à in-

fantaria tem sido muito mais fácil de resolver do que o trabalho de manter os Vermelhos fora das posições das peças.

APOIO À INFANTARIA

Os artilheiros estão sempre interessados e talvez um pouco enciumados, a respeito do modo como a infantaria emprega o apoio deles. Assim sendo, a primeira pergunta é:

"Fazem os comandantes de infantaria, à artilharia de apoio, pedidos de fogos sobre alvos que outras armas poderiam destruir ou neutralizar?" O Cel. Marshall re-truca que esta pergunta "é mais um assunto de quantidade do que de qualidade". Em muitas ocasiões os comandantes de infantaria desperdiçaram os seus apoios de artilharia na Coreia. Entretanto, ambos — Cel. Marshall e Cap. Owsley — concordam em que, em geral, os oficiais de infantaria fazem isso menos na Coreia do que têm feito em guerras anteriores e que a situação está melhorando rapidamente à proporção que os infantas assimilam mais conhecimentos de artilharia.

Algumas vezes um comandante de infantaria tem de pedir à artilharia fogos que, normalmente, poderiam ser proporcionados por algum armamento de tiro direto que foi deixado para trás por causa do peso.

Eles concordam em que o apoio de artilharia tem sido adequado, durante a ação na Coreia. Durante as primeiras fases, a severa escassez de armas e munições tornaram a situação desesperadora, mas, no começo do outono, começou a chegar bastante material e, desde então, tem havido poucas deficiências. Com a chegada da primavera e o degelo dos campos de arroz, a situação tornou-se mais difícil, porque havia menos locais para posições de peças.

Houve ocasiões em que as frentes extremamente largas ocupadas pelas unidades de infantaria impediam o emprego de todas as armas de apoio da artilharia. Isto acontece algumas vezes agora.

Está fora de discussão a maneira como a artilharia está cumprindo a sua missão de apoio à infantaria. Fogos de proteção são desencadeados de cinquenta a cento e cinquenta metros das posições amigas. Marshall relata uma ocasião, durante uma operação em fevereiro, quando obuseiros de 213 mm desencadearam tiros a cinquenta metros à frente da infantaria. Isto foi numa ocasião em que os infantas tinham avançado além do alcance das baterias leves de apoio. Os tiros curtos, caindo em nossas próprias linhas têm sido extremamente raros e a impressão geral é a de que isto acontece menos do que durante a última guerra. Os fogos de proteção à noite têm sido bem próximos porque o inimigo gosta de fazer ataques noturnos.

Quanto à questão da percentagem das concentrações noturnas de artilharia destinadas à segurança geral, em comparação com as concentrações sobre alvos reais, Marshall e Owsley concordam em que ela é de cerca de cinquenta por cento. Atualmente nossas unidades de infantaria estão amadurecidas e não pedem fogos ao acaso, apenas para desencorajar o inimigo ou interditar itinerários de aproximação, a menos que a unidade esteja realmente em má situação. Owsley diz que as unidades de artilharia costumam atirar pelo menos em três pontos (um AA em cada flanco e o PV no centro da zona) e então passam a atirar a pedido. As dificuldades de suprimento de munição não permitem muitos tiros progressivos indiscriminados, à noite.

APOIO APROXIMADO

A proteção aproximada das áreas de posição da artilharia tem sido muito mais difícil na Coreia do que na 2ª Guerra Mundial. Vêzes e mais vêzes os artilheiros têm tido que lutar para expulsar os vermelhos, usando tudo o que podem. Pelo menos uma vez, as guarnições das peças de uma bateria era tudo o que restava entre o inimigo e a completa ruptura de uma parte da

linha de frente. Na Coréia, os artilheiros têm tido que aprender esta dura lição, mais do que em qualquer outro lugar.

Na organização das posições para a defesa aproximada, as unidades de artilharia geralmente procuram guarnecer os flancos da área da posição com postos armados de metralhadoras leves, fuzis metralhadora (se os podem obter) e talvez um agrupamento de atiradores. As metralhadoras calibre .50 com reparo terrestre são empregadas algumas vezes na defesa à pequena distância. O resultado é estabelecer um matadouro sobre a pista principal de aproximação, quando o inimigo avança para as peças. As metralhadoras quádruplas .50 ou os canhões 40 mm Bofors, se disponíveis, são integrados na defesa, que está interessada, não apenas em repelir os ataques vermelhos, mas em manter aberta uma via de escape. As metralhadoras quádruplas .50 são normalmente empregadas em posições principais que bloqueiam as linhas da infantaria e não são disponíveis nas posições da artilharia. A artilharia precisa de metralhadoras quádruplas .50. Um perímetro isolado é perigoso num combate do tipo coreano.

Não há nenhuma NPA generalizada para a manutenção de uma guarda acordada à noite toda, uma vez que cada unidade adota a sua. Alguns grupos empregam um oficial de dia, um sargento da guarda e uma guarda completa, no estilo da empregada no quartel.

Tanto Marshall como Owsley chamam a atenção para o fato de que os artilheiros devem estar prontos para resolverem a situação por eles mesmos, quando as posições de peças forem atacadas. A infantaria não está em condições de socorrê-los, uma vez que, se o inimigo chegou às peças, pode-se estar seguro de que os infantistas estão tendo um mau tempo.

Devido à falta de aviação e de contra-bateria eficiente inimigas, as nossas unidades de artilharia não têm dedicado bastante atenção à segurança e ao disfarce da posição. É necessário disciplina a este respeito. "Há pouca organização do

terreno, até que apareça um bombardeiro inimigo e, então, todos cavam como o diabo", observou o Cel. Marshall. Owsley foi mais positivo, apontando a urgência de maior ênfase nas instruções de disfarce e de segurança dentro das áreas de posições.

Os artilheiros na Coréia podem orgulhar-se do que o Cel. Marshall pensa de suas ações de apoio cerrado durante os retraimentos, quando a infantaria rompe o contacto e a artilharia tem de permanecer em posição. "Uma vez que os artilheiros estejam sujeitos ao problema, são muito eficientes" diz ele. "Há alguns exemplos brilhantes da artilharia combatendo em ações de retaguarda, a fim de permitir o retraimento da infantaria, especialmente durante os combates de novembro (de 1950). A maneira como eles aguentaram a mão é uma das passagens de maior bravura, na história da ação na Coréia".

Parece unânime a opinião de que a carabina .30, de que é dotada a artilharia pelos Q.O., não se presta para a defesa das posições de artilharia. Sempre que podem, os artilheiros obtêm fuzis M-1 (Garand). Os fuzis-metralhadora (Browning) são implorados, emprestados ou furtados sorrateiramente e há necessidade urgente de incluir estas armas nos Q.O. das unidades de artilharia. Como não podia deixar de ser, a infantaria gostaria de ter mais dessas armas também. A carabina não é rústica e é difícil mantê-la em condições de funcionamento.

Os obuseiros tem-se portado muito bem. Quase que os únicos problemas especiais de manutenção surgem da poeira e areia nas correias do berço. É difícil compreender como tantas de nossas peças chegaram à Coréia sem capas, mas parece que isto foi o caso.

Já mencionamos a necessidade de metralhadoras quádruplas .50 adicionais para a artilharia. Owsley acredita que seria desejável tem também mais canhões automáticos de 40 mm. As metralhadoras .30 e .50, com reparo terrestre, são inúteis contra aviões.

MUNIÇÃO

O grande problema é ter quantidades adequadas de munição onde ela é necessária. Em geral, a munição tem sido boa, embora o problema dos lotes misturados permaneça sem solução. As granadas de fósforo branco têm sido extensamente empregadas, embora grande parte dela seja velha e defeituosa. Um estoque mais recente melhoraria a situação: Owsley relata que, quando a munição é boa, o fósforo branco obtém excelentes resultados contra o pessoal inimigo e os abrigos. Empregado freqüentemente, à pequena distância, em apoio a posições de artilharia, tem funcionado bem como explosivo anti-pessoal e proporciona iluminação fraca da área do objetivo. Ele é, evidentemente, empregado para assinalar alvos para ataques aéreos.

As granadas de ALTO EXPLOSIVO, ALTO EXPLOSIVO COM ESPOLETA VT e as de FÓSFORO BRANCO são as mais empregadas, justamente nesta ordem. O verdadeiro tiro de tempo é muito pouco empregado, uma vez que a regulação toma muito tempo.

Tanto Marshall como Owsley comentaram a necessidade de munições especiais. Eles foram especialmente enfáticos quanto à necessidade de rápido desenvolvimento de um tipo de shrapnell.

Se, no começo da ação na Coreia, houvesse munição shrapnell, muitos artilheiros teriam sido salvos e teria havido tremendo aumento de baixas inimigas.

Deveria ser desenvolvida uma granada com fumaça colorida, com características semelhantes à atual de FÓSFORO BRANCO, a fim de substituir a atual granada fumígena de ejeção pelo culote. Owsley acredita que uma granada de FÓSFORO BRANCO que pudesse ser usada com espoleta VT seria muito útil. Não parece haver realmente necessidade de uma granada incendiária de artilharia, porém seria útil um projétil incendiário para os morteiros da infantaria. Por outro lado, há necessidade de uma distribuição mais farta de granadas iluminativas de artilharia. Tem ha-

vido grande procura delas na Coreia.

MANUTENÇÃO DE VIATURAS

A manutenção de viaturas é um problema contínuo e crítico, não só para a artilharia, mas para todas as unidades. Ela não tem sido boa por diversas razões. Nos primeiros dias na Coreia, as unidades estavam se deslocando tanto que não havia tempo de ser feita u'a manutenção adequada. Isto, somado com a inevitável escassez das peças sobressalentes necessárias, liquidou um número assustador de viaturas. Alguns oficiais dizem que o Exército não é realista, na sua atitude a respeito de peças sobressalentes. Durante a 2ª Guerra Mundial, elas eram raras e a situação não mudou. Para obter e manter a máxima mobilidade de nossos veículos motorizados, é preciso que seja desenvolvido algum sistema simples e rápido para a distribuição de peças sobressalentes aos elementos combatentes. É recomendada uma ênfase permanente quanto à manutenção continuada, particularmente a executada pelos motoristas.

BULLDOZERS PARA A ARTILHARIA

Há necessidade gritante de bulldozers para a preparação de posições de peças, construir estradas através de campos de arroz, rebocar viaturas atoladas e servirem de tratores na lama e na neve. No Pacífico, durante a 2ª Guerra Mundial, muitas unidades de artilharia receberam pequenos dozers, os quais provaram ser valiosos. Nem Owsley nem Marshall fizeram menção a outros itens capitais de equipamento, exceto para dizer que muitas unidades não dispunham do número de viaturas previsto no quadro de organização. Uma reserva, para a substituição de veículos em mau estado, iria tornar a artilharia mais eficiente.

COMUNICAÇÕES

Como era de esperar, a artilharia está empregando o rádio como o principal meio de comunicação, embora o fio seja lançado o mais rápi-

damente possível. A freqüente mudança de posições torna difícil manter comunicações por fio e as unidades também acham difícil manter suficiente fio à mão.

O recolhimento do cabo empregado é uma operação contínua, mas freqüentemente essa recuperação fica aquém das necessidades normais. É verdade que o terreno trabalha contra as comunicações por fio e torna extremamente difícil o lançamento de cabos. Algumas vezes, o cabo tem sido lançado por helicópteros. Entretanto, não há helicópteros em número suficiente, e, por isso, não fazem eles nenhum dos grandes trabalhos de lançamento de cabos. O lançamento de cabos por meio de lança-granadas não funciona muito bem e, além disso, os homens já lançaram fora praticamente todos os bocais. Marshall é de opinião que eles deveriam ser distribuídos novamente. Owsley mencionou que a maior parte dos observadores avançados soldou, em seus "jeeps", suportes para as bobinas DR-8 e lançou cabo tão à frente quanto seus "jeeps" podem ir.

Os artilheiros estão de acordo em que os rádios da série 600 não estão preenchendo as necessidades. De sua experiência com observador avançado, Owsley diz que, na maior parte das vezes, era necessário empregar postos de retransmissão, a fim de que as missões de tiro fossem ouvidas na central de tiro. As pilhas secas se esgotam demasiado rapidamente. Os aparelhos não são bastante rústicos para o trabalho pesado e continuado. Sempre que os podem obter, os artilheiros na Coreia estão empregando o SCR-300 da infantaria.

Os observadores avançados não estão muito interessados no SCR-536. Ele não é útil a mais da 400 m de terreno coreano e não há grande necessidade dele, a distâncias menores. Evidentemente o peso é da máxima importância nas peças do equipamento usado pelos observadores avançados. Um observador avançado não pode operar com a infantaria montado em seu "jeep", e, portanto, a maior parte do tempo anda a pé. Por isso, pesa cuida-

dosamente o que vai carregar e três rádios é coisa além de suas possibilidades.

O emprego da sinalização piro-técnica foi completamente negligenciado, embora tenha havido ocasiões em que teria salvo vidas. Segundo parece, a tropa não recebe suprimento desse material.

O criptógrafo M-209 e os códigos de operação não estão sendo empregados largamente. As unidades não dispõem de bastante pessoal instruído para manejá-los e eles consomem tempo. As unidades prepararam seus próprios códigos (nota do tradutor: Códigos de mensagens preestabelecidas, preparados pelo oficial de Comunicações).

Owsley e Marshall disseram que nunca ouviram notícias de que os rádio-amadores nos Estados Unidos estivessem interferindo com as redes de comunicações da artilharia. Quanto ao emprego das redes de comunicações da artilharia para transmitir informações, Marshall disse: "A rede da artilharia está sendo usada algumas vezes para esse fim, porém não ainda o bastante. Estou convencido de que a rede de artilharia é agudamente mais sensível à situação geral ao longo da frente e às suas bruscas mudanças do que o são as outras redes da divisão. O que é sabido, lá no fundo, sobe ao alto rápida e uniformemente e é computado rapidamente. Mas, dentro da infantaria, informações realmente vitais podem ser bloqueadas em qualquer escalão. Por exemplo, se um comandante de batalhão deseja provar o seu sangue frio e, por esta razão, subestima a extensão e a natureza da resistência inimiga. Vi alguns exemplos frisantes desta diferença na rapidez e na precisão da avaliação do que ocorre ao longo da frente. Isto levanta a questão a respeito da localização física do comando da artilharia divisória e se ele não está mais perfeitamente capaz de servir às necessidades da divisão quando está junto com o comando da divisão. Ainda, se esta questão for examinada a fundo, poderia se chegar à conclusão de que seria possível fazer alguma economia em pessoal. A minha impres-

são é a de que ainda há demasiados cozinheiros, lavadores de garrafa e suplementares junto aos comandos elevados, enquanto que o verdadeiro estado-maior é pequeno para operar durante as 24 horas do dia".

Owsley acrescentou que, em sua unidade, os observadores avançados eram obrigados a dar periodicamente suas posições e informações ao S-2 do grupo, a fim de que este as transmitisse ao comando da AD, bem como à unidade de infantaria apoiada.

TIRO

Os artilheiros na Coreia são entusiastas a respeito do processo de tiros observados com o transferidor de locação. Eles estão de acordo em que ele permite um tiro mais rápido e eficaz. Owsley chamou a atenção para o fato de que, nos primeiros tempos, os observadores avançados e o pessoal da CENTRAL DE TIRO não estavam bem treinados no processo, de modo a fazê-lo funcionar tão bem quanto podia. Achou que havia sido posta maior ênfase em mostrar quão fácil era atirar por este processo, quando, na realidade, a instrução a fundo é tão importante na aprendizagem deste processo, quanto na de qualquer outro.

As CENTRAIS DE TIRO de grupo funcionam bem. As missões de tiro múltiplas são executadas de vários modos. O CH e o CV executam missões independentes e, evidentemente, tem havido grande quantidade de missões dadas diretamente às CENTRAIS DE TIRO das baterias. Owsley acha que há necessidade de muito mais instrução aos homens que guarnecem as centrais de tiro. Este, ao seu ver, é um dos elos mais fracos das operações na artilharia.

Já foi mencionado anteriormente que o tiro de tempo não foi muito empregado. Isto acontece, em parte porque a maior parte dos observadores avançados são desajeitados em lidar com ele, porque a ESPO-LÊTA VT preenche as necessidades e porque boas ajustagens em tempo gastam muito tempo.

Owsley esclarece que a NPA de sua unidade, no que se refere a

atirar em tropas abrigadas, era dar-lhes uma lambada com FÓSFORO BRANCO para pô-los fora dos abrigos e, então cair-lhes em cima com EXPLOSIVAS com ESPO-LÊTA VT.

O tiro de surpresa (eficácia desencadeada sem prévia ajustagem) tem sido empregado constantemente quando os vermelhos são apanhados em retirada ou outras situações em que estão emassados. Parece não haver NPA alguma para a obtenção de dados para esses tiros, a não ser por palpite e por sorte. O tiro desta espécie é desencadeado rapidamente, empregando coordenadas quando possível. Nem Owsley nem Marshall ouviram falar de ocasiões em que os fogos de apoio da artilharia, empregando espoleta de tempo ou VT, fôssem desencadeados sobre nossos próprios carros.

ORGANIZAÇÃO

A única dificuldade, quanto à organização, encontrada pelas unidades de artilharia na Coreia, tem sido a já velha de manter, em qualquer lugar, as unidades com seus efetivos completos. Os quadros de organização são considerados geralmente como adequados. Há sempre situações em que são necessários mais homens em um determinado lugar, num determinado momento. Mas, normalmente, as unidades de artilharia tem sido capazes de enfrentar essas emergências, quando estão com o efetivo quase completo.

BATERIA DE SEIS PEÇAS

A bateria de seis peças parece estar funcionando muito bem. O aumento na potência de fogo tem sido um grande auxílio e o consenso geral é o de que a bateria de seis peças foi um grande melhoramento. Para a operação, durante as vinte e quatro horas, as baterias dividem o pessoal da C. TIRO e das peças, empregando quatro artilheiros por peça. As três turmas de observação avançada por bateria constituem um grande melhoramento e são muito empregadas.

APOIO AEROTÁTICO

As ramificações do apoio aerotático são grandes, porém um comentário sobre parte do problema mais relacionado com as operações da artilharia poderá ser esclarecedor. Infelizmente nenhum dos nossos observadores viu uma turma de coordenação do apoio aéreo em ação.

Entretanto, o Cel. Marshall resumiu as suas respostas às respostas de duas questões a respeito da artilharia e do apoio aerotático. Ele chama a atenção, primeiramente, para o fato de que o apoio de artilharia é feito durante as 24 horas do dia, enquanto que o apoio aéreo, particularmente o feito pela Força Aérea, é limitado às horas em que há claridade e, de certo modo, pelas condições atmosféricas.

Mas, diz ele, "Há certas coisas que o apoio aéreo pode fazer e a artilharia não pode. O apoio aéreo tem um tremendo efeito de choque, quando é bem desencadeado. Depois de um dia inteiro de bombardeio pela artilharia, as metralhadoras continuarão a atirar de abrigos bem disfarçados. Mas se o ataque aéreo atinge um ângulo morto, há invariavelmente uma pausa, de cinco a vinte minutos, mesmo se as armas e os homens não tiverem sido destruídos. Isto dá à infantaria uma oportunidade para cerrar à frente e, algumas vezes, isto pode ser decisivo. Os efeitos dos ataques aéreos e dos de artilharia são mais recíprocos do que duplos e, se começarmos a entender isto, iríamos integrar melhor o emprego de ambas as armas".

Owsley concorda com isto e chama a atenção de que a infantaria sente que a "solução aprovada" seria fazer a artilharia arrazar a posição, interromper o tiro de artilharia enquanto a aviação lançaria foguetes e bombas napalm (gasolina gelatinosa) e continuar com a preparação de artilharia até que os infantistas estivessem a cinquenta ou cem metros da posição.

Um dos pontos mais difíceis do problema do apoio aerotático é o

relativo ao controle das missões e identificação de objetivos. Há acordo geral em que a turma de controle aerotático, tal como é constituída presentemente, não vem a ser a solução adequada, embora esteja trabalhando melhor do que nunca. Há duas dificuldades: a Turma de Controle Aerotático (T.C.A.T.) e seu equipamento não podem ir bastante próximo da linha de frente a ponto de ver os objetivos; as comunicações estabelecidas entre ela e a linha de frente e mesmo entre ela e os aviões são muito embaraçadas. Se a TCAT pudesse ir mais à frente, poderia auxiliar mais, dirigindo os aviões para o objetivo.

Tanto Marshall como Owsley sentem que não teremos o apoio aéreo e o da artilharia integrados até que as missões de apoio aéreo sejam processadas através dos observadores avançados da artilharia. As comunicações estabelecidas podem ser simplificadas, empregando comunicações diretas entre o controlador na linha de frente e o observador aéreo ou o avião de controle "mosquito" junto com os caças. Há necessidade de melhor identificação de objetivos e de obter mais rapidamente as incursões aéreas. Evidentemente não há solução perfeita, porém, a experiência e a aprendizagem pelos artilheiros de como manejar as incursões aéreas poderia resolver a maior parte das dúvidas.

CARTAS

A precisão das cartas empregadas na Coréia é, quando muito, irregular. A maior parte delas parece ser muito boa quanto às distâncias, mas estão frequentemente erradas quanto a altimetria, localização de estradas e outros pormenores.

A observação aérea e a observação avançada tem seguido de perto o padrão da 2ª guerra mundial. A Artilharia Divisionária geralmente controla os aviões de ligação e, na maior parte do tempo, há grande coordenação entre os observadores terrestres e aéreos a fim de preencherem as zonas não observadas.

APOIO DE TIROS NAVAIS

Na ausência de qualquer informação sobre o funcionamento da Central de Tiro Conjunta, podemos apenas tratar do apoio de tiros navais que foi coordenado pelos nossos próprios artilheiros. Isto foi executado, geralmente, enviando uma turma de ligação (muitas vezes um piloto de ligação) ao navio de controle com um rádio da série 600 e empregando os canhões navais como um outro grupo de artilharia. Tem funcionado bem.

INSTRUÇÃO

Foram tratados diversos pontos relativos à instrução. Um dizia respeito ao treinamento do "homem dos sete instrumentos" — se os artilheiros devem ser instruídos tanto na artilharia antiaérea quanto na artilharia de campanha, ou se eles devem se especializar dentro da campanha ou da antiaérea. O quanto possível, os artilheiros antiaéreos se adaptaram às missões de campanha, quando não empenhados no tiro contra aviões inimigos. O Coronel Marshall acredita que este problema se resolverá por si mesmo, dada a orientação livre que está sendo seguida. Quanto a se os oficiais de campanha devem tentar tornarem-se competentes artilheiros antiaéreos, isto também diz respeito a imponderáveis:

"Qual é a aptidão do homem?"

"Quanto poderemos esperar que o oficial médio saiba?"

Owsley acha que, para um oficial alcançar e manter a eficiência necessária, teria que ter conhecimentos muito superficiais. Diz ele que os artilheiros antiaéreos estão fazendo um bom trabalho, ao aprenderem a ser artilheiros de campanha, sem esperar pela ordem.

A ARTILHARIA PRECISA DE INSTRUÇÃO DE INFANTARIA

Ambos os nossos observadores acreditam que todos os artilheiros precisam de muito mais doutrinação da tática básica da infantaria. Não tanto para entender os proble-

mas dos infantés, mas para que possam tomar conta de si próprios. A proteção das posições, aproveitamento das características do terreno, proteção em marchas e o trabalho junto à infantaria, tudo isto indica a necessidade de mais instrução de tática básica de infantaria.

Houve numerosas ocasiões em que foram demonstradas deficiências na instrução, em número bastante para indicar que elas eram bem gerais. A deficiência na exploração rádio e telefônica foi notória. Embora esse assunto apareça frequentemente nos programas da maioria das unidades, o fato que ainda permanece é o de que, na Coreia, elas não foram boas.

O preparo físico foi aprendido através de duras lições. Uma nação de gente que cria dentes andando de carrinho e que vem das corridas de automóvel para o serviço militar, precisa marchar muito através do campo, antes de poder bater acima e abaixo as colinas da Coreia.

Muito se tem insistido na intensificação do preparo físico, porém a mor parte dos oficiais vindos da Coreia sente seguramente que a nossa preparação para o combate é suave de mais.

Também a disciplina e o disfarce precisam maior ênfase. Mesmo tendo tido superioridade aérea e de artilharia, perdemos gente e material devido à pouca importância dada à cobertura, ao disfarce e à disciplina de segurança.

Há necessidade ainda, entre os oficiais de artilharia, de dispendere mais tempo na instrução de tiro e da operação da C.TIRO.

LIDERANÇA E MORAL

A liderança e a moral não dizem respeito apenas à artilharia, mas, sem boa liderança e moral elevada, nenhuma unidade de artilharia pode dar conta de suas missões. O Coronel Marshall tem algumas idéias seguras sobre isso: "Considerando a situação, eu diria que o 8º Exército tem procurado resolver os seus problemas principais relativos à moral. Não houve realmente ne-

nhum pânico entre as suas tropas em qualquer ocasião, durante os sete meses passados, a despeito de qualquer notícia em contrário. A disciplina é melhor do que a dos melhores Exércitos da 2ª Guerra Mundial.

Não há ninguém fingindo doente e quase nenhuma neurose de guerra. A percentagem de crimes é pequena. Os homens respondem bem aos seus oficiais. É claro que as unidades combatentes sentem medo, mas o controle dele é realmente extraordinário". Owsley concorda com isso, mas acrescenta que a maior parte foi aprendida pela experiência e que a disciplina deve ser mais apertada, começando na instrução.

Que incentivo motiva o bom desempenho em combate, sob condições adversas, tais como as conhecidas por nossas tropas na Coréia? O Coronel Marshall diz que é o "espírito da boa companhia", acima de tudo. Há o maior orgulho em pertencer a uma unidade e há grande rivalidade entre unidades. Todas elas querem ser conhecidas como a melhor. Qualquer ato de reconhecimento auxilia, particularmente uma história bem conhecida que sirva como exemplo". A isto Owsley acrescentou um ponto interessante: "o sentimento dominante é cumprir a missão e voltar para casa, mas há realmente uma motivação fundamental que faz a maioria dos soldados quererem manter a América tal como ela é agora".

Foram assinaladas duas grandes fraquezas. A primeira diz respeito à fraqueza da disciplina de suprimento. Há demasiado desperdício. Tem sido permitido de mais que os homens atirem fora o que irão necessitar depois, quer sejam capacetes ou granadas. No escalão batalhão, isto é particularmente uma fraqueza; a responsabilidade é passada aos comandantes de companhia ou de bateria, embora devesse ser decidida pelo comando, na base de uma perspectiva mais ampla.

Como uma crítica geral, Marshall sente que deixamos de empregar e coordenar totalmente os nossos recursos logísticos, a fim de aliviar a carga das unidades no ataque.

Owsley notou uma falha na liderança entre os sargentos, a qual, evidentemente, aponta para uma liderança deficiente por parte dos oficiais. Muito azeite, os oficiais estão fazendo coisas que competem aos sargentos. Isto desprestigia os sargentos e prejudica a eficiência da organização. Esta falha prevalece não somente na Coréia, mas em todo o Exército.

Uma pergunta foi se o exemplo de coragem pessoal do Gen. Dean serviu como exemplo inspirador ou possivelmente como uma lição sem importância para os seus subordinados. O Coronel Marshall respondeu: "Penso que o exemplo pessoal do Gen. Dean foi de valor inestimável para todos os postos. Ele é ainda discutido e sempre com admiração. Se a sua vida foi gasta, foi bem gasta". Owsley concorda plenamente com isto, mas acrescenta que "é um comentário melancólico para uma situação em que um general tem que atirar da bazuca".

Marshall tem estado, por muitos anos, intimamente ligado a problemas de liderança, especialmente nos pequenos escalões. Em seu livro "Men against fire" (Homens frente ao fogo), ele declarou que, na 2ª Guerra Mundial, apenas vinte e cinco por cento dos fuzileiros atiravam com seus fuzis em qualquer combate pelo fogo. Perguntado como se comportava a experiência coreana, face a essa declaração, Marshall respondeu que a percentagem de tiros na linha de infantaria, na Coréia, subiu muito. Ele estima que tenhamos dobrado o volume para perto de cinquenta por cento e pensa que isto é quase o que se pode esperar de melhor. Julga ainda que os sargentos estão verificando melhor os fogos, ao longo da frente.

SITUAÇÃO ATUAL DO PROBLEMA DOS AGRESSIVOS QUÍMICOS

Ten.-Cel. SENEN DEL OSO ROMERO

Traduzido, data venia, da Revista "Ejército",
pelo Major GABRIEL D'ANNUNZIO AGOSTINI

É evidente, e todos o admitem sem ceticismo e sem dúvida de qualquer espécie, que o estudo da química tem sido algo de básico e fundamental para o progresso da Humanidade.

De tal modo isto é verdadeiro que ninguém ignora o fato de o descobrimento da pólvora ter marcado, na História, o começo de uma nova Era.

Muitas indústrias básicas — siderurgia, adubos, etc. — que, por si sós, bastam para tornar próspero qualquer país, só podem atingir o apogeu mediante aplicação, nas mesmas, dos conhecimentos científicos da técnica química, em seus múltiplos e variados aspectos.

É por isso que as nações mais adiantadas e industrializadas são, precisamente, as que prestam mais atenção a essa espécie de estudos e conhecimentos, nos seus centros de experimentação e investigações.

Por outro lado, sabemos também que até nosso próprio organismo — e o de todos os seres da Criação — constitui, na realidade, um grande laboratório no qual se sucedem, ininterruptamente, delicadas e inumeráveis reações químicas, muitas das quais, dada a complexidade que apresentam, ainda não são bem conhecidas.

Qualquer anomalia ou irregularidade nelas provoca e faz sofrer enfermidades. Para combatê-las, a fabricação de medicamentos e especialidades constitui outro importante ramo da indústria química.

Vemos, pois, que essa ciência tudo abrange e por isso seu estudo é interessante e útil, sob qualquer ponto de vista.

Limitando este estudo ao aspecto militar, devemos observar uma grande variedade de produtos existentes, manufaturados pela indústria química, que se conhece sob o nome genérico de explosivos. Estes têm por características comuns o serem capazes de pôr em liberdade, de um modo quase instantâneo, as enormes quantidades de energia que têm armazenadas sob a forma potencial, originando, então, pressões que atingem milhares de atmosferas, temperaturas que parecem aproximar-se da dos astros e velocidades de propagação de movimentos que alcançam vários milhares de metros por segundo.

Da mesma maneira e sob esse mesmo ponto de vista militar, a indústria química é capaz de produzir os vulgarmente chamados "gases asfixiantes", denominação que, segundo sabemos, é imprópria e pouco adequada à natureza e propriedade destes produtos, já que, a maioria deles não são gases nas condições normais de pressão e temperatura e seus efeitos sobre o organismo, salvo exceções, tampouco são sempre asfixiantes.

Limitando-nos a esta classe de produtos químicos, faremos, a seguir, considerações sobre os mesmos.

Com este propósito, notemos que, iniciado o emprego maciço dos citados produtos, no ano de 1915, durante a 1ª Guerra Mundial, ambos os beligerantes fizeram, a seguir, esforços verdadeiramente extraordinários para empregar, nas frentes de combate, substâncias que, de qualquer forma, dessem lugar a alguma ação tóxica, irritante ou prejudicial ao organismo; estudos e investigações que, a pesar de decorrido muito tempo, ainda continuam, pelo desejo claro e manifesto de todas as nações de encontrar agressivos químicos cada vez mais eficazes e poderosos.

Apesar disso, os produtos suscetíveis de serem empregados com tal finalidade não são tão numerosos como se poderia crer, devido ao grande número de condições que devem satisfazer, além da principal, que é produzir intoxicações capazes de perturbar o normal funcionamento fisiológico do organismo.

Em primeiro lugar, ao lançá-lo no meio ambiente, mesmo que passe para aí em estado gasoso, sua densidade terá que ser maior que a do ar, para que permaneça certo tempo nas camadas atmosféricas, logo acima do solo, onde vive o homem.

Esses agentes terão que ser inalteráveis à ação dos elementos contidos no ar e à umidade que nele possa existir, pois que, de outro modo, no mesmo instante de entrarem em contacto com a atmosfera, decompõem-se, não chegando a exercer sua ação.

Caso tenham que ser transportados em bombas ou projetis, como geralmente ocorre, é preciso que também sejam estáveis, mesmo às elevadas temperaturas que serão produzidas no momento da explosão necessária para pô-los em liberdade.

Do mesmo modo, tais agressivos deverão ter uma estrutura molecular o mais simples possível, pois que, desta maneira, as sínteses ou operações de fabricação serão menos complicadas, o que influirá de maneira decisiva no preço do produto. Esta é uma circunstância que

se deve ter muito em conta, visto que as grandes quantidades necessárias para qualquer campanha atingem muitos milhares de toneladas. Caso o preço do produto tóxico seja muito elevado, ter-se-á que renunciar ao seu emprego, por mais vantajosos e decisivos que sejam seus efeitos, já que não haverá nação capaz de suportar o seu fabrico.

A cada nação fica, também, limitado campo para a escolha desses produtos químicos, pois devem ser de tal natureza que as matérias químicas necessárias à sua fabricação não tenham que ser importadas, mas, muito pelo contrário, devem abundar no país, para assim assegurar a possibilidade de dispor delas em caso de guerra.

Além disso, deve ser possível obter praticamente tais agressivos por métodos industriais, já que, somente assim, poderão as nações fabricá-los nas grandes quantidades que a guerra exige.

Apesar do enorme progresso da química, muitos compostos só podem ser obtidos em laboratórios, em quantidade pequena, operando com matérias-primas puríssimas e em recipientes de vidro. Em tais casos, quando se quiser fabricá-los em larga escala, serão de tal ordem as perturbações que originam as grandes massas, o emprego de matérias comerciais e os reatores maiores que, praticamente, a fabricação não pode ser levada a efeito.

Os tóxicos de guerra devem também permitir seu armazenamento sem que se decomponham espontaneamente, isto é, devem ser estáveis, apesar da ação do tempo.

Finalmente, entre as muitas condições que devem satisfazer, pode-se mencionar a de não atacarem o ferro e o aço dos cilindros, das bombas e projetis que devem contê-los, pois, do contrário, seria preciso colocar, dentro destes, dispositivos de isolamento, complicando os ditos elementos e, ao mesmo tempo, encarecendo-os.

Apesar de ter a química mineral muitos elementos de grande poder tóxico, foi-se, sucessivamente, excluindo a todos, tendo

em vista as diversas condições exigidas, conforme as normas gerais citadas, restando, unicamente, os da química orgânica, como os utilizáveis para tais fins.

Assim, por exemplo, o cloro, que nos primeiros ensaios conduziu a êxitos tão grandes, é considerado, hoje, nada mais que um simples irritante, em comparação aos produtos que se empregam com tal finalidade. Influíu muito, também, para que fôsse pôsto de lado, a circunstância de poder êle ser facilmente neutralizado, subtraindo-se assim a seus efeitos.

A grosso modo, pode-se notar que, de meio milhão de compostos que se calcula existir atualmente na química do carbono, somente algumas centenas, por sua constituição, são suscetíveis de utilização com fins bélicos; a maior parte destes já têm sido estudados e experimentados.

Ao terminar a primeira Guerra Mundial, usava-se somente dez; depois de outras investigações mais completas que se realizaram, acrescentando ainda uma série de circunstâncias excludentes, hoje em dia, considera-se reduzido êste número a cinco ou seis.

É interessante notar mais uma circunstância: os agressivos químicos que foram empregados na 1ª Guerra Mundial e todos os que, atualmente, são considerados como mais eficazes e utilizáveis, não foram descobertos durante aquela Guerra, nem nos anos posteriores à mesma. Seu conhecimento, data de muitos anos atrás e alguns, como a iperita, remontam aos meados do século passado. O que ocorreu, unicamente, foi que, naquela época, quando descobertos, seu estudo foi abandonado por serem considerados corpos sem utilidade alguma e, além disso, de perigoso manuseio.

Apesar da extensão das investigações realizadas desde a citada Guerra, à procura de poderosos agressivos, não resultou encontrar-se outros, além dos já conhecidos, que os pudessem substituir com vantagens. É natural que isto tenha acontecido dado o grande nú-

mero de condições a que nos referimos e que devem satisfazer e ao alto grau de desenvolvimento a que chegou o conhecimento da química, resultando, daí, cada dia mais difícil encontrar-se qualquer coisa de novo. É possível que, quando menos se espere, descubra-se algum composto mais tóxico dos que se consagram hoje, como definitivos; mas, neste caso, pelos motivos que acabamos de apontar, teria que ter uma constituição molecular demasiado complicada, resultando então, de aplicação impossível, por deixar de satisfazer uma das principais condições já citadas e que todos devem preencher.

Alguém poderia aduzir que um descobrimento desta espécie permaneceria, no caso de se realizar, rodeado da maior reserva e segredo, por parte da nação que o possuísse. Isto também é muito difícil, pois, além dos admiravelmente montados serviços de informações dos exércitos modernos, a ciência carece de fronteiras e tem, hoje, um caráter de colaboração universal tão grande e trabalha de uma maneira tão progressista, que um descobrimento desta natureza nunca surgirá espontaneamente. Será fruto ou derivará de modo imediato de complicados e continuos estudos, orientados, muitas vezes, com várias finalidades, nos quais terão colaborado e intervido sábios de diferentes países que, simultaneamente ou com pequena diferença de tempo, chegariam aos mesmos resultados e deduziriam conclusões análogas, quanto às suas aplicações.

Por êste motivo, devem ser aceitas com grande reserva as notícias que, periódicamente, aparecem na imprensa mundial com características e descrições impressionantes, assinalando o descobrimento de muitos agressivos químicos dotados de um excepcional poder destruidor, porque mesma se assim fôsse, isto seria somente, como já se viu, uma das muitas condições necessárias para sua utilização na guerra.

O não cumprimento de todos os requisitos necessários é o que tem determinado que muitos corpos tóxicos, de efeitos tão positivos, como o ácido cianídrico (o terrível ácido prússico), o arsénio (veneno secular) e o óxido de carbono, não sejam considerados, atualmente, como agressivos químicos de guerra.

Os agressivos químicos de guerra podem ser agrupados de várias maneiras, de acordo com o ponto de vista que se considere. Assim, por exemplo, atendendo-se às perturbações fisiológicas que possam ocasionar, classificam-se lacrimogênicos, esternutatórios, sufocantes, viscosantes, etc.

Esta forma de grupá-los é muito interessante, para quem sofre seus efeitos e para os médicos que têm de proceder à cura dos gaseados; mas, para o comando militar é, até certo ponto, indiferente saber se as lesões causadas por seus ataques com gases são sobre a vista, o pulmão ou sobre a pele.

Sem dúvida que, em determinados casos, é muito útil ao chefe militar conhecer o anteriormente citado. Se, por exemplo, suas patrulhas de infantaria esbarram com uma inesperada e pequena resistência inimiga que lhes faça intenso e eficaz fogo, bastará que lhes lance algumas granadas lacrimogêneas para que, no momento, a lacrimação que ocasione seja de tal intensidade que torne o inimigo completamente cego e o fogo que fazia seja totalmente suspenso. Outras vezes, é preciso cansar e fatigar o adversário, sendo, então, indicado enviar-lhe, lenta e regularmente, granadas que sejam também lacrimogêneas para obrigá-lo a usar a máscara o número de horas que se desejar, forçando-o a permanecer sem comer, sem descansar e com sua aptidão de manobra muito reduzida. Por este motivo, os lacrimogêneos são chamados também "agentes de desgaste".

A importância militar dos agentes esternutatórios reside em que não protegem contra eles os dispositivos correntes das máscaras e, ao

provocar violentos e continuados espirros, ocasionam uma fadiga e dispnéia que obrigam a arrancar a máscara, expondo-se então à ação de outros tóxicos que o inimigo terá lançado simultânea ou imediatamente após.

Por este motivo, são os agentes esternutatórios também conhecidos por "Fura-máscaras".

Outras classificações são dignas também de serem levadas em conta. Assim, por exemplo, os agentes químicos podem ser grupados em persistentes e fugazes. É claro que não são aplicáveis indiferentemente, nas mesmas situações táticas.

Quando a um ataque químico deve seguir-se um ataque com tropa, é preciso efetuá-lo com tóxicos fugazes, para que, após ocasionarem danos ao inimigo, desapareçam e não ocasionem prejuízo às tropas que ataquem, ao ocupar o objetivo; mas, se, ao contrário, o que se deva efetuar é uma retirada, convém, ao retroceder, deixar contaminado com um composto persistente o terreno que se abandone, para impedir ao inimigo realizar a perseguição.

Outro aspecto deve o chefe militar levar em conta: existem agressivos químicos cujos efeitos são imediatos e, portanto, imediatamente devem ser aproveitados seus resultados. Outros, porém, têm uma ação retardada e atuam após um período latente — que muitas vezes chega a ser de vinte e quatro horas — desde que se efetuou o contacto, até o aparecimento dos efeitos. É claro que, neste caso, não deve o chefe militar tentar obter vantagens táticas, logo após seu lançamento sobre o inimigo, já que este estará com ânimo e disposição de combater.

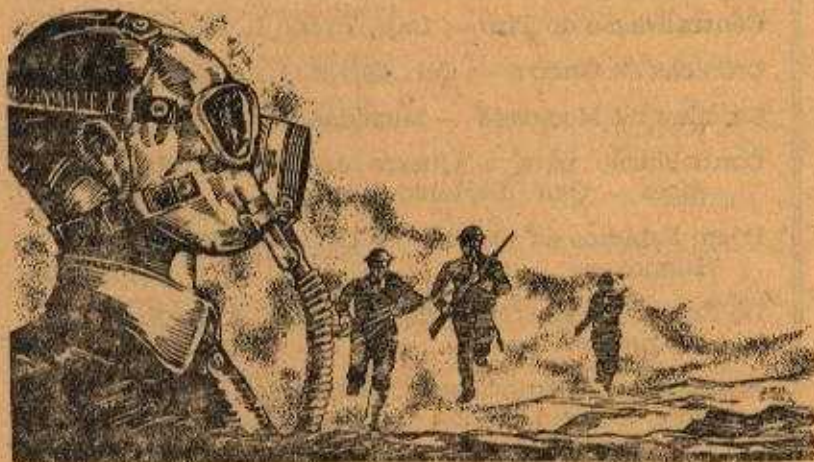
Vimos, pois, em resumo, que tendo em vista as características gerais dos agressivos químicos enumerados, cada situação requererá o uso de um determinado agente, que, por sua vez, terá condições ótimas de emprego, fora das quais, sua utilização poderá ser

não somente ineficaz, como também, contraproducente.

O que foi dito anteriormente obriga que a arma química seja manejada com muita habilidade, por um quadro de oficiais de elevada instrução técnica, na qual deve repousar a confiança que infundem, em todo o Exército, no manejo de tão perigosas substâncias.

Durante a 1ª Guerra Mundial, os Russos sofreram várias vezes os efeitos de suas próprias missões de gases, por não terem seus chefes a devida precaução sob este aspecto.

E, a título de curiosidade, mencionaremos, para terminar, uma maneira de dar nome aos agressivos químicos que os Alemães adotaram na referida luta e que logo se generalizou, persistindo ainda em algumas nações. Agentes de "cruz amarela", de "cruz azul" e de "cruz verde" são respectivamente os que ocasionam efeitos visicantes, "fura-máscaras" e sufocantes, denominação que receberam em função das marcas que colocaram nos projéteis que continham cada uma destas classes de produtos.





EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR

COOPERAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO EXÉRCITO

ORGANIZAÇÃO DE UM DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ten.-Cel. JAYR JORDÃO RAMOS, da E.E.F.E.



EXAMINAREMOS, no presente artigo, a título de sugestão, as necessidades de um Departamento de Educação Física, a fim de cooperarmos na atualização dos existentes nas nossas Unidades, tendo em vista a fase que atravessamos de novos rumos no adestramento físico militar.

Para facilidade de exposição, estudaremos, sucessivamente, a constituição da biblioteca especializada, do gabinete fisiológico e do depósito de material móvel, partes essenciais da organização em aprêço. Deixaremos, para outra oportunidade, a questão relativa ao material fixo.

BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

Há certos livros, manuais, regulamentos e documentos básicos de educação física, indispensáveis ao estudo, meditação e consulta. Entre eles, especificados dentro da uma ordem utilitária, serão de uso corrente:

1 — Manual de Educação Física Militar — C-21-20.

2 — Manual de Ginástica Acrobática.

3 — Manual de Treinamento Especializado — C-21-151.

4 — Manual do Oficial do Serviço Especial — T-21-205.

5 — Manual de Jogos Militares — T-21-221 (publicado parcialmente na Revista de Educação Física — Nos. 60 e 62).

6 — Plano de Treinamento Físico (adaptado aos Programas Padrão de Instrução).

7 — Código Desportivo — D.D.E.

8 — Código Desportivo — D.D.E.

— Anexo III — Modelos de Programas, Quadros, Papeletas e Súmulas.

9 — Instruções Especiais — N. 2 — D. D. E.

10 — Atletismo — Regras Oficiais — 1947 — C. B. D.

11 — Estatuto y Reglamento del Pentathlon Militar Sulamericano.

12 — Estatutos da União Internacional do Pentatlo Moderno.

13 — Apostilas de Saltos — E. E. F. E.

14 — Notas de Arremesso e Corridas — E. E. F. E.

15 — Manual de Biometria — T-21-223 (publicado na Revista de Educação Física — Nos. 57, 58 e 59).

16 — Notas de Biometria — E. E. F. E.

17 — Natação e Saltos — Regras Oficiais — 1949 — C. B. D.

18 — Water-Polo — Regras Oficiais — 1951 — C. B. D.

19 — Mergulhos Ornamentais — Eduardo Guidão da Cruz.

20 — Notas de Natação — E. E. F. E.

21 — Notas de Polo Aquático — E. E. F. E.

22 — Boxe — Regulamento Técnico — C. B. D.

23 — Defesa Pessoal — Major Lima e Silva e Professor Latorre de Faria.

24 — Como treinar pugilistas — Coutinho e Silva.

25 — Judo — K. Takeshita.

26 — Esgrima — Regulamento de Provas — F. I. E.

- 27 — Notas de Esgrima — E. E. F. E.
- 28 — Basquetebol — Regras Oficiais — 1951 — C. B. D.
- 29 — Notas de Basquetebol — E. E. F. E.
- 30 — Futebol — Regras Oficiais — 1950 — C.B.D.
- 31 — Notas de Futebol — E. E. F. E.
- 32 — Voleibol — Regras Oficiais — 1951 — C. B. D.
- 33 — Notas de Voleibol — E. E. F. E.
- 34 — Notas do Manual de Massagem — E. E. F. E.
- 35 — Notas de Ginástica de Aparelhos — E. E. F. E.
- 36 — Notas de Ginástica de Chão — E. E. F. E.
- 37 — Pêso e Halteres — Regulamento — F. I. H.
- 38 — Notas de Pesos e Halteres — E. E. F. E.
- 39 — Guia para Levantamento de Pêso — Paulo Azeredo.
- 40 — Notas de Higiene Aplicada e Socorros — E. E. F. E.
- 41 — Regulamento do D. D. E. — R-170.
- 42 — Dêz Estádios ao Exército — Ten.-Cel. Jayr Jordão Ramos.
- 43 — Notas de Organização de Educação Física e Serviço Especial.
- 44 — Instruções para a matrícula na E. E. F. E.
- 45 — Coleção de Súmulas de Saltos, Corridas e Arremessos — D. D. E. (para uso).
- 46 — Índice da Revista de Educação Física.
- 47 — Revista de Educação Física — Coleção.

É claro que esta lista, organizada dentro do mínimo indispensável, poderá ser bastante ampliada.

Além disso, tendo em vista os seus objetivos, deverá ser constantemente posta em dia, pois, logo após o aparecimento dos demais Manuais de Campanha e Técnicos referentes às atividades físicas, já redigidos e dependentes de impressão, desaparecerá a necessidade da manutenção obrigatória de alguns dos livros e notas citados. Esses Manuais, esperados para breve, são os seguintes:

Manuais de Campanha:

- Ataque e Defesa do Militar Desarmado — C-21-150.
- Instrução Individual para Operações Aquáticas — C 21-22.
- Companhia de Serviço Especial — C-28-105.

Manuais Técnicos:

- Bases Científicas da Educação Física — T-21-215.
- Educação Física Geral — T-21-216.
- Natação, Desportos e Jogos Aquáticos — T-21-217.
- Esgrima — T-21-218.
- Desportos Individuais e Terrestres — T-21-219.
- Desportos Coletivos e Terrestres — T-21-220.
- Massagista do Exército — T-21-222.
- Organização e Aparelhamento de Estádios e Terrenos Destinados à Educação Física — T-21-224.

GABINETE FISIOLÓGICO

Para realizar os exames constantes da nova ficha biométrica e a verificação dos resultados dos exercícios físicos, torna-se necessário a existência de um pequeno gabinete fisiológico, convenientemente equipado com fichas, aparelhos e utensílios. Assim, serão de largo emprego:

- 1 — Balança com precisão até 100 gramas (tipo Filizola, por exemplo).
- 2 — Toesa para altura, de preferência metálica, fixa à parede.
- 3 — Mesa de Viola com cursor, modelo Áureo de Moraes.
- 4 — Lápis dermatográfico.
- 5 — Compasso de espessura, modelo Baudelocque.
- 6 — Compasso nasal, graduado em milímetros.
- 7 — Coleção de fichas biométricas.
- 8 — Compasso cefálico, graduado em milímetros.
- 9 — Lápis bicolor.
- 10 — Livro de "Registro de Acidentes na prática da Educação Física".
- 11 — Tabela de 3 dimensões do Sgt. Alarcão — Para cálculo dos valores biotipológicos.

12 — Tabela do índice cefálico.
 13 — Tabela do índice nasal.
 14 — Fita métrica de aço, de 2 metros.

15 — Tensiômetro coletivo, modelo Aúreo de Moraes.

16 — Espirômetro de Barnes.

17 — Cronômetros.

18 — Dinamômetros manual.

19 — Dinamômetro lombar de Boagey (ou dispositivo para utilização do dinamômetro manual na medida da força lombar).

20 — Toesa para busto, de preferência metálica, fixa à parede.

21 — Quadro mural para envergadura.

22 — Manômetro para força expiratória (a ser usado na prova de Burger).

Os quatorze primeiros materiais são imprescindíveis para confecção da nova ficha biométrica, e os demais úteis nas diferentes verificações do treinamento físico.

Finalmente, para não sobrecarregar o serviço das Formações Sanitárias dos Corpos, será útil nos Gabinetes Fisiológicos a mesa de massagem e aparelhos de raios infra-vermelhos, ultra-violeta e ondas curtas, devido ao largo emprego dos mesmos nos pequenos acidentes oriundos da prática das atividades físicas.

MATERIAL MÓVEL

Para se obter um bom rendimento no treinamento físico dos soldados, é preciso prover o Departamento de uma certa quantidade de material móvel. Assim, a título de indicação, vamos discriminar o citado material, útil e indispensável na prática dos exercícios físicos. Deixaremos para outra oportunidade o estudo de certos materiais especializados, tais como os de esgrima, boxe, etc.

Para o trepar :

Cordas suficientemente grossas, com 5 m de comprimento e 35 mm de diâmetro.

Para o saltar :

— estantes de madeira, graduáveis, a fim de facilitar a realização do salto em altura e com vara, em qualquer lugar e por um maior número de turmas;

— sarrafos de madeira de secção triangular, medindo cada face 30 mm, comprimento 4 mm, peso máximo de 2 k;

— cordas para pular;

— varas de qualquer material, com 4,50 m, para treinamento e competições de salto com vara;

— bastões de 1,50 m terminados em forquetas, para possibilitar a colocação da vara no salto com vara;

— trenas metálicas.

Para o levantar e transportar :

— pedras de diferentes tamanhos;

— troncos de árvore, com cerca de 5 m de comprimento e 20 de diâmetro;

— sacos de 50 k, com 80 cm de altura e 40 cm de diâmetro, contendo no seu interior uma mistura de 1/6 de areia e 5/6 de serragem. O saco deverá ser feito de lona forte e debruado de couro nas extremidades, sendo aconselhável construir-se dois sacos, metendo-se um dentro do outro.

— sacos de 30 k, de construção idêntica.

Para o correr :

— jogos de barreira ajustáveis quanto à altura (1,10 m — 1,06 m; 200 m — 0,762 m; 400 m — 0,914 m) feitos de madeira ou metal e consistindo em duas bases e dois postes que sustentarão um quadro retangular reforçado por uma ou mais barras transversais, ficando os postes fixos nas extremidades de cada base e a barra superior da barreira pintada com listas brancas e pretas; largura máxima da barreira — 1,20 m; comprimento máximo da base — 0,70; peso total nunca menor de 10 k; espessura da barra superior — 7 cm;

— bastões de madeira para o revezamento, com cerca de 30 cm de comprimento, 12 cm de circunferência e, pesando, no mínimo, 50 gramas;

— pistolas para o sinal de partida;

— cronômetro de 1/5 de segundo;

— fios de lã;

— pás para cavar as marcas.

Para o lançar :

- paralelepípedos ;
- bolas de medicine de 2, 3, 4 e 5 k ;
- pesos regulamentares de 7,257 k ;
- pesos de 5 k ;
- dardos de 800 gramas e 2,60 m de comprimento ;
- discos de 2 k ;
- martelos regulamentares de 7,257 k ;
- bandeiras metálicas de marcação ;
- lonas para o passeio aéreo.

Para o atacar e defender-se :

- colchões para lutas de 5 m x 5 m ;
- cordas e varas de diferentes tamanhos para lutas e exercícios de oposição ;
- cabo de guerra.

Para ginástica acrobática :

- lona de proteção ;
- cinto de segurança ;

- trampolim ;
- cavalo de pau ;
- barra horizontal ;
- barras paralelas.

Para os jogos e esportes coletivos :

- apitos diversos ;
- atacadores ;
- bolas de futebol, rugby, ténis, polo-aquático, "cage-ball", basquetebol e voleibol ;
- rédes de futebol, voleibol e basquetebol ;
- bombas de encher ;
- fiadores ;
- metas (goals) para polo-aquático.

Material de conservação e marcação :

Pás, enxadas, ancinhos, dispositivo para marcar a pista, vassouras, cal, carrinho de marcação ou aparelho especial para o mesmo fim, regadores e rolos compressores de diversos tamanhos.

Não nos temos cansado de repetir que "A Defesa Nacional" tem uma dupla finalidade evidente, indiscutível, inegável : ela é o espelho da intelectualidade profissional dos quadros militares, do Aspirante ao General, os quais, mais por imperativo moral do que por obrigação regulamentar, devem demonstrar o seu zelo pela cultura profissional e, por outro lado, é o veículo mais apropriado à difusão dos conhecimentos de real utilidade para o aprimoramento da instrução dos quadros, porque pode levar aos menos dotados de recursos próprios os frutos do labor intelectual de outros camaradas.

(Do Relatório da Diretoria relativo a 1951).

* * *

Não são raras as alegações de que a nossa Revista não consegue "interessar" a todos os seus leitores. Os que se manifestam assim, revelam deplorável incompreensão das finalidades da nossa Revista, ou certa displicência intelectual mal encoberta, porque, sendo capazes de julgar do valor do trabalho alheio, não utilizam a sua competência profissional para corrigirem, como colaboradores, as deficiências que alegam.

(Do Relatório da Diretoria relativo a 1951).

PLANEJAMENTO TÉCNICO DA TRAVESSIA DOS CURSOS D'ÁGUA

Major SAMUEL A. A. CORRÊA

O segredo do sucesso e rapidez da travessia à viva força de rios importantes e fortemente defendidos tem sido a preparação cuidadosa, que engloba :

- o planejamento, feito com a antecedência compatível com o escalão considerado ;
- o treinamento, efetuado em áreas mais à retaguarda, onde, em terreno e rio tanto quanto possível semelhantes aos das futuras operações, as Divisões são submetidas a instrução intensiva, que visa familiarizar as tropas de assalto com o manuseio e utilização dos meios de travessia e as unidades de Engenharia com as novas técnicas e materiais ;
- os reconhecimentos : iniciados o mais cedo possível, visam principalmente a identificação dos objetivos, a seleção dos locais de travessia, de construção das passarelas, portadas e pontes e de zonas de reunião inicial e final ;
- a reunião dos meios, normalmente realizada na noite que precede a travessia.

O planejamento varia com o escalão considerado, comportando o divisionário :

- a parte tática, que é atribuição do E-3, não difere do que, em geral, é realizado nas operações terrestres normais (escolha dos objetivos, determinação do dispositivo de travessia, etc.) ;
- a parte técnica, que é atribuição do ED ; interessa, de imediato, ao oficial de Engenharia, e, por isso, será por nós focalizado.

O planejamento técnico deve ser realizado em íntima ligação com o E-3 e com os Cmts. das unidades de Engenharia do escalão superior que apoiarão a Divisão, e deve englobar o estudo detalhado de COMO a travessia será efetuada.

Sob a forma de estudo esquemático, que poderá facilitar a compreensão, analisaremos os dois casos seguintes :

- o material de travessia disponível é suficiente para atender ao dispositivo adotado ;
- o material de travessia disponível impõe o dispositivo a ser adotado,

que traduzem as situações extremas que podemos ter.

CASO ESQUEMATICO N. 1

(O material de travessia disponível é suficiente para atender ao dispositivo adotado)

I — Dados básicos :

A — A 1ª DI tipo I planeja a travessia do Rio Z, apoiada pelo 54º Gpt E Cmb.

B — Características do Rio Z :

- largura : 80 m ;
- velocidade da corrente : 1 m/seg ;
- profundidade : 2 m ;
- margens :
 - favoráveis para botes de assalto, portadas e passadeiras ;
 - necessitam que rampas de acesso sejam construídas para as pontes rodoviárias ;
 - duas boas estradas conduzem às pontes de concreto destruídas ;
 - estradas secundárias conduzem a pelo menos 2 outros locais onde a travessia é feita normalmente por meio de balsas.

C — O dispositivo de travessia adotado pela 1ª DI é constante do Anexo n. 1.

D — Composição do 54º Gpt E Cmb :

- 541º, 542º e 543º BE Cmb ;
- 544ª Cia Pnt Pnm reforçada por 1 Pel Eq L ;
- 545ª Cia Cam Base ;
- 546ª Cia Equipamento Leve.

II — Material de travessia disponível :

A) Botes de assalto :

a) 1º BE Cmb.....	21
b) 544ª Cia Pnt Pnm.....	84
c) Pel Eq L.....	70
d) Total.....	175

B) Passadeira M 1938 :

a) 544ª Cia Pnt Pnm.....	131,67 m
b) Pel Eq L.....	131,67 m
c) Total.....	263,34 m

C) Portadas de Infantaria :

a) 544ª Cia Pnt Pnm :	
— 3 suportes.....	12
ou	
— 5 suportes.....	7
b) Pel Eq L :	
— 3 suportes.....	12
ou	
— 5 suportes.....	7
c) Total :	
— 3 suportes.....	24
ou	
— 5 suportes.....	14

D) Ponte M4A2 :

544ª Cia Pnt Pnm.....	239,27 m
-----------------------	----------

III — Material de travessia necessário :

A) Botes de assalto (cada RI de 1º escalão) :

1. Vagas de assalto :

— 1ª vaga :

- Cada Pel Fz necessita de 4 botes ;
- Atravessam 2 Cias Fz a 3 Pel Fz ; logo são 6 Pel Fz ou 24 botes ;
- Travessia do Pel E Cmb que apoiará na 2ª margem o Btl Inf de 1º escalão :
- Cada Pel E Cmb necessita de 4 botes ;
- Logo, são necessários 4 botes.

— 2ª vaga :

- Cada Pel Ptr necessita de 4 botes ; o Cmdo da Cia Fz e Obs av Art necessitam de 1 bote ;
- Atravessam 2 Pel Ptr e 2 Cmdos Cias Fz e Obs av ; logo são necessários 10 botes.

— 3ª vaga :

- 1 Dst Cmdo Btl Inf : 2 botes ;
- 1 Cia Ptr P : 14 botes.
- Reserva : $1/3 (24 + 4 + 10 + 16) = 18$ botes.
- Total : $24 + 4 + 10 + 16 + 18 = 72$ botes.

2. Vagas de retorno :

- 1 Cia Fz reserva : 17 botes
- 1 Cmdo Btl Inf (—) : 6 botes
- 1 Pel Saúde : 2 botes
- Reserva (25) : 8 botes
- 3
- Total : 33 botes

B) Passadeiras M 1938 :

- 1 para cada RI..... 80 m
- 2 RI..... 160 m
- Reserva (160)..... 54 m
- 3
- Total $(160 + 54)$ 214 m

C) Portadas para Infantaria (5 suportes) :

- 2 para cada RI :
- 2 RI..... 4 portadas
- Reserva : 2 portadas.
- (Em cada local podem ser operadas 2 portadas ; logo, é necessário em cada local a reserva de 1 portada)
- Total..... 6 portadas

D) Pontes M4A2 :

- Serão construídas 2, logo : 160 m
- Reserva (160) : 54 m
- 3
- Total : 214 m

E) Portadas M4A2 :

- Não têm construção indicada em rios de largura inferior a 100 m.

IV — Pessoal de Engenharia necessário :

A) Assalto (cada RI de 1º escalão) :

— Cada bote de assalto é tripulado por 3 homens :

1ª vaga :

— São 24 botes, logo : $24 \times 3 = 72$ homens.

Considerando-se 36 homens por Pel E Cmb, serão 2 Pels E Cmb.

2ª vaga :

— São 10 botes, logo : $10 \times 3 = 30$ homens.

3ª vaga :

— São 16 botes, logo : $16 \times 3 = 48$ homens.

— As frações de tropa correspondentes aos botes de retôrno necessitam de 1 guia cada uma.

Logo, a vaga de retôrno precisará de :

$$(17 + 6 + 2) = 25 \text{ homens.}$$

— Total (exceto a 1ª vaga) : $30 + 48 + 25 = 103$ homens ou 3 Pels E Cmb ou 1 Cia E Cmb.

— Acrescendo-se os 2 Pels E Cmb da 1ª vaga e o Pel E Cmb que irá apoiar o Btl Inf na 2ª margem, teremos o total de 6 Pels E Cmb ou 2 Cias E Cmb.

B) *Passadeiras M 1938* 2 Pels E Cmb
(1 Pel E Cmb para cada)

C) *Portadas de Infantaria* 2 Pels E Cmb
(1 Pel E Cmb para cada local de 2 portadas)

D) *Pontes M4A2* 2 Cias E Cmb
(1 Cia E Cmb para cada ponte até 100 m de vão)

E) *Proteção das pontes* 2 Pels E Cmb
(1 Pel E Cmb para cada ponte)

F) *Trabalhos na 1ª margem* 2 Cias E Cmb
(1 Cia E Cmb na ZAç de cada RI)

G) *Total* : 8 Cias E Cmb + 6 Pels E Cmb.

As necessidades em pessoal e material podem ser resumidas no esquema que constitui o Anexo n. 2.

V — Repartição das missões :

A) 1º BE Cmb :

— Tripular os botes da 1ª vaga de assalto e apoiar a progressão na 2ª margem (1 Cia E Cmb para cada RI) ;

— Tripular os botes das 2ª e 3ª vagas de assalto e da vaga de retôrno, fornecendo guias para esta (1 Cia E Cmb para cada RI).

B) 541º BE Cmb :

— Construir :

— 1 ponte M4A2 (1 Cia E Cmb) ;

— 1 passadeira M 1938 e 2 portadas de Infantaria na ZAç do RI de W (1 Cia E Cmb (—) ;

— Proteger a ponte M4A2 (1 Pel E Cmb) ;

— Ter a seu cargo os trabalhos na 1ª margem na ZAç do RI de W (1 Cia E Cmb).

- C) 542º BE Cmb :
 — Id. quanto ao 541º BE Cmb na ZAç do RI de E.
- E) 543º BE Cmb :
 — Reserva.
- F) 544ª Cia Pnt Pnm :
 — Fornecer ao :
 — 1º BE Cmb :
 — 2 Secções de Botes de Assalto.
 — 541º BE Cmb :
 — 1 Pel Pnt ;
 — 3 portadas de Infantaria (5 sup) ;
 — 1 Sec Passadeira.
 — 542º BE Cmb :
 — Id. quanto ao 541º BE Cmb.

CASO ESQUEMATICO N. 2

(O material de travessia disponível impõe o dispositivo a ser adotado)

I — Dados básicos :

- A) A 3ª DI tipo II, apoiada pelo 53º Gpt E Cmb, vai transpor o Rio X.
- B) Características do Rio X :
 — largura : 80 m ;
 — profundidade : 2 m ; corredeiras a W da ZAç permitindo a passagem a vau de tropas a pé ;
 — locais para portadas : 3 (para 2 portadas) a E e 2 (para 2 portadas) a W ;
 — locais para pontes : 2.
- C) Os trabalhos na 1ª margem não exigem mais do que 1 Cia E Cmb.
- D) Dispositivo de travessia : a determinar, de acordo com os meios disponíveis.
- E) Composição do 53º Gpt E Cmb :
 — 531º e 532º BE Cmb ;
 — 533ª Cia Pnt Pnm ;
 — 534ª Cia Cam Base ;
 — 535ª Cia Equipamento Leve.

II — Material de travessia disponível :

- A) Botes de assalto :
- | | | |
|---------------------------|----|-----|
| 1 — 3º BE Cmb..... | 21 | |
| 2 — 533ª Cia Pnt Pnm..... | 84 | |
| 3 — Total..... | | 105 |
- B) Passadeira M 1938 :
- | | |
|-----------------------|----------|
| 533ª Cia Pnt Pnm..... | 131,67 m |
|-----------------------|----------|

C) *Portadas de Infantaria:*

533ª Cia Pnt Pnm:

- 3 suportes..... 12
ou
— 5 suportes..... 7

D) *Ponte M4A2:*

533ª Cia Pnt Pnm..... 239,27 m

III — *Possibilidades do material de travessia disponível:*A) *Botes de assalto:*

- 105
— Deduzida a reserva de $\frac{4}{17} = 26$,
restam: $105 - 26 = 79$ botes.
— Cada Cia Fz necessita de 17 botes, logo podem atravessar nas vagas de assalto: $\frac{79}{17} = 4$ Cias Fz.
— Considerando-se:
— 2 RI em 1º escalão;
— Cada RI com 1 Btl Inf em 1º escalão;
— Cada Btl Inf com 2 Cias Fz em 1º escalão;
— Cada Cia Fz com 3 Pel Fz em 1º escalão as vagas de cada RI poderão ser assim constituídas:
— 1ª vaga:
— 3 Pel Fz por Cia Fz..... 12
— RI..... 24
— 1 Pel E Cmb em apoio ao Btl Inf..... 4
— Total..... 28
— 2ª vaga:
— Pel Ptr (2 × 3)..... 6
— Cmdos Cia, etc (2 × 2)..... 4
— Total..... 10
— Reserva $\frac{1}{3} (28 + 10)$ 13
— Total..... 51 botes.
— A vaga de retórno pode ser assim constituída:
— 1 Cia Ptr P..... 15
— 1 Cmdo Btl Inf..... 8
— 1 Sec Saúde..... 2
— Reserva $\frac{1}{3} (15 + 8 + 2)$ 8
— Total..... 33 botes

B) *Passadeiras M 1938:*

- É possível a construção de 1 passadeira, mantendo-se em reserva 51,67 m.

C) *Portadas de Infantaria:*

- Deduzida a reserva de 4 portadas (1 para cada local),
restam: $12 - 4 = 8$ portadas de 3 suportes;

— Logo, é possível usar 4 locais, com 2 portadas em cada.

D) *Portadas reforçadas:*

— Não convém sejam construídas em rios de largura inferior a 100 m.

E) *Ponte M4A2:*

— Deduzida a reserva de $\frac{239,27}{4} = 59,82$ m, restam:

$$239,27 - 59,82 = 179,45 \text{ m};$$

— Logo, é possível a construção de 2 pontes.

III — *Pessoal de Engenharia necessário:*

A) *Assalto (cada RI de 1º escalão):*

— 1ª vaga:

— Tripulação dos botes..... 72 ou 2 Pels E Cmb

— Apoio ao Btl Inf em 1º esc 1 Pel E Cmb

— 2ª vaga (10 X 3)..... 30 ou 1 Pel E Cmb

— Guias para a vaga de retorno (15 + 8 + 2)..... 25 ou 1 Pel E Cmb

— Total..... 5 Pels E Cmb ou
1 Cia E Cmb
(+ 2 Pels)

B) *Passadeira M 1938*..... 1 Pel E Cmb

C) *Portadas de Infantaria*..... 4 Pels E Cmb ou
1 Cia E Cmb (+)

D) *Ponte M4A2*..... 1 ou 2 Cias E Cmb

E) *Proteção da ponte*..... 1 ou 2 Pels E Cmb

F) *Trabalhos na 1ª margem*..... 1 Cia E Cmb

G) *Total:* 5 ou 6 Cias E Cmb e 7 ou 8 Pels E Cmb.

Como dispomos de 10 Cias E Cmb, podemos atender às necessidades, prevendo, inclusive, 2 pontes para a DI.

As necessidades em pessoal e material podem ser resumidas no esquema que constitui o Anexo n. 3.

IV — *Repartição das missões:*

A) 3º BE Cmb:

— Tripular os botes das vagas de assalto (1 Cia E Cmb para cada RI);

— Apoiar a progressão dos RI na 2ª margem e fornecer guias para a vaga de retorno (1 Cia E Cmb para cada RI).

B) 531º BE Cmb:

— Construir:

— 1 passadeira 1938 e 4 portadas de Infantaria para o RI de E (1 Cia E Cmb);

— 1 ponte M4A2 na ZAç do RI de E (1 Cia E Cmb);

— Proteger a ponte M4A2 (1 Pel E Cmb);

— Reserva: 1 Cia E Cmb (—).

C) 532º BE Cmb:

— Construir 1 ponte M4A2 na ZAç do RI de W (1 Cia E Cmb);

- Construir 4 portadas de Infantaria para o RI de W e proteger a ponte M4A2 (1 Cia E Cmb);
- Ter a seu cargo os trabalhos na 1ª margem (1 Cia E Cmb).

D) 533ª Cia Pnt Pnm :

- Fornecer ao :
 - 3º BE Cmb : 1 Sec Botes Assalto e mais 14 botes de assalto.
 - 531º BE Cmb :
 - Sec Passadeira ;
 - 1 Pel Pnt ;
 - 1 Sec Portadas.
 - 532º BE Cmb :
 - 1 Pel Pnt ;
 - 1 Sec Portadas.

BE Cmb da DI tipo I :

Tem 1 Pel Pnt dotado de :

- 21 botes de assalto M2 ;
- Material de pontes M4A2, que possibilita a construção de 108,20 m de ponte de classe 50 t.

BE Cmb da DI tipo II :

Tem 1 Pel Pnt dotado de :

- 21 botes de assalto M2 ;
- Material de pontes B4A1, que possibilita a construção de até 44 m de ponte de classe 50 t.

BE Cmb de C Ex ou Ex :

Não é dotado de material de pontes.

Cia Pnt Pnm :

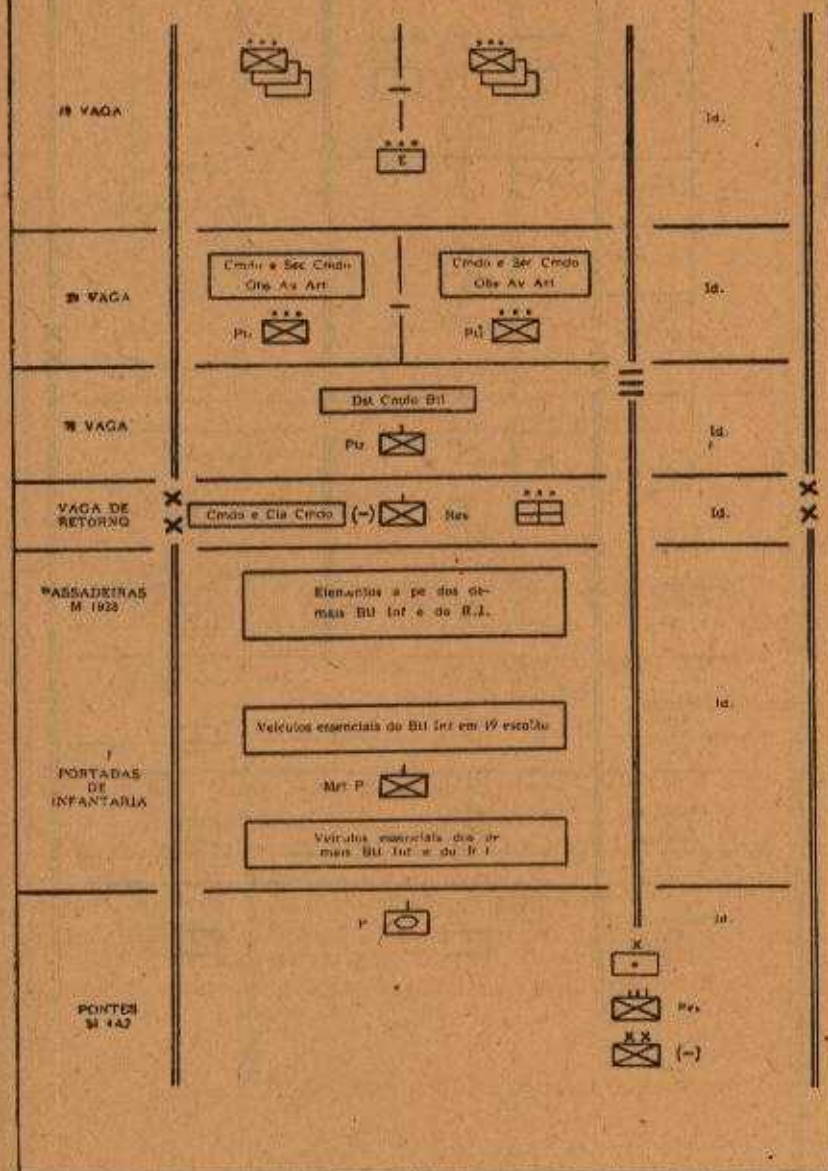
Tem :

- 1 Pel Eq L (Pelotão de Equipagem Leve), constituído de :
 - 1 Sec Botes de Assalto, dotada de 70 botes M2 ;
 - 2 Sec Portadas, dotada cada uma de 6 portadas de Infantaria ;
 - 1 Sec Passadeira, dotada de 131,67 m de passadeira M 1938.
- 2 Pels Pnt, dotados de material de pontes M4A2 que possibilitam a construção de 239,27 m de ponte de classe 50 t ;
- 1 Sec Engenharia, do Comando da Cia, dotada de 14 botes de assalto M2.

Pel Eq L :

Tem dotação idêntica à do Pel Eq L da Cia Pnt Pnm.

ANEXO N 1 — DISPOSITIVO DE TRAVESSIA DA 1ª DI



ANEXO N. 2 - RESUMO DAS NECESSIDADES EM PESSOAL E MATERIAL

	450 m. de ponte	17 botas *** E	17 botas *** E	
		1 bota *** E		
1ª VAGA	5 botas	5 botas	52 botas E E	
2ª VAGA		18 botas E		
VAGA DE RETORNO		25 botas		
RESERVA		18 botas		
PASSADOUZAS M 1000	1 Ser. Passadouro	*** E	1 Ser. Passadouro	*** E
PORTADAS DE INFANTARIA	3 portadas	*** E	3 portadas	*** E
PONTES M 400	107 m. de ponte	E	107 m. de ponte	E
PROTEÇÃO DAS PONTES		*** E		*** E
TRABALHOS NA MARGEM		E		E

ANEXO N. 3 — RESUMO DAS NECESSIDADES EM PESSOAL E MATERIAL

ASALTO	1ª VAGA	12 dotas *** E	3 dotas *** E	
		1 ponte *** E		
	2ª VAGA	1 ponte *** E	1 ponte *** E	
	VAGA DE RETORNO	13 dotas *** E		
	RESERVA	12 dotas		
PASSADEIRAS M 1038				1 Ser. Passadeira *** E
PORTADAS DE INFANTARIA		5 portadas *** E *** E	6 portadas *** E *** E	
PONTES M 442			1 Pol. Dm E E	
PROTEÇÃO DAS PONTES			*** E *** E	
TRABALHOS NA MARGEM				E

OS PROJETORES E SEU EMPREGO TÁTICO

Extraído de "Exército"

Tradução "data venia" e adaptação dos Maiores CESAR GOMES DAS NEVES e HERACLIDES DE ARAÚJO NELSON

I



DESDE que os projetores começaram a ser empregados — há uns noventa anos, aproximadamente, — suas missões militares pouco tem variado, apesar da evolução por que tem passado a técnica militar, no último século. Tais missões consistem em descobrir o inimigo que opera protegido pela escuridão da noite, permitindo o conhecimento dos seus planos e, em consequência, a possibilidade de combatê-lo.

A esta missão geral corresponde a missão tática de criar um feixe luminoso de alcance suficiente que permita identificar, bater e perseguir o inimigo. Deste modo, a técnica dos projetores leva-nos a atender aos seguintes pontos essenciais:

1º) Produção de grande intensidade luminosa, isto é, obtenção do maior alcance possível;

2º) Manejo fácil do aparelhamento e consequente facilidade na perseguição dos objetivos;

3º) Possibilidade de obter boas condições de visibilidade e observação.

Uma simples consideração mostra-nos não ser possível conseguir um alcance favorável com o emprego da luz direta. Por exemplo, para se iluminar um objeto situado a um quilômetro de distância, com a intensidade de iluminação de um "lux", tornar-se-á necessário dis-

por, no foco, de uma intensidade luminosa de um 1.000.000 de velas. Pois bem, uma tal fonte luminosa não será facilmente obtida. Daí a necessidade da utilização dos meios óticos. Isto será possível por meio de lentes e de espelhos, sistema adotado pelos projetores. Entretanto, para fins militares, a utilização dos espelhos parabólicos tem se mostrado mais conveniente.

Colocando-se uma fonte luminosa no foco de tais aparelhos, todos os raios luminosos emitidos serão refletidos por este em direção paralela ao seu eixo ótico (fig. 1ª).

Na prática, não existe nenhuma fonte luminosa reduzida a um ponto; tratando-se de um arco elétrico, sua cratera tem uma certa dimensão, pela qual, os raios refletidos pelo espelho terão uma certa dispersão que depende da qualidade e forma de espelho, como também do tamanho da lâmpada de arco. Como material mais adequado para a construção do espelho, é utilizado o cristal ou o metal. Os espelhos metálicos foram primitivamente fabricados na forma parabólica, embora tivessem o inconveniente de sua pequeníssima capacidade de reflexão que piorava em face das influências atmosféricas. Muito melhores resultados eram obtidos com os espelhos de vidro prateado, se bem que, no princípio, não pudessem ser talhados na forma parabólica. Por este motivo, eram utilizados os espelhos esféricos ou ou-

FEIXE IDEAL DE LUZ



FIG. 1

FEIXE DISPERSO DE LUZ
(o da prática)

FIG. 2

tros compostos com arcos, estes últimos semelhantes, em seu conjunto, à forma parabólica.

A intensidade luminosa do projetor é proporcional ao produto da superfície do espelho pela intensidade luminosa da fonte de luz. Vemos, pois, que, para aumentar a intensidade luminosa do projetor, será necessário aumentar a superfície do espelho, a intensidade da lâmpada, ou ambas, com o que se conseguirá aumentar o alcance do mesmo. O aumento do espelho encontra sua limitação no peso e, portanto, na conseqüente dificuldade de transporte; por isso, o aumento da intensidade se consegue, em geral, aumentando-se a da lâmpada. Desde a origem da técnica dos projetores, utilizava-se, como a mais clara fonte de luz, a lâmpada elétrica de arco, cujo foco luminoso propriamente dito é constituído pela parte anterior (que se queima) do carvão posi-

tivo; isto é, o que se denomina cratera.

Para a instalação terrestre dos projetores, adotou-se quase universalmente um projetor de 150 cm e outro de 80 cm de diâmetro. O primeiro, com uma intensidade de 150 a 200 ampères, proporciona uma intensidade luminosa de 1.200 milhões de velas e um alcance, segundo as condições atmosféricas, de 4 a 12 quilômetros. O de 80 cm, com uma intensidade de 80 a 100 ampères, uma intensidade luminosa de 140 milhões de velas e um alcance de 2 a 6 quilômetros.

De acordo com a sua finalidade, os projetores são fixos (os colocados a bordo dos navios) ou móveis, para uso terrestre. Neste último caso são montados, em geral, em reboques especiais.

A cada projetor móvel corresponde um equipamento elétrico também móvel, que a maior parte

das vêzes é constituído por um motor a gasolina conjugado com um gerador elétrico.

Para acompanhar os objetivos, os projetores movem-se em dois sentidos: vertical e horizontal. Normalmente, estes movimentos são ilimitados e o maneo se faz à mão, por meio de um braço com peitoral. Este braço, constituído por um tubo, fixado lateralmente ao bastidor, em sua extremidade possui uma pega curva sobre a qual se apóia o corpo do servente encarregado de seu movimento. Ao mesmo tempo, existe também um volante nesta extremidade, que, por meio de um eixo situado no interior do braço, engrena com o mecanismo de elevação do projetor e permite apontá-lo verticalmente.

O método anterior de orientação do projetor, embora simples, tem o inconveniente de — dada a pequena distância que separa o apontador do feixe luminoso — impedir que sejam vistos com precisão os objetivos que se encontram à grande distância, por estarem fracamente iluminados. Por tal motivo, os serventes dos projetores deverão estar informados do movimento dos objetivos por meio de observadores, pois, para vê-los distintamente, deverão estar afastados lateralmente do projetor, pelo menos de 30 a 50 m. Daí a necessidade de se recorrer ao comando elétrico, se a manobra tiver de ser feita diretamente.

Para que uma instalação de projetores seja completa, há necessidade de um localizador acústico ou eletrônico (Radar), cuja missão será a localização de qualquer objetivo aéreo ou marítimo por meio do som, ou das ondas eletromagnéticas antes que o mesmo esteja ao alcance do projetor, facilitando sua focalização e evitando uma laboriosa exploração do céu ou do mar, o que denunciaria sua posição.

Daí os projetores condutores ou diretores sempre acompanhados de localizador com comando eletrô-

nico e os de acompanhamento frequentemente manipulados à mão, por meio de um aparelho de direção sem localizador. Diferem muito quanto ao modo pelo qual são dirigidos. Somente em todos é comum o emprêgo tático — iluminar e acompanhar com seu feixe o objetivo a destruir pela arma que lhe está afeta.

Enquanto o problema das baterias de costa consiste em bater uma unidade que tenta realizar um golpe de mão sobre a costa ou um navio que procura cruzar uma determinada zona, possivelmente batida pelas baterias costeiras, o problema de seu reconhecimento e o de direção de tiro só terá solução possível com projetores e projetis iluminativos, sobretudo em setores secundários, em que raras vêzes se dispõem de unidades navais ligeiras encarregadas da vigilância costeira. Diversas considerações podem aconselhar o emprêgo de projetores ou de granadas iluminativas. Convém observar que, enquanto os primeiros têm maiores vantagens na procura de objetivos, embora descobrindo suas posições, que podem servir de referência ao inimigo, os projetis iluminativos são superiores como iluminadores do alvo, ainda que seu emprêgo exija uma prévia aproximação. Por outro lado, um navio iluminado por um projetor torna-se difícil de ser reconhecido e acompanhado pela artilharia a distâncias maiores de 5 a 6 quilômetros, salvo nos casos de iluminação a contra luz, verdadeiramente excepcionais e de difícil execução, enquanto que o projetil iluminativo permite o emprêgo da artilharia a uma distância maior, oferecendo, em consequência, maior rendimento das baterias. Entretanto, estas considerações não têm por finalidade estabelecer uma superioridade dos projetis iluminativos sobre o projetor, já que as peculiaridades de cada caso podem aconselhar o emprêgo de um ou de outro sistema de iluminação.

II

MODERNO EMPRÉGO DOS
PROJETORES

O mais moderno emprégo dos projetores é o de iluminação do campo de batalha, não o considerando como um "objetivo", mas sim pelas vantagens que sua iluminação poderá proporcionar.

Esta iluminação do campo de batalha é conseguida criando-se o que se denomina, em termos gerais (já que sua quase exclusiva aplicação deverá ser feita durante a noite), "o luar artificial", que se obtém enviando a luz dos refletores às nuvens que a refletirá sobre a terra.

No sentido amplo da palavra, esta luz é mais uma arma do chefe, que o poderá utilizar em diversas circunstâncias, deslocando deste modo o fiel da balança a favor de determinada operação. Além de facilitar os movimentos noturnos, o luar artificial deverá ser levado em consideração ao ser projetada uma operação de grande vulto; por exemplo, um ataque a objetivos distantes, a ser feito de dia, necessitaria de uma progressão contínua de pelo menos trinta e seis horas, sempre que fôr conveniente não dar tempo ao inimigo para se reorganizar e não haja prejuízo em atacar em um campo reconhecido durante o dia.

A iluminação parcial, de intensidade variada, sobre o terreno imediatamente à frente de nossas próprias posições defensivas, é de reconhecida vantagem. A luz se projeta em uma só direção, e nossas patrulhas poderão movimentar-se através do terreno, com melhor visibilidade que o inimigo. Os movimentos do inimigo poderão ser distinguidos com muita rapidez e desta maneira se estabelece o domínio sobre a "terra de ninguém".

Por meio deste sistema, terão suficiente luz as zonas avançadas dos batalhões, para ajudar o movimento das patrulhas de exploração e para permitir o movimento de elementos dos serviços sob as mesmas condições que nas noites de luar.

Desde as zonas de retaguarda da Divisão até a dos Batalhões em contacto, há também um grande número de unidades e subunidades cuja missão consiste em apoiar e suprir as tropas desdobradas. Esta zona deverá ser provida, igualmente, de iluminação artificial, a melhor possível. Em tal zona, sendo o movimento noturno intenso, em momento algum a luz artificial poderá deixar de existir.

Se fôr necessário, os sapadores podem continuar a construir pontes e a executar determinados trabalhos de construção. Os trabalhos necessários à execução do tiro de artilharia e especialmente o movimento dos petrechos de guerra serão realizados com mais facilidade.

O movimento de viaturas e canhões, nas estradas e fora delas, torna-se relativamente fácil, aliviando o trânsito com o consequente aumento de rendimento.

É importante ressaltar que esta luz, utilizada para aumentar ou substituir a luz da lua, acende-se ou apaga-se à vontade e difunde-se sem levar em conta as condições atmosféricas. Quem tiver participado de um movimento noturno com o emprégo de projetores deverá ter notado o benefício obtido e a extensão das áreas que se iluminam, relativamente, com muito poucas luzes.

Face a estas vantagens, devemos destacar as diversas dificuldades já experimentadas.

É impossível obter um efeito puramente local, pois a luz que auxilia uma patrulha de combate poderá prejudicar uma patrulha de rendição de postos de observação ou expor ao fogo as patrulhas encarregadas de estender redes de arame. Estes aspectos deverão ser levados em consideração na elaboração dos planos.

Para manter uma iluminação contínua sobre uma determinada zona, é necessário variar o foco do feixe de luz, de acordo com o movimento das nuvens nas quais deverá se refletir. Algumas vezes, deverá ser modificado o número de luzes, a fim de ser permi-

do o esfriamento de cada projetor. Isto não será difícil, desde que haja um número suficiente de projetores e meios de comunicações para o seu controle.

Os aparelhos de rádio instalados próximos aos geradores de luz poderão sofrer certa interferência; esta dificuldade técnica poderá ser contornada por meio da blindagem protetora.

É idéia, nos EE.UU., de que, para o aproveitamento de todas as vantagens da luz artificial, há necessidade de uma dotação normal de projetores maior do que a atual. Para obtenção de melhores resultados, afirmam que muitos projetores deverão apoiar, principalmente, as operações terrestres, com a criação do luar artificial, para o que deverão ser criadas novas unidades com a finalidade exclusiva de apoio às operações terrestres próprias. Isto, naturalmente, aumenta as dificuldades normais de instalar, suprir e manter mais uma arma na frente. E esta objeção é de suma importância, como atestam as críticas que estão surgindo contra o "gigantismo" do exército norte-americano, o qual é acompanhado de uma quantidade

excessiva de viaturas, petrechos e engenhos. Será de grande proveito o estudo das bombas iluminativas, dos foguetes, das luzes de sinalização e dos projetos pirotécnicos, tendo em vista a utilização do "luar artificial".

A observação do tiro é a base de todo o emprego da artilharia de campanha. Com toda segurança chega-se a um estágio na aplicação da ciência; já é possível iluminar uma zona terrestre de vários quilômetros, além de nossas tropas de vanguarda, o tempo suficiente para permitir ao artilheiro localizar seu objetivo e tomar as medidas oportunas.

Finalmente, para termos uma idéia da grandeza da iluminação com o "luar artificial", pode dizer-se que, em algumas ocasiões, têm sido empregados conjuntos de 16 projetores, que, com uma potência de 800 milhões de velas, cada um (em feixe de 5° a 7° de abertura), constituem uma fonte luminosa de cerca de treze milhões de velas, capaz de ser dirigida a qualquer ponto do campo de batalha compreendido em um raio de 5 a 6 km, a partir de suas posições.

AVISO AOS ANUNCIANTES

Nossos Agentes de Publicidade estão munidos de Carteira de Identidade, que deve ser exigida.

Nenhum deles está autorizado a receber qualquer quantia, senão quando especificamente credenciado para tanto através de carta e recibo firmados pelo Tesoureiro da Revista.

Para qualquer outra informação a respeito de anúncios na Revista "A Defesa Nacional", queira dirigir-se ao seguinte endereço:

Direção da "A Defesa Nacional", Quartel-General do Exército — 3º Pavimento — Ala Visconde da Gávea. Caixa do Correio n. 17, da Agência do Ministério da Guerra.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CAVALARIA ORGÂNICA

Capitão do C.E.M., RAUL RIBEIRO RAMOS

Transcrito, "data vênia", da Revista Militar de Portugal, número de janeiro de 1952



A solução saída das campanhas que se desenvolveram no período da Revolução e do Império e que o gênio de Napoleão refocou, de repartir a Cavalaria em dois ramos — a Orgânica e a Independente — mantém mais de um século depois quase a mesma atualidade.

Todas as medidas surgidas, desde então, na sua essência, não apresentam alterações. Unicamente a organização da Arma, tal como a das outras, tem evoluído a fim de se adaptar ao ambiente e explorar os novos meios, que a técnica tem proporcionado, para poder continuar a cumprir, com rendimento, as suas tradicionais e necessárias missões.

A respeito da Cavalaria Independente já nesta Revista tivemos oportunidade de focar o paralelismo que sobre muitos aspectos, se verifica na finalidade de emprego e atuação das Grandes Unidades a cavalo, do passado, e das Grandes Unidades Blindadas, surgidas já nos nossos dias (1).

Parece-nos, também, não ser difícil encontrar semelhanças entre a Cavalaria Orgânica, inteiramente a cavalo, do século passado, e aquela que na guerra de 1914-18 começou a motorizar-se e a blindar-se e que, no momento atual, é comum à organização de quase todos os Exércitos.

Sem dúvida, não podemos deixar de admitir que o aparecimento das Forças Aéreas veio tirar à Cavalaria o exclusivismo da sua missão fundamental — a pesquisa de informações — mas, em contra-partida, esses elementos davam-lhe maiores e mais seguras possibilidades de atuação.

É, sobretudo, nas possibilidades de acréscimo de velocidade e raio de ação sem prejudicar o seu potencial e, também nas possibilidades de rápidas ligações a distância que a Cavalaria tem de basear a sua organização para guardar o cumprimento da sua missão fundamental — obter a informação a tempo de transmiti-la para ser explorada com oportunidade.

Não poderemos deixar de reconhecer que foram, essencialmente, o blindado veloz, potente e T.T. e os aperfeiçoamentos na T.S.F. que garantiram à Arma de Cavalaria os meios necessários para ela cumprir as suas missões no moderno campo de batalha.

* * *

Diz-nos o nosso R.S.C.: "os Grupos de Cavalaria formam a Cavalaria Orgânica e são normalmente destinados a contribuir para a segurança tática das Divisões e Corpos de Exército a que pertencem, podendo cooperar também na batalha e exploração do sucesso".
Dos regulamentos do Exército

(1) As mesmas idéias se podem encontrar no "Regulamento Provisório das Tropas Blindadas" publicado em França em 1951.

americano extra-se que a Cavalaria Orgânica (ou designe-se por Armored) "está fundamentalmente organizada, equipada e instruída para cumprir missões de reconhecimento".

Do mesmo modo nas publicações oficiais francesas se encontra que as Unidades de Cavalaria Orgânica "têm por missão essencial a pesquisa de informações em proveito do Comandante da Grande Unidade de que dependem".

Nas obras inglesas que têm sofrido divulgação igualmente se menciona a mesma noção "o reconhecimento como missão fundamental".

Também todos admitem, embora a título eventual, que as Unidades de Cavalaria Orgânica podem desempenhar outras missões tais como a de segurança (cobertura), exploração do sucesso e ação retardadora. Mas, para estes casos, prevê-se o seu substancial reforço com Infantaria, Engenharia, Carros, Anticarros, e até, Artilharia. Reforço que não poderá deixar de ser motorizado e sempre que possível, blindado.

É doutrina geral que no cumprimento das missões de reconhecimento as Unidades delas encarregadas devem, sobretudo, manobrar procurando a infiltração e o envolvimento e só recorrer ao combate quando este se torna imprescindível para cumprir a missão e evitar a sua destruição ou captura. No entanto, logo que a finalidade de atuação não tem como preocupação essencial o reconhecimento, tal como o que se verifica no cumprimento de missões de cobertura, de exploração do sucesso e de retardamento, as ações de combate tomam relevo especial e, então, tem-se de dispor dum potencial de fogos ofensivos e defensivos que só o reforço pode garantir.

Não nos devemos, porém, esquecer que a atuação da Cavalaria no combate se caracteriza muito mais pela rapidez e flexibilidade dos seus processos de ataque e defesa do

que por ações duráveis tal como se exigem da Infantaria.

Para completar, em linhas gerais, o esboço do que se encontra nas diversas publicações e regulamentos teremos ainda a dizer que as Unidades de Cavalaria Orgânica são inteiramente motomecanizadas (2) e que nem todas apresentam a mesma solução em relação à sua constituição. Algumas têm, na Divisão e no Corpo de Exército, Unidades iguais ou semelhantes; outras só as têm no Corpo de Exército; outras têm-nas na Divisão e no Corpo de Exército mas com organização e possibilidades muito diferentes e outras só as possuem na Divisão.

Antes de entrar numa mais pormenorizada apreciação do assunto que nos propusemos tratar, parece-nos conveniente algumas considerações que têm a finalidade restrita de esclarecer o significado de alguns termos usados nas nossas publicações oficiais e nas americanas e que andam intimamente ligados ao emprego da Cavalaria.

Para nós, o termo "segurança" tem um sentido mais lato do que se extrai da definição que dele dão os regulamentos americanos.

Dizemos nós: "a segurança tem por fim garantir ao Comando a possibilidade de dispor permanentemente de uma zona suficiente para conservar a sua liberdade de ação, de reunir e dispor as suas tropas para o combate e assegurar a proteção das tropas contra as surpresas terrestres e aéreas e contra os ataques pelos gases de combate".

Na regulamentação americana define-se: "a segurança compreende o conjunto de medidas adotadas por uma tropa visando proteger-se contra a inquietação, a surpresa e a observação por parte do inimigo".

A idéia que nos fica do sentido marcado por esta definição traduz-se, entre nós, pelos termos cobertura e proteção.

(2) Reportamo-nos às principais potências ocidentais.

Na definição de segurança dos nossos regulamentos cabe, também, a pesquisa de informações — ação de descoberta ou de reconhecimento — o que não se verifica na americana.

Aliás os americanos definem o reconhecimento como: "a ação desempenhada em campanha visando a colher informações sobre o inimigo, sobre o terreno e seus recursos" dando ao termo um significado mais amplo do que o nosso de descoberta.

É, no entanto, curioso assinalar a seguinte passagem dum regulamento americano: "a missão principal de um elemento de segurança é proteger a tropa contra os ataques de surpresa e a observação das forças aéreas e terrestres do inimigo e assegurar ao Comando a liberdade de ação a fim de ganhar tempo e espaço necessários para que a tropa possa tomar as suas disposições. As forças a que se atribuem missões de segurança têm, também, secundariamente, missões de reconhecimento".

Salvo melhor e mais correta interpretação parece-nos que na nossa terminologia diríamos "as forças a que se atribuem missões de cobertura (uma das modalidades da segurança) têm, também, secundariamente missões de reconhecimento" (3).

Julgamos, não ser difícil de concluir, que não somos só nós a sentir a impossibilidade de conseguir usar termos, a propósito destas noções, que não admitam a penetrabilidade dos seus sentidos.

Pelo que se vem a dizer parece-nos não haver tanta incoerência na idéa base que presidiu à nossa concepção de "segurança" como, por vezes, se diz. No entanto, poderemos ou utilizar mais o termo reconhecimento e interpretar bem o de cobertura ou, para navegar ao sabor das ondas da unificação, adotar o critério americano, o que julgamos vir a suceder, mais dia me-

nos dia, por razões fáceis de compreender.

* *

No estado evolucionário em que se encontra a Cavalaria, tendo em atenção que não tivemos interferências diretas na última guerra e a compreensível influência que o material e idéias americanos virão, cada vez mais, a exercer mas, também, não se podendo esquecer que a organização das Unidades é, fundamentalmente, função das missões que se lhe pensa atribuir, das regiões em que se julga ter de atuar e da natureza do material que é possível utilizar julgamos que, pelo menos, têm atualidade algumas considerações a respeito da Cavalaria Orgânica.

Verdadeiramente, para além da atualidade, este artigo só apresentará alguma utilidade se conseguir despertar o interesse pelo assunto que encerra de modo que outros analisando, escalpelizando esta matéria venham a contribuir para que as idéias possam ser mais certas, mais precisas, mais coladas à realidade do que ficam aqui expressas e que a título especulativo são apresentadas.

Começaremos por analisar, com algum pormenor, o que julgamos passar-se a respeito da Cavalaria Orgânica americana.

Nas Divisões de Infantaria há uma Companhia de Reconhecimento; nos Corpos de Exército existe organicamente um Regimento Ligeiro de Reconhecimento.

A Companhia de Reconhecimento tem sempre a mesma constituição, quer constitua uma Unidade isolada, quer faça parte dos Regimentos, quer pertença ao Batalhão de Reconhecimento da Divisão Blindada. Ela representa o elemento base de todas as Unidades de Cavalaria Orgânica.

Dispõe a Companhia de Reconhecimento além dos elementos de Comando e Serviços de três Pelo-

(3) Usamos este termo por uma questão de unificação e porque é, também, admitido na nossa regulamentação, preferivelmente ao de descoberta ao qual teríamos de dar um significado mais restrito.

Na designação "reconhecimento" engloba-se descoberta e exploração (esta no sentido de pesquisa pormenorizada).

tões de Reconhecimento. A constituição do pelotão é muito heterogênea pois tem uma Secção de carros ligeiros, uma Secção de Exploração (Jeeps) uma Secção de fusileiros (atiradores) e uma Secção de Apoio (1 morteiro).

Por muito variados, móveis e potentes que sejam estes meios não se pode deixar de admitir que a capacidade de ação duma só Companhia de Reconhecimento é muito limitada. No entanto, os americanos dizem hoje que ela está fundamentalmente organizada, equipada e instruída para cumprir missões de reconhecimento, isto é, puras missões de pesquisas de informações mas que pode cumprir missões de segurança (cobertura).

É, porém, de admitir que se a Divisão tiver necessidade de ter na frente um elemento que a cubra a distância, terá de constituir à custa de elementos das outras Armas um Destacamento do qual a Companhia de Reconhecimento faz parte. A solução de reforçar a Companhia só é de aceitar com meios restritos pois as possibilidades do seu comando são modestas.

Esta solução, no caso americano, não é difícil, não dizemos completamente de preconizar para nós porque a Divisão de Infantaria é altamente motorizada e, até, dispõe de muitos elementos blindados.

Um procedimento semelhante tem de ser tomado quando a Divisão lança um Destacamento na exploração do sucesso ou tem de constituir um elemento retardador em frente da Posição de Resistência ou entre posições durante uma manobra em retirada.

Nas missões de reconhecimento é de admitir, em terrenos favoráveis, que cada Pelotão de Reconhecimento possa atuar numa frente máxima de 8 km. Há, no entanto, que ter sempre em consideração, sobretudo, os itinerários penetrantes, pois estas Unidades trabalham muito mais segundo eles que segundo frentes. Nestas condições, torna-se admissível que uma Com-

panhia atue, em reconhecimento, em 10 a 15 km, de frente (2 ou 3 itinerários penetrantes de importância).

A profundidade de atuação devendo satisfazer às necessidades de informação do divisionário não tem normalmente que ser grande dependendo da natureza do terreno e do contacto já estabelecido por outros elementos, etc.

A velocidade média, em boas estradas, pode atingir os 40 km. enquanto não há possibilidade de encontro com o inimigo. Logo que deixa de verificar-se esta condição, em terrenos favoráveis, poder-se-á contar com uns 15 km./h., velocidade que se irá reduzindo com o contacto até, por vezes, descer à do homem a pé.

• •

Em relação à Cavalaria que, quando necessário, trabalhava no escalão Corpo de Exército, os americanos, até a pouco, utilizavam um Regimento de Reconhecimento que além dos elementos de Comando e Serviços, tinha três Companhias de Reconhecimento, uma Companhia de Carros e uma Companhia de Canhões de Assalto.

Embora com muito maiores possibilidades de reconhecimento quer no sentido da frente, quer no da profundidade que o órgão divisionário, não se pode deixar de reconhecer, tendo em conta as frentes de atuação dos Corpos de Exército, que estas Unidades, tal como as Divisionárias, estavam "fundamentalmente organizadas, equipadas e instruídas para cumprir missões de reconhecimento".

Sempre que as missões implicavam ações de combate havia que as reforçar com Infantaria, Engenharia, Carros, Anticarros e Artilharia.

A possibilidade de absorver reforços numa Unidade deste tipo era relativamente restrita e, portanto, compreende-se que, mesmo nesta hipótese, não se lhe podia pedir grandes esforços nas ações de cobertura, retardadoras e de exploração do sucesso.

Julgamos que a maioria das vezes quando agia em reconhecimento, a

sua deficiência em potencial se revelava mais na atuação no sentido da frente do que no da profundidade.

Diziam os regulamentos que dispunha duma autonomia que poderia atingir aproximadamente 150 km. Não nos parece que, em regra, exista tal espaço à disposição dos elementos de reconhecimento terrestre dos escalões superiores quanto mais dos do Corpo de Exército. Nem mesmo no início das operações é de admitir ou, pelo menos, não é vulgar dispor-se duma tão extensa zona em que não haja contacto. Se entrarmos em linha de conta de que na frente é vulgar atuarem os elementos de seg. afast. do Exército ou Escalão superior — Grandes Unidades Blindadas — e os elementos de cobertura da fronteira mais se acentuam as razões que temos para duvidar da existência de zonas profundas para a atuação da Cavalaria Divisionária ou de C.E. na face da marcha para o inimigo. Já na exploração do sucesso e, sobretudo, na perseguição se nos afigura mais provável a atuação em profundidade.

A antiga revista americana "Armored Cavalry Journal" hoje só "Armored" publicou no seu número de Abril-Maio de 1950 um artigo do Coronel Samuel D. Myers descrevendo a organização e possibilidade dum novo Regimento Mecanizado Ligeiro a atribuir à orgânica dos Corpos de Exército e Exércitos. Este artigo é, em parte, apresentado e produto dum judicioso estudo na Revista "Ejército" de janeiro do corrente ano, pelo Coronel de Cavalaria Santiago Mateos Marcos.

O Regimento além dos elementos de Comando e Serviços necessários tem três Batalhões (correspondentes a grupo de esquadrões) a três Companhias de Reconhecimento, uma Companhia de Carros Médios e uma Companhia de Canhões de Assalto.

A título de bem se avaliar das suas possibilidades transcrevemos alguns números que nos dão delas uma idéia. Tem 151 oficiais, 2.662 praças, 8 aviões de ligação, 72 carros ligeiros, 51 carros médios, 18 canhões de assalto, 97 viaturas T.T., 492 viaturas de vários tipos, 167 metralhadoras, 130 lança-granadas anticarro, 27 morteiros de 81 mm., 700 aparelhos de rádio, etc.

A existência duma Unidade veloz mas tão potente como esta, dá razão a pensar-se que o caminho trilhado pela doutrina americana de praticamente deixar às Unidades de Cavalaria somente as missões de reconhecimento sofreu lógica e profunda alteração e voltou a seguir a linha de conduta anterior, isto é, às Unidades de Cavalaria competem como missões normais as ações de reconhecimento, cobertura, exploração do sucesso e retardadoras e que lhe podem ainda pertencer ações de ocupação de grandes frentes, colmatagem, atuação contra elementos aerotransportados, etc. (4).

Os corpos de Exército americanos são geralmente constituídos por três Divisões de Infantaria e uma Divisão Blindada. São, portanto, órgãos muito potentes, praticamente, em potencial, autênticos Exércitos dos países de menor importância militar.

Esta solução, em relação à Cavalaria Orgânica do C.E., vem ao encontro daqueles que não se conformam com a diminuição das atribuições conferidas às Unidades de Cavalaria. Infelizmente, embora seja uma solução económica e, sobretudo, muito mais económica que a das G.U.B., ela é, ainda, pouco acessível aos países de fraco potencial. É, no entanto, uma solução bastante necessária àqueles que não podem ter G.U.B.

Num artigo publicado na revista irlandesa "An Cosantoir" pelo Capitão de Cavalaria J.M. Folvy traduzido e transcrito pelo Coronel de Cavalaria S. Mateos Marcos na revista "Ejército" figu-

(4) Parece-nos que esta orgânica revela ainda falta de atradores. Os americanos dispoñdo de Infantaria motorizada podem facilmente reforçá-la.

ram alguns dados curiosos que nos ajudam a compreender a evolução verificada na orgânica americana respeitante às suas Unidades de Reconhecimento.

Dizem os americanos que, nas operações na Europa, as Unidades de Reconhecimento entraram em operações com a seguinte percentagem:

— Operações defensivas...	33 %
— Operações especiais...	29 %
— Operações de segurança...	25 %
— Operações ofensivas...	10 %
— Operações de reconhecimento	2 a 3 %

Também todos compreendemos que a grande maioria das vezes só por intermédio do combate se consegue arrancar as informações ao inimigo. Nestas condições, se para informar há que combater, se para combater há que ter força e se para cumprir as restantes missões que podem competir às Unidades de Reconhecimento também há que dispor de força não se compreende que elas não disponham do potencial necessário.

Um Exército com as características do americano não prevê, com frequência, a utilização de Divisões não enquadradas e, desta maneira, dispõe o Corpo de Exército dum elemento orgânico de Cavalaria com tão grandes possibilidades e que ainda podem ser facilmente melhoradas ou de G.U. Blindadas, não se revela, para ele, a necessidade da Cavalaria Orgânica divisória ser mais forte.

Parece-nos residir neste aspecto um dos pontos fundamentais da explicação da organização americana no que diz respeito à fraqueza da sua Cavalaria Orgânica divisória.

* *

Apresentada e ligeiramente apreciada a solução americana conhecida, será altura de se pôr a pergunta: poderá esta solução ser inteiramente adotada por todos os outros países?

Embora nos sejam desconhecidos muitos dos aspectos de que este problema é função, parece-nos que

a resposta, pelo menos, enquanto não se disponha de material e duma organização geral idêntica não pode ser francamente positiva.

Os planos de emprêgo dos diversos peões no taboleiro de xadrez das forças ocidentais é fator que teria de ser apreciado, que justifica medidas e obriga a ser prudentes aqueles que não estão em situação de bem poderem apreciar os fatos no seu conjunto.

Do mesmo modo, toda a rápida evolução, por muito grande que possa ter sido o período de previsão, gera um perturbado tempo de transição durante o qual as idéias não podem estar assentes do mesmo modo que nos largos espaços fathos de inovações. Nestas alturas, também, as opiniões surgem, muitas vezes, revelando mais um prejudicial mas saudoso e compreensivo apêgo ao que se gostava e estava habituado do que vontade de se adaptar às realidades do presente e às promessas do futuro.

Igualmente, a contradição entre doutrinas dum emprêgo moderno e a utilização dum material que, por vezes, tem mais tradições que possibilidades de futura atuação, etc., são fatores que de sobra explicam, não digo a desorientação nos espartos e ações mas, a necessidade de tempo para se poder adquirir um juízo mais equilibrado, uma apreciação mais correta e compreensiva.

Infelizmente, porém, o ritmo de vida atual não concede longos tempos para se meditar.

Feitas estas considerações dentro das quais, nalguns dos seus aspectos, também nos situamos, procuremos, então, ver as razões porque julgamos que a solução americana não poderá, num repente, ser adotada na íntegra.

Em primeiro lugar teremos de pensar que a falta de possibilidade em organizar grandes unidades tipo americano condiciona imediatamente a solução em relação às Unidades de Cavalaria que delas fazem parte.

Por outro lado, a solução do problema na Divisão não é independente da posição a tomar a respeito

do Corpo de Exército e até do Exército.

Não nos parece, porém, injustificada a previsão do emprego de Divisões não incorporadas nos Corpos de Exército ou até isoladas. Nestas considerações encontramos motivos para basear a razão de pensar que a Cavalaria Orgânica das nossas Divisões tem de dispor dum potencial bastante superior ao duma simples Companhia ou Esquadrão.

A falta de elementos motorizados e blindados na orgânica das Divisões vem agravar a solução de obter reforços adequados. No entanto e dentro das realidades, julgamos que será a solução do reforço, a mais viável, embora com meios não completamente adequados (Infantaria e Engenharia autotransportada, anticarros, Artilharia Rebocada, etc.).

Uma solução idêntica a esta apresenta-se-nos unicamente com a característica duma fase de evolução, pois o preconizável é ter, na hipótese apresentada, na orgânica do Grupo os meios que normalmente lhes são necessários para cumprir as missões que lhe serão forçosamente impostas.

Se o Corpo de Exército dispuser dum forte elemento, as Divisões que o constituem já não têm necessidade de impôr à sua Cavalaria missões que exigem tão grandes esforços e, então, o caminho indicado pela solução americana é preconizável, desde que seja integrado numa solução de conjunto.

Porém, se ao Corpo de Exército, pertencer uma Unidade de Cavalaria com possibilidades iguais ou idênticas à da Divisão, então, voltaremos a ter necessidade de Unidades Divisionárias mais fortes pois vem-se, em regra, a cair no emprego de Destacamentos formados à custa de todos os Grupos de Cavalaria das Divisões e do Corpo de Exército e ainda de elementos de reforço para se poder satisfazer às necessidades mais prementes do Corpo de Exército do que das Divisões.

Esta solução, entre outros inconvenientes, tem o do Divisionário

vir a abalar o seu Grupo de Cavalaria e ficarem-lhe esperanças, mas só esperanças de mais tarde o poder reaver. Não nos parece imaginativo pensar que, na realidade, tendo em conta as missões pedidas aos Destacamentos, os Grupos de Cavalaria Divisionários ao regressarem às Divisões não devem voltar em condições de poderem cumprir aquelas missões que os Divisionários, em previsão, lhes atribuíram na ordem de operações.

* *

Podemos, agora, através do que se tem vindo a expor sintetizar as idéias, dizendo:

— é difícil assentar-se, a breve prazo, a não ser num campo demasiadamente teórico, numa solução que satisfaça em relação à Cavalaria Orgânica, especialmente das Divisões pois ela está muito dependente do resto da organização da G.U. e esta é função de vários fatores entre os quais toma relevo especial a natureza do material;

— que o efetivo e força da Cavalaria Orgânica tem de ser tanto maior quanto menos possibilidades há na G.U. para a reforçar convenientemente ou mesmo para desempenhar algumas das suas missões.

— que a solução sobre a Cavalaria Orgânica Divisionária não é independente mas, pelo contrário, variável com a adotar em relação ao Corpo de Exército ou mesmo no Escalão Superior, num destes Escalões terá de existir uma forte Unidade Orgânica mais a mais se não se dispuser duma G.U. Blindada;

— que a Cavalaria Orgânica, normalmente, tem de ser inteiramente motorizada e blindada;

— que ao estudar a atuação da Cavalaria Orgânica há muito mais que entrar em linha de conta com um emprego segundo eixos que sobre frentes;

— que embora a missão fundamental seja a de reconhecimento, a Cavalaria Orgânica deve, no entanto, ter possibilidades para desempenhar missões de cobertura,

exploração do sucesso e retardadoras ainda que haja, por vezes, que encerrar o seu reforço.

Não desejamos terminar sem nos referirmos ao emprego das Unidades a Cavalos.

Julgamos bem compreender as razões da motorização e mecanização da Arma de Cavalaria, pois só assim ela disporá, geralmente, da velocidade que lhe permita atuar, com oportunidade, em relação à pesquisa de informações, sua principal razão de existência. Mas nem sempre o elemento auto, por muito T.T. que seja, é mais veloz que o cavalo ou mesmo o homem a pé. Para isso, bastará que o terreno seja muito acidentado, muito coberto e com uma fraca densidade de vias de comunicação; poderá até suceder que o terreno seja completamente impraticável aos meios auto.

Admitimos não serem estes os terrenos onde com maior intensidade se desenrolam as operações mas, também, todos sabemos que

elas, por vezes, têm lugar nestas regiões. Nestas circunstâncias, os elementos a cavalo podem prestar muito bons serviços.

Outras situações surgem onde, também, podem atuar com rendimento revelando, ainda, a vantagem de libertar os elementos motorizados para o cumprimento de outras missões. Estão neste caso as ações contra-guerrilheiros e elementos aero-transportados, etc., contribuindo para a segurança das retaguardas, missões hoje de grande importância.

Pensamos que é ainda de admitir, embora a título muito mais eventual, a cooperação dos elementos a cavalo com motorizados bastante T.T., essencialmente em zonas difíceis cortadas para poucas vias de comunicação.

É nestas considerações que nos baseamos para pensarmos que, por agora e entre nós, se justifica plenamente manter-se Unidades a Cavalos embora numa relativa percentagem.



SISTEMA DE LIGAÇÕES AEROTERRESTRES

Cap. ANTÔNIO LEPIANI

I — *Fôrças Aéreas*

Atendendo à missão da Aviação nas operações militares, duas são as Fôrças Aéreas. Uma de caráter estratégico, cujo emprêgo visa apoiar os planos estratégicos preparados pelo Estado-Maior Geral — FÔRÇA AÉREA ESTRATÉGICA, e, outra operando mais em proveito das fôrças terrestres — FÔRÇA AÉREA TÁTICA.

A) *Fôrça Aérea Estratégica :*

1 — *Missões :*

Sua finalidade é a destruição do potencial bélico da nação inimiga, para o que deverá atacar os centros vitais do inimigo — linhas e nós de comunicações e estabelecimentos industriais importantes à economia do inimigo.

2 — *Composição :*

É, normalmente, composta de :

- a) Aviação de Bombardeio Pesada
- b) Aviação de Caça
- c) Aviação de Reconhecimento Foto.

B) *Fôrça Aérea Tática :*

Num TO, em princípio, para cada Exército em operações, haverá uma Fôrça Aérea Tática apoiando-o. Este apoio deve ser perfeitamente coordenado, o que será alcançado pela correspondência de comando entre as fôrças aéreas e as fôrças terrestres, pelo sistema de ligações aero-terrestre e pelos oficiais de ligação.

1 — *Missões :*

As missões da Fôrça Aérea Tática, consistem, nas três fases de operações aéreas, na seguinte ordem de prioridade :

a) 1ª Prioridade :

Conquista da superioridade aérea.

Consiste em realizar ataques contra aviões no ar e em terra e contra as instalações inimigas que prejudiquem o poder aéreo inimigo.

b) 2ª Prioridade :

Isolamento do campo de batalha.

Visa frustrar os movimentos de tropas inimigas e de suprimentos para o TO ou no TO.

c) 3ª Prioridade :

Cooperação com as Forças Terrestres.

Consiste em ações combinadas com as forças terrestres, nas proximidades da linha de contato, para a conquista de objetivos da área de combate pelas forças terrestres. Para o cumprimento desta parte é que se torna imprescindível uma coordenação íntima, sistemática e perfeita entre as operações aéreas e as terrestres.

Este apoio aéreo é efetuado :

- atacando aviões inimigos que hostilizem as forças terrestres ou que estejam em aeródromos ;
- atacando posições do inimigo em contato (PB, PC, armas contra carros), objetivos estes que devem ser perfeitamente definidos e identificados e controlados para que sejam evitados erros ;
- realizando reconhecimento nas zonas de retaguarda do inimigo.

2 — Composição :

Contém os seguintes meios :

- a) Aviação de Reconhecimento Visual e Foto
- b) Aviação de Bombardeio Média e Leve
- c) Aviação de Caça
- c) Aviões para o Serviço de Alerta.

II — Necessidade de cooperação aeroterrestre

A — Atualmente não se compreende que forças terrestres possam operar isoladamente e em operações de larga envergadura isoladamente. Os ataques aéreos inimigos reduziriam a sua mobilidade e as suas possibilidades face ao inimigo terrestre, prejudcando e mesmo impedindo operações terrestres.

Assim sendo, este emprêgo conjunto, particularmente, tratando-se da cooperação aérea com as forças terrestres, requer uma coordenação perfeita nas operações, que é conseguida :

1 — Pela correspondência de Comandos :

Comando Aéreo-Tática — Grupo de Exército
Força Aérea Tática — Exército
e respectivos GG juxtapostos.

2 — Informações atualizadas, recíprocas, do Campo de Batalha.

3 — Pelo planejamento conjunto das operações aeroterrestres :

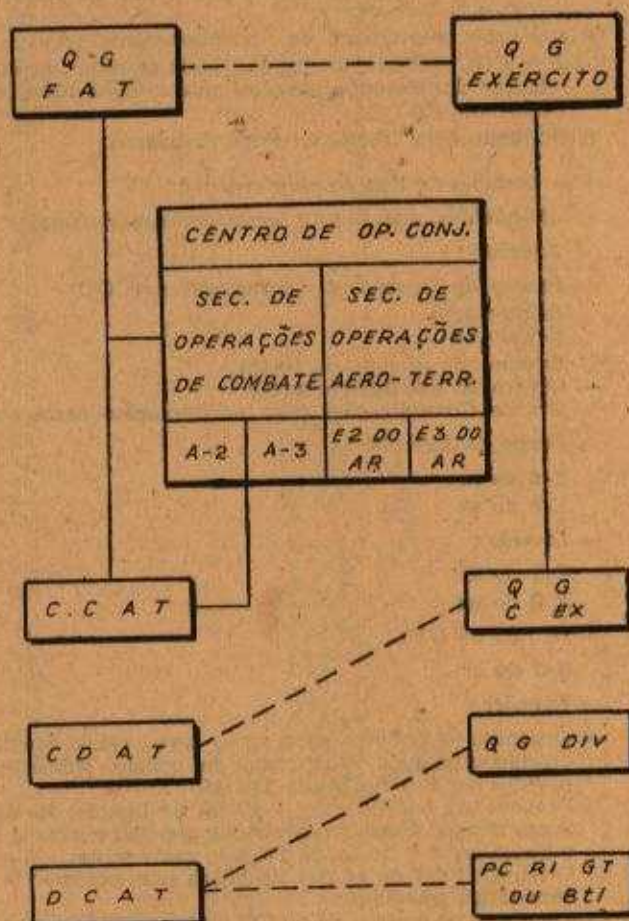
a) Centro de Operações Conjuntas (COC)

Onde são reunidas as informações do Campo de Batalha e detalhes das operações em curso para serem analisadas e discutidas por elementos dos EM do Exército e da FAT.

— Secção de Operações Aeroterrestres (Exército)

E-3 do ar : informa a FAT acerca de : localização das unidades mais avançadas do Ex, linha limite de bombardeio, planos das operações em curso.

SISTEMA DE OPERAÇÕES AERO-TERRESTRES



LEGENDA

— CONTROLE OPERACIONAL.

- - - TRABALHO ENTRE AS UNIDADES TERRESTRES E OS ELEMENTOS AÉREOS EM APOIO.

FIG.1

E-2 do ar: organiza e coordena as necessidades de reconhecimento visual ou foto para o Exército, e, coleta, avalia e difunde os resultados dos reconhecimentos para todo o Exército.

— *Secção de Operações de Combate (FAT)*

A-3 do COC: responsável pelas operações de combate de todas as unidades táticas da FAT e pela cooperação com o E-3 do ar.

É auxiliado pelo Oficial de Reconhecimento (Av).

A-2 do COC: coleta, avalia e difunde as informações resultantes dos reconhecimentos aéreos para todas as unidades da FAT.

É auxiliado pelo Oficial de Fogo Antiaéreo.

4 — *Sistema de ligação aeroterrestre:*

a) *Elementos das forças terrestres (operacional)*

— *Exército:*

— *Secção de Operações Aeroterrestres (COC)*

E-2 do ar

E-3 do ar

— *Equipes de oficiais de ligação*

— *Centro de foto interpretação*

— *Cia de Comunicações para as operações aeroterrestres.*

— *Corpo de Exército:*

E-2 do ar

E-3 do ar

— *Divisão:*

E-2 do ar

E-3 do ar

— *RC, RI ou GT:*

S-3 do ar

— *Funções:*

— Organiza os pedidos para apoio aéreo tático imediato e, diretamente, pela rede rádio de pedido, submete esses pedidos ao E-3 do ar da Divisão.

— Prepara, de acordo com o oficial de ligação da Art. de apoio direto, pedidos de missões pre-planejadas e transmite-as ao E-3 do ar da Divisão para serem aprovadas.

— Orienta os S-3 do ar dos Btl sobre seus pedidos de apoio aero-tático imediato.

— Coordena no âmbito RI ou GT o fogo antiaéreo, conforme as determinações do escalão superior.

— Dá o alarme de ataque aéreo inimigo ou amigo, procurando neste último caso identificar sua unidade.

— *Batalhão de Infantaria (ou BCC)*

S-3 do ar, cujas funções são:

— Organiza as missões a pedido (apoio aerotático imediato), submetendo-os, diretamente, ao E-3 da Divisão.

— Prepara os pedidos de missões pre-planejadas de apoio aéreo e encaminha-se ao S-3 do ar do RI ou GT.

- Supervisiona o reconhecimento e identificação do Btl pelos aviões amigos.
- Transmite a localização da linha mais avançada do Btl, e recebe e difunde a localização da linha de bombardeio.
- Coordena o fogo antiaéreo no Btl, de acordo com as determinações do escalão superior.
- Transmite os sinais de alarme contra-ataques aéreos amigo ou inimigo.
- *Oficiais de ligação terrestre*

Suas funções em resumo, são observar sobre:

- Localização da linha de contato, distinguindo nitidamente os objetivos das posições amigas.
- Localização e características da *linha de bombardeio*.
- Situação das tropas terrestres inimigas.
- Operações amigas em curso.
- Localização e identificação dos objetivos das suas unidades.
- Funcionamento, no Exército, do mecanismo para as missões a pedido e sua coordenação com o fogo.

Toma parte nos "briefing" e nos interrogatórios a que são submetidos os pilotos após o cumprimento das suas missões, comunicando à sua unidade os resultados.

5 — *Pelo sistema de controle aerotático*

O controle dos aviões em vôo empregado em ações aerotáticas e a vigilância pelo radar do campo de batalha, na área da responsabilidade da FAT nas operações conjuntas, são executados por elementos especializados e dotados de material apropriado.

a) *Grupo de Controle Aerotático (GC AT)*

Exerce as atividades administrativas necessárias para as operações da totalidade do Grupo.

Compõe-se de:

- Um centro de Controle Aerotático (CCAT)
- Centros Diretores Aerotáticos (CDAT)
- Destacamentos de Controle Aerotáticos (D.C.A.T.)
- Postos de Direção Aerotáticos (PDAT).

b) *Centro de Controle Aerotático (CCAT)*

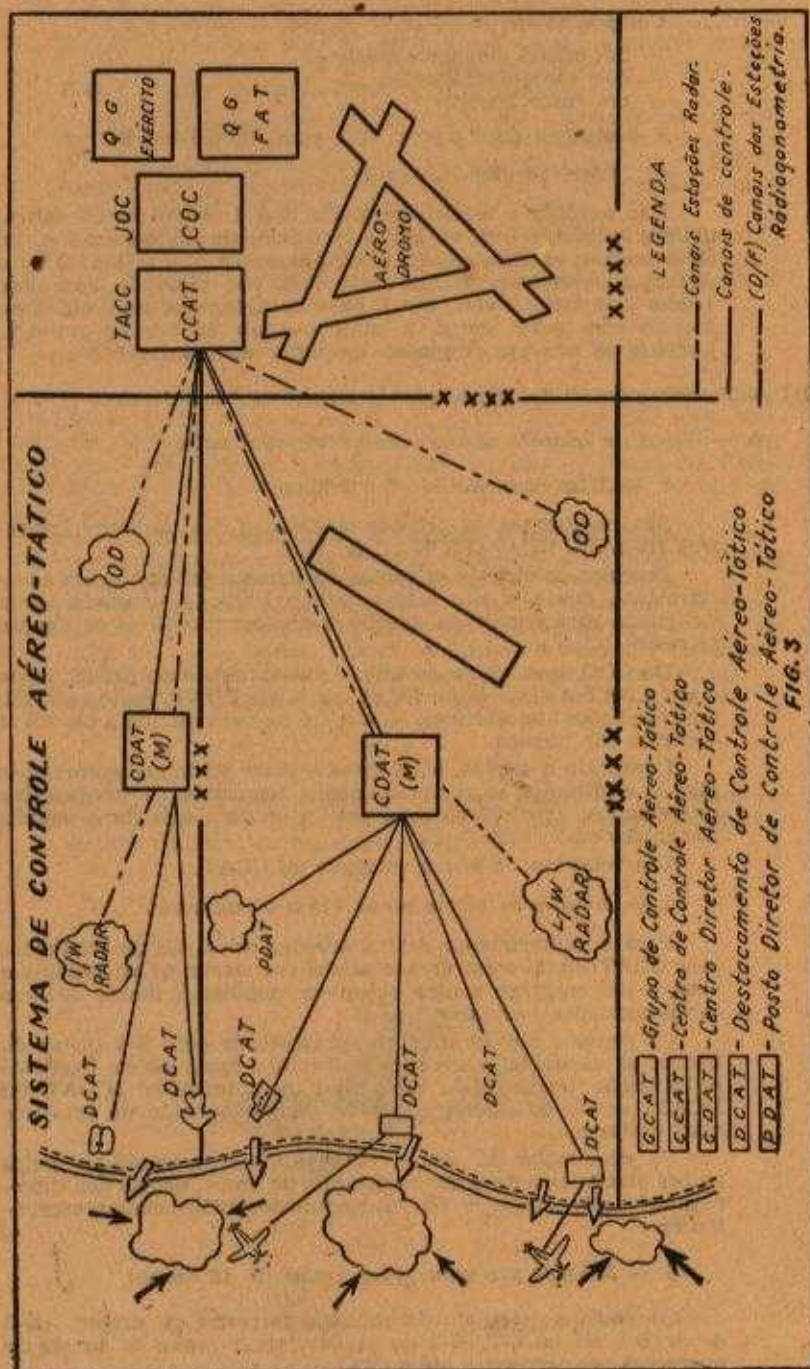
Através o CCAT o comando da FAT controla todas as atividades aéreas dos seus aviões.

c) *Centro Diretor Aerotático (CDAT)*

É subordinado ao CCAT, controla o ar e alerta sobre as operações aéreas numa zona limitada. Normalmente a sua área corresponde a de um CEx. Supervisiona as atividades dos Postos de Diretores Aerotáticos e das unidades de radar leve.

d) *Destacamento de Controle Aerotático (DCAT)*

É um conjunto, especialmente organizado para dirigir missões de apoio aéreo nas proximidades da linha de frente, por métodos visuais.



Compõe-se de :

- um oficial aviador experiente ;
- dois rádio-operadores ;
- um rádio portátil.

É destacado para operar seja com RI, GT ou Btl.

e) *Pôsto Diretor Aerotático*

Não executa o serviço de alerta mas é usado para localizar aviões amigos sobre objetivos previamente determinados, ou sobre outras posições geográficas, quaisquer que sejam as condições atmosféricas. Dirige os aviões por meio de aparelhos (rádio compasso, radar, etc.) para as áreas dos seus objetivos mesmo com mau tempo, à noite ou sob nuvens de fumaça. Localiza-se nas proximidades da linha de frente.

III — *Funcionamento das Operações e Ligações Aeroterrestres*

A — *Tipos de missões aéreas e como são realizadas*

1 — *Missões a pedido (2 a 3 horas)*

São resultantes de pedidos originários das unidades terrestres (S-3/Btl, RI ou GT, E-3/Div, etc.).

Processa-se através os canais do sistema das operações aeroterrestres, desde a sua origem até o COC. A unidade aérea designada para cumpri-la, recebe instruções do oficial de ligação terrestre (OLT).

Do COC, uma vez aprovado, é encaminhada ao CCAT, dêste a um CDAT e dêste a um DCAT ou a um PDAT, neste caso sob más condições atmosféricas, ou à noite ou para ataque a objetivos cobertos por fumaça.

Cumprida a missão, o OLT toma parte no interrogatório dos pilotos e difunde entre as unidades terrestres as informações interessantes, particularmente, para a unidade que fez o pedido, por intermédio do Ex.

Um relatório de voo é entregue ao CCAT.

2 — *Missões de alerta no ar (15 a 30 minutos)*

Para o cumprimento destas missões, vôos são determinados pelo CDAT numa certa área e postos em alerta no ar, tendo em vista o seu emprêgo contra objetivos inopinados dando apoio a certas unidades terrestres.

Os pedidos são geralmente apresentados pelo S-3 do ar ou E-3 do ar da unidade terrestre que terá o apoio aéreo, baseados na situação terrestre do momento. A autoridade (CDAT ou DCAT) aceita ou rejeita o pedido, dirigindo então no primeiro caso, o ataque.

Os resultados do ataque, poderão ser transmitidos pelos aviões atacantes após a sua realização, ou entre, depois dos interrogatórios os relatórios são encaminhados pelos canais competentes.

3 — *Missões pre-planejadas (mais de 12 horas)*

Os pedidos, partindo da unidade terrestre de origem (S-3 do ar/Btl, RI ou GT, E-3 do ar/Div, etc.) segue os canais de operações aeroterrestres até o COC.

Uma vez aprovados no COC, são apresentados à FAT, completados, previstos para o plano aéreo do dia seguinte, publicados e distribuídos ao CCAT. Este distribui as missões aos CDAT, atendendo às facilidades de controle.

Os CDAT completam essas missões acrescentando os necessários detalhes técnicos para o controle e encaminham a missão ao DCAT que atua apoiando a unidade que fez o pedido. O DCAT prepara-se para controlar a missão e entra em ligação com o Cmt do RI, GT ou Btl de onde partiu o pedido.

Uma vez cumprida a missão, os seus resultados são transmitidos diretamente ao DCAT, então, através os canais competentes pelo relatório do OLT junto à unidade aérea que efetuou o ataque.

B — Linha de bombardeio

Entre as forças terrestres, o combate em profundidade é executado, pelas armas de maior alcance, mrt e Art, principalmente por esta, pela sua potência. Esta ação, entretanto, é limitada, cabendo à Aviação o seu prolongamento pelo interior do dispositivo inimigo — Zonas de Retaguarda dos Ex e Zona de Administração — e mesmo na Zona do Interior da Nação inimiga.

Em consequência, como medida de segurança para a aviação e tendo em vista o emprêgo eficiente dos diversos meios amigos e o controle dos ataques aéreos para forças terrestres (E-3 do ar), designam uma linha do terreno bem definida, além da qual o controle visual ou eletrônico dos ataques aéreos isolados (individuais) não é obrigatório, e aquém da qual as unidades aéreas podem atacar só quando o ataque é necessário às unidades terrestres, são contra objetivos nítidos e os aviões possam ser orientados por um DCAT ou um DDAT.

* * *

A linha de bombardeio nunca deverá ser localizada a menos de 1:000 metros das posições amigas, como também não deverá ser fixada além do alcance da Art. de campanha disponível.





CURSO DE INICIAÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

Professor AMARAL FONTOURA

4ª Aula

FINALIDADE E CAMPOS DO SERVIÇO SOCIAL

1) INDIVIDUALISMO, COLETIVISMO E PERSONALISMO

A) O INDIVIDUALISMO

Terminamos a aula anterior dizendo que a finalidade ou objetivo do Serviço Social (que não se deve confundir com o "objeto"), é, em sentido restrito, "reajustar o indivíduo à vida regular da sociedade", mas, em um sentido mais largo e mais profundo, tal finalidade é a plena expansão da personalidade humana e o maior bem-estar da comunidade.

Faz-se mister, então, esclarecer o conceito de "personalidade humana", e, em seguida, o de "bem comum" ou bem-estar da comunidade.

Três doutrinas lutam entre si, no campo da filosofia social, com respeito a "indivíduo" e "pessoa": o individualismo, o coletivismo e o personalismo.

O individualismo é a doutrina de Rousseau, dos Enciclopedistas, de Montesquieu, que dá ao indivíduo o primado sobre a sociedade. O indivíduo é tudo, e a sociedade, o Estado, o governo pouca expressão devem ter. Estado, governo e sociedade devem existir apenas para o bem-estar do indivíduo. Este é um ser livre. Daí o nome de Liberalismo, dado a esse regime político, também chamado "democracia liberal" ou democracia individualista.

No campo religioso já essa doutrina individualista se manifesta com Lutero, com Calvino e os demais vultos da Reforma, que pregava o direito ao "livre exame": cada indivíduo deve ser livre na interpretação das Sagradas Escrituras, subordinando tal exame apenas aos ditames de sua própria consciência. Os indivíduos não devem estar subordinados a autoridades religiosas, mas sim e ape-

nas diretamente subordinadas a Deus.

No terreno econômico a filosofia individualista se apresenta através de François Quesnay e de Jacques Turgot, que desenvolvem a doutrina tão conhecida do "laissez faire, laissez aller". Segundo essa doutrina, o Estado não se deve intrometer na vida econômica da coletividade, limitando-se a velar pela segurança exterior e pela paz interna. Cada indivíduo deve ser, no terreno econômico, "senhor de seu nariz" e tomar conta de seu próprio destino. O pai do Liberalismo Inglês, Adam Smith, diz: "o mundo está regido por u'a mão benéfica e providencial; a intervenção do governo deve reduzir-se ao mínimo possível; o Estado deve limitar-se à defesa externa, à formação da lei, à administração da justiça e às obras públicas". Os economistas liberais afirmam que "quando cada pessoa está livremente procurando seus próprios interesses, ela está fazendo o melhor que pode, não só para si rentes do Estado...

Mas a filosofia do individualismo cedo se transformou na filosofia do egoísmo, em que cada indivíduo só pensava em si, desconhecendo o resto da humanidade. A liberdade econômica em breve se transformou na liberdade do forte oprimir o fraco, sob as vistas indiferentes do Estado.

Surgiu, então, como reação, a filosofia coletivista.

B) O COLETIVISMO

O coletivismo é a doutrina que afirma o predomínio da sociedade sobre o indivíduo.

O individualismo dizia: "o indivíduo é tudo, a sociedade e o Estado existem para servi-lo". O coletivismo responde: "a sociedade é tudo, o indivíduo existe apenas para servi-la". Mas como a sociedade é representada pelo Estado, facilmente esse princípio se transforma em: "Estado é tudo, o indivíduo existe para servi-lo". Duas direções derivam, pois, do coletivismo: a da sociedade todo-

poderosa de um lado, e, de outro, a do Estado todo-poderoso.

No primeiro caminho temos a filosofia de Karl Marx (que não se confunde com o regime soviético), de Feuerbach, de Engels, de Saint-Simon, de Robert Owen, de Charles Fourier e de Proudhon, bem como de todos os socialistas antigos e modernos.

No segundo caminho temos o *Estatismo*, a doutrina dos alemães Von Bülow e Von Treitschke, que aproveita as idéias de Hobbes. Como sabemos, Hobbes, ainda no Século XVII, desenvolvera uma violenta filosofia estatista: "a soberania do Estado se funda na obediência cega dos súditos" — o Estado é o Leviathan, o monstro terrível que devora inexoravelmente todos os seus filhos — o soberano é quem sabe o que convém ao povo, pois se deixássemos ao povo o direito de escolher o que mais lhe conviesse, os homens se devorariam entre si, como os lobos ("homo hominis lupus").

Mais próximo a nós, o *Estatismo* se apresenta na filosofia de Nietzsche e nas doutrinas políticas de Bismarck e de Hitler, de todas as ditaduras, grandes e pequenas...

Todas essas doutrinas estatistas são mais ou menos socializantes, isto é, arrogam ao Estado o direito de se apossar das propriedades, dos bens e das pessoas de seus súditos. Daí o nome de *socialismo de Estado*, que elas recebem. Pela mesma razão recebem o nome de totalitarismo.

C) O PERSONALISMO

Entre o *individualismo*, que concede toda liberdade ao indivíduo, e o *coletivismo*, que outorga todo poder à sociedade ou ao Estado, surge modernamente, como ponto de equilíbrio, o *personalismo*. Tal é a doutrina social que recoloca a pessoa humana no seu verdadeiro pedestal. O personalismo, que é admiravelmente defendido por Maritain, afirma que nem o indivíduo é soberano, nem é zero. Distinguem-se, no ser humano, dois aspectos: o indivíduo e a pessoa. Como indivíduo, isto é, como ho-

mem-massa, o ser humano está subordinado à sociedade e ao Estado. Mas, por sua vez, a sociedade e o Estado existem para servir à pessoa humana, isto é, para organizarem condições de vida melhores que permitam o desenvolvimento da personalidade humana, da dignidade humana.

Está aí, então, em que sentido exatamente dizemos que a finalidade do Serviço Social é a plena expansão da personalidade humana, dessa personalidade, criada à imagem e à semelhança de Deus, e que não pode reduzir-se simplesmente a números, a algarismos estatísticos, ao homem-massa, tângido como rebanho, de lá para cá e de cá para lá; que não pode existir apenas com a finalidade de ser massa de manobra dos políticos e aproveitadores nem simplesmente carne-para-canhão, mas que, ao contrário, deve ter o direito de ser alguém, de afirmar-se, de viver com dignidade.

Deve existir alguma diferença entre um bando de animais selvagens e uma sociedade de homens. Os animais são *individualistas* e egoístas ao ponto de se devorarem indiferentemente uns aos outros; ou são *coletivistas* como um rebanho, correndo para a direita e para a esquerda, conforme o tange o vaqueiro. Os homens não devem ter o direito de serem lobos, nem de se verem obrigados a ser carneiros: devem ser *personalidade humana*. E para conseguí-lo é que se criou o Serviço Social.

2) CONCEITO DE "BEM COMUM"

Mas a finalidade do Serviço Social, além de ser "a plena expansão da personalidade humana", é também "o maior bem-estar da comunidade", o "bem comum".

Chama-se *bem comum*, em Filosofia Social, o bem de todos os seres que compõem a sociedade humana, ou pelo menos uma determinada sociedade. Guido Gonella diz "deve-se entender por bem comum da sociedade, o bem-estar de uma pluralidade unificada... o bem comum é, por-

tanto, o bem-estar de vários indivíduos unitariamente coligados".

Um dos maiores dramas do mundo é essa dissociação em que vivemos, dentro de uma mesma comunidade, cada qual puxando para seu lado, cada um tratando apenas dos seus interesses, dos seus prazeres, do seu bem-estar, sem querer tomar conhecimento do seu vizinho, de todos ou outros seus vizinhos. Ora, o organismo social é como uma orquestra: cada músico toca o seu instrumento e segue a sua música, que lhe está colocada na estante, diante dos olhos. Mas a grandeza da orquestra depende essencialmente da harmonia, da afinidade e da coesão do conjunto, pois nós, criaturas do Século XX, representamos, do ponto de vista afetivo e moral, uma orquestra em que cada um toca o seu instrumento a seu jeito, sem se preocupar com a harmonia musical do conjunto...

Já vimos que os economistas da Escola Liberal afirmavam que o individualismo era capaz de fazer o progresso da humanidade, porque quando cada indivíduo está tratando seriamente do seu próprio bem, está, ao mesmo tempo, trazendo o bem-estar de todos. Ora, a verdade é precisamente o oposto a isso: tratando do bem alheio é que estamos cuidando do nosso próprio. Essa verdade é velhíssima, tendo sido depois perdida. Já São Thomas de Aquino afirmara: "*aquêle que trabalha pelo bem comum da sociedade, conseqüentemente está trabalhando pelo seu próprio bem*".

Pensávamos que a felicidade individual era um problema individual: a realidade nos está mostrando que a felicidade de cada um depende da felicidade do conjunto. E que o todo depende da parte, isto é, que para haver bem-estar na comunidade é preciso que haja bem-estar entre os indivíduos que formam essa comunidade.

Cada um de nós que habita este Rio de Janeiro, por exemplo, está na mais estrita dependência de todos. O indivíduo pode ser rico, ter um bellissimo carro "Cadillac", mas para o seu gozo individual, em

um simples passeio, depende do tráfego, dos ônibus, dos bondes, dos guardas do funcionamento dos sinais, do estado de calçamento das ruas e dos operários que as constroem...

Cada um de nós, para sua felicidade pessoal, depende diariamente, do leiteiro, do açougueiro, da cozinheira, do lixeiro, da água que a Prefeitura dá ou não dá.

Não há exagero, portanto, em dizer que a felicidade de cada um depende da felicidade de todos. Cada vez mais vivemos num mundo só, numa vida socializada, de interação constante e ininterrupta.

Cada um de nós age sobre todos e sofre as consequências das ações de todos. O organismo social é um só, como o organismo humano: há uma unidade indissolúvel, orgânica, permanente. Para que haja progresso social, é preciso que haja progresso dos indivíduos; para que haja bem-estar da comunidade, é indispensável que reajustemos os desajustados, que façamos Serviço Social.

3) OS VÁRIOS CAMPOS DO SERVIÇO SOCIAL

Na aula anterior apenas citamos quais são os campos através dos quais se exerce o Serviço Social. Fazêmo-lo hoje em detalhe:

a) *Serviço Social da família* — É aquele que se dirige especialmente para o grupo doméstico. Tem por objetivo reajustar a vida econômica, moral, social, etc. do lar. Foi o primeiro a ser desenvolvido e concorreu bastante para o surgimento dos demais ramos do Serviço Social.

b) *Serviço Social da criança* — Também recebe os nomes de S.S. da Infância ou S.S. do Menor — É aquele que tem por objetivo proteger a criança, em todos os aspectos da sua vida, permitindo-lhe um crescimento físico, mental e moral sádios. Foi um dos campos do Serviço Social que mais tardou em desenvolver-se, talvez devido ao fato de que já havia inúmeros Asilos e Orfanatos por toda parte. E só muito recentemente se começou a compreender

que não se resolviam os problemas sociais e morais da criança com o simples fato de atirá-la dentro de um asilo. Conforme veremos mais tarde, o maior benefício que se pode prestar à criança é deixá-la viver em seu próprio ambiente natural — a família.

c) *Serviço Social do menor transviado* — Dado o enorme aumento que vem tendo a delinquência infantil nos grandes centros, é possível considerar, dentro do Serviço Social da Criança, um subcapítulo especialmente destinado ao tratamento e à recuperação dos menores transviados. É importante notar desde já, como faremos depois em detalhe, que não se aceita mais a idéia do menor "criminoso" nem "delinquente" mas sim como uma criança que por falta de assistência, orientação ou tratamento adequado, se transviou. Daí o nome geralmente usado hoje: *menor transviado*.

d) *Serviço Social Médico* — É aquele que tem por escopo a preservação ou recuperação da saúde, mediante o estudo da vida social do indivíduo e da comunidade. Funciona em conexão com hospitais, dispensários, clínicas, serviços de higiene pública, etc. Na maioria das vezes, há um caso social envolvendo o caso médico propriamente dito, em cada doente: um desajustamento econômico, uma vida pregressa irregular, ignorância dos preceitos de higiene, uma situação de família embaraçosa, etc. cabendo ao Serviço Social resolver tais problemas, que dificultam, quando não impossibilitam, a cura do doente.

e) *Serviço Social psiquiátrico* — É até certo ponto uma especialidade do Serviço Social Médico. Tem por objetivo o ajustamento ou reajustamento mental dos doentes. Inicialmente existiu apenas nos hospitais ou asilos para psicopatas. Depois se estendeu às clínicas psicológicas para crianças (tão difundidas nos Estados Unidos), aos tribunais de menores e escolas correcionais, bem como às escolas especiais para crianças — problemas excepcionais. Hoje engloba em seu âmbito de ação os

próprios indivíduos são, de maneira a evitar, tanto quanto possível, futuros desajustamentos mentais.

f) *Serviço Social do trabalho* — É o que tem por fim reajustar os trabalhadores ao seu emprego, de maneira a que cada um se sinta feliz na profissão que exerce. Este Serviço envolve as mais diversas questões, tais como Orientação Vocacional e Profissional, a Psicologia Industrial, a Higiene do Trabalho, a Legislação Trabalhista, a Previdência Social, as relações entre o empregador e o empregado, bem como dos trabalhadores entre si, e, enfim, os problemas do salário insuficiente e do desemprego.

g) *Serviço Social da delinqüência* — Tem por objetivo acompanhar os detentos, oferecendo-lhes um clima social e moral adequados à sua regeneração. Procura amparar e orientar as famílias dos presidiários, bem como obter situações condignas para os egressos das penitenciárias. Nesse sentido se ocupa com a racionalização do trabalho penitenciário, procurando descobrir a vocação de cada detento, e colocá-lo numa atividade condizente com a mesma, a fim de obter sua mais rápida "recuperação pelo trabalho" (laborterapia).

h) *Serviço Social Escolar* — É uma variação ou uma aplicação especial do Serviço Social da Criança. Destina-se a cuidar do aluno, em todos os aspectos da vida escolar onde haja um desajustamento, citando-se em primeiro lugar o grave problema da evasão escolar.

Casos de indisciplina, de atraso pedagógico, de alunos vadios, etc., têm muitas vezes causas sociais, que cumpre ao Serviço Social averiguar. Também pode o S.S. agir de maneira muito útil nos vários problemas da merenda escolar, das Caixas Escolares, dos clubes dos alunos, e das múltiplas organizações extra-curriculares. O S.S. Escolar, realiza, assim, uma importante tarefa de aproximação entre a escola e a família, entre a vida da criança na escola e no lar.

i) *Serviço Social Rural* — É o que possui a finalidade de assistir e melhorar, por todos os meios ao seu alcance, a vida do homem no campo. Sabemos o quanto o fazendeiro e o colono têm vivido abandonados pelos governos, pelos centros de civilização, apesar de ser o trabalho agrícola o fundamento essencial da vida em todo o mundo. O Serviço Social Rural se propõe a diminuir o profundo fôssco existente entre a cidade e o campo, levando para este algumas das formas de conforto existentes naquela.

Atualmente o Brasil começa a preocupar-se com este importantíssimo assunto, havendo mesmo vários projetos de organização do Serviço Social Rural, nos moldes do SESI (Serviço Social da Indústria) e do SESC (Serviço Social do Comércio).

Completando esse quadro, temos a considerar ainda a Administração do Serviço Social e a Pesquisa Social, que não são campos do Serviço Social, mas que se ligam indissoluvelmente aos mesmos, conforme veremos em aula futura.

Seria contrasenso pensar ou esperar que três ou quatro redatores tivessem a estultice de, nesta época, se arvorarem em "fazedores" da Revista, ou que fôsem bastante ridículos para pretenderem pontificar sobre todos os assuntos, para a coletividade de seus camaradas. Ela tem de ser obra da colaboração de todos os oficiais, como tudo que se relaciona com a guerra.

(Do Relatório da Diretoria relativo a 1951).

A PREPARAÇÃO INTELECTUAL DO OFICIAL

Cel. ALUIZIO DE MIRANDA MENDES

II

IV — OS DADOS DA PREPARAÇÃO

O SABER E O PODER

Qual será, então, o objetivo da preparação intelectual? — Dois se nos apresentam: um, principal e geral, outro, particular ou especial, que mais de perto nos diz respeito.

O objetivo principal é o de *aprender*, não em si mesmo, porque seria quase que inútil, porém, o de adquirir novas e poderosas possibilidades intellectuais e de ação, possibilidades que permitam conhecer para inventar. Neste particular, os melhores métodos são os que mais façam agir e trabalhar o espírito.

Em suma, sua finalidade última é o de educar o *reflexo condicionado*, que constitui um dos melhores usos do núcleo cerebral na sua tripla função de associação de idéias, de recordações e de faculdade de aprender.

Mas, aprender é estudar e tanto este como aquêla carecem de ciência, embora possa parecer que haja nisto algum paradoxo. Esta aparência é motivada, sobretudo, porque no geral não se ensina a ciência do aprendizado, que é bem diferente da que se conhece pelo nome de pedagogia. Esta indica como ensinar e aquêla como aprender.

Dissemos linhas atrás que, em princípio, todos devemos e podemos aprender conscientemente, isto é, sem nos contentar com simples tintura superficial, este mero verniz de cultura tão prejudicial a quem o tem como aos que devem sofrer

suas presunções. Acontece que o volume do saber universal aumenta cada dia, consideravelmente, enquanto o tempo disponível para o adquirir — em face das contingências da vida moderna — diminui sensivelmente. Então, diante deste fato tão desolador, só existe um recurso: ou renunciar a todo saber profundo e eficaz ou limitar os conhecimentos ao que incide no âmbito exclusivo de nossa especialidade ou profissão.

Mas, a ciência é uma e única e, perante esta unidade, o que sucede é precisamente o contrário. Mesmo um golpe de vista sumário prova que todas as ciências tendem, de fato, para a unidade, sendo impossível estudar qualquer uma delas no detrimento das demais. Mesmo os mais elementares fenômenos físicos, químicos, meteorológicos, etc. exigem, para sua correta interpretação, o exato conhecimento de quase todos os ramos da ciência moderna. Não são, pois, raros os espíritos hodiernos que, diante da enormidade do esforço a emprender, abandonam a pista e se acomodam com esta tranqüilla ignorância.

Existe, com efeito, certa convicção, hoje em dia muito enraizada, de que há muita coisa por aprender para que se possa tudo aprender, convicção do preguiçoso e relaxado ou do especialista limitado e improficuo. No entanto não deve semelhante propósito confinar na resolução de que não se deve nada aprender, ou somente o mi-

nimo necessário ao ganha pão cotidiano. E basta isto para que nos ponhamos de cara com a realidade. Por isso, ao lado desta convicção surge a concepção moderna da felicidade, que se resume na "gente aumentar sua própria vida". Em essência, consiste ela, tanto para os povos como para os indivíduos, em tender cada vez mais para qualquer coisa de grande, de superior, que vive sempre aumentar o seu próprio domínio, o patrimônio de riqueza, de influência, de força ou de duração, fórmula por certo de utilidade e de atividade, mas, que todos nós aspiramos honestamente.

Ora, assim sendo, aprender — mesmo para os que não tenham em mira ganhar o pão cotidiano ou defender sua pátria de agressores potenciais e poderosos — é agigantar-se, alargar e aumentar o seu domínio de conhecimentos e de sensações; munir-se de novas possibilidades e enriquecer seu patrimônio interior; aumentar, finalmente, o poder e a força da Pátria. E expandir-se e o homem se expande vertiginosamente, encurtando o tempo, diminuindo as distâncias e aumentando a sua própria longevidade. Porém, é de mister o saber. E como não há atividade que se exerça sem esforço, é preciso querer porque só mesmo a vontade pode realizar o esforço qualquer que ele seja. Entretanto, à medida que esta atividade se fôr tornando mais familiar e ordinária, o esforço também se tornará menor e assim faremos mais e melhor com muito menos sacrifício.

Em resumo, aprender é encorporar em si mesmo, e de modo definitivo, fatos, verdades, sensações, que antes eram totalmente exteriores ou mesmo desconhecidos. É coisa inteiramente análoga ao que se passa com um recém-nascido, que pesando apenas dois ou três quilos, toma do mundo material, pouco a pouco, do que se tornar adulto, vindo então a pesar muito mais, cerca de várias dezenas de quilos. Mas, para que um indivíduo aumente assim seu próprio peso, desde a infância até atingir o seu equilíbrio definitivo, na idade ma-

dura, é de mister uma certa ordem e certa técnica, que se resume em saber escolher os alimentos e em saber triturá-los convenientemente.

Aprender é pegar o pensamento nascido e formado fora de nós e triturá-lo até que possa facilmente penetrar em nós mesmos. Semelhante operação requer, primeiramente, vontade e, depois, ordem e tempo. Da mesma forma porque nos habituamos a mastigar, embora, às vezes, o façamos mal e com tal negligência que engulimos sem trituração, assim também o espírito se habitua a refletir, pensar sem cessar, adquirindo penetração. Destarte nada lhe será insignificante, a ponto de tudo o que se aperceber, desperte-lhe uma idéia e estas, invés de se depositarem num recanto qualquer da memória, se agitam em perpétuo movimento, se chocam, se associam, se agrupam e se multiplicam numa incessante atividade renovadora ao contacto de impressões recentes, aumentando-se, expandindo-se e se multiplicando.

O objetivo especial ou particular da preparação intelectual é, portanto, a expressão, estratégico. No que tange à força dos povos, por exemplo, a geopolítica alemã proclama, sem a menor sombra de dúvida, que o poder das nações aumenta com a cultura. Tal afirmação se tornaria quase um truismo, se não fôssemos nós militares. Na verdade, este objetivo está dentro do anterior e só o destacamos para o ressaltar. Tomemos, ao acaso, alguns exemplos, que porão em evidência o extraordinário papel da ciência na guerra. É excusado que não falemos da bomba atômica onde, na realidade, se acha condensada a mais elevada ciência de nosso tempo para fins puramente militares e cujo efeito fulminante é ímpar na história. O progresso segue à frente dos exércitos e a civilização vai também avançando mesmo que seja, por vezes, sobre um carro de explosivos.

Deixemos o presente e volvamos-nos a um passado remoto, ao ano 215 A.C. por ocasião do ataque romano à Siracusa que, para sua defesa, possuía apenas o maior elen-

tista da época: Arquimedes! Este desempenhou ali papel semelhante ao de um comandante de artilharia e, ao mesmo tempo, o de chefe nacional de investigações. Era matemático de profissão e físico dileitante. De tal forma maravilhou o rei de Siracusa com sua ciência mecânica que foi por este incumbido de construir máquinas apropriadas a todos os fins — ofensivos e defensivos — adequados a cidades sitiadas. Foi esta a origem de uma sábia preparação militar, pois que, em 215 A.C., o General romano Marcelo, à frente de uma poderosa força naval e militar, intima Siracusa a se render a fim de, dali, como base de operações, atacar Cartago.

As legiões romanas haviam posto por terra o mundo conhecido e o que ainda se sustinha de pé tremia à sua presença. Arquimedes, tinha então 72 anos! Mas, nem mesmo diante do impulso descomunal dos atacantes Arquimedes tremeu, como tremiam seus compatriotas. E logo começou a pôr em ação suas armas científicas, que permitiram à sua gloriosa cidade natal de resistir impávida durante três longos anos aos mais brutais ataques que nos relata a história. Todos os tipos possíveis e imagináveis de alavancas, todos os meios de propulsão, todos os artificios e táticas foram empregados pelos siracusanos para afundar os barcos romanos e destroçar suas legiões até então invencíveis. Plutarco descreve com todos os pormenores esse feito memorável.

Muito embora os romanos tivessem utilizado todos os seus recursos militares e navais, inclusive equipagens de pontes e catapultas pesadas de grande potência, nada conseguiram se não fôsse uma lamentável ingenuidade, que permitiu aos sitiados de empregar um estratagemma muito parecido com o da quinta coluna atual.

Não vamos descrever essas armas nem esses artificios. Basta que se saiba o terror pânico que causava o simples nome de Arquimedes às legiões invasoras. Se viam qualquer coisa de estranho nas muralhas da cidade, os legionários logo

gritavam que ele ali estava para lhes lançar novo e mortífero engenho. E com isto faziam meia volta e fugiam! Eis aí o primeiro exemplo clássico do emprego da ciência na guerra, exemplo muito instrutivo, uma vez que Heron, o monarca dessa próspera colônia grega da costa oriental da Sicília, teve a inspiração, vários anos antes, de mobilizar a ciência para a preparação defensiva de seu reino. O exemplo não frutificou e a guerra continuou a se fazer pelos processos de antanho unicamente com a força e coragem humanas, e sua eterna improvisação...

Os povos custaram a compreender que os exércitos detidos diante de obstáculos, que não podiam atravessar como, por exemplo, as muralhas duma praça fortificada, tinham de realizar e empregar máquinas apropriadas a tais destruições. A evolução do armamento é determinada pelas necessidades do comando e dominada pelas possibilidades da ciência. E assim, por uma infalível reciprocidade, toda modificação da tática estabelece novas exigências para o armamento, como todo progresso deste, permitido pelo avanço da ciência, impõe modificação correspondente da tática. Na maior parte dos casos, um armamento qualquer é apenas um meio termo entre os desejos do comando e as dificuldades dos técnicos. E foi assim que, paulatinamente, a ciência foi dominando na guerra, primeiramente, por meio da metalurgia e da química, em seguida pelas matemáticas e agora por toda a Ciência, desde a física até à psicologia e a moral.

Ninguém ignora presentemente os imensos recursos que nos prestam a geografia, a geodésia e a topografia. Examinai uma por uma das ciências e verificareis que todas, sem exceção, exercem extraordinária influência na guerra e condicionam todos os seus problemas. Por causa disto, um dia, há muito tempo, um comandante de Artilharia propôs a um matemático a solução de um dos mais interessantes problemas militares.

Foi no século XVI, em pleno Renascimento. Nesta ocasião, existia na Lombardia, uma das mais ricas e belas cidades dos Alpes italianos. Um belo dia, um exército francês, sob o comando de Gastão de Foix, invadiu o país e, numa blitzkrieg fulminante, talvez tanto ou mais do que as do século XX, passou tudo pelas armas e tudo destruiu. Brécia foi devastada pelo furacão e jamais recuperou seu esplendor antigo. Era o berço natal de um nosso velho e querido amigo, que todos vós conheceis muito bem: Niccolò Tartaglia que, na sua própria carne, experimentara os trágicos efeitos da guerra relâmpago de Gastão de Foix. Além de perder toda sua família, ficara horivelmente mutilado e na miséria. Todavia, conseguiu restabelecer-se um pouco e dominar as matemáticas, chegando a ocupar a cátedra correspondente, na universidade de Verona.

Al conheceu ele o mestre de Artilharia do castelo, homem de muita experiência e perícia na sua arte, consoante no-lo descreve Tartaglia. Um dia o artilheiro perguntou ao professor de matemática se não se podia apontar um canhão de forma que se lhe desse o maior alcance e a maior precisão. Este nada conhecia de Artilharia, porém, a pergunta despertou-lhe grande interesse. Daí em diante Tartaglia se pôs a trabalhar com suas equações e logo viu que o alcance máximo de um dado canhão, com uma determinada carga, só se pode obter com o ângulo de 45°. Estava descoberta a balística moderna. O que foi esta descoberta e a terrível luta de consciência que ela lhe suscitou, só se terá vaga impressão lendo-se a obra de Tartaglia, luta que também atormentou os últimos anos de existência de nosso imortal compatriota Santos Dumont. Representa, com efeito, não somente o dilema de consciência de todo homem de ciência, mas também de toda pessoa civilizada, que se dê conta do que seja realmente a guerra. Que culpa tem, por exemplo, um cientista que, preso à delgadíssima camada de vida da crosta terrestre,

descubra a 150 milhões de quilômetros da Terra, ao estudar a composição íntima do Sol, um corpo estranho até então desconhecido em nosso planeta? Este corpo foi por ele denominado *hélio* e tem atualmente as mais extraordinárias aplicações médicas e... militares. De fato, não têm, porque a guerra se transformou em mera extensão da luta do homem contra a natureza. Nesta, apenas ele lutava, como diz Gray, contra o calor do verão e o frio do inverno, contra o fogo, o rádio, o vento, o mar e os animais ferozes. Agora enfrenta uma nova espécie de força: o homem beligerante, que é a mais formidável das forças da natureza. Na guerra, o inimigo se converte em parte do ambiente que nos cerca e os processos que emprega podem ser considerados como fazendo parte dos fenômenos da natureza, perfeitamente idênticos aos rios que transbordam, os terremotos que assolam, as colheitas perdidas e as bactérias que se multiplicam. Para vencer os aviões, os submarinos, os tanques, os gases delétricos e todos os inauditos prolongamentos dos nervos e músculos do inimigo é de mister o uso da mais elevada e complicada ciência. Daí não há como fugir. Se, não, vejamos.

Estamos agora em pleno século XX e na 12ª semana da 2ª Grande Guerra. A Polónia já tinha sido destruída e na frente ocidental os grandes exércitos se defrontavam, trocando cãndidas e idílicas mensagens de paz. E neste ambiente que se deflagra verdadeira epidemia de afundamentos de navios de guerra e mercantes de toda espécie. Esta epidemia de desastre estava envolta em profundo mistério, porque tais explosões ocorriam em águas próximas da costa severamente vigiadas, nas quais os caça-minas operavam com regularidade e frequência. Apenas na semi-obscuridade de certas noites foram vistos aviões inimigos voando a muy baixa altitude, quase ao rez da água e alguns vigias da costa se aperceberam que certos objetos escuros eram lançados de pára-quedas.

Mero acaso veio favorecer os povos livres. Dias depois aparecia sobre um banco de areia de um povoado costeiro, no Essex, um estranho objeto de forma cilíndrica. Media 2,40 m por 60 cm de diâmetro e se assemelhava a um torpedo sem mecanismo de direção nem de propulsão, e, muito menos, cabo ou outro qualquer mecanismo, como soem ter os tipos correntes de minas flutuantes. Um professor de ciência eletro-magnética foi chamado e, após minucioso estudo, conseguiu, com a ajuda de uma equipe de sacrifício, desarmar o estranho objeto. Continha êle uma carga de 295 kg de alto explosivo, com um mecanismo detonante comandado por uma agulha magnética. Num compartimento posterior havia um mecanismo especial de pára-queda. Pesava, ao todo, 545 kg. Cientificamente era um engenho perfeito.

Ao ser lançado dos aviões, o compartimento posterior se abria, libertando o pára-queda que, gentilmente, o depositava sobre o mar. Ao afundar, um mecanismo automático soltava o pára-queda e outro comandado pela pressão da água, armava o mecanismo detonador. Descia, por causa de seu peso, cerca de 10 a 12 m de profundidade. Qualquer navio metálico que passasse nas suas imediações estava fatalmente condenado a voar pelos ares, partindo em dois. E foi o que aconteceu a muitas destas vítimas, inclusive navios neutros. E não havia salvação porque, atacado de baixo para cima, era atingido nas suas partes vitais, ao contrário do que sucede com os torpedos e minas correntes que atingem os navios pelo costado, permitindo que muitos dêles, assim feridos de morte, pudessem ou salvar a tripulação ou mesmo arribar em algum porto mais próximo.

Uma grande massa de ferro que passasse por cima dêsses engenhos atraía a agulha nêle colocada, pondo assim em ação o dispositivo de detonação. A força que faz a mina funcionar é, pois, o magnetismo terrestre. É fato bem conhecido que a Terra é um grande e pode-

roso imã. Do polo norte magnético da Terra saem invisíveis linhas de força, que entram pelo polo sul magnético. Os físicos não nos podem dizer exatamente o que são estas linhas de força, porém, sabem que, em virtude dêste campo magnético, todos os objetos de aço, que se encontram na superfície da Terra, ou próximo dela, estão ligeiramente imantados. Por causa disto, o casco de aço de um navio é também um imã, cujos polos norte e sul dependem da posição do navio em relação ao campo magnético terrestre. Idênticamente, a agulha magnética, que repousa no fundo do mar, dentro da mina, é outra imã.

Sabemos por outro lado, que quando aproximamos um imã de outro, os polos de nomes opostos se atraem e os do mesmo nome se repelem e por esta razão, a agulha da mina se desvia ou aproximando-se do navio ou afastando-se dêle. Qualquer que seja a direção em que se mova, o seu dispositivo detonador está regulado para estabelecer contacto e fechar o circuito elétrico que faça explodir sua carga.

Como então combater esse tremendo engenho de guerra? Somente os físicos poderiam dizer. E simplesmente disseram que era indispensável fazer que os navios não fôsem mais imãs. E como obter tão estupendo resultado? Viram logo, prontamente, que podiam consegui-lo enrolando um cabo de aço em redor do casco dos navios e fazendo passar por êle uma corrente elétrica apropriada. Se esta corrente fôsse proporcional ao magnetismo induzido no navio pelo campo da Terra, estabelecia-se um campo magnético de polaridade oposta, exatamente igual ao campo da Terra e êste campo artificial anulava o efeito do campo natural. E assim privava-se o navio de aço do seu magnetismo, tornando-o, neste particular, idêntico a um navio de madeira. Cessada a causa, cessavam também seus efeitos e a famosa mina magnética passou então a ser, para os navios, engenho

de guerra absolutamente inofensivo.

Em remate, permiti que vos conte — para demonstrar que saber é poder — uma pequena história. A verdade é mais espalhada do que tudo neste mundo. As idéias estão nos fatos. As verdades estão também nas conversações, nos casos, nos espetáculos, nas visitas e vagueações e nas leituras mais banais. Tudo contém tesouros e algumas leis da vida e da natureza governam tudo. Newton não teria descoberto a gravitação, se sua atenção ao real não lhe tivesse advertido e disposto a se aperceber que as maçãs caem como os universos. Pois foi esta disposição a se aperceber do real que permitiu a descoberta de um aparelho precioso em plena batalha de Inglaterra.

É muito difícil localizar um avião em plena escuridão e, mesmo durante o dia, em pleno nevoeiro, máxime na Inglaterra onde é conhecido a densidade ou espessura do fog britânico. Disto se prevaleciam os alemães na sua blitzkrieg aérea. Os holofotes eram ineficazes para esta delicada localização.

Os cientistas conhecem um princípio electro-magnético, que desde muito tempo é aplicado para vários fins. Consiste este princípio no seguinte: Quando um feixe ou facho de ondas electro-magnéticas choca-se contra uma superfície electrotizada, este feixe é refletido por esta superfície como se se tratasse de ondas luminosas. Foi observado pela primeira vez, quando os cientistas estudavam a camada de Kennelly-Heaviside, isto é, uma zona de partículas electrizadas que se acha na parte superior da atmosfera. Esta camada rodeia toda a Terra como se fosse um ténue teto eléctrico, e é exatamente por causa deste teto, situado entre 112 a 240 km de altitude, que as ondas de rádio podem dar a volta da Terra. Eis aí o princípio.

Um dia, muito antes da guerra, os investigadores de rádio que estudavam a camada de Kennelly-Heaviside notaram, de súbito, um reflexo demasiado curto e rápido

para que procedesse da camada já nessa conhecida. Concluíram então ter sido um avião que tivesse passado em cima e refletido a onda para o solo. Repetiram a experiência e verificaram o fato. Mas, nunca supuseram que esta simples observação pudesse ter tão alta aplicação na guerra e que, com ela, se poderia salvar muitas vidas e muitos bens.

Com efeito, suponhamos que um feixe de ondas é lançado na direção de um avião, que se aproxima de nós desde muito longe. As ondas de rádio que se chocarem contra ele serão refletidas para trás, de modo que sejam utilizadas para descobrir sua presença antes que seja visível ou, mesmo, que os microfones tenham podido captar o ruído de seus motores. Como as ondas de rádio viajam com a velocidade da luz e podem dar oito e meia vezes a volta da Terra em um segundo, é evidente que qualquer avião que com elas se choquem serão denunciados instantaneamente. E disto surgiu a radiar ou rádio-localizador. E com ele a Inglaterra ganhara sua famosa batalha.

Muitos outros exemplos poderíamos citar em abono de nossa tese.

Na Idade Média, com a descoberta da pólvora, surgiram as armas de fogo e, sobretudo, os canhões. Napoleão empregou o método científico no estudo de seus problemas táticos e estratégicos. Em 1870, os exércitos empregaram os caminhos de ferro e o telégrafo. Na 1ª Grande Guerra apareceram os grandes encouraçados e os submarinos, os motores de explosão nos aviões e automóveis, os tanques e as tele-comunicações. Finalmente, na última hecatombe que ensanguentou o mundo surgiram os mais descumunais descobrimentos, afetando todos os ramos da ciência para fins puramente bélicos e cuja enumeração seria fastidiosa e longa.

O que é fato é que seu objetivo não é destruir nem matar. Os confins da ciência, atualmente explorados, dilataram para fins humanos e pacíficos, todas as raízes do mundo conhecido. O espaço sobre o

globo terrestre é, de fato, limitado, porém, o campo de exploração da ciência é infinito. Toda vez que, no passado, a ciência parecia chegar a uma situação de estagnação, surgia quase que imediatamente nova rota ainda mais promissora e tudo nos induz a acreditar que tal continuará indefinidamente sem que logremos esgotar sua fecundidade. Esta nunca teve por mira fins per-versos.

A própria nitroglicerina, descoberta em 1846 pelo italiano Ascanio Sobrero, misturando glicerina, usada na fabricação de sabão, com ácido nítrico e sulfúrico, era apenas usada como estimulante cardíaco. Foi Nobel que, em 1867, adicionou-lhe uma gelatina especial, que lhe dava muita estabilidade, formando assim a gelatina explosiva conhecida pelo nome de dinamite, que tem os mais comuns e correntes usos na vida pacífica.

Tão logo se fale de explosivos, logo pensamos nos seus fins militares, esquecidos de que suas finalidades pacíficas superam de muito seus belicosos objetivos. Nos Estados Unidos da América do Norte foram empregados, de 1936 a 1940, cerca de um milhão de toneladas de explosivos nos mais diversos mistérios da paz, quantidade esta igual à utilizada pelos aliados durante toda a 1ª Grande Guerra!

A ciência está refazendo o nosso mundo para nos agigantarmos, alargando e expandindo o nosso domínio de conhecimentos e de sensações e munindo-nos de infinitas possibilidades. Compreendê-la e aprendê-la é nosso mais elementar dever, sobretudo, quando sobre os nossos ombros pesa a imensa responsabilidade da defesa da Pátria.

Antigamente um grão de milho, de trigo, de aveia ou de soja era, quase que exclusivamente, empregado na alimentação, maxime, dos animais. Do talo e da palha do milho e da aveia se fazem hoje papéis para paredes e de seus grãos se obtém amido, glucoso, azeite e inúmeros produtos alimentícios, inclusive, dissolventes como álcool butílico, acetona e álcool etílico, e os gases desprendidos pela sua fer-

mentação, hidrogênio e anidrido carbônico, podem ser usados para fazer álcool metílico sintético, de vasto emprego nas manufaturas de muitos produtos plásticos. Da casca da aveia se pode fazer furfural, material mui útil na dissolução de matérias orgânicas e na preparação de matérias plásticas, bem como na refinação do petróleo.

A acetona tem inúmeros usos no fabrico dos explosivos, na preparação do visco do acetato de celulose, nos films fotográficos e nas matérias plásticas de nitrato de celulose. O butanol, também extraído do milho, da aveia e da soja, usa-se no visco ou goma dos films fotográficos, couros artificiais, no charol, na resina sintética e na limpeza a seco. O álcool metílico se emprega na fabricação do formaldeído como dissolvente dos corantes e como anti-congelante, sendo também de uso corrente na fabricação das matérias plásticas.

Poderíamos multiplicar ao infinito os exemplos nos domínios da física, da química, da biologia, etc., para nos certificar-mos de quanto a ciência nos engrandece e nos nobilita. Eis porque disse Whittier:

"E passo a passo desde o começo do tempo vejo a constante vitória do homem."

A VONTADE

Esta vitória não se alcança sem esforço e este, mesmo para se aumentar o seu próprio peso, desde a infância até a idade madura, exige vontade, ordem e tempo.

Muito embora aprender seja estudar, nem sempre a recíproca é verdadeira, por isso que podemos estudar e não aprender ou aprender mesmo sem estudar na acepção corrente do termo.

O que é mais importante, acima de tudo, é a vontade de aprender e o desejo de aproveitar todas as oportunidades que se nos apresenta de colher um ensinamento. Parta donde partir e venha donde vier, logo que passe ao nosso alcance devemos colhê-lo e integrá-lo em nós mesmos. O principal é obstinar-se em querer.

O querer, como disse o Sr. des Vignes Rouges, é muito bom, porém, continuar a querer é muito melhor. Verdadeiramente eficaz é a perseverança no esforço de vontade, porque sem isto a vontade é apenas uma força impulsiva e, às vezes, incoerente.

O esforço de vontade é natural no homem normal. O ato de vontade, mesmo elementar, põe em ação considerável número de células nervosas, pertencentes às mais diversas funções psíquicas, inclusive naqueles que não obrigam nenhum movimento imediato após a decisão. E sentimo-lo muito bem quando nos esforçamos de grupar, comparar e de manter em nossa consciência as imagens mentais donde surgirá esta decisão. É precisamente neste instante que temos a nítida impressão de desempenhar um grande esforço.

Pôde estabelecer-se, com efeito, disse ainda o Sr. des Vignes Rouges, medindo a taxa de ácido fosfórico eliminado depois de um esforço cerebral, que há, realmente, gasto de matéria fosforada por ocasião de tais esforços. O exame microscópico da célula excitada por uma influência química, calorífica, mecânica, elétrica ou qualquer outra, prova que ela sofre diminuição de substância e mudanças moleculares. Admite-se, pois, que, na célula em atividade produz-se fenômenos físicos-químicos por meio dos quais nasce a energia nervosa. Esta energia parece libertar-se por intermédio duma sucessão de pequenas explosões.

Quais são as leis que regulam essa liberação de energia, fonte do influxo nervoso? Mistério. Sabe-se apenas, consoante pesquisas dos fisiologistas modernos, que o cérebro é seguramente a fonte duma energia de natureza desconhecida e completamente diferente de todas as outras, cuja quantidade e qualidade dependem, sobretudo, do bom funcionamento de todos os nossos órgãos. Eis porque devemos cuidar e treinar todo o nosso organismo para que esta energia possa normalmente se desenvolver. Só assim acumularemos nas nossas cé-

lulas nervosas a substância que as manterá em bom estado de funcionamento.

Mais uma vez verificamos que pensamos com o corpo todo e com toda a alma.

O desejo de saber e sua intensidade é que definem a nossa inteligência e caracteriza a nossa vontade. Queremos instintivamente conhecer, da mesma forma por que desejamos comer ou beber. Se a maioria dos homens se perdem nos prazeres vulgares, o homem de estudo tem a obcecá-lo a sede ou fome de saber. O cérebro — sede dessa energia nervosa que acabamos de falar — trabalha todo o tempo tal como as turbinas movidas pelos cursos d'água; dêle as idéias se escapam como sentelhas. Os processos nervosos que nele se processam, desencadeiam-se em jato contínuo e não param, da mesma forma por que se não detém os movimentos do coração nem o sopro de nossos pulmões.

Em que pesem as aparências em contrário, o coração animal trabalha 9 horas e descansa 16, mas é tal a eficiência de seu trabalho metódico, que todos o julgamos verdadeiro moto-contínuo. Para cada esforço de um segundo na sístole ou na diástole, o coração repousa quase dois segundos (precisamente 1,77) e, por via disto, pode durar normalmente até cem anos ou mais. Há mesmo um coração animal retirado do corpo, que colocado nas condições normais, está trabalhando com toda regularidade há mais de quinze anos!

O que nos falta é, pois, vontade, disciplina e método para podermos imitar esta fonte de vida permanente, esta maravilhosa potência do coração animal. Para isto, o hábito é de grande valor; bem montado atua como segunda natureza.

É sabido e resabido, conforme nos ensina a psicologia, que o vigor de nossa vontade depende da força emocional de nossos sentimentos. O ardente desejo de se possuir uma mulher bonita, a ambição de glória, poder, força ou dinheiro, dão-nos considerável poder de atingir nossa meta. Cada um

dêstes sentimentos se desenvolve pela excitação ou exercício, que vai enchendo ou acumulando no nosso ser da força nervosa correspondente.

"Tudo o que pudeses — disse o sábio — esforça-te por arrumá-lo no escaninho do espírito, como quem quisesse encher um vaso."

O mais importante não é só acumular; é compreender o que se acumula e se aperceber de que a verdade está por toda parte, misturada com o joio. Assim, deixamo-la passar em série contínua, sem triá-la nem aproveitá-la. É por essa razão que a Bíblia, há milhares de anos, proclama sentenciosa:

"A sabedoria grita nas ruas; eleva sua voz nas praças públicas; prega à entrada dos lugares tumultuosos; às portas da cidade faz ouvir sua palavra: Até quando, ignorantes, amareis vossa ignorância? Virai-vos... E eu espalharei sobre vós o meu espírito... Estendo a mão e ninguém faz atenção."

Se fôsse ouvido este consciencioso apêlo, só lucraria o espírito, que com ele assim se fortificaria, enriquecendo-se muito mais do que em muitas sessões laboriosas. Estas, por certo, permaneceriam necessárias, mas, a luz que se concentrasse por motivo de nossa perspicácia iria espalhando-se de modo que cobrisse toda a nossa vida.

E, pois, indispensável querer e querer com inteligência. Para isto não se deve desprezar nenhuma oportunidade de se adquirir a verdade. Para tal basta verificar o que se passa quando queremos comprar um objeto qualquer, que nos cause prazer, como por exemplo, uma electrola. Até então jamais havíamos pensado em semelhante coisa, apesar do muito que circulamos nas ruas do Rio, onde sempre há, em todos os bairros, uma loja de aparelhos de rádio. Passando por toda parte, nunca as víamos, embora circulássemos tanto pelas suas imediações. Seus sons musicais, por vezes gritantes, não nos detinham e até nos afugentavam dos seus arredores. Ignoráva-mos

as últimas novidades, as especialidades da G.E., da R.C.A. ou da Philips, os preços e etc. Agora, ao revés, nosso espírito despertado pela vontade, tudo vê, aguçado pela curiosidade. Dizer-se-lá que, por toda parte, somente existem casas de rádio e qualquer gramofone logo nos permite toda sorte de comparações, relações e conjecturas. Em apenas oito dias sabemos mais e melhor do que se nos dignássemos aprender em muitos meses. Vede o que pode fazer o desejo premido pela necessidade.

Pois a verdade é muito mais espalhada do que tudo. Grita, de fato, nas ruas e não nos abandona, mesmo quando a abandonamos. As idéias estão por toda parte e as leis filosóficas, sociológicas, científicas, morais, artísticas não são menos espalhadas. Um grande pensamento pode surgir, a propósito de qualquer fato. Em toda contemplação, seja mesmo a de um verme insignificante cu a de uma obra-prima que passa, uma oportunidade sem fim haverá sempre para profundas reflexões. Toda ligação de luz conduz ao Sol e todo caminho aberto é uma via de luz para a verdade.

Ora, todas essas riquezas podem ser captadas se estivermos atentos e preparados para tal. Isto é o que chamamos de *espírito intelectual*, este estado de preparação ou de predisposição ao real — ao verdadeiro — que nos dá inspiração para vermos em tudo lições, ensinamentos, antecedentes e consequentes. Muitas vezes, infelizmente, não estamos assim preparados nem possuímos esse espírito e, por isso, nossa atenção está ausente, perdida nas futilidades, nas ambições mesquinhas ou nas intrigas maldosas, que nos alheiam da grande sinfonia da vida universal, tão cheia de encantos e de belezas mil.

Este espírito exige, pois, de nós, grande força de caráter, confiança em si que permite empreender e ser bem sucedido, vontade refletida, resoluta e tenaz, a faculdade de se dominar e de se governar deliberadamente.

No ato de aprender, o essencial é, portanto, a vontade, que é o

fundamento de tudo. Sem ela nada é possível. Mas, uma vontade que se applicasse sem ordem seria logo descoroada, enervada e destruída. A ordem é para a vontade um apoio e um incensor de primeira grandeza, porque divide em esforços mais curtos, mais leves, mais suaves, pouco e pouco, quase insensivelmente, o grande, o imenso esforço de se aprender.

A ORDEM

Entre dois gênios, um, pequenino e cuidadoso, outro, um verdadeiro talento, se o primeiro souber ordenar suas invenções e cuidadosamente classificá-las, partindo do simples para o composto, do fácil para o difícil e do particular para o geral, atingirá mais prontamente o fim e fará obra mais sólida e mais bela do que o segundo, que desprezou esse trabalho avassalador.

Consiste este labor em dispor as idéias tendo por fim o estudo a realizar, marcando antecipadamente todos os pontos da estrada a percorrer. Não se põe nenhuma pedra no edifício sem se saber previamente por que, sem se ter meditado sua utilidade, as relações com o edifício e o que ela ajuntaria à solidez do conjunto, bem como aquilo que ela acarretaria como peso e forneceria como resistência. O verdadeiro gênio, o talento consumado, é o que tudo prevê.

Antes de empreender qualquer coisa, é de mister refletir nas suas últimas conseqüências e precisões, com todos os pormenores e nas suas mais insignificantes partes, tão nitidamente como se a obra já estivesse pronta e diante de nossos olhos, o desenho completo do trabalho que vamos executar. Daí a necessidade de um plano antecipado, um plano maduro, paciente e longamente meditado. Somente assim é que se poderá adquirir, após longo exercício, a agilidade e rapidez que permitem, em seguida, abreviar o trabalho, ordenar prontamente seus materiais e classificá-los com segurança e inteligência.

Quem se dispuser, por exemplo, a estudar História Universal sem

se inquietar de saber a sua definição e método, sem se preocupar de examinar cuidadosamente o índice de uma boa obra, para fazer idéia exata de sua amplitude; quem se dispuser a semelhante estudo desconhecendo a Geografia em seu conjunto e nos seus pormenores, não adquirirá certamente sólidos conhecimentos históricos. Mas, este ligeiro esquema precisa ser completado com as particularidades que se fizerem necessárias.

Conquanto pareça o contrário, a ordem é o que há de mais raro e excepcional nas operações do espírito. Quando a ordem, a precisão, a força e a veemência se acham reunidos, a obra será fatalmente perfeita. O essencial é que o plano permita a penetração ou profundidade e a continuidade e constância, bem como muito esforço consciente, porque a vida de estudos, como dissemos antes, é uma vida austera, que impõe graves e pesadas obrigações.

Todo estudo que não tiver em mira as relações de antecedentes e conseqüentes, não pode penetrar e ter solidez. Neste particular a invenção, a criação, a novidade e a originalidade, em última análise, reduzir-se-ão tão só à concepção duma forma, dum encadeiamento, duma subordinação e duma proporção que ponha tudo em dia, em plena luz, principalmente as relações novas com os conhecimentos antigos ou anteriores.

Mas, ao lado desta ordem, é indispensável certa técnica, que se cifra em se saber escolher os conhecimentos, os pensamentos e depois tritura-los convenientemente.

Para isto, não desperdicemos o nosso precioso tempo, a fim de podermos decuplicar as nossas duas horas diárias. Tomemos o salutar hábito de estarmos sempre presente neste jogo do universo material e moral, que nos permite contemplar o mundo de infinitos prazeres, posto diante de nossos olhos.

Essa técnica consiste em se aprender a ver, enxegar, ouvir e confrontar tudo o que se nos oferece com as nossas idéias familiares ou secretas. Destarte, não veja-

mos numa cidade apenas uma multidão ululante nem um amontoado de casas e arranha-céus, porém, a vida humana em sua agitação ordeira e construtiva, a sua história, grandezas e misérias. Que um quartel não nos seja unicamente uma casa onde se aprende a melhor maneira de se matar, mas, sobretudo um templo aonde são cultivadas as mais belas virtudes morais e cívicas, o amor da Pátria e os nobres sentimentos de ordem, subordinação e disciplina. Que a vista de uma família nos leve às suas gerações e que a mais simples das visitas nos aprenda a nobre arte da polidez e da delicadeza. Que tudo, enfim, um museu, uma oficina ou uma escola não nos mostrem apenas quadros e estátuas, ferros e madeiras, carteiras e salas de estudo, mas, escolas de arte e de vida, concepções do destino e da natureza, orientações diversas da técnica, condições da vida humana, do trabalho e de sua organização científica, as relações de classe, etc. Que tudo seja como um raio de luz que nos conduz ao Sol. Se não sabemos olhar, assim seremos apenas um espírito banal.

Um homem de estudo, disse Serpillanges, é um pensador, isto é, uma espécie de filtro onde as verdades, de passagem, deixam a sua melhor substância.

Dentro do vosso plano, tudo deve estar ordenado, de modo que facilite esta receptividade visual e auditiva. Sim, porque urge também aprender a ouvir e escutar, ouvindo e escutando seja quem for. Mesmo nas conversações mais simples circulam um mundo de verdades rutilantes. Quer seja nas praças públicas ou no sertão, aprendamos também a sua linguagem, porque a mais simples das palavras escutada com atenção pode ser-nos da mais profunda utilidade. Observando e escutando, apreenderemos a refletir e a adaptar às nossas necessidades o que tivermos adquirido. Devemos, pois, ficar de atalaia, mui especialmente quando tivermos a felicidade de nos entretermos com alguém que sabe e que pensa.

É bem verdade que a observação tem de ser preparada por meio de estudos e de soluções anteriores porque, em suma, encontramos o que procuramos. A semelhança dum bom caçador à espreita de sua apetecida caça, assim também devemos comportar-nos. Sempre haverá a necessidade de o espírito estar nesta perpétua disposição de refletir, numa constante disposição de ver e de observar aquilo que caça. Esta vigilante disposição pode fazer com que a nossa cultura aproveite tudo o que possa ser filtrado.

A boa ordem de nossos conhecimentos, isto é, a sua perfeita arrumação ou classificação, é ainda o melhor meio de se aprender com eficiência, sem desperdícios de energia nervosa. Bem arrumados na mente, tudo mais deve vir testemunhar em pró ou em contra as nossas teses, pois que a verdade está por toda parte e tudo se encadeia e se liga. Por que não estudar cada questão ao contacto daquilo que com ela se assemelha?

O universo é um só; entretanto é, na realidade, o que nós pensamos que ele seja. Difere e de muito para o músico, o pintor, o arquiteto, o militar e etc. O primeiro só se apercebe dos seus sons, ritmos e melodias; o segundo somente vê por toda parte cores, formas, expressões, claros e escuros; o terceiro somente sente equilíbrios de forças e de massas, e as resistências dos materiais; o quarto, finalmente, só enxerga feixes de trajetórias, movimentos, ligações de massas e de forças. O nosso mundo é um para o pensador e, outro, para o poeta. Entre o cientista e o tabaréu, o universo tem contornos e aspectos bem diferentes e inéditos.

Por esta razão, tudo deve nutrir a nossa especialidade ou profissão. E, conforme já acentuamos, tudo na ciência alimenta a profissão militar. Não se trata, pois, de particularismo estreito, senão de método, que nos aconselha, sãbiamente, a ter sempre o pensamento em expectativa.

Bem firme em vós o desejo de saber — acesa a paixão do verdadeiro — então, se vossa vontade fôr lançada muitas vêzes sobre os fatos da vida capazes de manter o fogo sagrado e satisfizer esta ânsia de saber, tornar-vos-eis constantemente verdadeiros pesquisadores em ação. Conduzi sempre convosco as vossas questões ou os vossos problemas e vereis os maravilhosos resultados que colhereis. Um homem inteligente e perspicaz passeia sempre por toda parte um espírito alerta às aquisições que o vulgo geralmente despreza. Para um homem inteligente, a mais modesta ocupação é sempre o prolongamento da mais sublime satisfação intelectual: Uma simples visita são, neste terreno, ótimas sindicâncias e seus passeios excelentes explorações; uma simples conversação, palavras edificantes. Destarte, o seu universo íntimo se confunde com o outro, o grande universo; a sua vida com a Vida e o seu trabalho com o incessante trabalho de todos os seres. Só assim compreenderéis o imenso valor da vossa missão e a grande importância do vosso trabalho na comunhão do trabalho nacional. O pensamento parece que é um só, distribuído em cadeia por todos os homens e as grandes idéias os elos dessa cadeia, que nos orientam para o mesmo grande ideal comum.

O TEMPO

O homem de estudo deve ser um devotado; mas, o estudo, dissemos também, requer um grande esforço. Por isso, não há quem possa pensar ativamente senão durante poucas horas. Porém, se a atividade estudiosa não é permantne, não devemos concluir dêste fato que o seu desejo de aprender seja intermitente. A noção de tempo tem por origem a de sucessão, da mesma forma que o espaço tem por origem a de direção, embora ambos sejam contínuos e ininterruptos.

Quem conhece o preço do tempo, tem dêle sempre o bastante. Não podendo alongá-lo, devemos, pelo menos, elevá-lo.

Mas, como elevá-lo? — Primeiramente, pela constância ou per-

sistência e, depois, defendendo a vossa solidão com toda a firmeza. Se tendes deveres, dai-lhes o tempo necessário e respeitai o dos vossos subordinados, porque eles também têm necessidade de se instruir; se tendes bons amigos, concedelhes felizes e oportunos encontros; se tendes amigos incômodos que vos solicitam, fechai-lhes delicadamente a porta, porque a amizade é uma perfeita união de corações, formada pela virtude e pelo mérito e confirmada pela semelhança de costumes. Não roubeis o tempo de vossos deveres com o pretexto de aprender, mas, ao cumprí-los, aproveital o ensejo de exercitar os vossos conhecimentos.

O tempo é uma coisa muito preciosa que a gente não desperdiça. O dinheiro perdido pode ser recuperado, mas, o tempo gasto inutilmente está radical e totalmente perdido.

Se dispuserdes de duas horas por dia, dentro do plano que traçastes e da ordem que estabeleceste, fácil será alargar o campo dos vossos conhecimentos. Após isto, quando fizerdes tudo o que devíeis fazer, não persigais uma perfeição impossível. Deixai as vossas vãs inquietações e tende confiança no vosso destino.

V — O CAMPO DOS CONHECIMENTOS

POUCA, SED BONA

Quanto ao campo dos conhecimentos, não se pode dar conselhos muito preciosos sobre o que convém aprender, e muito menos acêrca da dosagem dos elementos admitidos num plano consciencioso de trabalho. Tudo depende do fim a atingir. Falando em tese, somente algumas indicações nos são possíveis e dá-las pode servir de ponto de partida para úteis reflexões no caso particular de cada um. É óbvio que muita coisa depende da vocação pessoal de cada qual.

A grande arte de aprender — disse Lock — é de só empreender pouca coisa de cada vez. Mas, acrescentamos nós, é preciso que esta pouca coisa seja boa.

Façamos tudo o que devemos fazer, pacatamente, sem febre e com

todo cuidado, delicado e meticuloso, como se quiséssemos fazer uma obra-prima e, depois, não nos afundemos em vagas apreensões de possíveis faltas cometidas, que não vemos. Deixemos a obra sair de nossas mãos sem angústia, mas também, sem orgulho e, assim dominando os temores como as esperanças do amor-próprio, resignemo-nos ao só pensamento de não termos feito, talvez, a obra-prima que queríamos, apesar de todos os cuidados e trabalhos, porém fizemos — sem forçar a admiração de ninguém — o melhor que pudemos.

Olhai um papagaio, o exemplo é clássico. Observai um cego, o exemplo é instrutivo. Nem um nem outro dão um passo à frente sem ter a certeza da solidez do terreno onde estão pisando. Isto também equivale a dizer, que devemos separar as dificuldades para poder vencê-las, conduzindo ordenadamente os pensamentos, de acordo com a ordem estabelecida dos conhecimentos adquiridos. É o nosso velho e conhecido princípio de combater por partes, tal como fez Horácio, guerreiro ilustre e hábil que teve a cautela de não atacar, ao mesmo tempo, os três Curiáceos, batendo-os separadamente. Por este método podemos também construir verdadeiros monumentos. Esta regra de só se fazer uma coisa de cada vez e de a ela se entregar de corpo e alma, é de capital importância no trabalho intelectual por que somos, por natureza, impulsivos, instáveis e dispersivos.

As grandes obras foram edificadas com paciência. Ao atingirmos cerca de 4.000 m de altitude, lá no cimo gelado dos Andes, paramos admirados diante do Tribunal do Inca, construído acerca de 500 anos antes de Cristo e feito quase todo com gigantescas pedras de granito de 20 a 30 toneladas e admiravelmente bem talhadas e polidas. Do topo do trono imperial, olhamos em derredor, devassando o grande altiplano andino. Em volta, o horizonte se estende num raio de 200 km, aproximadamente, de planície desértica e árida. Nem vegetação

nem água, nem uma só pedra onde se pudesse extrair aquelas lages imensas e meditamos no esforço de paciência organizada e inteligente, que guiou, há muito mais de dois mil anos, aqueles pobres índios à construção de tão soberbo monumento, hoje já muito devastado pelo tempo e pela incuria dos homens.

É, pois, errôneo pensar que, em se fazendo cada por seu turno, e cada uma delas a fundo e completamente, não avançamos. É, ao contrário, a única maneira de se progredir, porque a ordem é a base do progresso. Conforme já tivemos oportunidade de acentuar, a vida dos grandes homens nos mostra que todos só foram bem sucedidos por causa da perseverança e da vontade de poder concentrar toda a atenção, sucessivamente, em cada permenor, nada deixando por terminar ou completar.

A CIÊNCIA COMPARADA

Só mesmo poucas indicações se pode dar, no tocante ao campo dos conhecimentos, que se queira adquirir. O que não resta dúvida, porém, é que não será inteligente nem prudente e bem pouco fecundo prosseguir numa profissão ou especialidade qualquer, aí se encerrando completamente. Seria como se alguém se propusesse andar constantemente de antolhos.

Dissemos anteriormente que nenhuma ciência se basta a si própria, porque nenhuma delas é luz suficiente a seus próprios desígnios. A expansão das especialidades ou seu contínuo alargamento pela vizinhança de todas as disciplinas conexas, e depois o ligamento de todas estas especialidades, e de seu conjunto com a filosofia geral é o que entendemos por Ciência Comparada.

Somente a Ciência Comparada pode dar a preeminência do julgamento objetivo e certo desembaraço, desenvoltura e independência, porque uma cultura parcial é sempre indigente e precária, que se isola e se estiola.

Para que formem hipóteses e concepções novas, é de mister asso-

ciar, sob a fiscalização constante do julgamento, as noções registradas fielmente pela memória. Se não se fundar o julgamento no conjunto da ciência, escapará a imaginação à sua tutela e tenderá a se desvairar ou a se estiolar. Por outro lado, acionada pela emotividade, a sensibilidade, a vaidade ou a ambição, passa a intimidar-nos ou a nos importunar com suas deprimentes antecipações, interpretando as impressões reais de modo exagerado. Daí suas constantes perturbações.

Estas perturbações criam toda sorte de mentirosos, falsários, loucos, idiotas, astuciosos, estafadores, etc., que andam nos lindes da ilegalidade, causando muitos malefícios à sociedade que os atura.

Consoante nossa diretriz geral, voltemo-nos para a disposição inversa, isto é, para a objetividade atenta do julgamento consciente, a fim de nos tornarmos dignos de uma tal prerrogativa. Tomemos, pois, sempre como ideal, a subordinação dos instintos, das emoções, dos sentimentos ao critério refletido, deliberado, da consciência objetiva. Aprendamos toda verdade que passar ao nosso alcance e proclamemo-la a todo mundo sem receio nem timidez. Assim reduziremos ao mínimo nossos erros e, por conseguinte, nossos malogros e inconveniências diversas.

Para prevenir tudo isso, cumpre desenvolver nossa ambição de nos tornarmos perspicazes, dedutivos e lógicos, observando em tudo e por tudo as causalidades e as confrontações, cuidando de penetrar, por traz de todas as aparências enganadoras, a exata realidade. Há muitos mentirosos, no rol dos quais se pode incluir toda espécie de falsários, que só o são por negligência deste esforço. Aperfeiçoada por séculos de civilização, a arte de mentir, irmã consanguínea da arte de furtar, atinge agora o zênite de sua perfeição. Partindo de permissas falsas, os seus adeptos, às vezes, raciocinam certo, a fim de confundir, com propósito deliberado, muita gente de boa fé, que a denominam de boba, tola, trouxe

e muitos outros epítetos da giria dos canalhas.

Sede, pois, sempre vigilantes e vigiai a coorte que vos cerca. Sede prontos em racionar vossas próprias impressões e as impressões das coisas que vos dizem, desconfiando sempre (porém, com a dúvida científica) para conservardes, em todas as ocasiões, vossa lucidez e vossa calma. Assim, não confundireis nem sereis confundidos. Para isto, só há um recurso: é o saber.

E o saber levado a fundo, isto é, cada ciência estudada completamente, conduzirá às outras ciências, as ciências à poesia, a poesia e as ciências à moral. Ciência em latim significa conhecimento e este é um só, pois que tudo se liga.

Não é possível estudar a peça de um mecanismo qualquer sem se pensar nas suas vizinhas e nas suas conexões; da mesma forma que não podemos estudar um órgão sem nos inquietarmos com o resto do corpo. E por isso, não podemos avançar em física ou química sem as matemáticas, em astronomia sem a mecânica e a geologia, em moral sem a psicologia, em psicologia sem as ciências naturais, e em nada sem a história. Não há dúvida de que tudo se liga e tudo se mantém, porque as luzes se cruzam. Um tratado inteligente de cada uma das ciências faz, pouco mais ou menos, alusão a todas as outras. Quem, por exemplo, poderia estudar economia política sem conhecer matemática, estatística e sociologia? Toda verdade é um corredor de luz para verdades ainda maiores. A pequenina gota d'água que cai induz a lei da gravidade, e este, a da gravitação universal...

A menor verdade é um filão inextotável. Aqui está um fato comum de vossa vida diária. Ao chegardes em casa, após o cumprimento de vosso trabalho e de um jantar reparador, assentados numa boa poltrona, ouvis, juntamente com a vossa família, as ondas etéreas, que vos ligam ou vos unem às sinfonias de Paris, Londres, Nova Iorque ou Viena. Todos se deleitam nos milagres da radiofonia e,

neste momento, sem saber porque, olhaiis distraidamente para o vosso pulso e dizeis, com toda tranqüillidade, à vossa esposa: "São 21 horas!" São, de fato, para o vulgo 21 horas, mas, para o homem de ciência é algo monumental e surpreendente: o imenso sincronismo do Sol em relação à Terra, o sincronismo do Sol em relação a todos os outros planetas e do sistema solar com milhões de estrelas, que vos põe em contacto permanente, naquele instante, com o universo inteiro, de acôrdo com leis absolutamente precisas do infinito saber humano!

Se, pois, quizerdes preparar em vós um espírito alerta, perspicaz e forte, desconfiai não só da vossa especialidade sem, entretanto, desprezá-la, mas, sobretudo, da mentira fantasiada que toma aspectos os mais diversos e os mais cambiantes. Resisti, o mais que puderdes, à necessidade natural de acreditar sem provas porque o espírito, desconfiante, gosta de estar libertado "in-continenti" da angústia da dúvida e, para acalmar esta impaciência de crer, medital no que disse o mestre do Método em seu famoso Discurso:

"Não acrediteis, como verdadeiro, em nada senão naquilo que puderdes ter como evidente, cuidadosamente evitando a precipitação e a prevenção a fim de abranger somente nos vossos julgamentos o que se apresentar tão claramente ao vosso espírito, que nunca tenhais ocasião de o pôr em dúvida."

Não decidais, portanto, sem antes ter estudado e profundamente meditado. Porém, se apesar de tudo fordes iludido, não olvideis que é de toda prudência nunca mais se fiar naquilo ou naqueles que, uma vez sequer, vos tenham enganado.

Assim devemos estabelecer os nossos alicerces, de conformidade com a altura que desejamos subir ou alargar o orifício da escavação segundo a profundidade que quizermos atingir. E dito isto é claro que toda ciência cultivada à parte

não é só insuficiente senão prejudicial, porque é de mister passar dum espírito a outro, a fim de os corrigir um pelo outro, tal como fazem os bons agricultores, que substituem as culturas para não arruinar o solo, plantado hoje uma coisa e amanhã outra.

Fazei, pois, um plano vasto sem reseo de que levar até certo ponto esse estudo comparado é sobrecarregá-lo demasiadamente ou retardar um estudo especial. Ele se reduzirá, do ponto de vista do tempo consagrado, a cada estudo secundário sem se reduzir, do ponto de vista da amplitude do olhar e do espírito do trabalho, que é o essencial. Em cada estudo, ide direito e reto sobre o essencial não vos perdendo nas minúcias. Não é por estas que as ciências se mantêm ou se formam. E muitas vezes pelo pormenor característico, isto é, o fundo, o essencial.

Mas, para que serve, em suma, toda essa ciência comparada de que tanto falamos e que a seguir ençetaremos o seu método? É claro que, se quizermos discutir um assunto qualquer — e dissertar sobre ele — estaremos sempre em condição de fazer, expendendo considerações verídicas, sensatas e lógicas. A verdade deve ser proclamada e praticada, acabando-se com a mudez que quer envolvê-la, porque, num mundo viciado de fraudes, mentiras, traficâncias, superstições e credices, a verdade é temível. No entanto, sabemos todos nós que a mudez não existe em parte alguma, nem mesmo nos próprios mudos de nascimento, porque estes são antes, surdos, que jamais poderão pronunciar palavras por eles também jamais ouvidas. No mundo do vício o que há são surdos. Mas, não é tudo. A ciência é uma preocupação exclusiva do homem — ser limitado — sujeito, portanto, às próprias limitações do seu cérebro. Eis por que a ciência é o homem explorando, aventurando-se, descobrindo ou utilizando os conhecimentos recém-adquiridos para reconstruir o mundo em que vivemos. Porém, se se decidir — como disse

Gray — a utilizá-los para fins, como por exemplo, de torpedear navios e bombardear cidades, é lógico que o único ser que lhe po-

derá objetar será outro homem e com... outra ciência.

(Continua)

NOVA EMBALAGEM!



MAIS HIGIENE!
MAIS SEGURANÇA!
MAIS ECONOMIA!

AÇUCAR
PEROLA
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA



OS MILITARES E OS PROBLEMAS SOCIAIS

(Conclusão)

Ten.-Cel. RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA

XII

O DEVER DOS SOLDADOS EM FACE DO COMUNISMO

Quando o "governo de transição", instaurado na Rússia pelos comunistas, tinha apenas pouco mais de vinte anos de duração, o notável pensador e sociólogo italiano Guglielmo Ferrero, em profundo estudo sobre a militarização do mundo, afirmava com absoluta segurança:

"Depois de vinte anos de regime soviético, não há senão uma coisa certa: que o primeiro governo socialista da história deu à Rússia um enorme exército, tão numeroso como dos tzares e muito superior pela potência de seus armamentos."

Nesta série de trabalhos que vimos publicando nas páginas de "A Defesa Nacional" e que hoje se completa, depois de um ligeiro esboço histórico retrospectivo, em que ficou evidenciada a falta de fundamento doutrinário das teses em que se procura basear o regime soviético, mostramos o que deveria ser o comunismo, segundo suas concepções teóricas, e o que tem sido a realidade cruelmente trágica de sua aplicação na prática, como sistema de governo, onde quer que esteja sendo exercido. Com o testemunho de próceres comunistas da mais alta hierarquia, como também de pessoas absolutamente insuspeitas e sempre autorizadas, salienta-

mos todas as falsidades e contradições da doutrina soviética, bem como as consequências terríveis e dolorosas que dela têm resultado, traduzidas, principalmente, no clima que lhe é necessário e indispensável, de desordem social generalizada e de completa degradação moral da espécie humana.

E podemos constatar assim, agora mais do que nunca, com são verdadeiras e oportunas estas palavras do atual Secretário de Estado dos Estados Unidos da América:

"Não podemos ter condescendência moral com as teses contrárias do comunismo internacional: a de que o fim justifica os meios, que todo e qualquer método é, portanto, permissível e que a dignidade do indivíduo humano não tem importância alguma, em comparação com o interesse do Estado.

Para nós, esses princípios significam, em sua aplicação prática, a atribuição a líderes humanos individuais, com todas as suas inevitáveis fraquezas e limitações, de poderes e funções que a maioria de nós somente estaria disposta a atribuir à infinita sabedoria e compaixão de um Ente Divino. Significam o Estado policial, com todas as suas consequên-

cias: uma arregimentação do trabalhador que dificilmente poderá ser distinguida do trabalho escravo; uma perda, pela sociedade, das coisas que nos parecem tornar a vida digna de ser vivida; a negação de verdades fundamentais incarnadas em tôdas as grandes religiões do mundo.

Trata-se de uma questão moral da mais clara natureza. Não podemos fugir a ela, nem podemos deixar de distingui-la."

QUESTÃO DO MÁXIMO INTERESSE PARA OS MILITARES

Há, entretanto, em torno da matéria de que tratamos, uma questão do máximo interesse para os militares em geral e que não pode e nem deve deixar de ser apreciada aqui, na mais antiga e conceituada publicação brasileira de assuntos militares, na revista que é "do Exército e para o Exército".

Lembramos pouco antes o conceito de Ferrero, a respeito do "enorme exército" que o primeiro governo socialista da história deu à Rússia, única "coisa certa" admitida pelo publicista italiano, depois de mais de vinte anos de regime soviético. Esse regime conta já, presentemente, com mais de trinta anos de existência e o exército russo, neste período ainda "transitório", aumentou extraordinariamente em seus efetivos e na qualidade e potência de seus materiais, a ponto de ser considerado um dos maiores do mundo, atualmente. Examinemos, então, o que vem a ser essa formidável força armada, ou, melhor, vejamos se o governo soviético construiu um exército como o compreendem os povos de mais alta civilização do mundo moderno, chegando sob este aspecto, ou do ponto de vista essencialmente militar, à realização da parte fundamental do sistema doutrinário comunista — a constituição de um organismo sem classes nem distinções sociais.

A questão, como já acentuamos, é do máximo interesse para os militares de qualquer ramo das Forças Armadas e, além disso, completará

o plano de nosso trabalho, permitindo-nos abordar o assunto por mais este prisma de tanta importância e oportunidade, assim como definir, ao mesmo tempo, o que julgamos ser o imperioso dever dos militares em face do comunismo.

EXÉRCITO A SERVIÇO DE UM PLANO POLÍTICO

Ao contrário das demais nações civilizadas, a Rússia não organizou, depois de vitoriosa a revolução comunista, um exército nacional, segundo o conceito hodiernamente admitido e consagrado.

A poderosa máquina militar soviética foi constituída, de início, como um verdadeiro exército de classe: era o denominado "Exército Vermelho de Operários e Camponeses", destinado a servir como "arma do Estado proletário". Tratava-se, então, segundo propalavam os doutrinadores do sistema, de um "novo exército", criado pelo proletariado e no qual não mais seria possível restabelecer a "disciplina imperialista", que obrigava o "soldado proletário" a submeter-se à "canga do general burguês e nobre"...

Muito pouco se soube sempre a respeito desse exército organizado e mantido para servir, exclusivamente, a um plano político perfeitamente definido, como ainda hoje quase nada se conhece também sobre as forças armadas soviéticas, em virtude da cerrada rede de mistério e segredo que as envolve. Alguma coisa, no entanto, consegue passar, de vez em quando, através das malhas espessas dessa rede, rompendo a "cortina de ferro", que desde longa data vem caracterizando todos os aspectos da vida, nos domínios comunistas.

É assim que, segundo uma série de dados positivos obtidos por um oficial francês e divulgados, há vários anos, em importante publicação da mesma origem, o antigo "Exército Vermelho de Operários e Camponeses, contava, anualmente, para preenchimento de seus claros, com um contingente de 1.200.000 jovens, dos quais 300.000 eram, normalmente, rejeitados em inspeção

de saúde. Os restantes 900.000 ficavam à disposição do exército durante cinco anos, sendo objeto de cuidadosa seleção e recebendo tratamentos diferentes, porque eram classificados em diferentes categorias, conforme suas tendências ou manifestações de caráter político, precisamente quando se inaugurava o regime que tinha por base a perfeita e absoluta igualdade das classes...

Dos 900.000 jovens disponíveis, os considerados "comunistas puros" (cerca de 250.000) se repartiam pelas unidades ativas ou pelos quadros territoriais, sendo incorporados por dois, três ou quatro anos, caso se destinassem ao serviço na infantaria, em armas montadas, especializadas ou na marinha; os que eram tidos como "comunistas menos puros" (outros 250.000, mais ou menos) constituíam o efetivo móvel das unidades territoriais; e, finalmente, eram considerados "excedentes de classe" (uns 400.000, aproximadamente) aqueles com os quais o governo não podia contar, por não lhe merecerem confiança, do ponto de vista político do partido comunista.

O absurdo da organização militar soviética alcançava, porém, ainda mais longe, na fase em exame. As diversas classes estabelecidas e oficialmente proclamadas sempre tiveram tratamentos diferentes. Os "comunistas puros", incluindo-se no exército ativo, passavam a ser funcionários do partido, classificados como "operários de choque"; eram filhos queridos do regime, bem alimentados e fardados, e gozavam de inúmeros privilégios, especialmente nos transportes e nos espetáculos públicos ou particulares. Os componentes das unidades territoriais, os "comunistas menos puros", e os "excedentes de classe" quando convocados, pela imprensa, eram obrigados a apresentar-se levando até utensílios para refeições; os primeiros ainda mereciam alguma consideração, por não serem totalmente suspeitos ao regime, porém os últimos, os que excediam por não inspirarem confiança, ficavam até proibidos de andar armados e só recebiam material e arma-

mento em determinadas ocasiões, ou para exercícios e manobras.

É evidente, portanto, que o comunismo estabeleceu classes perfeitamente distintas em sua organização militar inicial, qualificando seus soldados em categorias diferentes, como consequência das manifestações ou tendências políticas dos elementos a incorporar, quando o regime que começava a dominar tinha como um de seus pontos fundamentais, como ainda o tem atualmente, o absoluto nivelamento social, a completa igualdade de classes... Mas, essa característica incontestável das instituições armadas soviéticas perdurou e ainda perdura praticamente, embora o governo bolchevista tenha declarado a sua extinção. Sim, o próprio governo russo reconheceu oficialmente a existência da distinção de classes para efeito militar, tanto que determinou a sua abolição, o que constitui a prova mais indiscutível de que ela existia; e o ato oficial correspondente data de pouco antes do começo da última grande guerra, o que indica que, até então, havia no exército vermelho a diferenciação de classes, tão condenada pelo sistema comunista... Efetivamente, quando a União Soviética firmou, em agosto de 1939, o assombroso pacto militar com a Alemanha de Hitler, o governo de Stalin introduziu profundas alterações em seu regime militar, decretando nova lei para o serviço nas forças armadas. E o marechal Vorochilov, então Ministro da Guerra dos Soviotes, ao justificar a medida perante o Conselho Supremo da URSS, declarou que

"de ora em diante, nenhuma distinção de origem social será feita entre as pessoas, em seu recrutamento para o exército, obrigando a nova lei a todos os cidadãos, qualquer que seja sua escala social".

Revelam as expressões de Vorochilov que até à data da nova lei existia distinção de origem social no recrutamento para o exército e que somente daí em diante é que a obrigação de prestar o serviço militar passou a abranger todos os

cidadãos, qualquer que fôsse sua escala social.

Os motivos dessa modificação substancial não residiam, entretanto, no reconhecimento do erro e da enorme contradição existente entre o próprio regime político e seu processo de conscrição para as forças armadas. Todo o mundo vivia, então, dias inquietantes, sentindo já inevitável a deflagração da segunda guerra mundial. Os governantes soviéticos, principalmente, não alimentavam a menor dúvida de que, muito em breve, as hordas nazistas lhes invadiriam as fronteiras do território, a despeito do acôrdo pouco antes assinado e cuja finalidade exclusiva era ganhar tempo, para ambos os lados. E, em tal situação, tornava-se imperativo aos ditadores vermelhos conseguir maiores efetivos para seus exércitos e as exigências de mais e mais "carne para canhão" primavam sobre quaisquer outras, tornando-se de todo inúteis as distinções de origem social...

INSTRUÇÃO POLÍTICA OBRIGATORIA

Onde, todavia, a orientação comunista atinge às raízas do absurdo, no tocante às questões de organização militar, é, certamente, no que se relaciona com a instrução da tropa.

Constitui princípio que não mais admite discussão, nos países bem organizados e de elevada cultura, o de que resulta sempre nefasta e inconveniente a influência da política sobre as forças armadas. Por isso mesmo, os exércitos mais eficientes do mundo são exatamente aqueles que, sejam quais forem as oscilações do respectivo ambiente político, se conservam sempre inteiramente consagrados a suas atividades funcionais, sem outras preocupações que as impostas pelos deveres da profissão. Na Rússia Soviética, porém, verifica-se uma inversão total dessa salutar idéia, hoje universalmente admitida. Tanto o antigo Exército Vermelho de Operários e Camponeses, como o Exército Soviético da atualidade exigem e impõem a todos os seus elementos que estejam impregnados

do mais puro espírito comunista. Nesse sentido, as diretrizes de instrução da tropa recomendam providências especiais, de modo que, ao lado da instrução militar comum, as diferentes classes recebem, também, uma acurada "instrução política", para a qual se reservam tantas horas como para os exercícios de tiro. E não é só isso: como os ensinamentos políticos precisam e devem ser não apenas eficazes, como inteiramente uniformes e dentro da "linha justa" do partido, todo e qualquer comandante de unidade — desde o general ao comandante de companhia ou pelotão — tem sempre junto a si um "comissário político" do mesmo posto, para controlar e dirigir a instrução política da tropa. Daí se estabelece, geralmente, uma duplicidade de comando, com resultados muitas vezes inconvenientes, pois os comissários se intrometem em assuntos de técnica militar, julgados pelos comandantes como de sua exclusiva competência. Somente alguns chefes reconhecidamente comunistas e fiéis ao partido, contudo, é que conseguem livrar-se da assistência humilhante e vexatória dos "comissários políticos", por isso que, como diz o capitão George H. Ried, em artigo na edição brasileira da "Military Review", "o Exército Vermelho (agora passou a chamar-se Exército Soviético) e o comissário político foram criados juntos e só a morte os separará"... Os chefes militares russos, portanto, só não contam com a presença dos comissários políticos a seu lado enquanto não paira sobre suas atitudes e sobre sua conduta a mais leve suspeita, nem a menor sombra de dúvida. Porque, então, ou passam a ser controlados, sistemática e permanentemente, como os demais "camaradas", ou são "liquidados" sumária e friamente, chegando ao mesmo triste e doloroso fim a que já foram levados inúmeros altos expoentes das forças armadas soviéticas...

DESTRUIÇÃO DA DISCIPLINA PARA IMPLANTAR A DITADURA POLÍTICA

Depois de tantos fatos e argumentos comprovadamente apresen-

tados, parece não haver dificuldade em se admitir esta conclusão lógica e que se impõe com a mesma força incoercível das verdades indiscutíveis: o governo comunista russo não atingiu ao ideal de igualdade e nivelamento social, que é o primeiro e fundamental de seus objetivos, nem mesmo na única "coisa certa" que conseguiu realizar e lhe merece o máximo de atenção e para o qual se consagram todos os recursos nacionais — o Exército Vermelho.

A questão, porém, oferece ainda um aspecto sobremaneira especial, que não pode ser desprezado. Quando apreciamos as concepções doutrinárias e teóricas do comunismo, tivemos oportunidade de lembrar a opinião de Bukharine, então considerado um dos autorizados líderes do partido, sobre os meios essenciais à conquista do poder político, que deveria levar à "ditadura do proletariado", mas que, na prática do bolchevismo, deu lugar apenas à ditadura feroz de um grupo reduzido de políticos astutos, sem a menor expressão nas massas operárias. Entende, com efeito, o citado doutrinador comunista que, sendo a "luta do proletariado" dirigida contra a organização burguesa do Estado e como a força principal do Estado consiste no seu exército, "é preciso, antes de tudo, para vencer a burguesia, matar e destruir o exército burguês". E isso porque "enquanto o exército do adversário fica intacto, a revolução não pode vencer". Considera, então, Bukharine, como fundamental, para o fim indicado, destruir o sentimento de disciplina no seio do aparelho do Estado e em sua força principal — o exército, porquanto, se este não for destruído, "a revolução está morta" e "onde a disciplina burguesa não for rompida, a burguesia é invencível".

Verifica-se, assim, que a pedra de toque do comunismo, para a realização de seu maior objetivo político — a conquista do poder, vem a ser a disciplina, porque representa o cerne e o fundamento dos exércitos bem organizados. E é solapando esse fundamento, mi-

nando-o, destruindo-o, procurando fazê-lo desaparecer em suma, que o comunismo sabe que conseguirá solapar, minar e destruir as forças armadas de qualquer país, enquanto mantêm suas tropas sob regime disciplinar tão ferrenho e tirânico que as transforma em escravas e autómatas. E também, por conseguinte, minando, solapando e destruindo a disciplina em nosso Exército, em nossa Marinha e em nossa Aeronáutica que os bolchevistas tentam minar e destruir o próprio organismo da nacionalidade brasileira, como é de seus desígnios condenáveis.

O trabalho solerte e traiçoeiro dos agitadores comunistas em nosso país tem sido denunciado por autoridades civis e militares de todas as categorias, inclusive até pelo supremo magistrado na Nação. Ninguém mais pode, pois, em boa fé e animado de verdadeiro sentimento patriótico, alimentar nenhuma dúvida a esse respeito. Estamos em face de uma vasta e profunda conspiração subversiva, cujas finalidades essenciais consistem na destruição pura e simples do regime em que vivemos, como de todo o nosso patrimônio moral e histórico, de nossas mais caras tradições de cultura e liberdade, de todos os sentimentos cristãos que inspiram e orientam nosso modo de viver, de pensar e de termos fé em Deus, numa terra soberana e livre de opressões e tiranias.

Acha-se o Brasil, inegavelmente, sob a ameaça tremenda de um plano cuidadosamente articulado, que conduzirá à subversão completa de nosso sistema político, econômico e social, se não lhe for oposta a reação enérgica e imediata que se impõe, pela ação conjugada e coordenada de todas as forças que o patriotismo e nosso próprio espírito de sobrevivência estão a exigir.

A técnica a que obedece esse plano já é suficientemente conhecida e foi mais uma vez assinalada, ainda há pouco, pelo General Osvaldo Cordeiro de Farias. Depois de acentuar que, na separação ideológica do mundo atual, toda conciliação é impossível, a menos que suas diferentes partes reneguem

seu conteúdo filosófico, disse o comandante da Escola Superior de Guerra:

"Já é de ontem a política traçada pela Rússia, para conseguir a conquista de seus objetivos mediante a deflagração da luta de classe, por intermédio do trinômio "agitação popular — conspiração — guerra civil". Hoje, a técnica é diferente. Consiste, antes de tudo, no abandono do princípio clássico, que rejeitava com horror qualquer transação com os chamados partidos burgueses; nestes, ao contrário, deve por todas as formas, principalmente pela negação de sua filiação ideológica a Moscou, processar-se a infiltração dos comunistas. Desta maneira, conseguirão penetrar na máquina administrativa do Estado, ocupar pacificamente os postos-chaves de seu funcionamento e, depois de bem desmoralizá-lo pela não solução dada aos seus problemas e pela divisão e separação das forças que o sustentam, transformá-lo, quando chegar o momento propício, em Nação Proletária, mediante uma ação de dentro para fora, não de fora para dentro, mas uma revolução às avessas, infalível e sem risco, porque, necessariamente, os centros nervosos do adversário estarão paralizados, como neutralizada estará a sua capacidade de resistência."

Como que a confirmar essas palavras, indicando, ao mesmo tempo, que a preconizada técnica comunista começa a passar para o terreno da ação prática, declarava, poucos dias mais tarde, o próprio Presidente da República:

"... os nossos inimigos não estão apenas no exterior, nos eventuais agressores a serviço de um imperialismo em expansão: também estão aqui, dentro das nossas fronteiras, infiltrados por toda a parte, aguardando o momento propício para disseminar suas sementes de

desagregação, a serviço de ideologias e de ambições que a maioria da Nação repele".

O SUPREMO DEVER DOS MILITARES

As considerações oferecidas à meditação de nossos camaradas das Forças Armadas, em todo este nosso despretençioso trabalho, procuraram situar os militares em face dos problemas sociais do tempo presente, dando a todos, especialmente, uma visão clara e compreensível do que pretende o comunismo russo, na realidade brutal de seu trágico sistema de governo. Trata-se de um regime absurdo, tirânico e cruel, eivado das maiores contradições e cheio de mistificações, conforme pensamos ter demonstrado incontestavelmente, e que não chegou ainda a realizar-se nem mesmo no país de sua origem, onde só se tem mantido e conservado à custa de torrentosos caudais de sangue humano. Pois é esse regime despótico e bárbaro que os corifeus do bolchevismo soviético tentam e pretendem transplantar para outras terras, ainda que para isso se torne necessário arrazar e destruir o mundo inteiro.

A luta está engajada, tanto assim que, independentemente dos critérios pessoais de julgamento, segundo observa o escritor norte-americano James Burnham, o panorama que se descortina, no momento, é o de um mundo dividido, profunda e decisivamente, em duas zonas incommensuráveis: a comunista e a não comunista, aparecendo as próprias metáforas da história contemporânea "como testemunhos dessa violenta cisão."

O Brasil já tem posição definida e bem caracterizada em uma dessas "zonas incommensuráveis" e nada o desviará, por certo, do rumo em que se colocou decididamente, ao lado dos povos que se batem pela preservação dos ideais democráticos e em defesa dos direitos fundamentais dos homens de todas as nações. E a atitude serena e patriótica de nossas Forças Armadas é bem o reflexo vigoroso de sua integração perfeita nessa orientação, assim como a demonstração evidente da clara compreensão de sua alta e

nobre missão. Todos os elementos que as compõem, desde os chefes mais graduados aos simples soldados de fileira, possuem a mais nítida noção de suas graves responsabilidades e o senso imperioso de seus sagrados deveres, na imprescindível campanha contra os traidores inimigos da Pátria comum.

Parece perfeitamente lícito afirmar, portanto, graças a esses sentimentos dominantes no Exército, na Marinha e na Aeronáutica, do Brasil, que o comunismo soviético jamais vingará no seio de nossa gente. Os soldados, os marinheiros e os aviadores de nossas Forças Armadas não haverão de consentir nessa ignomínia e estão todos, para isso, em forma e preparados, atentos ao primeiro sinal de alarma, prontos e decididos a repelirem, como fôr necessário, quaisquer tentativas de sovietação da terra brasileira.

É este o supremo dever que a Pátria impõe aos militares de suas

Forças Armadas e cujo cumprimento é exigido, ainda que com o sacrifício de vida.

Para a vitória final, no entanto, faz-se indispensável não conservar os olhos e as atenções simplesmente voltados para baixo. Precisamos visar interesses mais altos ainda. Elevemos, pois, nossos corações a Deus, cheios de fé e confiança na Sua Misericórdia infinita, suplicando-Lhe ardentemente que mantenha não apenas nossos bravos militares, mas todos os cidadãos brasileiros sempre alertas, firmes e coesos, em torno dos elevados ideais de salvação da nacionalidade.

Sómente assim, nesta atitude magnífica de patriótico devotamento e de robusta afirmação de fé, poderão os brasileiros todos cumprir os seus sagrados deveres para com a Pátria, defendendo sua soberania e integridade territorial, bem como suas instituições livres, tornando-se fatores decisivos da maior grandeza do Brasil.

OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

Fabricante do Reparo para Metralhadora "Madsen" 1935

MARIO FABRI

Encarrega-se de serviços de mecânica em geral

Serviços de Tornos — Serviços de Freza — Serviços de Plaina

Soldas elétricas e a Oxigênio — Serralheiro — Estamparia

Fabricação própria de fogareiro de um queimador a gasolina, tipo militar
Fabricante da palha de aço "Cruz de Malta"

ORÇAMENTOS GRÁTIS

RUA TENENTE ABEL CUNHA, 149-A-B E C

O MUNDO ÁRABE

Dr. ROBERTO GUYER

Traduzido "data vênia" da "Revista Militar" (Argentina), de setembro de 1961, pelo Major FLORIANO MÖLLER

II

A morte violenta do Rei Abdullah da Jordânia, a 20 de julho do ano findo, junto à Mesquita de Omar, pôs novamente em evidência o agudo conflito interno que agita a comunidade árabe.

Em artigo anterior (1) mencionamos a intimidade que há entre os Hashimi — que reinam na Jordânia e no Iraque — e Ibn Saud, o soberano da maior parte da península arábica. Este conflito se entrosza com a aspiração do Egito de impor a sua hegemonia sobre o Mundo Árabe, chocando-se, por conseguinte, com os Hashimi.

O ex-grão-Mufti de Jerusalém, Amim el Hussein, é acusado de ser o inspirador do assassinato do Rei Abdullah. O Mufti declarou, do Cairo, que não tivera nenhuma participação nesse atentado.

O Rei Abdullah, com seu sonho de fundar um grande império, a Grande Síria, inevitavelmente teria que lesionar diversos interesses, entre eles, os do Grão-Mufti. Este, por sua vez, tem laços muito estreitos com o Egito.

Tanto o Egito quanto o Mufti, têm uma posição violentamente anti-judaica e anti-britânica, mas, em contraste com outros Estados árabes, observam uma marcante benevolência para com o Cristianismo. Amim el Hussein declarou, na primavera de 1944, que "agora que os anglo-saxões abriram as portas ao comunismo, só a Igreja

Católica se pode opôr a este, sempre e enquanto não esteja demasiado anquilosada. Se tal acontecer, haverá soado novamente a hora da única religião verdadeira, o Islam".

Abdullah, ao contrário, apoiava-se na Grã-Bretanha e desejava chegar a um acôrdo com Israel. Não é apenas a parte independente do mundo árabe que oferece estas graves divergências internas, mas também os territórios sujeitos ao domínio francês. Os problemas mais agudos eclodiram em Marrocos, há alguns meses passados.

Desde o dia 30 de março de 1912, dia em que se firmou o Tratado de Paz, o Sultanato de Marrocos (Empire Chérifien) faz parte do Império Francês — ou *Union Française*, — como se chama agora, na qualidade de protetorado.

Esse tratado estabelecia que o Sultão continuaria governando, mas que teria um conselheiro, o Residente Geral, que seria o seu Ministro das Relações Exteriores e representante ante as potências estrangeiras. O Marrocos seria governado de forma autocrática, sendo o Sultão assistido por um corpo de conselheiros, o *Maghzen*.

A França, no começo do protetorado enviou um de seus homens mais ilustres, o Marechal Lyautey, que realizou uma gestão administrativa digna dos aplausos mais

entusiastas. Com grande tato e alta diplomacia, fortificou a débil autoridade do Sultão entre as diversas tribus revoltadas. Impediu, além disso, uma excessiva ingerência do centralismo metropolitano nas questões puramente internas de Marrocos.

Lyautey tratou, o mais possível, de preservar o espírito autóctone. Não modificou, assim, as instituições árabes nem impôs sistemas contrários à mentalidade islâmica. Todavia, isto não significou que o Marrocos ficasse condenado a permanecer em atraso. Lyautey deu alento ao que fôsse moderno e impulsionou o desenvolvimento técnico de forma acelerada, mas sem destruir o caráter próprio dos maometanos. A colonização de Marrocos é algo que honra a França, de maneira imperecível.

Tudo isso, entretanto, não impede que haja um forte movimento de independência em Marrocos. Há vários partidos nesse Estado africano, que lutam pela liberdade de sua pátria, destacando-se o *Istiqlal* e o *Shura & Istiqlal* (2).

O "*Istiqlal*" é, sem dúvida, o que conta com maior número de adeptos. Este partido, dirigido do exílio, em Tanger, por Allal el-Fasi, é favorável à independência total e imediata de Marrocos (3).

O "*Shura & Istiqlal*", em compensação, considera que a independência completa seria um passo apressado e contraproducente, uma vez que o Marrocos ainda não está preparado para gozar uma independência absoluta. Aspira pois, uma libertação paulatina, em colaboração com a França.

A pacificação e o prestígio da autoridade, no Marrocos, empreendida por Lyautey, deveriam favorecer os poderes do Sultão e da classe dirigente; por outro lado, era natural que os marroquinos tratassem de sacudir a dominação francesa, por mais benéfica que fôsse. Mas o Sultão tinha, agora,

um Estado muito mais forte e um espírito nacional mais desenvolvido.

A 2ª Grande Guerra deu um grande impulso a todas estas aspirações; a França, em consequência da derrota, perdeu uma grande parte do seu prestígio entre os árabes. Os Estados Unidos, país ideologicamente anticolonial, ao desembarcarem na África, passaram a minar a soberania francesa.

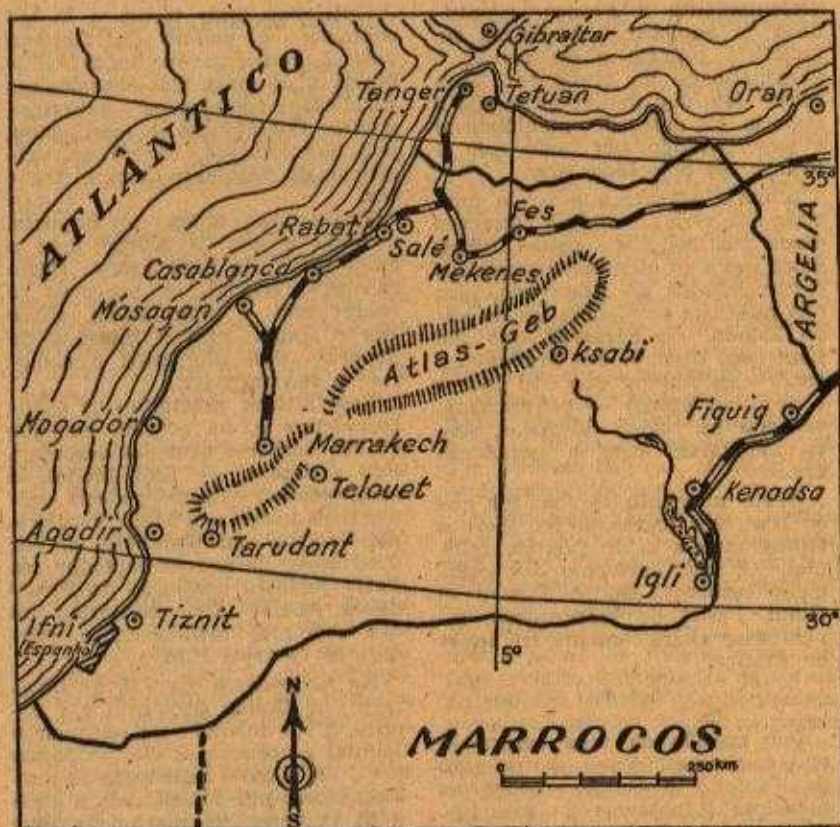
A administração de Roosevelt, determinada por um certo tom esquerdista, era anticolonialista. Quando o Presidente Roosevelt se entrevistou com o Sultão, em 1943, por ocasião da Conferência de Casablanca, expressou, sem rodeios, sua posição anticolonial. Ainda hoje, em certos círculos franceses, menciona-se esta declaração como a origem dos atuais distúrbios.

Isto é, sem dúvida, um exagero, uma vez que as palavras de Roosevelt não foram mais que a expressão de um desejo. Os Estados Unidos, em verdade, não impulsionaram, de forma ativa, o movimento libertador marroquino, mas lhe deram um fundamento a mais. Os líderes árabes, por sua vez, em qualquer episódio, por menos transcendente que seja, enxergam o apoio americano às suas aspirações. Assim foi quando, há meses, um dos subsecretários do Departamento de Estado, Mc Ghee, compareceu a um banquete oferecido pela Liga Árabe, ao qual estava presente Abd-el-Krim, o que foi interpretado como uma adesão dos E.E.U.U. aos ideais da independência marroquina.

O que acontece é que a América do Norte simpatiza com os patriotas de Marrocos, sem que isso signifique que tivesse tomado a iniciativa de minar a dominação francesa. Esta situação valeu a Washington uma grande popularidade nesta parte do mundo árabe, em contraposição com o que se passa no Oriente Médio, onde o

(2) *Shura* — conselho; *Istiqlal* — Independência (N.A.).

(3) No Marrocos espanhol há um partido análogo, o *Hizb el-Isiah*, dirigido por Abdecholiq Torres, que, da mesma forma que el-Fasi, vive desterrado em Tanger (N.A.).



problema judaico complicou o panorama internacional.

A França, todavia, é a grande culpada dos seus próprios males. Ao perder a sua vontade de ser grande potência — ao mesmo tempo que o Sultão pregava a independência do Marrocos — a França selava o seu destino como nação imperialista.

Como último recurso, a França tenta desmoralizar o regime absolutista de Marrocos, e dessa maneira, conseguir o apoio das massas, para poder contrabalançar a pressão do Sultão.

Desde que o General Alphonse Juin assumiu o cargo de Residente Geral, na primavera de 1947, intenta a França, com redobrado vi-

gor, obrigar o Sultão a reformar o seu império.

O Sultão Sidi Mohamed (que ascendeu ao trono em 1927), após-se a esta política e em sua visita a Paris, em outubro do ano passado, manifestou o desejo de substituir o tratado de 1912 por um outro mais adequado com a época atual. Ao mesmo tempo, o "Istiqlal" lançou uma vigorosa campanha antifrancesa, para demonstrar que o Sultão era o fiel intérprete de seu povo.

A crise estalou finalmente a 6 de dezembro de 1950, ao discutir-se, no Conselho do Governo (uma espécie de Parlamento), o orçamento para 1951. Os membros do Istiqlal aproveitaram a ocasião para atacar

violentamente a França, acusando-a de explorar o Marrocos em benefício próprio e de anular a personalidade do árabe em Marrocos. Isto deu motivo para que a maioria dos delegados manifestasse a sua gratidão por tudo que a França fez pelo Marrocos.

É nesta ocasião que estala uma cisão que vem agitando o Marrocos desde sua conquista pelos árabes. Estes lograram dominar os hebreus e convertê-los ao Islamismo, mas não puderam amalgamá-los no novo Estado. Os berberes, que são uma raça distinta dos árabes (há entre eles muitos que são louros e de olhos azues) — continuaram vivendo na região do Atlas, sem se mesclarem com a população árabe.

Neste momento crítico, foi que os franceses lograram recolher os frutos de sua sábia política colonial. O mais influente dos príncipes berberes, Hudsh Tihami el Glaui, Pashá de Marraquesh, levantou-se enérgicamente em favor da França.

Por ocasião de uma cerimônia em comemoração ao nascimento do Profeta, o Sultão recebe os príncipes e notáveis do seu Império, os quais lhe trazem presentes, razão pela qual este acontecimento é denominado "festa das dádivas". Nesta oportunidade, El-Glaui pediu, em nome dos príncipes berberes, que o Sultão se afastasse do "Istiqlal". Uma vez que o monarca se negou a aceder a este pedido, e concomitantemente proibiu a presença de El-Glaui na corte, sem audiência prévia, este se retirou sem entregar os presentes, declarando-se desligado de toda obediência para com o Sultão.

Pouco depois, a 26 de janeiro de 1951, o General Juin visitou Sidi Mohamed e pediu a exatuação do Istiqlal. A 12 de fevereiro houve uma nova entrevista, pedindo Juin a renúncia de alguns membros do Gabinete e o sancionamento de várias leis ("dahirs") que estabeleciam reformas políticas e econômicas.

Dois dias mais tarde, o Sultão submeteu o pedido do General Juin à consideração do seu Gabinete e de mais dois conselheiros jurídicos, convocados expressamente. O Gabinete se manifestou, por unanimidade, contra as exigências do Residente General francês.

Produziu-se, então, um impasse, durante o qual o Sultão teve o apoio moral da Liga Árabe. Nesse momento crucial, os berberes se sublevaram e marcharam sobre Fez e Rabat, com a intenção de deporem Sidi Mohamed e elegerem o seu sucessor.

Essa atitude precipitou os acontecimentos e, na ocasião em que 20.000 berberes armados cercaram Fez e Rabat, — Sidi Mohamed compreendeu que não poderia perder mais tempo e, a 24 de fevereiro, dissolveu o seu Gabinete, e, por intermédio de seu embaixador em Paris, pediu a mediação do Presidente Auriol. Este contestou no dia seguinte, ratificando a conduta do General Juin.

Na noite desse dia (25 de fevereiro), o Sultão declarou, por escrito, a sua intenção de reprová-lo Istiqlal e aprovar as leis propostas por Juin. Com a assinatura do Sultão, deu-se por solucionada a crise e os berberes retornaram às suas montanhas.

A solução, todavia, não foi definitiva. Poucos dias depois, Sidi Mohamed declarou a um periodista Egípcio que havia fraquejado por três razões:

1º) Pressão de certos membros da Residência Geral;

2º) O movimento das tribus berberes que estavam acampadas diante das portas de Fez, Salé e Rabat;

3º) O desejo de evitar consequências funestas para o Império, pelos motivos já citados.

O Sultão concluiu dizendo: "Por todas estas razões nos vimos obrigados a aceitar as solicitações da Residência Geral".

A 17 de março, resolveu a Liga Árabe que todos os seus integrantes enviassem à Chancelaria francesa um memoradum, pedindo que

se acesse à vontade do povo marroquino.

A 11 de abril, os representantes diplomáticos do Egito, Iraque, Jordânia, Arábia Saudita e Síria entregaram esse memorandum ao "Quai D'Orsay". A seguir, o Líbano e o Yemen entregaram notas análogas.

O Subsecretário de assuntos políticos da França declarou que aceitava a nota somente em virtude dos profundos vínculos de amizade que uniam a França aos países árabes, mas fazia notar que o Marrocos era um assunto que pertencia somente à França e a ninguém mais.

Deu-se pois, por terminado, um episódio que, em realidade, só o está à flor da pele. No futuro, surgirá novamente, com violência ainda maior. Prova disso é que, a 9 de abril, constituiu-se em Tanger, uma frente patriótica integrada pelo "Istiqlal", o "Shura & Istiqlal" e mais dois outros partidos. Os seus componentes juraram lutar pela independência árabe até a morte e, sob nenhum pretexto, manterem contacto com o comunismo.

Contudo, ainda resta saber quem representa realmente o povo marroquino: — o Istiqlal ou os príncipes berberes? Enquanto não se resolve esta conjectura, qualquer vaticínio a respeito desse povo é extremamente difícil; só se pode prognosticar que lhe espera um porvir agitado.

Tão boa colonizadora tem sido a França em Marrocos quanto escasso foi o êxito alcançado em Argel. Em vez de respeitar a personalidade deste território, o transformou simplesmente em departamento francês. Como era de prever, as consequências não têm sido nada agradáveis.

Para certos escritores europeus, o Norte da África só pode ser conservado para a Europa, se for aplicada a chamada *solução californiana*. Isto significa que uma grande leva de europeus deve emigrar para a África do Norte, desenvolver as suas riquezas e absorver a população nativa, da mesma

forma que os E.E.U.U. extirparam o mexicanismo na califórnia, até às mais recônditas raízes, criando um Estado próspero e totalmente americano.

A solução é interessante, mas impraticável. A Europa perdeu completamente a concepção imperialista e não tem mais poder para impôr a sua forma de ser no mundo. Os franceses por sua vez, temerosos de que a África do Norte se lhes escape das mãos, olham esse plano com frialdade.

Como se pode observar, a comunidade árabe apresenta um dos problemas mais intrincados que se pode imaginar. Temos procurado mostrar as profundas divergências que separam entre si, os diferentes componentes do mundo árabe.

A projeção árabe na política mundial também é extremamente complexa. O aparecimento do Estado de Israel gerou uma série de problemas de solução impossível. No decorrer deste século, tanto os árabes como os judeus viram os seus direitos impugnados de forma sistemática, sempre que os pediam pelas vias legais. Ambas as partes decidiram, pois, recorrer à violência. No artigo anterior, mencionamos o massacre da população árabe de Deir Yasin, perpetrado pelo Irgun Zvai Leumi. Por sua vez, os árabes têm cometido atrocidades análogas. Pode-se recordar, por exemplo, que quando o Iraque foi declarado independente, há pouco tempo, executou uma grande matança de assírios.

Toda essa série de fatos determinou no Oriente Médio (entre árabes e judeus), um clima de intemperança, carente de flexibilidade política e que tanto mal lhes tem feito.

A conduta internacional mais acertada para a comunidade árabe seria esquecer ódios passados e tratar de cooperar com a Inglaterra que, desde o estalar da 2ª Grande Guerra, declarou-se firme defensora dos interesses árabes.

O fanatismo e a intransigência dos árabes, de um lado, e, do outro, a política inglesa de "pau de

dois bicos", impediram qualquer aproximação. No período compreendido entre as duas guerras mundiais, a Grã-Bretanha tratou de satisfazer tanto aos árabes quanto aos judeus, com o que apenas conseguiu a inimizade de ambos.

A impossibilidade de se efetuar, na atualidade, uma política de aproximação anglo-árabe, evidenciou-se recentemente, ao cair assassinado o Rei Abdullah, firme partidário da aliança com a Inglaterra e cujo exército era disciplinado e comandado por oficiais britânicos. O fato de que o assassino tenha sido um jovem de 21 anos revela claramente o repúdio geral de semelhante política. A isto há que acrescentar-se que uma semana antes foi assassinado em Amman, capital da Jordânia, o ex-primeiro ministro do Líbano, Riad el Solh, político de decidida tendência anglófila.

A 30 de julho do corrente ano, houve um interessantíssimo debate na Câmara dos Comuns. Depois do discurso de Morrison, Ministro das Relações Exteriores, falou W. Churchill, que manifestou a opinião de que a Grã-Bretanha, sozinha, já não bastava para defender o Oriente Médio e que necessitava a ativa cooperação da França e Estados Unidos.

Churchill colocou o dedo no próprio cerne do problema. Desde o fracasso da expedição de Napoleão ao Egito, em 1801, a Inglaterra exerceu supremacia em todo o Oriente Médio.

Esta situação mudou totalmente e a Grã-Bretanha, ao descer de sua categoria de grande potência, não pôde mais manter seu papel imperialista, tendo, em consequência, de ceder sua direção ao EE.UU.

Este país, já antes da 2ª Grande Guerra, havia começado a interessar-se no Oriente Médio e a Inglaterra (que desde a 1ª Grande Guerra havia perdido o seu poder) foi entregando diversos interesses financeiros de forma paulatina, se bem que contra a sua própria vontade.

Isto se pode comprovar sobretudo na exploração do petróleo. Em 1927, uma companhia americana obteve 23% da Iraq Petroleum Company. Em 1930, a Standard Oil conseguiu, por meio de sua subsidiária, a Bahrein Petroleum Company, uma concessão na Ilha de Bahrein, concessão originariamente outorgada a uma companhia britânica, a Eastern General Syndicate. Em 1934, a Anglo-Iranian Oil Company e a Gulf Oil Company, de Pennsylvania, formaram a Kuwait Oil Company, para explorar uma concessão do Sheikh de Kuwait (a produção de petróleo, entretanto, só teve início em 1946). Na Arábia Saudí, foi concedida permissão à Arabian American Oil Company.

Os Estados Unidos desenvolveram, no passado, uma política favorável aos árabes, dado seu congênito senso anticolonial. Havia pois, na comunidade islâmica, uma forte simpatia para com Washington.

Esta situação mudou radicalmente, quando o Estado de Israel fez a sua aparição entre as nações do mundo. Desde o primeiro momento, o governo americano voltou-se a favor dos israelitas, alienando, em consequência, as simpatias árabes.

O "Times" de 1 de agosto de 1951, em comentário à declaração de Morrison, feita a 30 de julho na Câmara dos Comuns, de que a Grã-Bretanha continuaria mantendo a segurança internacional em todo o Oriente Médio, assim se expressou: "Entre as dificuldades imediatas desta tarefa, estão as relações rotas entre Israel e os países árabes, o que produziu uma profunda e amarga animosidade no mundo muçulmano contra a Inglaterra e os Estados Unidos, que são considerados os responsáveis pela aparição política de Israel".

A oposição árabe aos EE.UU. não é total, uma vez que, em Marrocos, gozam de grandes simpatias.

A Rússia, por sua vez, trata de capitalizar as simpatias árabes a seu favor, neste momento tão con-

fuso: mas procede de forma contraditória. Depois de haver se oposto ao sionismo, por ser "um desvio nacionalista", pareceria que, ante os êxitos militares judaicos, retornasse sobre seus passos e tivesse nessa ocasião uma atitude mais amistosa para com o Estado de Israel.

Os árabes, que são profundamente anticomunistas, observam uma atitude muito fria em relação à Rússia. No artigo anterior (4) manifestamos a impressão de que a religião maometana, em sua mais profunda essência, é completamente anticomunista.

Os Estados árabes, em virtude de suas profundas divergências internas, não podem apresentar uma frente comum. A Liga Árabe é apenas uma fachada que funciona enquanto não seja afetado o interesse particular de algum dos participantes.

Afora isso, os árabes adotam uma rígida política de fanatismo, que lhes tolhe qualquer atuação flexível, o que é um grave inconveniente, uma vez que a maleabilidade é o pressuposto básico da política internacional.

A não ser que apareça um caudilho capaz de unificar a todos esses países e dar-lhes uma di-

recção coerente e sistemática, por certo terão uma evolução irregular e cheia de embaraços, uma vez que o agitado e intransigente clima político que reina nesses países, prenhe de assassinatos, torna difícil supor que voltem a renascer a calma e a moderação. Não se deve esquecer tão pouco que um assassinato apenas gera outro assassinato.

Por outro lado, o mundo árabe tem, a seu favor, uma série de elementos éticos por demais ponderáveis. Antes de tudo, está a sua religião, que a sentem com fervor e pela qual estão dispostos a morrer. Têm também uma profunda vontade de poder.

O credo de Mahomet é, repito, anticomunista. Os árabes serão dos poucos que irão lutar contra o comunismo, não para defender algo material como o fará a maioria dos ocidentais, senão para satisfazer seus ideais, isto é, para serem fieis a si mesmos.

Finalmente, para concluir, é de se desejar que a comunidade árabe modere a sua intransigente violência e adote algo da técnica moderna (sem por isso perder a sua individualidade) para que possa ser um aliado na hipótese de surgir um novo conflito.

(4) A Defesa Nacional, de janeiro, já citada.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAUMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO CULTURAL DO OFICIAL

Major GERARDO LEMOS DO AMARAL

BIBLIOTECA DE CULTURA GERAL

ROMANCES ITALIANOS

C. Boccaccio	— Décaméron.
A. Manzoni	— Les Fiancés.
G. Leopardi	— Choix D'Oeuvres en Prose.
G. Verga	— Les Malavoglia.
L. Capuana	— Le Marquis Roccaverdina.
M. Serao	— Après le Pardon.
G. Deledda	— Elias Portolu.
G. D'Annunzio	— L'Enfant de Volupté.
A. Fogazzaro	— Petit Monde D'Austrefois.
M. Bontempelli	— La Vie et la Mort D'Adria.
G. Papini	— Un Homme Fini.
L. Pirandello	— Feu Mathias Pascal.

ROMANCES ESPANHOIS

M. de Cervantes	— Don Quichotte de la Manche.
F.G. de Quevedo	— Don Pablo de Gégovie.
D. Hurtado de Mendoza	— Lazarille de Tormès.
J.M. de Pereda	— Dans la Montagne.
J. Valera	— Dona Luz.
B. Perez Galdos	— Misericorde.
A. Palacio Valdes	— La Soeur Saint Sulpice.
V. Blasco Ibanez	— Terres Maudites.
Pio Baroja	— A L'Aventure.
R. Gomes de la Serna	— Echantillons.
P. de Unamuno	— Brouillard.
Valle Inclan	— Quatre Sonates.

ROMANCES INGLÊSES

D. de Foe	— Moll Flanders.
O. Swift	— Les Voyages de Gulliver.
O. Goldsmith	— Le Vicaire de Wakefiels.

W. Scott	— La Folie Fille de Perth.
G. Dickens	— David Copperfield.
E. Bronte	— Les Hauts de Hurle — Vent.
G. Eliot	— Silas Marner.
W. Collins	— La Pierre de Lune.
G. Meredith	— La Carrière de Beauchamp.
T. Hardy	— Le Maître de Castelbridge.
R.L. Stevenson	— L'Île au Trésor.
H.G. Wells	— La Guerre des Mondes.
A. Bennett	— L'Escalier de Riceyman.
J. Galsworthy	— La Fleur Sombre.
R. Kipling	— Le Livre de la Jungle.
F.L. Barclay	— Le Rosaire.
V. Woolf	— Mrs. Dalloway.
D.H. Lawrence	— Amants et Fils.
M. Baring	— Daphné Adeane.
L. Bromfield	— La Mousson.
J. Conrad	— Typhon.
A. Huxley	— Contrepoint.
R. Lehmann	— Poussière.
K. Mansfield	— La Garden Party.

ROMANCES ALEMAES

J.W. Goethe	— Werther.
Novalis	— Henri D'Offterdingen.
J.P. Richter	— Quintus Fixlein.
E.Th.A. Hoffmann	— Contes Fantastiques.
La Motte Fouqué	— Ondine.
H. de Kleist	— Michel Kohlhas.
G. Freytag	— Doit et Avoir.
T. Storm	— L'Homme au Cheval Gris.
H. Sudermann	— Le Chemin des Chats.
G. Hauptman	— Le Mécréant de Soana.
T. Mann	— Les Buddenbrook.
I. Seidel	— L'Enfant du Destin.

ROMANCES HUNGAROS

M. Jokai	— Rêve et Vie.
K. Mikszath	— Le Paraphuie de St. Pierre.
Z. Ambrus	— Soleil D'Automne.
G. Gardonyi	— La Troisième Pussance.
M. Babits	— Le Fils de Virgille Timar.
D. Szomory	— Les Grands et les Petits Moineaux.
C. de Tormay	— Au Pays Pierres.
S. Moricz	— Derrière le Dos de Dieu.
F. Karinthy	— Voyage à Capillarie.
E. de Zilahy	— Deux Prisonniers.

- F. Kormendi — L'Aventure à Budapest.
D. Kosztolany — Anna Edès.

ROMANCES POLONESES

- I. Krasicki — Aventures de Nicolas Doswiadoczynski.
M.A. Princ. de Wurtemberg — Malvina ou L'Instinct du Cœur.
J.J. Kraszwinski — Ulana. Nouvelle Polésienne.
E. Orzeszkowa — Meir — Roman de Mœurs Juives.
H. Sienkiewicz — Les Chevaliers Teutoniques.
W. Sieroszwski — Sur la Lisière des Forêts.
L. Reymont — Les Paysans.
J. Weyssenhoff — La Martre et la Fille.
E. Zeromski — Les Cendres.
S. Nalkowska — Choucas.
W. Berent — Les Pierres Vivantes.
M. Choromanski — Médecine et Jalousie.

ROMANCES RUSSOS

- A.S. Pouchkine — Nouvelles.
M.Y. Lermontov — Un Héros de Notre Temps.
N.V. Gogol — Les Ames Mortes.
J.S. Tourguentiev — Premier Amour.
J.A. Gontcharov — Oblomov.
F.M. Leskov — Le Vagabond Ensorcelé.
N.K. Tolstol — La Guerre et la Paix.
A.P. Tcherkhov — La Steppe.
M. Gorky — Les Vagabonds.
D.S. Merejkovsky — L'Ombre de Celui Qui Vint.
J.A. Kouprine — Le Bracelet de Grenats.

ROMANCES ESCANDINAVOS

- H.C. Andersen — Contes.
H.E. Kinck — Les Tentations de Nils Brosme.
A.L. Kielland — Else.
A. Strindberg — Le Fils de la Servante.
V.J. Jensen — Madame D'Ora.
P. Egge — Hansine Solstad.
V. Selma Lagerlof — Les Liens Invisibles.
J.P. Jacobsen — Niels Lyhne.
S. Kierkegaard — Le Journal du Séducteur.
J. Jorgensen — Le Livre de la Route.
K. Hamsun — Le Vagabond Joue en Sourdeine.
S. Undset — Printemps.

ROMANCES AMERICANOS (E.U.)

F. Cooper	— La Prairie.
E. Poe	— Histoires Extraordinaires.
M. Twain	— Contes.
B. Barte	— Gabriel Conroy.
N. Hawthorne	— Contes.
E. Wharton	— Chez les Heureux du Monde.
S. Lewis	— Babbitt.
U. Sinclair	— La Jungle.
S. Anderson	— Winesburg en Ohio.
H. James	— Dans la Cage.
T. Dreiser	— La Couleur D'Une Grande Cité.
M. Mitchell	— Autant en Emporte le Vent.

(Continua)

D. F. VASCONCELLOS

FABRICANTE DE INSTRUMENTOS ÓPTICOS

BINÓCULOS PRISMÁTICOS

TELÊMETROS

GONIÔMETROS-BÚSSOLA

ESTEREOSCÓPIOS

Av. INDIANÓPOLIS 4254

SÃO PAULO

RELOJOARIA S. PAULO

COMPLETO SORTIMENTO DE RELÓGIOS, JOIAS E BIJOUTERIAS

SECÇÃO DE FORNITURAS

CAETÉS, 525 — FONE: 4-3144 — BELO HORIZONTE



OS REZIMÕES

Uma Leição Estrangeira, de Alemães, a serviço do BRAZIL, na guerra contra ROZAS — Por Albert SCHMID.

Tradução ORTOgrafada e anotação do Jeneral KLINGER.

AINDA CORRIJENDAS E AXEGAS

(Comcluzão)

EM VEZ DE NÓTA de pé de página, esclarecamos neste limiar.

— O trabalho ce deu logar a éstas axegas e corrijendas, cujas publicação aci teve inisio na edição de dezembro 51 e continuação na de janeiro 52, foe estampado primeiramente n' "A DEFESA NACIONAL", ns. 438 a 441, de janeiro a abril de 51.

Dal fiz uma separata, "Dedicada ao Instituto Hans STADEN", de S. PAULO, R. Comsº. CRISPNIANO 53, conjunto 122; a tiragem foe de mil e sem (1100) exemplares, dos cuaes doei cinquentos (500) ao Instituto; os restantes, os distribui, com esesão duma sentena, póstos á venda em P. ALÉGRE e no RIO. Destes ultimos fue eu o primsipal fregez, mediante retirada

das livrarias, para nóvas distribuições.

— Em consecução das duas publicações d' "Os Rezimões", appareceram em epistolas e na imprensa, inclusive de lingua alemã no RIO e em S. PAULO (capital), contribuições de axegas e corrijendas.

Entendi, quando se avolumaram, ce convinha dar conhesimento déssas "ampliações e melhóras" aos leitores d' "Os Rezimões". Para iso parei rodelo da trópa esparsa pela estásia, nos capões (epistolas) e coxilhas (emerografia), com vistas a apresentala reunida aos referidos interessados.

Assim, tornei a recorrer a "A Defesa Nacional", ce publicou primeiramente estes escótes em seus nu-

meros 449 e 450, de dez. e janeiro ultimos, e fiz a transcrição no Boletim ORTOgrafico, "O-Sé-Bê", números 3 e 4, de dez. 51 e abril 52.

— Susedeu ce entre janeiro e abril deste ano algumas axegas publicadas na "Defesa" e no n. 3 do Boletim cresceram e também várias axegas novas appareceram, as cuas eu não devia deixar de incluir no n. 4 do Boletim.

Desta forma não se verifica superposição jeométrica entre as duas publicações, de sorte ce os leitores da Defesa tinham direito ao conhecimento das alterações.

É a iso ce agora aci atendo.

3. (Ver DEFESA, n. 449, página 118; acréscimo:)

— Quanto a SCHINDLER, Albert SCHMID, em carta de 27-I-52, deante do Bol. n. 3, acrescenta: "Encontra-se um seu curriculum vitae no livro de MELO MORAES Fº., "Festas e Tradições Populares do BRAZIL", editora F. BRIGUET, RIO, 1946, pág. 469 a 473".

— Quanto a BORELL DU VERNAY colhi algo, incompleto e inseguro, de duas biznetas: d. Laora MAGNO DE CARVALHO, vva. do Cap. de Mar e Gerra M. de C., rez. no RIO, Cópac., R. Fco. de SÁ 61; e d. Sésilia SAUERBRONN, cazada com o Sr. SOUZA COELHO, rez. em NITERÓE, R. ALVARES DE AZEVEDO 202. Elio:

O Tenente Júlio Frederico Gustavo von BOREL DU VERNAY já era cazado na ALEMANHA; quando terminou o tempo do contrato da Lejião, fce para NOVA FRIBURGO e CANTAGALO. Aci se ficsou e ai faleceu. Trabalhou na construsão da estrada de ferro na rejião. Teve 3 filhos varões — Francisco, Júlio e Valdemar — e 3 filhas — Maria, Sésilia e Alise. Eses filhos (todos?) foram a EUROPA, a aperfeioar sua instrusão; dai resultou o casamento de uma com acele ce viria a ser o jeneral alemão HILDEBRAND.

Dona Laora é neta de FRANCISCO; sua mãe rezide com ela, asim como ainda vive sua avó, Ester. O casal SOUZA COELHO tem seis filhos, um deles oficial

combatente da nósa F. A. B., atoalemente Tenente-Coronel, Manoel Rojério BOREL de SOUZA COELHO.

9. (Ver loc. cit., mezma página; acréscimo:)

— O Sr. Albert SCHMID ofere-se uma corrijenda, aserca do fim ce teve von KOSERITZ, e um aditamento:

"Para não ser prezo, ao ser proclamada a republica, KOSERITZ se recolheu á xacra dum amigo, José Visente da SILVA TELES, em PEDRAS BRANCAS, oje GUAIBA, defronte de PORTO ALEGRE. Ai, durante algum tempo ele e familia foram rigorosamente vijtiados, mantidos imcomunicáveis, importunados e ameaçados. Ese constrangimento só sesou após enérgicos protestos de amigos. Tornaram, então, a PORTO ALEGRE, maz na noete de 29 para 30 de maio de 1890, von KOSERITZ era vitimado por apoplecsia, em sua rezidência, á rua Duce de CAXIAS 209. Ele próprio deixou um relato circunstanciado das perseguições ce padeceseu, o cual, com todos os pormenores das ultimas semanas de sua vida, fce publicado na "KOSERITZ-DEUTSCHE ZEITUNG", nos. de 14-V a 14-VI-90.

Von KOSERITZ morreu póbre, sem deixar recursos para a familia, pelo ce amigos instituiram uma comissão para angariar dinheiro com ce sustentarse a mezma, pois o xefe nunca enricesera de sua profissão de jornalista, advogado e politico; conseguiram maes de 20 contos de Rs., importância consideravel, em proporção com o valor do dinheiro ao tempo".

14. É o ce saiu como 22, no n. 450.

15. (No n. 449, pág. 127, 2ª columna, acrescentar como penultimo §:)

— (Cemsabe? o exemplar ce F.S. viu seria dalguma edição clandestina, pois não é aseitavel a hipóteze invérse, de ce HOERMEYER ostensivamente se tivese apropriado de lavra alheia, e ce não ouvesse protesto e este fose desconhesido.)

— (Na pág. 128, 1ª col., fim, acrescentar:)

— Aproveitando correspondência com F.S., pedi esclarecimento sobre a minha ideia de se talvez o nome "SCHIMMELPFENG von der OYE" fosse de duas pessoas distintas; imaginava eu que alguma vez tivessem sido citadas as duas consecutivas, com vírgula, e nenhuma reprodução a terrível revizão escamoteasse a vírgula; fortaleza é a minha suposição o fato de saber da existência de vários SCHIMMELPFENG, se certamente não deznahariam do "von der OYE", se lhes pertencesse.

Informou cabalmente o eminente F. SOMMER. Conheceu na FOZ DO IGUAU um Sr. Emrice SCHIMMELPFENG, filho do "BRUMMER", e conheceu em S. PAULO um sobrinho, uma sobrinha e outros parentes do BRUMMER; sabe com certeza que o nome da família era de fato "SCH. von der O.", e, porém, no BRAZIL os descendentes não fizeram uso do acréscimo nobiliárquico. Uma filha de Emrice foi casada com um CAMARGO e, viúva, casou-se com Pedro FICKEL, agente de compras da MATE LARAMJEIRAS, em S. PAULO.

Uma irmã de Emrice, Alexandra, vivia no RIO, como profesora de línguas.

— (Na pág. 128, 2ª col., fim, acrescentar:)

Por acaso, conseguimos identificar um outro lecionário de 1851 e também deixou descendência no BRAZIL, notadamente no RIO Gde. do Sul: é o medico Ten. Dr. Johann Friederich STRUNCK. ("Os Rezingões", Relação Nominal anotada, A Defesa n. 441). E com a particularidade de ser um caso de atavismo profissional, se assim se pode dizer: na nãa FAB., no seu SS., temos o jovem, esperanoso Cap. méd. Dr. Jilberto SURREAU STRUNCK; seu pae, Benno O. STRUNCK, neto do Dr. João Frederico, é do nãso serviso diplomático.

18. (N. 450, pág. 97, fim, acrescentar:)

Em carta de 8-II-52, o Sr. F. SOMMER, renovando sugestão que fizera a Albert SCHMID, levanta a ideia da instituição duma "BRUMMER-KARTEI", espécie de sentro coletor de informações sobre os BRUMMER e seus descendentes, ou a respeito deles. O atoa primeiro sentenário de MONTE CASEROS daria o pretesio azado para esse levantamento ou estatística dos nãos lecionários alemães de 1851.

Segundo F.S., seria maes pratico ce tal "cartotéca" mantivesse dois sentros coletores, respectivamente no RIO Gde. do Sul e em S. PAULO; e a nós nos parése ce estariaom naturalmente indicados para arcar com a empreza, por já lhes ser familiar, os referidos dois senhores: A.S., P. ALÉGRE, R. André FUENTE 389; e F.S. Estado de S. PAULO, PIEDADE.

— Siente de meu propósito de dar aci publicidade a essa interessante ideia de F. SOMMER, explicou-me ele como seria essa cartotéca e como conviria estabelecer a sua filial ou sucursal paulista. A saber:

A cartotéca será constituída de uma espécie de fixário, em cartões de determinadas dimensões, a escripturar segundo modelo a adotar, de módo a catalogar, cuantos possível, os BRUMMER e seus descendentes, segundo nome, logar e data de nascimento, &, com baze em informações existentes ou a fornecer pelos nãos e biznetos. Taes fixas deverão ser comisiensiozamente escripturadas, pois ce a cartotéca deverá ser apta a fornecer elementos fidedignos para investigações históricas. Poriso, a fixa indicará também a fonte dos dados.

O Instituto Hans STADEN posue uma cartotéca muinto bem organizada, ce poderia servir de modelo; e deveria especialmente ser considerada a aptidão do Dr. Carlos FOUQUET para organizar a cartotéca paulista dos BRUMMER, dada a sua esperiência na matéria em geral e o seu conhesimento e gosto pela cestão dos BRUMMER em particular.

Essa bem fundada sugestão de F.S. desperta a ideia de ce, analogamente, para a matriz gaucha estaria indicada a Fundação Frede-

rico MENTZ, a cargo do Dr. Claus BECKER, igualmente dedicado a taes estudos.

COMCLUZÃO

Sem acreditar esgotado o assunto, devo entretanto aci emserrar a minha contribuição de vulgarizador, às vezes comentador, désas axegas, produzidas pelo "OS REZIMGOES", às cuas eu conto como o melhor prêmio ao meu trabalho, como melhor demomstração de ce asertei em julgar interessante o livro de Albert SCHMID.

Cordealmente agradeço a gentil contribuição, a todos e a cada um, e lhes devolvo o ce lhes compéte nésta nósra fabrica de mutirão.

RIO DE JANEIRO, (PIEDADE, R. da Capéla 102), abril de 1952.

BERTOLDO KLINGER.
Jen. de Div., da REZ.

"OS REZIMGOES", fim:

P.S. — Maes pronto do ce imajinava; surtiu confirmasão ao meu aserto supra, de ce o assunto não está esgotado: colho nóva axega na "REVISTA MILITAR BRAZILEIRA", n. 3 e 4, de dezembro 1951, ce acaba de apareser, em abril 52; e maes outra bastante estensa, aserca de von BOREL DU VERNAY; e ainda uma atinente a Alexandre KLEIN. Aci vão:

1. Na R.M.B. oferése o Jen. F. de PAULA CIDADE maes um dos seus "Verbetes para um Dicionário Bio-bibliografico Militar Brasileiro"; é objéto do mezmo a "História Militar do BRAZIL", por Jernserico de VASCONCELOS, livro ce estuda a gérria contra RÓZAS.

A axega ce dai colho é uma corri-jenda ao segundo paragrafo da minha nóta 10 a "Os Rezimções". Trata-se do regulamento tatico ce vigorava no nósro ezérsito ao tempo désa campanha de 1851 e dos suse-sores do mezmo.

Transcrevamos CIDADE:

"Não é ezato ce a edição do SISTEMA DE IMSTRUSÃO do Coronél Bernardo Antônio ZAGALO estivesse esgotada. Na verdade, como declara o próprio CAXIAS, estava (esse regulamento) com a sua edição muinto atrasada." "O regulamento ce se axava em vigor éra de

BERESFORD, também de ori-jem portugeza. Já éra considerado atrasado em 1851, e mezmo antes CAXIAS nele introduzira várias alterações, por ocasião da revolução farroupilha..."

"... em 1861 foe adotado novo regulamento, de ori-jem portugeza, destinado a substituir o do Cél. ZAGALO..."

Sita, lógo adeante, CIDADE a "Ordenamsa para o Ezersisio dos dos Córpos de Infantaria de Línha", impréso na Topografia LAEMMERT, RIO DE JANEIRO, em 1869, bem assim uma "Ordenamsa sobre os Ezersisios e Evoluções dos Córpos de Infantaria de PORTUGAL, acomodada ao Ezérsito do BRAZIL, segundo a reorganização aprovada por decreto de 18-VIII-1888."

Após ese regulamento é ce surjiu o de MOREIRA SEZAR, ce, por sua vez, foe substituído pelo xamado Rgl. TITO ESCOBAR — Projéto de Rgl. de Manóbras para a Arma de Infantaria. A este susedeu, pouco antes da gérria européia de 1914, uma tradusão de Rgl. alemão. Pouco durou, lógo rendida por uma adaptasão do regulamento jermanico, também efêmera, pois ce em 1919 pasávamos á escola framseza, pela mão da Misão Militar Framseza de imstrusão do nósro Ezérsito.

A propósito da primeira tradução de rgl. alemão, da Infantaria, não eis CIDADE referir um pormenor edificante, de memsionei em minhas NARRATIVAS AOTO-BIOGRAFICAS, VOL. I: o tradutor, ce acabava de pasar dois anos num rejimento alemão, serviu-se, para sua tradução, duma edição em fransez, muito atrazada — pois ce, naturalmente, o "mercado fransez" não comportava acompanhar *pari-passu* as edições alemãs, ce se susedião amede, com corriendas e inovações. E o cujo tinha ce ir á fluz da fransez, pois ce não aprendera sufisientemente o alemão, pelo ce nem adicria, em dia, as edições originaes dos regulamentos!...

2. Respósta de 26-III-52 a carta minha de 8-I, pôs-me em contacto com um biznéto de von BORELL du VERNAY, o Sr. Armando von BORELL NEGREIROS, alto fumsionário da Caexa Economica Federal, onde o procurei adrede, duas vezes. Portador entuziasta do nome de seu bizavô, comfôrme não só me declarou, maz patenteou com a sua carteira de fumsionário, está grandemente ao par da jenealogia entromcada no nóso lejonário de 1851, a ponto de me aver fornecido, de improvizo, um ezbozo da respectiva árvore.

Com ésa consideravel contribusão, fue levado a pedir nóvos informes a d. Sesilia SAUERBRONN de SOUZA COELHO (Neta 9)

Assim rezultou, comquanto ainda lacunóza, dezemvolvida árvore, ce será porsérto presiozo escóte para a "Cartotéca dos BRUMMER", ideada por F. SOMMER, talvez para o Instituto Jenealógico Brasileiro, escóte ce seu prezidente, Salvador de MOYA, saberá ampliar. Ello:

Júlio Gustavo Frederico von BORELL du VERNAY.

Naseu em 1830 (?) na ALEMANHA. Cazou-se com a condessa von LILIENTHAL. Veio para o BRAZIL, contratado como 1º tenente de artilharia, em maio de 1851, na Legião de Alemães, para a gérria contra ORIBE e RÓZAS. Por ésa cam-

panha obteve a condecoração da Ordem da RÓZA.

Ezonerado do serviso militar a 31-I-1853, permaneceu no BRAZIL e aci faleceu em CANTAGALO, em 1904 (ou 05), aos 73 anos de idade.

Dirijiu-se primeiramente para MINAS JERAES, a trabalhar na construsão da estrada de ferro em OURO PRETO. Ai lhe naseraom filhos. Em segimento, a convite do conde de NÓVA FRIBURGO, foe trabalhar na construsão da e. de f. de NITERÓE para o interior, rumo a N. FRIBURGO e CANTAGALO. Ai lhe viéraom maes filhos.

Ainda eziste, como relicia, a primeira locomotiva ce trafegou nésa linha: tem uma placa comemorativa, dedicada a von BORELL du VERNAY.

Na continuasão désa linha, a CORDEIRO e PORTELA, trabalhou um seu filho, Framsisco.

Ficou-se, finalmente, em CANTAGALO, com uzina de beneficiar café e arroz.

Regresou várias vezes á ALEMANHA, incluzive para levar os seis filhos a completarem a educasão. Dai rezultou uma das filhas cazarse com o, depoes, jeneral alemão HILDEBRAND.

A condessa von LILIENTHAL viveu até os 96 anos de idade; faleceu em 1923, em CANTAGALO. O casal teve seis filhos; a saber:

F 1 — FRAMSISCO; naseu a 11-VII-1853, em OURO PRETO; faleceu a 13-I-1928 (ou 25) em CANTAGALO; foe emjenheiro sivil; trabalhou na construsão da estrada de ferro entre CORDEIRO e PORTELA; cazou-se com Estér de ARAUJO, ce vive com seu néto, Armando Negreiros (BN3); o casal teve dois filhos:

N 1 — ESTÉR; naseu a 27-V-1882, na Fazenda LARAMJEIRAS; cazou-se com Raul de ALMEIDA REGO, falecido; rezide com sua filha:

BN 1 — LAORA; naseu em 1904, no D.F.; cazou-se com o Cap. de M. e G. MAGNO DE CARVALHO, falecido; rezide no RIO DE JA-

NEIRO, CÔPACABANA, R. Fram-sisco de SÁ, 61; o casal teve três filhos:

TN 1 — Fernando Luiz

TN 2 — Carlos Eduardó

TN 3 — Laora Beatriz

BN 2 — ?, menino falecido na idade de dois anos.

N 2 — SESÍLIA; nasceu a 16-V-1889, em CORDEIRO; cazou-se com Armando NEGREIROS; reside no RIO DE JANEIRO com seu filho Armando; o casal teve 3 filhos, todos fumsionários da Caixa Economica Federal;

BN 3 — Armando von BO-RELL NEGREIROS; nasceu a 29-VIII-1918, em SUMIDOURO; cazou-se com d. Déa MOURA LÓ-PES; reside á R. Visc. de PI-RAJÁ 228, apt. 201; tem dois fi-lhos:

TN 4 — Idara, nasceu em 1940

TN 5 — Framsisco Jozé; nasceu em 1944

BN 4 — Jozé Maria; nasceu a 7-XII-1919, em SUMIDOURO; é ofisial da Rezérva; cazou-se com d. Elena CÔSTA

BN 5 — Maria Sílvia; nasceu a 21-3-1921; cazou-se com Ayrton CHIEVAZOLI

F 2 — MARIA; nasceu em OURO PRETO; cazou-se com o Dr. Em-ricice SAUERBRONN, em CANTA-GALO; o casal teve 14 filhos, to-dos eles em CANTAGALO, (e um deles teve 13):

N 3 — Júlio Gilhérme, advogado

N 4 — Emílio Gilhérme, dentis-ta, falecido

N 5 — Emrice, faleceu criamsa

N 6 — Alise, id.

N 7 — Edit, cazada com um SOUZA

N 8 — Rodolfo, fumsionário da Empr. de Eletricidade do Estado do RIO

N 9 — Sesília; nasceu a 18-III-1885, em CANTAGALO; ca-zou-se com Luzo de SOUZA COÊ-LHO; é profesora primária apo-zentada, do D.F.; o casal reside em NITERÓE, R. ALVARES DE AZEVEDO 202; tem 6 filhos:

BN 6 — Manoél Rojério; nasceu a 24-X-1910; é tenente coronel da

FAB; cazou-se com d. Carmem LIMA; tem 3 filhos:

TN 6 — Carlos Rojério; aluno do Colégio Naval

TN 7 — Fernando Emrice; aluno do 5º ano inazial

TN 8 — Maria Cristina, com 2 anos de idade

BN 7 — Nestor; nasceu a 8-XII-1912; é Capitão médico, do Ezérsito, em serviso na Vila Militar do D.F., onde reside; cazou-se com d. Diná PINTO; tem 2 filhos:

TN 9 — Maria Sesília, com 8 anos

TN 10 — Eliane, com 2 anos

BN 8 — Dagobérto; nasceu a 23-XII-1913; é bancário

BN 9 — Renê; nasceu a 18-XI-1915; é juiz de direito no Estado do RIO; cazou-se com d. Arinda de CARVALHO; tem 1 filho:

TN 11 — Renê, com 1 ano de idade

BN 10 — Murilo; nasceu a 20-XI-1919; é dentista e fumsio-nário do Banco do BRAZIL; ca-zou-se com d. Emília CÔSTA; tem 2 filhos:

TN 12 — Sônia Maria, com 6 anos

TN 13 — Sesília Maria, com 5 anos

BN 11 — Elene; nasceu a 2-X-1923; é tenente da Rezérva do Ez. e fumsionário da Caixa Ecô-nomica Federal

N 10 — Mário; médico; reside em S. PAULO

N 11 — Leonor; foi cazada com um SOUZA COELHO; falecida

N 12 — Maria Eujénia; reside com d. Sesília (N 9)

N 13 — Adélia; cazada com um CÔSTA LEITE; profesora primá-ria aposentada, do D.F.

N 14 — Gilhérme (SAUER-BRONN Sobrº); falecido

N 15 — Sílvia; escritora; reside com d. Sesília (N 9)

N 16 — Ozvaldo; falecido com 1 ano de idade

F 3 — VALDEMAR; nasceu em PORTO DAS CAEXAS; foi en-genheiro cartógrafo da Prefeitura do D.F.; trabalhou com Ozvaldo

CRUZ; casou-se com d. Erminia
ARAUJO; teve 3 filhos:

N 17 — ?; faleceu menor

N 18 — ?; id.

N 19 — João Ricardo; teve 1 filho

BN 12 — ?; reside no **PARANÁ, PONTA GRÓSA (?)**

F 4 — **JÚLIO**; nasceu em **CAXO-EIRAS DE MACACU**; teve 1 filho do mesmo nome:

N 20 — **Júlio**; é dentista da **EFCEB**, em **S. PAULO**, estasão **ROOSEVELT**; teve uma filha e adotou outra:

BN 13 — ?

BN 14 — **Ceneli BORELL DU VERNAY** (mulata), dentista

F 5 — **SESÍLIA**; casou-se na **ALEMANHA**, com **HILDEBRAND**, ce. fce jeneral.

F 6 — **ALISE**; casou-se com o Dr. **Antônio SENNA**, juiz de direito; faleceu em **NÓVA FRIBURGO**, do parto do primeiro filho:

N 21 — **Antônio**; fce educado na **ALEMANHA** pelo avô e depois veio para **CANTAGALO**, onde faleceu com 22 anos de idade.

3. Finalmente, a ultima axega, ésta aserca do **BRUMMER Alexandre KLEIN** ("Os Rezingões", Anécso, Obs. 2); encontramola, á ultima óra, no semanário paulista

de lingua alemã, "**BRAZIL-POST**", ed. de 12-IV, numa nóta festiva sobre o 25º aniversário, occorrente este ano de 1932, da elevação de **NOVO AMBURGO**, no **RIO Gde. do SUL**, a munisipio. Ai se lê ce **A. KLEIN** fce o segundo grande negociante ali estabelesido, em 1852, então **HAMBURGER BERG**. Segundo apontamentos por ele deixados, ésa localidade éra a ese tempo a xave comercial da região colonial alemã, e já então **KLEIN** previa seu crescimento, como cidade comercial em formação, comquanto ainda contase apenas trinta cazas.

RIO DE JANEIRO, 15-IV-1932 — Jen. **KLINGER**.

FABRICA BANGÜ
TECIDOS PERFEITOS

Preferidos
no
Brasil



BANGÜ



Grande
sucesso
em
Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
BANGÜ-INDUSTRIA BRASILEIRA

CIEBITALIA

COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA BRASIL ITALIA LTDA.

Fornecedores de gêneros de primeira qualidade para
o Reembolsável da E.I.E.

MATRIZ

Rua, Juan Pablo Duarte, 15
ex-Marrecas
Telefone 22-4624
RIO DE JANEIRO

FILIAL

Escritório: Rua Anhaia, 309
Telefone 51-2382
Depósito: R. Tenente Pena, 262
SAO PAULO

BRASIL — ÁFRICA DO SUL

Estudo comparativo, pelo Coronel CHARLES PONSONBY, M.P., publicado na "THE BRITISH NATIONAL REVIEW"

Tradução e adaptação do Coronel RAPHAEL DE SOUZA AGUIAR

Razões bem acentuadas nos permitem estabelecer uma comparação entre essas duas vastas regiões do mundo e, desde logo, se verifica que muito de comum existe entre elas, sob o aspecto: descobrimento — clima — colheitas — problemas e oportunidades — semelhanças essas que as estatísticas justificam.

DESCOBRIMENTO

O fim do Século XV assinala o climax das explorações dos intrépidos portugueses. Em 1500, Cabral descobria o Brasil e em 1534, sob as vistas displicentes de Portugal, iniciava-se a colonização com um lento desenvolvimento das Capitanias. Em 1822, o Brasil tornou-se independente, com um Imperador constitucional, e assim permaneceu até adotar o regime Republicano, em 1889.

Em 1497, Vasco da Gama contornou o Cabo da Boa Esperança, descoberto por Bartolomeu Diaz havia nove anos, e velejou rumo ao norte, subindo a costa oriental africana.

Nos Séculos seguintes, só Angola e Moçambique permaneceram sob o domínio português, tendo os demais territórios, depois de várias oscilações, passado ao controle de diferentes nações.

Ao iniciarmos este estudo, imediatamente se nos apresenta uma nítida diferença entre o Brasil e a África do Sul, no que respeita ao seu desenvolvimento.

No Brasil, com exceção de São Paulo, esse desenvolvimento, que

data do começo do século XIX, vem se processando acentuadamente na faixa litorânea e ainda assim o fenômeno se conserva nos dias seguintes.

Com uma população total de cerca de 52 milhões de habitantes, as grandes cidades do país, como:

	Habitantes
Rio.....	2.413.152
Santos.....	206.920
Salvador.....	424.142
Belém.....	260.608
Pôrto Alegre.....	401.213
Recife.....	534.468

encontram-se tôdas localizadas na costa, enquanto que São Paulo (2.227.512 hab.) acha-se apenas a duas horas para o interior. Em território tão intenso, pelo menos 20 % da população se condensa na orla marítima.

Na África, poucas são as grandes cidades à beira-mar. Excetuando-se:

	Habitantes
Capetow.....	454.052
Port Elizabeth.....	164.231
East London.....	78.530
Durban.....	369.000
Louranço Marques.....	48.000
Dar-es-Salaam.....	66.379
Mombassa.....	99.527

— as maiores concentrações de população existem nas cidades do interior, que tiveram a sua origem no desenvolvimento da mineração ou da agricultura.

CLIMA

O Brasil está situado entre os paralelos de 5° 16' N e 33° 45' S e os territórios africanos compreendidos nessas latitudes são :

- a W. :
 - Gabon (África Equatorial Francesa)
 - Angola
 - África de Sudeste
- a E. :
 - Kenya
 - Uganda
 - Tanganika
 - Zanzibar
 - Moçambique (África Oriental Portuguesa)
- Centro :
 - Gongo Belga
 - Rhodesia — do Norte e do Sul
 - Nyasa
 - União Sul Africana (inclusive os protetorados) (1)

Muito embora o relevo do solo e as bacias fluviais possam interferir na variação do clima, essa variação se apresenta uniformemente distribuída e é comum nas duas grandes faixas.

PRODUÇÃO

A produção apresenta-se também semelhante.

O Brasil produz — Café (cerca de 37 % da sua exportação total e 40 % da produção mundial), cacau, algodão, açúcar, milho, mandioca (cassava), chá, tabaco, e também frutas tropicais — laranjas, bananas, abacaxi, mamão, etc...

A África alinha a mesma variedade de produção agrícola, contando também o chá (Kenya e Nyasa) e o tabaco (Nyasa e Rhodesia).

No tocante à pecuária, o Brasil se distancia e seus campos acolhem 50 milhões de cabeças de gado vacum, 7 milhões de eqüinos, 4 milhões de asininos e muares, 13 mi-

lhões de ovinos, 8 milhões de caprinos e 24 milhões de suínos. O gado representa uma das principais fontes de riqueza do país.

A África, nesse particular, de modo algum poderá ser apreciada.

Embora em algumas regiões abunde o miserável gado nativo e em outras (África do Sul — Rhodesia do Sul — Kenya) os europeus tenham criado alguns rebanhos de raças finas, existem grandes áreas onde, devido à mosca tsetse, a vida é impossível para o gado e os campos estendem-se sem qualquer vestígio de criação.

Conquanto a produção extrativa mineral não se enquadre no estudo da produção na forma aqui abordada, deve ser mencionado que o Brasil tem grandes reservas de minérios de ferro e possui apenas uma ou duas pequenas minas de ouro, não apresentando explorações extrativas que se possam comparar com as minas de ouro da União Sul Africana e as de cobre da Rhodesia do Norte.

CARACTERÍSTICAS

O Brasil, em superfície, é quase do tamanho da Europa e os elementos principais que o caracterizam ganham relevo ao primeiro golpe de vista que lançamos sobre o mapa: a assombrosa bacia do Amazonas (6.500 km sem incluir os tributários), o rio Paraná (4.000 Km), com o vale de outros grandes rios como o São Francisco (3.000 Km), as florestas e pântanos inabitáveis, o planalto de Mato Grosso, tudo isso dá a impressão de um vasto território à espera de desenvolvimento.

Podemos verificar, de imediato, como esse desenvolvimento se operou ao longo da costa, dando ainda ao observador a impressão quase certa de sua lentidão. Decorridos cerca de 400 anos, o país apresenta-se com 52 milhões de habitantes ou sejam 6 por Km², para uma superfície de 8.516.032 Km².

Em 1946, existiam no país 35.335 Km de estradas de ferro, sendo

(1) "Atualmente a União Sul Africana atinge a latitude de 34° 52' S sem que isso possa alterar o presente estudo comparativo".

que grande parte conseqüente à inversão de capitais ingleses; todavia, atualmente, o Governo Federal vem cumprindo um plano de nacionalização das mesmas.

O que se poderá dizer sobre a região africana no sentido geográfico, em relação ao Brasil?

Em presença do Amazonas e do Paraná, somente o Congo (5.000 Km) poderá ser apreciado, enquanto que o Zambesi (3.000 Km) e o Limpopo (2.000 Km) são, em comparação, rios de menor categoria. Quanto às florestas, embora existam, são elas menos densas e pujantes que as do Brasil. A África, em seu desenvolvimento, obedece ao mesmo ritmo de lentidão e não poderia ser de outro modo, já que os portugueses, tendo descoberto a costa africana há 400 anos, pouca ou nenhuma atenção dispensaram ao seu povoamento e aproveitamento até 1890.

Em verdade, a colonização da África Oriental e Central data dessa época.

Existem, na região, cerca de 4.344 Km de estradas de ferro mas, salvo nas proximidades das grandes cidades, as estradas lamacentas, como as do Brasil, dificultam o progresso e concorrem para uma aparência mais primitiva. Todavia, elas permitem a circulação de riquezas, ligando interesses mesmo distantes.

Os vinte Estados do Brasil, não apresentando um desenvolvimento e um progresso uniformemente distribuído, torna impossível uma apreciação de ordem geral. Quem observar São Paulo, procurando compará-lo com regiões desenvolvidas da África, encontrará grande semelhança nas suas estradas poeirentas ou enlameadas, nas palmeiras, bambus, e, ainda mais, nas regiões descampadas, antigos cafezais, algodoeiros ou milharais, agora despídos e abandonados, candidatos a solo de erosão. Em São Paulo, as terras não são cultivadas por pequenos agricultores, mas por grandes capitais que as levam à exaustão e as abandonam, logo que apresentam o seu cansaço.

Na África, de um modo geral, onde o europeu atingiu, aí se fixou e iniciou o seu desenvolvimento.

Na África Oriental e Central, nas regiões povoadas por tribus nativas, duas são as causas a que se atribuem a devastação e a erosão do solo:

A primeira encontra-se nas regiões livres da mosca tsetse, no número limitado de cabeças de gado em relação aos campos de pastagem. O gado de qualquer raça ou tipo representa dinheiro e este é indispensável para a compra de uma ou várias mulheres. O aumento da criação produz o desaparecimento das pastagens e o solo fica à mercê das chuvas tropicais.

A segunda reside no método de cultivação, pois que as tribus instalam-se nas terras, cortam as árvores, arrazam o solo e a seguir demandam novas paragens, deixando o local entregue ao trabalho erosivo do sol e das chuvas. Assim como no Brasil, também na África o viajante poderá atravessar grandes extensões inteiramente despovoadas e desaproveitadas, tudo como conseqüência da desproporção existente entre o território e a população.

Convém, entretanto, lembrar que o desenvolvimento da África Oriental e Central, proporcionado pelos europeus aos africanos, só começou a ser realmente sentido a partir de 1890.

POPULAÇÃO

Até aqui verificamos que essas duas regiões do globo apresentam grande semelhança quanto ao descobrimento — clima — produção e desenvolvimento. Vamos agora estudar rapidamente os habitantes, suas origens e sua formação.

Os brasileiros, qualquer que seja a sua raça ou origem, constituem um povo amante de seu país, possuindo uma religião dominante (Católica Romana) e uma só língua, condições de rara felicidade para uma nação nova em franco desenvolvimento.

Em nenhuma das regiões africanas estudadas existe uma só língua, ou religião.

Vejamos pois, como se processou o crescimento do Brasil.

Esse crescimento verificou-se, a princípio, pelo cruzamento de portugueses com índios (primitivos habitantes) e depois com os negros (escravos africanos). Em 1800 a sociedade se apresentava assim formada:

- Peninsulares — brancos europeus
- Mosambos — brancos nascidos no Brasil
- Mestiços ou Mamelucos — cruzamento de branco com índio
- Mulatos — cruzamento de branco com negro
- Cafusos — Cruzamento de negro com índio

e a população somava 2.500.000 habitantes, dos quais:

- 400.000 — brancos
- 600.000 — índios
- 1.500.000 — negros

O desenvolvimento do país iniciou-se, nos grandes Estados, pelo aproveitamento do trabalho escravo e, com exceção dos Paulistas, os habitantes viviam inteiramente distribuídos na orla costeira. Durante o Século XIX, a população aumentou.

Emigrantes procedentes da Europa Central, principalmente da Alemanha, localizaram-se no Rio Grande do Sul e grandes levas de Japoneses estabeleceram-se no interior de São Paulo e do Paraná. Atualmente, a população do Brasil é formada por várias raças de pigmentação diversa, vivendo em perfeita harmonia, sem preconceitos raciais ou conflitos de qualquer espécie, constituindo um todo inteiramente devotado à prosperidade do país.

Talvez que o clima e o cruzamento de raças tenham acarretado ao tipo que se está formando uma certa perda de energia, com relação à de seus ascendentes europeus provenientes de climas frios, mas isto é assunto que deixamos aos antropologistas e cientistas. Do lado africano, as coisas se passam de modo diferente. A área geográfica

que estamos apreciando apresenta-se dividida em 16 países; o domínio ou, como dizem outros, os elementos administradores estão representados por ingleses, sul africanos, belgas, franceses e portugueses.

No Brasil, os índios (primitivos habitantes) pouco numerosos, dispersaram-se nas florestas e pântanos, enquanto que, na África, os nativos permanecem, até hoje, nas suas regiões de origem. Os africanos aumentam em número, mas poucos se distinguem, pela aprendizagem, para as funções de direção. Não existe e lhes faltará por muito tempo o sentimento de lealdade para com o Estado em que vivem, ou para com o poder que lhes oferece proteção. Acresce que, na África Oriental e Central, o contacto mais acentuado com o europeu data de 60 anos e, assim, a fidelidade é encarada pelos nativos unicamente em relação à tribo a que pertencem. Daí, esta é a verdade, surge também a questão da cor. De um modo geral, o africano não deseja ligar-se ao branco (homem ou mulher) e vice-versa, o mesmo acontecendo com os imigrantes indígenas que se fixaram na costa oriental africana, na Nyassa e na África do Sul.

Assim, de um lado aparecem 4 ou 5 raças e civilizações, unindo-se sem perturbações aparentes e de outro, surgem algumas centenas de tribos diferentes, semi-bárbaros e incapazes, por muitos anos, de aceitar a civilização europeia (considerada superior e mais conveniente). Somente por uma estreita cooperação, durante os próximos 100 anos, é que as vastas regiões africanas poderão se desenvolver e produzir o necessário para alimentar uma população em franco crescimento.

Fora do problema racial, essas duas grandes áreas têm muito de comum: as questões ligadas às condições de Saúde e ao padrão de vida do povo; o aproveitamento da terra com a luta permanente contra a erosão do solo e a re-estauração de sua fertilidade. No setor da pecuária, a África Oriental

e Central, além de não possuírem rebanhos comparáveis aos do Brasil (por condições de sanidade), têm a situação agravada pela presença da mosca tsetse. Em ambos

os territórios, as possibilidades são ilimitadas, havendo muito que aprender e muito que fazer e a garantia do sucesso encontra-se na fórmula "direção-trabalho".

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÓLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA AMERICANA

O PRESIDENTE. O SECRETÁRIO DE ESTADO. O "STATE" E O CONGRESSO

RENÉ GRANDCHAMP

Traduzido, "data vénia", da "Revue Militaire d'Information" (França), de abril de 1951, pelo Major FLORIANO MÖLLER.

Num documento referente à política externa, o Departamento de Estado salientou que a política dos EE.UU. implicava em medidas visando a aplicação da Carta das Nações Unidas, a fim de que a O.N.U., constituindo uma potente réplica de paz, pudesse desencorajar qualquer agressão, conjugando os meios de defesa militar da América do Norte com os das demais nações livres. A importância do papel dos EE. UU. na vida mundial, hoje em dia, é de tal ordem que (os últimos acontecimentos o demonstraram) tudo o que lhes afeta se reflete sobre os demais países. Eis porque nos parece oportuno revelar a elaboração e o desenvolvimento da política externa americana.

O Presidente elabora e aplica a política externa; como representante do povo, é ela de sua responsabilidade. O Senado aprova ou rejeita os tratados ajustados por ele e bem assim as nomeações das personalidades importantes por ele procedidas. O Legislativo — Senado e Câmara dos Representantes — dispõe de poderes financeiros, e exercem, igualmente, por essa forma, uma influência direta sobre a política externa, de que são responsáveis perante o Corpo Eleitoral. As duas Câmaras do Congresso também podem aconselhar o Presidente por meio de resoluções comuns.

Foi em 1789 que o Presidente Washington nomeou Thomas Jefferson, o primeiro Secretário de Estado, para ser seu representante e conselheiro na política externa. Ainda hoje, o Secretário de Estado — Dean Acheson — e o Departamento de Estado — o "State" — são os órgãos executivos da vontade do Presidente, no domínio das relações internacionais.

Por outro lado, a maior parte dos 43 organismos governamentais se ocupa da política externa e trabalha em ligação por meio de 33 comissões mistas, auxiliadas por 142 subcomissões. O Departamento de Estado dispõe de 300 missões em 75 países, onde os observadores e "attachés" lhe enviam regularmente relatórios das informações colhidas, graças aos quais estabelece os planos para resolver os problemas que se apresentem.

Mr Dean Acheson definiu deste modo o funcionamento do Departamento de Estado:

"O Presidente decide qual deve ser a política a seguir. Em numerosos casos, o Congresso o decide também. Pode acontecer que o Presidente proponha e o Congresso disponha, mas o Departamento de Estado tem a incumbência de conhecer antecipadamente um problema antes que este se apresente. O "State" coleta e seleciona informações dos demais órgãos do Executivo para elaborar uma determi-

nada proposição que leva ao Presidente para aprovação ou modificação; a seguir, encaminha a mesma ao Congresso por intermédio das comissões da Câmara e do Senado e a apresenta, enfim, ao governo para a sanção final. O Departamento de Estado desempenha então, de certo modo, um papel de acionador no seio do governo."

Assim, nem o Presidente, nem o Secretário de Estado têm, de nenhum modo, completa liberdade em assuntos de política externa. Seus poderes são fixados ou limitados pelas leis em vigor, ou mesmo pela sua carência, devendo se aproximar, o mais estreitamente possível, dos pontos de vista que prevalecem no país. Uma outra restrição, de fato, é que a política externa dos EE. UU., como a de outras nações, tem que levar em consideração a dos governos cuja cooperação lhes é necessária.

Por diversas vezes, na História dos EE. UU., o Executivo, em virtude das fontes de informações de que dispunha, previu delineamentos diplomáticos de que o público ainda não tivera conhecimento. O Presidente e o Secretário de Estado têm, nesses casos, sabido exercer os seus poderes e se esforçaram para antecipar aos seus concidadãos o curso provável dos acontecimentos, ao mesmo tempo que lhes definem a política que lhes parece mais favorável aos interesses do país, e a seguir pedem ao Congresso a aprovação das medidas necessárias. Sua tarefa é muitas vezes bem difícil.

Assim, durante a "funesta década" de 1931 a 1941, que começou e terminou por agressões japonesas (a invasão da Manchúria e Pearl Harbor), uma fração importante da opinião pública americana recusava crer que uma guerra européia pudesse comprometer a sua segurança e afastava a possibilidade de uma agressão contra os EE. UU. Ela se separou, a este respeito, dos pontos de vista do Presidente e do Secretário de Estado que, convencidos do contrário, concentraram todos os seus esforços para, tanto quanto possível, auxiliarem os Estados atacados pelo Eixo. A política externa

americana passou então a se desenvolver no quadro de uma evolução gradual da opinião pública, que abandonou o isolacionismo para tomar consciência do objetivo fundamental do Eixo — a conquista do globo terráqueo, — em que os EE. UU. seriam, infalivelmente, uma das vítimas. Os americanos compreenderam, pouco a pouco, que deviam assegurar a sua defesa contra um perigo real e crescente. Esta convicção influenciou diretamente a sua política externa. Por isso, renunciaram a um desinteresse illusório, em presença de forças hostis, para tomarem o seu lugar na primeira linha das Nações Unidas.

Um golpe de vista para o passado nos permitirá descobrir as constantes da política americana, que se fizeram notar durante o período de 1931 a 1941.

DE MONROE A WILSON

A mensagem do Presidente Monroe, datada de 2 de dezembro de 1823, ficou famosa na história americana, pois nela o grande estadista fixava que "o continente americano, tendo conquistado a sua independência e pretendendo conservá-la para o futuro, não mais deveria ser suscetível de se tornar colônia de qualquer potência européia." Esta doutrina transformou os projetos de intervenção de Metternich e de seus aliados para o restabelecimento da soberania espanhola na América latina e contra a política do Czar que, por um "ukase" de 1821, reivindicava, para os navios russos, o monopólio do comércio e da navegação sobre a costa Nordeste do Pacífico até a latitude de 51° Norte. O Alaska pertencia então à Rússia que, daí, se interessava pela Califórnia. Eis porque Monroe recolocou as coisas em seu lugar.

Cerca de um século mais tarde, quando a América do Norte se engajara na primeira guerra mundial, o presidente Wilson, já no outono de 1917, definia os seus propósitos nos "Quatorze Pontos" inspirados profundamente no princípio das nacionalidades e que proclamavam igualmente a necessidade de se res-

peitar a liberdade dos mares, a intenção de reduzir os armamentos e de criar uma "Sociedade Geral de Nações". Mas, durante as negociações de Versaillies, o presidente não tinha podido ter um contato suficiente com o Senado e este não aceitou o tratado de paz por 55 votos contra 49, uma vez que era necessária a maioria de dois terços. Os isolacionistas levaram a melhor e acentuaram o seu sucesso em novembro de 1920, com a eleição do republicano Harding, que obteve 16 milhões de votos contra 9 milhões ao candidato democrata.

O isolacionismo conheceu o seu apogeu de 1927 a 1935, com a "enquête" da comissão Nye sobre as condições da intervenção em 1917 e com a votação da Lei de Neutralidade, de 31 de agosto de 1935, determinando que, em caso de guerra externa, os EE. UU. deveriam aplicar um embargo imediato sobre a exportação de material bélico destinado aos beligerantes; absterem-se de conceder créditos a esses e de viajarem em navios das nações em luta. Não obstante, Mr. Stimson já havia declarado, em 1932, que os americanos não reconheceriam nenhuma situação de fato, estabelecida pela força. Nessa época, os japoneses intervinham na Manchúria e os EE. UU., se se afastavam da Europa, não podiam se desinteressar do Extremo Oriente.

A invasão da China, em 1937, da Áustria, em março de 1938, da Tchecoslováquia e da Albânia, um pouco mais tarde, deram autoridade ao presidente Roosevelt sobre o conceito que se formara a respeito da solidariedade necessária entre as democracias, em face da ascensão dos totalitários. Por outro lado, ao mesmo tempo que se esforçava para afastar as ameaças de guerra, Roosevelt procurou dar às potências da Europa Ocidental o máximo de apoio diplomático, enquanto preparava a opinião pública americana sobre as responsabilidades que a sua clarividência fazia prever para o futuro. Desde 16 de julho de 1937, Cordell Hull proclamava que os tratados não deveriam ser modificados senão pelos processos

regulares e assim mesmo num espírito de conciliação e auxílio mútuo. A 5 de outubro, em Chicago, Roosevelt afirmava a sua vontade de manter em quarentena todo Estado agressor.

A 4 de janeiro de 1939, em sua mensagem ao Congresso, o presidente consignava que, se a ameaça de guerra parecia afastada, a paz, no entanto, não estava mais assegurada e que novas agressões se preparavam. Desde esse momento, no plano moral, Roosevelt nitidamente tomou posição: "Estas agressões, disse ele, ameaçam três conceitos de que os americanos não se podem privar — a religião, a democracia e a boa fé internacional." A seguir, por meio de intervenções sucessivas, mas que ficaram sem eco, junto a Hitler e Mussolini, esforçou-se para evitar o conflito. Quando este estorou, o presidente Roosevelt falou claramente: "Os EE. UU. permanecerão neutros, mas, não posso exigir que cada cidadão fique também neutro em seu pensamento e em sua consciência..." Ao mesmo tempo que procurava evitar a extensão do conflito, intensificava os seus esforços a fim de colocar o seu país, de acordo com o conceito de Washington, "numa posição de defesa que inspire respeito". Daí para diante, foi mantida a continuidade de sua política.

Em novembro, fez suspender a lei sobre o embargo de armamento e, durante os primeiros meses de 1940, esforçou-se para impedir que Mussolini entrasse na guerra; seus esforços foram em vão. Então, a 30 de maio, não mais aponta apenas a posição moral dos EE. UU., mas também a sua posição estratégica e lança esta suprema advertência: "A extensão da guerra à região mediterrânea comprometeria gravemente os interesses legítimos do povo americano e uma tal eventualidade não poderia ser examinada com serenidade". A 2 de setembro, a América do Norte arrenda bases inglesas no Atlântico, para estabelecer "postos avançados de segurança"; quinze dias mais tarde, os americanos, em plena paz e pela primeira vez na história, adotam o serviço militar obrigatório. Wen-

del Willkie, adversário republicano de Roosevelt, o apoia sem reservas. E, a 29 de dezembro, o Presidente declara: "Os EE. UU. devem se transformar no arsenal das democracias".

Muito depressa os americanos compreendem o que se passa. A 15 de março de 1941, Roosevelt proclamava que a "Lei de Empréstimos e Arrendamentos" que permitia fornecer à Inglaterra todo o material de que tinha necessidade, marca o fim dos compromissos com a tirania. "Os EE. UU. passam à ação". A 14 de abril, o presidente assina com Churchill a Carta do Atlântico, estabelecendo princípios comuns na política externa. No Congresso, as medidas de defesa são votadas tanto pelos republicanos quanto pelos democratas. A "Bipartisanship" nasce. Mas, foi preciso um "Pearl-Harbor", a 7 de dezembro, para fazer desaparecer o isolacionismo.

A partir desta data, Roosevelt esforça-se para manter a união dos dois partidos na política externa; obtém o apoio de Wendell Willkie e, para a Conferência de Teheran, leva consigo o republicano John Foster Dulles, perito em assuntos internacionais. E, no exterior, mantém e amplia o acordo entre as grandes potências.

IMPORTANCIA DA CONFERÊNCIA DE TEHERAN

A conferência de Teheran, realizada no período de 26 de novembro a 2 de dezembro de 1943, "mudou a fisionomia da guerra", declarou Wiston Churchill. Com efeito, é dela que surge o acordo fundamental dos "Três Grandes" para prosseguimento da guerra e a preparação da paz. Foi ali elaborada a Carta de Dumbarton Oaks, de onde saiu o O.N.U. e se alterou o equilíbrio de forças na Europa e no mundo. E foi nessa mesma ocasião que Roosevelt expôs o seu "grande desejo" de criar uma "Organização Internacional" que Stalin prometeu apoiar. Em troca, o Presidente aceitou apoiar os movimentos de "partisans" que precediam a chegada dos exércitos russos nos países in-

vadidos pelos alemães. Esta atitude foi reprovada ulteriormente por certos observadores políticos, achando que Roosevelt havia cedido demasiado, com o seu desejo de entrar em entendimento com a Rússia. Mas outros observadores retrucaram que ele tinha querido antes de tudo — e com razão — evitar que o exército russo se detivesse, uma vez libertada a URSS e restabelecidas as suas antigas fronteiras. O exame desta polémica não está em nosso propósito.

Em Teheran, com vinte e cinco anos de intervalo, Roosevelt retoma as idéias de Wilson, mas, para evitar os erros de tática de seu predecessor, toma a precaução de associar estreitamente o Congresso à sua obra. Os planos Morgenthau e Keynes instituem a cooperação econômica internacional; a conferência de Hot Springs examina o conjunto dos problemas agrícolas, e para a fundação da UNRRA são abordadas as mais altas questões de auxílio aos países atrasados. Roosevelt constata o desaparecimento simultâneo dos isolacionismos americano e soviético e no seu espírito se firma a idéia de que a segurança coletiva deverá ser baseada na colaboração estreita de Washington com Londres e Moscou.

Um "grande desejo", dissemos... Henrique IV também havia esboçado um para a Europa, ao fim das guerras de religião, ao raiar da liberdade de consciência. Sem dúvida, o Rei de França e o Presidente dos EE. UU. estavam avançados em relação à sua época. O seu gênio profundamente humano e por isso mesmo, maravilhosamente construtivo, não poderia dar frutos tão rapidamente quanto desejavam, num mundo assolado pelo ódio, dividido pela desconfiança e a má fé. O punhal de Ravillac interrompera o desejo real; a morte sutil arrebatara prematuramente o grande presidente.

Menos de três meses após Teheran — a 13 de março de 1944 — os Soviets reconhecem o governo italiano de Badoglio, sem prevenir seus aliados. A diplomacia russa precede seus exércitos; fato novo e importante. Além disso, Ercoli,

que se chamará Togliatti, — retorna à península. A greve geral estala... Em outubro, os problemas políticos surgem sob o passo dos exércitos em marcha. Em muitos países os "partisans" entram em conflito com os respectivos governos. A Grécia está em chamas. A opinião pública está de tal modo perturbada nos E.E. UU. e na Grã-Bretanha que, na Câmara dos Comuns, Churchill é pôsto em dificuldade e, num debate sobre os negócios da Grécia, cerca de 300 deputados se absterem de dar o seu voto.

Em fins de 1944, o "Times", em editorial, assim se manifesta: "A Rússia se apresenta como a maior potência do continente europeu. Este fato será provavelmente tão decisivo para o futuro quanto o foi a conquista da supremacia dos mares pela Inglaterra em Trafalgar ou a derrocada da hegemonia francesa em Waterloo".

A "DOCTRINA TRUMAN"

Roosevelt desapareceu em uma hora difícil para os E.E. UU. A guerra da Europa está para terminar, mas a da Ásia continua. O acordo com a Rússia torna-se mais que nunca indispensável. Este será o primeiro princípio da política do novo presidente e o segundo será a construção da O.N.U. Harry Truman continua no rumo traçado por Roosevelt. Multiplica os seus esforços em Postdam, em Lake-Success e em todas as conferências internacionais; une-se à França e à Grã-Bretanha para que a confiança reine entre os "Quatro Grandes" e que a paz não seja uma palavra vã. A história destas intermináveis negociações sobre a Europa Central e Oriental, o baixo Mediterrâneo, e o Danúbio, é demasiado conhecida para que nos seja necessário tratar de questões que já foram examinadas a seu tempo. No intervalo dessas negociações, os E.E. UU. se desarmaram, desmobilizando seus efetivos de guerra, e isto, sem dúvida, foi a prova mais incontestável de sua boa fé.

Menos de dois anos após a morte de Roosevelt — a 3 de março de

1947, no México, o presidente Truman retomou os temas gerais expostos pelo seu predecessor em 1938 e 1939. Mas ele se dirigia a uma outra nação... "Todos os nossos povos, dizia ele, têm uma convicção comum, que chamamos democracia... o Estado existe para o homem e não o homem para o Estado". Isto não era somente um discurso de política interna, porque o Presidente, determinando a política de "boa vizinhança" que guiava as relações interamericanas, a definia como "a aplicação da democracia aos negócios internacionais". "Uma nação forte não tem o direito de impor a sua vontade a uma nação fraca, em função de sua força. Uma verdadeira comunidade de nações deve ter autoridade para aplicar a lei aos delinquentes. É este um princípio da Carta da O.N.U., como o é do sistema interamericano". Três dias mais tarde, em Waco, no Texas, Truman afirma que a cooperação não pode ser somente política, mas deve ser também econômica, acrescentando: "A América do Norte, no passado, cometeu o erro de se afastar da Sociedade de Nações, mas, agora, não renovará esta falha... Após duas guerras mundiais, o isolacionismo é uma confissão de falência moral e intelectual". O Presidente queria afastar o espectro de uma crise econômica análoga à de 1929 e, ao mesmo tempo, interessar os "farmers" — tradicionalmente isolacionistas — em uma política externa mais ativa.

Não havia decorrido uma semana e H. Truman era levado a declarar, diante do Congresso: "A política externa e a segurança nacional de nosso país estão em jogo".

Em dezembro de 1946, a guerra civil estalava na Grécia, fomentada e sustentada pelos comunistas dos países vizinhos, e o governo de Atenas apelava para a O.N.U. A situação agravava-se rapidamente e, a 12 de março de 1947, o presidente enunciava, diante do Congresso, os princípios conhecidos sob a denominação de "Doutrina Truman". Esta intentava uma política de apoio americano "aos povos livres que resistem às tentativas de do-

minação que emanam de minorias armadas ou de pressões externas". Esta declaração repousava sobre "o conhecimento objetivo do fato de que os regimes totalitários impostos aos povos livres, por meio de uma agressão direta ou indireta, minavam os fundamentos da paz internacional e, em consequência, a segurança dos EE. UU." Significava essa declaração que os EE. UU. estavam dispostos a se lançarem em socorro de todo país ameaçado de uma agressão comunista. Ficou estabelecido que a América do Norte julgaria cada caso particular em função dos seus efeitos sobre a paz mundial e sobre a sua própria segurança.

No que se refere à Grécia e à Turquia, igualmente ameaçadas na ocasião, as "Nações Unidas" não estavam em condições de lhes prestarem auxílio e de salvaguardarem a sua independência. Eis porque os EE. UU. — aplicando os princípios da Carta — se substituíram às N. U., mas, deixando claramente entendido que estavam prontos a abandonar o papel principal, desde que a O. N. U. pudesse tomar conta desse assunto. Em maio de 1947, o Congresso autorizou o auxílio à Grécia e à Turquia e o programa entrou em aplicação. Os entendidos estimavam que o soerguimento da Grécia exigiria cerca de cinco anos.

Ora, já na primavera de 1950 o país estava pacificado e em vias de recuperação; setecentos mil refugiados estavam de retorno aos seus lares; as vias de comunicação estavam restabelecidas; quarenta mil casas tinham sido construídas e a produção agrícola ultrapassava o nível de antes da guerra. Realizaram-se eleições na Grécia e na Turquia e este último país, graças ao auxílio militar, estava situado numa posição muito mais forte. Nesse período de três anos, o auxílio americano civil e militar, para os dois países citados, havia se elevado a 1.800 milhões de dólares mais ou menos, o que representava um pouco menos de 1% da renda nacional americana, em 1950. A aplicação da "Doutrina Truman" tinha constituído, então, um bom

emprego de capital, sob o ponto de vista da paz e da segurança.

A luta dos Soviets contra o Plano Marshall, o seu embargo sobre a Tschecoslovaquia, o bloqueio de Berlim, mostraram, em 1947 e 1948, que era urgente tomar medidas para eventualmente defender a Europa Ocidental, reduzida a uma "nulidade militar". Por isso, era preciso organizar um sistema de segurança coletiva, armar as potências interessadas e lhes dar um novo crédito de confiança.

Em março de 1948, os próprios europeus concluem o Tratado de Bruxelas, estabelecendo um pacto de defesa mútua, com a duração de 50 anos, entre a França, a Grã-Bretanha e a Bélgica. No mesmo dia, o presidente Truman, em mensagem ao Congresso, estabelece as grandes linhas do rearmamento americano. "Estou seguro, diz ele, de que a determinação das nações livres da Europa de se protegerem mutuamente, corresponderá uma determinação igual de nossa parte de auxiliá-los a cumprirem esse desideratum". Estendia-se assim, à Europa Ocidental, a política de auxílio militar já aplicada na Grécia, na Turquia e na China.

A seguir, em junho de 1948, — diante do sentimento crescente para a organização de uma comunidade de nações do Atlântico Norte, o Senado adotava, por 84 votos contra 4, a resolução Vandenberg autorizando o governo a elaborar acordos de defesa coletiva no quadro da Carta das Nações Unidas. As negociações chegaram a bom termo com a elaboração do tratado do Atlântico-Norte, cujo texto, tornado público em março de 1949, foi ratificado em julho do mesmo ano.

Este instrumento diplomático, — como ficou amplamente evidenciado, — é essencialmente destinado a manter a paz. No artigo 5º, os signatários declaram que "as altas partes contratantes agem em face do art. 51 da Carta das Nações Unidas, que reconhece o direito de "defesa individual ou coletiva" e que as mesmas suspenderão as medidas defensivas "quando o Conselho de Segurança tenha tomado as

necessárias providências para restabelecer e manter a paz e a segurança internacionais".

"Mas, declarou o presidente Truman, se pudermos fazer compreender com firmeza e bastante antecedência que todo ataque armado que afete nossa segurança nacional forçosamente irá se chocar diante de uma força esmagadora, pode bem acontecer que esse ataque jamais se produza."

Em setembro de 1949, o Congresso autorizou um programa de auxílio militar muito mais vasto, votando a Lei de Auxílio para a Defesa Mútua.

Fora da Europa Ocidental, o programa de auxílio designava outras regiões vitais onde era necessário constituir "situações de força": na Grécia, Turquia e Pérsia; na Coreia, nas Filipinas e na "região central da China". Mas, a Europa recebia a parte principal: um bilhão de dólares sobre um total de um bilhão 314 milhões autorizados para o ano de 1950 e a mesma soma para 1951, sobre um total de 1.222 milhões. A agressão da Coreia fez revisar estas cifras; como primeira contribuição para fazer face a essa emergência, foi pedida uma verba suplementar de 4 bilhões de dólares. O "processus" do auxílio militar é, de um modo geral, idêntico ao de auxílio econômico. Assim como foi feito para o programa de soerguimento europeu, os EE. UU. concluíram um acordo distinto, com cada uma das nações interessadas. Uma parte do auxílio é concedido em armamento e a outra parte em matérias primas essenciais. O programa tem em mira fornecer uma contribuição maior, de modo a colocar a comunidade do Atlântico-Norte em estado de defesa eficaz, ou seja, em condições de se proteger de uma invasão eventual e não apenas para a libertar, após uma ocupação.

A guerra da Coreia levou o presidente Truman, em mensagem ao Congresso, datada de 19 de julho de 1950, a propor um rápido aumento das forças armadas, compreendendo a mobilização de novos efetivos e a chamada de reservas. Essa mensagem previa despesas

orçamentárias duas vezes mais elevadas: em junho de 1951, os gastos se elevavam à cadência anual de 30 bilhões de dólares, que determinaram a arrecadação de impostos suplementares no valor de 5 bilhões de dólares.

Desta maneira, os EE. UU. assumindo no seio das Nações Unidas um papel dirigente, mostraram que poderiam agir rapidamente e sem atritos, em condições de se adaptarem e de enfrentarem uma nova situação que necessitasse uma ação de polícia no quadro da Carta das Nações Unidas.

A POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL

No decurso dos últimos anos, os dirigentes americanos compreenderam que a miséria constituía um terreno favorável ao estabelecimento de regimes totalitários e para a combater, estabeleceram o plano geral duma nova economia internacional, que, em grandes linhas, se inscreve na política externa americana. Esta política tem três objetivos principais: auxiliar a reconstrução da indústria pesada europeia sobre bases modernizadas; facilitar o estabelecimento de novas fontes de riquezas nas regiões do mundo "insuficientemente desenvolvidas"; eliminar os entraves ao comércio mundial.

O auxílio fornecido, no período de 1944 a 1947, pela UNRRA, custou 11 bilhões de dólares aos EE. UU. Esse auxílio, que livrou a Europa da fome e da revolução, na verdade, foi distribuído de modo fragmentário. Foi só a 5 de junho de 1947, que o General Marshall, então secretário de Estado, sugeriu, no seu célebre discurso de Harvard, uma nova maneira de tratar os problemas europeus. Ele propôs às nações europeias o estabelecimento de um plano comum de recuperação, ao qual a América emprestaria o máximo apoio. A 12 de julho, dezesseis países tinham correspondido a seu apelo e se o Plano Marshall se limitou unicamente à Europa Ocidental, foi porque a União Soviética se retirou e interditou a seus satélites de nele participarem. A 8 de abril de 1948, o Presidente

Truman aprovava a "Lei de Cooperação Econômica", que previa a execução dum programa de auxílio de quatro anos, destinado a dezesseis países europeus, à Alemanha Ocidental e ao Território de Trieste. Colimando os mesmos objetivos, os europeus criaram sua própria organização regional, a O.E.C.E., ou "Organização Europeia de Cooperação Econômica", que alcança excelentes resultados, ampliados mais tarde, com a criação da "União Europeia de Pagamentos" (U.E.P.), ou seja um bureau de liquidação das transações comerciais e financeiras da Europa Ocidental. O custo do programa de soerguimento europeu se elevaria a 11 bilhões e 500 milhões de dólares, nos três primeiros anos.

Em seu discurso inaugural, de janeiro de 1949, o presidente Truman propunha um novo e corajoso programa para beneficiar as regiões "insuficientemente desenvolvidas" da Ásia, da África e da América latina, com os progressos científicos e técnicos dos E.E. U.U. e bem assim fomentar o investimento de capitais nessas regiões. Estas proposições, que constituam o quarto ponto da Declaração Presidencial sobre a política exterior, são atualmente conhecidos sob a denomina-

ção de "4º Ponto". Os fundos poderão ser fornecidos pelo Banco de Importação e Exportação dos E.E. U.U. e por bancos e instituições particulares.

Entim, as conferências de Genebra, em 1947, de Annecy, em 1948 e de Torquay, em 1950, nas quais vinte e duas nações tomaram parte, concorreram para reduzir sensivelmente as tarifas aduaneiras e atingiram 50 % das importações mundiais. Assim, a Organização Internacional de Comércio, prevista pela Carta das Nações Unidas, foi orientada em boa direção.

Deste modo, a política externa americana comporta, hoje em dia, um aspecto idealista de organização democrática e um aspecto objetivo de organização econômica. Em futuro imediato, os E.E. U.U. devem consagrar uma grande parte de seus recursos à sua defesa, de maneira conjunta com o mundo livre. Esta tarefa essencial os têm levado a empreender outras tarefas, destinadas a melhorar a sorte das nações deserdadas, a fim de arrebatá-las aos comunistas o seu argumento principal e de mostrar a estes que uma sociedade livre pode servir, ao mesmo tempo, à causa do bem-estar e à da dignidade do homem.

JEHA IRMÃOS

O MAIOR CENTRO DE NOVIDADES DE BELO HORIZONTE

FUNDADA EM 1903 — FABRICAÇÃO PRÓPRIA

Lãs — Sedas — Linhos — Veludos — Tecidos Finos por
Atacado e a Varejo

Caixa Postal, 133 — Telefone, 2-3904 — End. Teleg.: "NACAJÉ"
RUA RIO DE JANEIRO, 283 — BELO HORIZONTE
MINAS GERAIS

EVOLUÇÃO DAS NOSSAS FRONTEIRAS

Cap. LUIZ ALBERTO DE FREITAS

IV

O SÉCULO XVIII E A NOSSA FRONTEIRA COM OS FRANCESES

No princípio do século, Portugal arranca de Luis XIV, esgotado pela Guerra da Sucessão, o domínio da região entre o Amazonas e o Oiapoque. No fim do século, as vitórias de Napoleão permitem à França burlar o Tratado de Utrecht, tentando demarcar a fronteira sul de sua Guiana quase junto ao Amazonas e... o problema fica para ser resolvido no século seguinte.

Com o ano de 1700, sobrevem a morte de Carlos II de Espanha, que não deixa descendentes. Por testamento, lega o trono espanhol a seu sobrinho Felipe de Anjou, príncipe francês, neto de Luis XIV (Raposo Botelho). Acontece porém que, pelas mesmas razões de parentesco, julgava-se no mesmo diário o Arquiduque Carlos, filho do Imperador Leopoldo da Áustria. Este protesta.

Luis XIV, sentindo aproximar-se a borrasca, prefere atrair a simpatia de Portugal para a sua política. Daí, em troca do apoio de Portugal, chega ao Tratado "Provisório e Suspensivo", assinado em Lisboa, no ano de 1700, em que resolvem, portugueses e franceses, dar o território por ambos disputado, entre o Amazonas e o Oiapoque, como "neutro" e negociar um tratado definitivo para o ano seguinte.

Felipe de Anjou não espera para assumir a herança. Em 24 de abril de 1701, segundo a História Geral de Espanha, de Mariana e

La Vega, "entra na corte em meio de entusiásticas aclamações". Passa a governar como Felipe V de Espanha.

Sem demora, Portugal colhe, no sul, o fruto de seu apoio. A 13 de junho num tratado de aliança ofensiva e defensiva, é galardoado com a Colônia do Sacramento e ainda a ilha de S. Gabriel, fronteira à mesma. Isso no sul e da parte de Felipe V, porque no norte, ante as exigências que vinha novamente fazendo Luis XIV, Portugal, cinco dias após, isto é, a 18 de junho, cede à França o território que estava considerado neutro.

Portugal, muito a contra-gosto, cede, mas vai tratar de, segundo uma expressão muito feliz do historiador português, professor Hernani Cidade, com "a mão esquerda" em breve conseguir "o que a direita forçadamente houvera de dar". Para isso teria de voltar-se contra a França. Assim o faz.

* * *

Já se estava urdindo, na Europa, a vasta trama contra a França, que teria por objetivo a derrubada de Felipe de Anjou do trono espanhol e lá colocar o Arquiduque Carlos da Áustria. Arrequeciam-se a Inglaterra, Áustria, Holanda, Suécia e parte dos principados alemães, enfim a Áustria e a Liga de Haya, formando a Grande Coligação.

Portugal incorpora-se à Coligação, com a promessa, confirmada no tratado de 16 de maio de 1703, de que "a Inglaterra e a Áustria não reconheçam como válidas as excessivas concessões feitas pela coroa portuguesa à França". Esse é o Tratado de Meuthuen, negociado por Meuthuen e assinado em Lisboa, tratado célebre por suas consequências para Portugal, as quais se refletiram naturalmente no Brasil, pois fez de Portugal "simples feitor dos ingleses" (Mário Melo) e, segundo Oliveira Martins, citado por Mário Melo "fez do país uma fazenda, uma vinha da Grã-Bretanha no Meio-Dia".

Estava lançada a sorte. Em 1706, os próprios portugueses entram em Madrid e proclamam Carlos da Áustria como rei de Espanha. Não dando tempo a Portugal para regular, com o novo rei, o seu problema da posse de Sacramento, agora novamente em mãos dos espanhóis, sobrevem, em 1707, a derrota dos lusos-ingleses em Almansa e Carlos tem que abandonar a Espanha.

A guerra continua com os azares, ora favorecendo a Liga (Malplaquet em 1709), ora favorecendo Luis XIV (Vilaviciosa em 1710), para terminar com a vitória francesa em 1712 e a volta de Felipe V ao trono espanhol, reconhecido como rei de Espanha por seus opositores, em 1713, pelo Tratado de Utrecht (Raposo Botelho).

Está no trono espanhol o príncipe francês, mas sofre a França grande abalo em seu prestígio militar, além de que já estamos no fim e em plena decadência do reinado de Luis XIV. Daí, nos tratados de Utrecht (pois mais de um foi assinado por essa época, nessa localidade) ter a França de admitir a perda, para Portugal, da disputada região ao norte do Rio Amazonas.

Assim, no Tratado de Utrecht, de 11 de abril de 1713, pelo seu artigo VIII, a França renuncia "a todo e qualquer direito que pode ou poderá ter sobre a propriedade

das Terras chamadas do Cabo do Norte e situadas entre o Rio das Amazonas e o Oiapoc, ou Vicente Pinsão, sem reservar ou reter porção alguma das ditas Terras, para que elas sejam possuídas daqui em diante por sua Magestade Portuguesa, etc..."

Outro Tratado foi assinado em Utrecht, em 6 de fevereiro de 1715, dizendo respeito porém, à posse da Colônia do Sacramento, não cabendo estudá-lo aqui.

"Foi o tratado de 1713 pôsto em execução sem mais embaraço algum, e mesmo em Caiena não se estranhou o modo como se resolvera o litígio" (Rocha Pombo). "Durante todo o Século XVIII, não mais foi objeto de cogitação dos Reis Cristianíssimos e Fidelíssimos a fronteira entre as Guianas francesa e brasileira. Mas os franceses não perderam o seu verdadeiro e constante objetivo, que era aproximarem-se o mais possível do Rio Amazonas" (José Carlos de Macedo Soares).

Realmente. Além de desconflanças e picuinhas de vizinhos e tentativas débeis dos franceses de Caiena para demarcar uma linha sempre mais ao sul, como a da fronteira, procurando dar como sendo o Oiapoque um Rio mais ao sul, o que aliás constituiu o fundamento das alegações francesas, quando no século seguinte as duas metrópoles retomam o assunto, não há, até 1797, ação oficial dos dois governos europeus no sentido de rever ou interpretar o estatuído em Utrecht.

Por isso, Afonso de Carvalho, em sua obra biográfica "Rio Branco", exprime da seguinte maneira esse correr do Século XVIII, em relação à nossa fronteira norte: "Todo o Século XVIII se escôa sem que o Tratado de Utrecht, em sua substância, seja desrespeitado, embora os franceses não desistam de se infiltrar de todos os modos — traficantes, aventureiros e até missionários — na região portuguesa, e seus navegantes e cartógrafos perseverem em sofismar a identidade geográfica do Oiapoque".

Aproxima-se o fim do século e o vendaval da Revolução Francesa acende os fogos da nova coligação contra a França, agora republicana. Portugal está entre os coligados. O gênio de Napoleão salva a França. A coligação se desfaz aos poucos e, aos 10 de agosto de 1797, surge, "desconcertantemente", o "Tratado de Paz e Amizade", assinado em Paris, pedra tumular da primeira coligação contra a França republicana. Nesse tratado, a "França passa a considerar como limites da Guiana, o rio chamado pelos portugueses de Calçoene e pelos franceses de Vicente Pinson, o qual se lança no oceano, acima do Cabo do Norte, mais ou menos a dois graus de latitude setentrional".

Embora esses termos fossem aceitos pelo plenipotenciário de Portugal em Paris, Conde da Barca,

não é, graças ao Conde de Linhares, ratificado pelo Príncipe D. João, o futuro D. João VI, que governava desde 1792, em nome de sua mãe, D. Maria I.

A França toma sérias represálias contra o Conde da Barca e "só não invade Portugal com as tropas do general Angereau, graças aos bons ofícios do rei de Espanha" (Afonso de Carvalho).

Dai por diante, a França, mais preocupada com a campanha de Napoleão no Egito e com a segunda Coligação, transfere para mais tarde esse pleito com Portugal, que face às suas preocupações do momento não passava de uma questiúncula que, com facilidade, seria resolvida a seu tempo.

Assim se transfere para o início do século seguinte, o movimentado Século XIX, a decisão desse caso das nossas fronteiras.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firms :

A RENOVACÃO — Magazin do Meier — Ribeiro de Faria & Pereira Ltda. — Avenida Amaro Cavalcanti, 73-77 — Meier — Fone: 29-6798.

BRUNO SILVEIRA & CIA. LTDA. — Fornecedores do Exército — Rua Teófilo Otoni n. 58 — Fone: 43-9205.

COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE TAUBATÉ LTDA. — Rua Joaquim Távora n. 148 — Fone: 247 — Taubaté — Estado de São Paulo.

SERRARIA SANTO ANTONIO — Avenida Coelho Campos n. 379 — José Job de Carvalho — Aracaju — Sergipe.

MARINHO, SANTOS & CIA. LTDA. — Tecidos, miudezas, etc. — Rua Cons. Franco ns. 54-60 — Feira de Santa Ana — Estado da Bahia.

DESTILARIA JUBA LTDA. — Rua n. 4 — Margem Esquerda do Rio — Santo Amaro — Estado da Bahia.

IMPORTADORA DE MATERIAL AERONÁUTICO (IMATA) LTDA. — Avenida Franklin Roosevelt n. 115-s/704 — Fone: 42-2389.



COMEMORAÇÃO DO 50º ANIVERSÁRIO DA TURMA DE ALFERES-ALUNOS DE 24-II-1902, DA ESCOLA MILITAR DA PRAIA VERMELHA

Notas coligidas pelo Exmo. Sr. General CASTRO
AYRES

É a saudade que nos reúne anualmente, no dia 24 de fevereiro e neste ano, para comemarmos o cinquentenário da nossa nomeação ao ambicionado posto, só alcançado pelos que eram aprovados plenamente em todas as matérias de 2 anos do Curso Geral ou das Três Armas.

Naquele longínquo dia, 42 alunos aguardavam o Decreto de nomeação, que foi levado ao Catete pelo aluno Rubens Monte.

Em seu regresso à Escola Militar, trouxe-o, assinado pelo Presidente da República e referendado pelo Ministro da Guerra e sua publicação no Boletim Escolar, no mesmo dia, levou-nos ao ambicionado posto.

Consideramo-nos pessoas importantes, assim como Ministros ou Generais e não era para menos, pois a conquista do posto de Alferes-

aluno representava anos de intenso labor e lutas constantes.

Anualmente reuniamo-nos em um almoço, no Clube Militar; a demolição do velho edifício do Clube e a II Guerra Mundial interrompeu esta praxe; passamos a nos reunir na Confeitaria Colombo, em almoço ou chá e, no corrente ano, no Restaurante Casablanca, na Praia Vermelha, junto ao Baluarte da velha Fortaleza, onde fora construída a Escola Militar.

Coube ao nosso camarada, Cel. Arthur Paulino de Souza, manter acêso o facho da nossa união e da nossa saudade pelos que já se foram. Eramos 42 há 50 anos; destes faleceram os seguintes:

- 1 — João Sylvestre Cavalcante
— Alferes-aluno
- 2 — Henrique Joaquim Cardoso
— Alferes-aluno

3 — Octavio Pitaluga — Major de Infantaria

4 — José Pedro Gomes — Major de Infantaria

5 — Joaquim de Souza Reis Netto — Major de Infantaria

6 — João da Costa Mesquita — Major de Infantaria

7 — Ildefonso Soares Pinto — Capitão de Infantaria

8 — Guilherme Barboza Fontenelle Bizerril — Capitão de Engenharia

9 — Claudio Monteiro — Coronel Intendente

10 — Cicero Baeta de Faria — Capitão de Artilharia

11 — José Duarte Pinto — Coronel de Artilharia

12 — Daniel de Souza Ramos — 1º Tenente de Infantaria da Reserva

13 — José Alberto de Mello Portella — General de Brigada

14 — Dario Tito Castello Branco — Tenente-Coronel e Professor

15 — Annibal Amorim — General Intendente da Reserva

16 — Alberto de Faria — Tenente-Coronel e professor

17 — Josaphat do Amaral Caldeira — Tenente-Coronel de Infantaria da Reserva

18 — Themistocles Paes de Souza Brasil — Coronel de Cavalaria da Reserva

19 — Christovão Ferreira da Silva — General de Brigada da Reserva

20 — Almerio de Moura — General de Divisão da Reserva

21 — Alfredo Severo dos Santos Pereira — Coronel de Infantaria e professor

22 — Oswaldo Steemburgo — Major de Infantaria Reformado

23 — Galdino Luiz Esteves — General de Brigada Reformado

24 — Antonio Mendes Teixeira — Tenente-Coronel de Engenharia Reformado

25 — Lafayette Cruz — Coronel Professor

26 — Arnaldo Damasceno Vieira — General Intendente Reformado

Os sobreviventes são os seguintes:

1 — Alvaro de Carvalho — Coronel de Cavalaria da Reserva

2 — Amaro de Azambuja Villanova — General de Exército da Reserva

3 — Arthur Paulino de Souza — Coronel de Engenharia e Professor reformado

4 — Azôr Brasileiro de Almeida — Coronel de Infantaria e Professor reformado

5 — Demócrito Barboza — General de Brigada reformado

6 — Francisco de Mello Moreira — Coronel de Cavalaria da Reserva

7 — Genesco de Oliveira Castro Alferes-aluno reformado

8 — Joaquim Francisco Duarte — Coronel de Infantaria da Reserva

9 — José Antonio Coelho Netto — General de Exército da Reserva

10 — José Meira de Vasconcelos — General de Exército da Reserva

11 — Leonel Velasco — Major de Artilharia reformado

12 — Mauricio José Cardoso — General de Exército da Reserva

13 — Miguel de Castro Ayres — General de Divisão da Reserva

14 — Octavio Saint-Jean Gomes — General de Brigada e Professor reformado

15 — Rubens Monte — Coronel de Cavalaria da Reserva

16 — Mario Velasco — General de Brigada da Reserva

Destes, não compareceram ao almoço, por não estarem presentes no Rio, o Cel. da Reserva Alvaro de Carvalho, Gen. de Exército da Reserva Amaro de Azambuja Villanova, Gen. de Exército da Reserva José Antonio Coelho Netto, Alferes-aluno reformado, Genesco de Oliveira Castro, representado por seu filho Genesco de Castro Filho e o Major de Artilharia reformado Leonel Velasco, representado pelo seu irmão, Cel. Mario Velasco.

A nossa festa foi honrada com a presença da Exma. esposa do Gen. Meira de Vasconcelos e da gentil filha do Gen. Demócrito Barbosa. Durante o almoço, o espírito do Cadete ressurgiu na alma dos velhos; a conversa animou-se, lembrando os bons tempos da Praia Vermelha.

Um dos comensais lembrou as brigas entre Cadetes, resolvidas no Baluarte. Repentinamente ouvia-

no pátio da Escola, o grito: Ne-
gada! Tourada no Baluarte!
Quando número de Cadetes corria
Baluarte, para assistir à tourada,
servindo na contenda em mo-
mento oportuno.
Ao servir-nos o último prato-
rú, este era tão duro que outro

camarada fez a seguinte observa-
ção: Em honra nossa, este Peru
nasceu em fevereiro de 1902 e foi
sacrificado 50 anos depois! Nossa
festa foi terminada com palavras de
saudades, pronunciadas por Arthur
Paulino, lendo os seguintes versos
de Damasceno Vieira:

MARAVILHOSO PREPARADO

A vitoriosa Turma de Alferes-alunos de 1902

Para variar um pouco os versos costumeiros,
Quero um Poema compor de alevantado estilo!
Erguendo minha voz, de calmo olhar, tranqüilo,
Saúdo neste instante os velhos companheiros!

Uma idéia feliz no momento me ocorre!
Proponho-vos aqui solenemente um pacto:
Faz-se, porém, mister que o cumpramos "de fato":
Não se abre vaga mais! Na turma ninguém morre!...

Descobri para nós um grande preparado:
Pela manhã, à tarde e à noite uma gotinha...
Qual o nome da droga? alguém acaso o adivinha?
Chama-se "Bom-Humor" esse estupendo achado!

Anda-se para trás, desde o primeiro dia:
Retorna-se ao calor da antiga juventude...
Mas, quando se notar que é de mais a saúde,
A dose diminui-se: — há excesso de "euforia"...

Rio, 24-II-1948

ARNALDO DAMASCENO VIEIRA

OBS. — O poeta esqueceu-se, talvez, de tomar a droga aconselhada e...
tornou-nos saudosos em 8-I-1951!

A nossa Revista vale pelos seus colaboradores, o que não exige que
os oficiais sejam consumados escritores. Mesmo nas atividades de
na, no comando, na instrução e na administração da tropa, há sempre
servações, estudos, problemas e realizações dignos de exposição, de
russão, fáceis de serem anotados, coordenados e expostos, numa cola-
ação de indiscutível utilidade prática.

(Do Relatório da Diretoria relativo a 1951).

O PROBLEMA DO CARVÃO NACIONAL

Palestra realizada pelo Coronel Técnico
ARLINDO VIANNA (Dedicada aos
Oficiais do 4º B.E. de Itajubá).

Para estudarmos o importante problema do carvão nacional, devemos primeiramente considerar o carvão como material e como mercadoria.

— Que é carvão?

— Carvão é o produto da combustão incompleta de vegetais ou mesmo de animais, combustão essa que deixa um resíduo de carbono, hidrogênio e oxigênio, variando em suas percentagens. Essa combustão pode ser artificial ou se dar por processos naturais. No primeiro caso, temos os carvões preparados usados na indústria e especialmente na metalurgia: *carvão de madeira e carvão coque*. No segundo, temos os chamados *carvões fósseis: linhita, hulha e antracita*. A exata origem desses últimos é ainda ponto em discussão, no campo da ciência; embora tenha aparecido quem atribua aos carvões fósseis uma origem mineral, sem cooperação de vegetais, a maioria de cientistas julga ser indispensável a existência anterior destes para deles se formarem os carvões. A discussão reside apenas nos possíveis processos das suas transformações. Hoje em dia, está geralmente aceita a cooperação de microorganismos nos processos naturais de formação dos carvões fósseis.

O vocábulo carvão parece que vem do latim *carbo, carbonis*, ainda que tenha o grego *karpnos*, significando corpo seco, delgado e leve, muito aparentado.

Apresenta-se o carbono na natureza e na indústria sob os mais variados aspectos e forma, assim,

numerosas variedades que se podem reunir em 2 grupos:

1º — os *carvões naturais*: diamantes, grafitas, hulhas, antracitas, lignitas e turfas.

2º — os *carvões artificiais*: carvão de madeira, carvão de nó de pinho, carvão das retortas, carvão da fuligem das chaminés, etc.

São ainda as diferentes variedades de carbono consideradas sob dois grandes grupos:

1º — *cristalizados*: diamante e grafita.

2º — *amorfas*: a) *fósseis*: antracitas, carvão de pedra ou hulha e linhitas; b) *artificiais*: carvão vegetal, carvão animal, coque, carvão de retortas e carvão de pedra.

Todos pertencem ao grande grupo de *combustíveis sólidos*, definindo-se pelo vocábulo *combustível*, considerado na indústria ou no comércio "toda substância capaz de fornecer calor ou luz em condições econômicas".

Desta forma, fácil é compreendermos a importância do carvão para um povo, para uma nação.

Como fonte de energia, lembra o carvão o problema da energia dirigida, como também o problema da energia armazenada.

Carvão: um dos focos de toda indústria e da civilização moderna. Ultrapassa o ambiente das cozinhas de nossos lares.

O carvão representa, na grande obra do engrandecimento de nossa Pátria, importante papel. Bem entendido: o carvão nacional.

Alma das indústrias, ao carvão de pedra, à hulha podemos ligar

intimamente o desenvolvimento de uma nação. O carvão dá força a um país. As grandes nações sem carvão não teriam papel de destaque na política internacional ou na política mundial.

O carvão se impõe aos destinos de um país, diz Froes de Abreu, — dum modo mais preciso que o petróleo. Haja visto a sua preponderância sobre aquêle, mesmo em países como os Estados Unidos, onde o combustível líquido se acha espalhado de leste a oeste e de norte a sul.

É pois importantíssimo para a vida de nossa Pátria, o carvão nacional: seja qual for a variedade natural ou artificial.

Se considerarmos apenas o carvão de pedra ou hulha, então o material assume importância capital para a vida nacional.

Basta citarmos que a metalurgia ou especialmente a siderurgia só trabalha com carvão de pedra ou hulha ou melhor coque metalúrgico. Isto sem apreciar as grandes usinas de gaz de iluminação localizadas em S. Paulo, Rio e Niterói.

Felizmente, o Brasil possui, no seu complexo geológico, bacias carboníferas. Estão localizadas em diversos estados do sul e do norte do país.

Segundo média de análises levantadas pelo Dr. Gonzaga Campos, os carvões brasileiros têm 21% de cinzas e oferecem um poder calorífico que varia entre 5.000 a 6.000 calorias, fornecendo um coque de brilho metálico friável e quase pulverulento.

Nossas jazidas carboníferas do sul ficam localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso. As bacias carboníferas do Norte ficam localizadas em Pernambuco, Ceará, Bahia, Maranhão e Amazonas.

Muito se tem escrito e estudado sobre as bacias carboníferas brasileiras. Realizamos um Primeiro Congresso Brasileiro de Carvão, ao qual foram apresentados subsídios valiosos sobre a formação de nossas jazidas carboníferas.

Euzébio de Oliveira escreveu excelente e valiosa *Memória* sobre as "Regiões Carboníferas dos Estados do Sul", oferecendo aos estudiosos do problema do carvão nacional trechos de grandes valor e clara elucidação sobre as questões de carvão brasileiro.

O mesmo podemos destacar sobre as linhitas e turfas brasileiras. Consideremos então o carvão nacional em face da indústria metalúrgica ou essencialmente siderúrgica. Surgiram, em 1927, valiosos estudos sobre o Carvão Nacional, registrando resultados das experiências satisfatórias da utilização do carvão nacional na fabricação do coque metalúrgico, sob orientação do Dr. Domingos Fleury da Rocha.

E concluiu-se pela possibilidade de utilização do coque metalúrgico nacional na produção do gusa e do aço.

Já agora temos a grande siderurgia de Volta Redonda utilizando o carvão nacional que vem de Santa Catarina devidamente beneficiado. Afirmativas aparecem que já se utiliza 100% de carvão nacional com bons resultados. Portanto, vem sendo o carvão nacional material perfeitamente aplicado na indústria siderúrgica.

Em seu livro, o Almirante Thiers Fleming afirma que "o emprêgo do carvão nacional é um fato ao alcance de todos".

A guerra ao carvão nacional tem sido feita por negociantes de carvão estrangeiro, empregando processos nem sempre recomendáveis.

O Almirante Thiers Fleming dizia que a política mais aconselhada pela experiência e ditada por um dever de patriotismo era o sistema misto: importar o carvão estrangeiro, mais rico em calorias, mas incentivar o aproveitamento do carvão nacional, melhorando e aumentando gradativamente o seu emprêgo.

Reportamos então as lições da Grande Guerra, que perturbaram a vida nacional da indústria brasileira, pela falta e pelo alto preço do carvão importado, mostrando o

mal que faz a interrupção na sábia política de aproveitamento das riquezas naturais do país.

Sabemos que, de fato, a hulha e o carvão de pedra representam, para as indústrias de guerra, um triplice interesse: fornece a força motora, o coque metalúrgico e os subprodutos indispensáveis à fabricação de explosivos.

Cita-se que a Alemanha, em 1913, já produziu 170 milhões de toneladas de carvão de pedra e importava 10 milhões de toneladas da Inglaterra na sua totalidade.

As jazidas de carvão têm capital importância, tanto no tempo de paz como no tempo de guerra.

Dai podemos ver a importância estratégica e econômica do emprego do carvão nacional.

Usa-se o carvão nas estradas de ferro, nos navios de guerra. Para gazuêneos, não podemos dispensar o carvão vegetal. Podem ser empregados na tração de veículos em tempo de guerra ou durante as lutas armadas.

Qualquer que seja o carvão, deve se enquadrado em especificações técnicas adequadas, cujas conclusões são fornecidas pelas cifras de análises e de ensaios especiais procedidos em laboratórios especializados. Existem especificações técnicas para carvão de madeira, carvão de nó de pinho, carvão para forjas, coque metalúrgico, hulhas.

Manda porém a face estratégica que tomemos precauções.

Não devemos ficar somente esperando as reservas de carvão de pedra nacional. Precisamos atacar as indústrias carboníferas que funcionam no território nacional, no ponto estratégico do problema: queremos lembrar que as usinas que consomem combustível nacional ou estrangeiro devem ser controladas pelas autoridades técnicas militares e não podem nem devem estar em mão de elementos estrangeiros, porque representam importantes fontes de matérias-primas para a indústria fundamental da guerra, sobretudo para a fabricação de explosivos.

Desde 1934 atacamos tal problema. Em 1944, o Cel. Orlando Rangel divulgou estudo sobre a obtenção, no Brasil, dos subprodutos da destilação do carvão mineral e sua importância.

Existe uma árvore genealógica que simboliza todos os derivados do carvão de pedra e mostra todos os produtos que se extraem da hulha. Encontra-se esta árvore no Museu Alemão, de Munich, nas instalações da Casa Bayer, em Leverkusen, e em outras cidades universitárias. Certos autores, que estudam combustíveis, apresentam cópias ou modificações aproximadas dessa árvore simbólica, sob o título "Coqueificação do Carvão de Pedra", produtos resultantes e aplicações.

Treze anos após a nossa investida sobre o problema técnico-militar de carvão mineral, surgiu um decreto-lei sobre a necessidade de se prover o País de instalações adequadas e de caráter urgente, de segurança nacional, que aproveite a extração dos diferentes produtos que resultam da destilação do carvão de pedra.

Só esta face do assunto é um grande problema de Defesa Nacional.

Não devemos porém limitarmos apenas ao carvão mineral nacional.

Entre as diferentes variedades de carvão, podemos destacar a produção de carvão vegetal dentro do País. Sabe-se que a siderurgia pode ser a carvão de madeira. O melhor aço da Suécia é obtido com carvão vegetal. Voltemo-nos, pelas nossas atividades, para a silvicultura nacional. Uma árvore é uma fonte inesgotável de energia armazenada. Basta apreciarmos o babassu ou a nogueira do Iguape. Todas as árvores da flora brasileira podem fornecer lenha, madeira que serve para a produção de carvão vegetal e outros produtos. Temos então outra face importantíssima do problema do carvão nacional atendendo ao problema da energia dirigida.

Surge, a propósito do combustível vegetal, um problema para os

comandos de nossas unidades, dos quartéis, dos diretores de nossos arsenais e fábricas militares. O problema do combustível para o preparo do rancho dos operários e soldados, para as padarias militares, para as oficinas militares que não necessitam vapor. Sugerimos então a abalizada opinião de um técnico florestal (Adolfo Wahneschaffe). "Em todos os quartéis do Exército existe necessidade de combustível vegetal para o preparo do rancho do pessoal. Nada mais natural do que o Exército produzir combustível para suas próprias necessidades, o que pode conseguir com facilidade, plantando nogueira brasileira, nem que seja sob a forma de cerca viva ou cortina protetora. Junto à maior parte dos quartéis existem terras disponíveis e quando não existam aproveitáveis para a cultura de nogueira brasileira, essas árvores podem ser plantadas em forma de cercas vivas e o problema do suprimento do combustível vegetal fica resolvido definitivamente e simultaneamente plantada uma cultura permanente de árvores. Esse serviço seria de despesa insignificante, porque consiste quase que exclusivamente na mão-de-obra, a qual, em quartéis, existe em superabundância, sendo apenas preciso organizar o seu aproveitamento".

É a nogueira brasileira uma verdadeira mina vegetal pois fornece lenha para carvão e seus frutos, verdadeiras nozes, são empregados como combustível com dupla vantagem de queimarem, fornecendo um poder calorífico elevado pela queima do epicarpo duro e lenhoso e ao atingir o interior da amêndoa queima óleo que esta contém. Saliente-se finalmente a vantagem de não sujar nem mãos do operador nem o ambiente de trabalho.

Não devemos esquecer, por mais tempo dessa árvore-mina, fonte de carvão, de combustível vegetal.

Nossa legislação carbonífera é ainda insignificante: em 13 de agosto de 1924 apareceu um Decreto-lei n. 16.552, dispondo sobre o carvão nacional seus subprodutos. Concedia favores. Depois em 1943, apareceu o Decreto-lei n. 5.664, de 14 de julho, publicado no D.O. de 16 do mesmo mês e do mesmo ano.

Parece, porém, que ainda não enfrentamos devidamente um plano econômico-técnico que assegure a solução do problema do carvão nacional.

Não é possível, entretanto, permanecermos nesta expectativa, esperando a vez que a ciência quebre monopólios, ou produza carvão.

O carvão nacional se impõe à segurança de nosso povo, de nossa Pátria.

Em 1914, um general alemão considerou o alcatrão da hulha um rei mais poderoso que o Kaiser. Se estudarmos com detalhes o assunto que se prende ao carvão nacional, poderemos chegar até à descoberta de uma política econômica e à conclusão que o carvão nacional é indispensável à Defesa econômica e estratégica de nossa Pátria, de nosso povo.

Representa um poder absoluto, uma força intransponível.

O problema do carvão nacional é mais importante que o problema do petróleo, porque é vital ao nosso povo.

Começa nas cozinhas de nossos lares, passa aos altos fornos da siderurgia, entra nas forjas metalúrgicas e atinge ao aparelhamento da produção de explosivo para nossa defesa.

Sem carvão, não teremos energia, não viveremos como povo livre e civilizado.

O HIPISMO NACIONAL NAS COMPETIÇÕES INTERNACIONAIS

Ten.-Cel. ENIO DA CUNHA GARCIA,
do R.A.N.

Em 1922, por ocasião das comemorações do primeiro centenário da nossa emancipação política, disputaram os cavaleiros brasileiros, aqui no Rio, as primeiras competições hípias internacionais.

Não comentamos os resultados alcançados por não conhecê-los, porém cremos que os chilenos brilharam incontestavelmente.

Em 1945 e 48, visitamos o Chile, onde não conseguimos as vitórias que desejávamos.

Em 1950, na temporada hípica do Rio de Janeiro, vencemos por larga margem, a chilenos, argentinos e portugueses. Vencemos porque nos preparamos para isso, em que pese o reduzido número de bons cavalos que possuímos. Com nossas vitórias, não improvisadas, mas conscientemente construídas, demonstramos que temos cavalos e cavaleiros que nada devem aos das outras nações.

Demonstramos também que não precisamos copiar nada de ninguém, pois já temos técnicos que sabem o que querem, quando não orientados pela parcialidade ou pela ambição pessoal.

Ainda em 1950, vencemos os peruanos no próprio Peru, para repetir as mesmas vitórias em 1951, no Rio.

Em 1951, fomos a Buenos Aires e conquistamos várias vitórias sobre argentinos, chilenos e mexicanos.

Fomos aos Estados Unidos e somente não repetimos as anteriores façanhas no âmbito internacional, porque não houve preparação.

Nossa equipe, apressadamente escolhida, descuidou-se de certos detalhes que lhe foram fatais: forragem, ambiente artificial para os cavalos, espaço nulo para a distensão do cavalo, natureza especial dos obstáculos e dos pisos.

Podemos falar assim porque, quando preparamos a nossa equipe que foi à Argentina, a nossa primeira preocupação foi saber da natureza do piso, do local das provas, de vez que outros fatores, como forragem e locais de distensão, sabíamos serem iguais aos nossos.

Em Nova Iorque, os cavalos foram alojados em boxes subterrâneos, com luz artificial e deviam entrar na pista e saltar sem a clássica distensão. Poderíamos ter sabido disso, para treinarmos os cavalos nas mesmas condições. Não houve tempo, dirão os responsáveis. Tivemos cavalos e cavaleiros para vencer, pois os que foram tinham classe de sobra para a vitória.

Estamos às portas das Olimpíadas, realizaram-se as eliminatórias para a constituição da equipe do Exército que disputará, com o civil, os lugares na equipe do Brasil. Em nossa opinião foram um desastre, senão vejamos:

Concurso completo de equitação (Cavalo d'armas) — Embora já sabedores que o Comitê Olímpico Brasileiro exclua este gênero de esportes da representação nacional, reuniram, no Rio, representantes dessa guarnição, de Minas e Mato Grosso, para daí formar a nossa equipe. O Curso Especial de

Equitação encarregou-se da organização das provas.

A prova de adestramento foi realizada sem alteração, em que pese que o juri designado foi, à última hora, substituído por outro, que, diga-se de passagem, agiu a contento geral.

A prova de resistência (2ª dia) ao contrário, foi um atestado vivo do nosso hábito de improvisar, apesar do tempo disponível para organizar. O percurso escolhido não apresentava nenhum obstáculo capaz de barrar qualquer cavalo; entretanto o terreno não foi preparado, pois apresentava aspecto de nunca ter sido percorrido por ninguém. Além de ser todo em aclives e declives, com inclinações transversais à direção de marcha, possuía alguns trechos de subida e descida empedrados, dificultando e castigando bastante os animais em andadura viva, obrigando-os a diminuir a velocidade.

O local dos obstáculos não foi preparado; tocos de árvores, com mais de 10 centímetros de ponta, ficaram para espetar as raias dos cavalos; as bordas dos obstáculos, aguçadas em alguns lugares com capim tapando buracos, poderiam ter causado sérios acidentes. As zonas de queda bem irregulares e sem demarcação obrigatória. A prova da rusticidade do percurso temô-la em que somente um cavalo — Destino — no dia seguinte à prova, pôde ser apresentado para a prova de salto (3º dia).

Adonis, o melhor cavalo d'armas que já tivemos, morreu no próprio local do percurso.

Ninguém pode negar que Adonis já era um cavalo, que, se houvesse critério, não deveria ter sido submetido a esta prova, uma vez que todos conheciam as suas possibilidades. Garupá, cavalo puro por cruza, sério concorrente à prova, ficou agitado pelo esforço produzido. Crêmos que nada mais precisamos dizer para mostrar que houve improvisação. Como resultado dessa má organização, mandamos às Olimpíadas apenas um cavalo, quando poderíamos mandar, no mí-

nimo, três, em condições de bem representarem o Brasil.

Prova de salto — A Confederação Brasileira de Hipismo determinou que, para as eliminatórias, cada cavaleiro deveria entrar, no mínimo, com dois cavalos. Quais os cavaleiros militares que têm dois cavalos em condições de se classificar em provas de 1,60?

Somente dois Ten.-Cel. Eloi e Cap. Renildo. Os demais, em bom número, tem apenas um.

Além disso, o DDE assustou os donos de um só cavalo, porque se concorresse sem lograr classificação, teriam os seus animais requisitados, mesmo os particulares. Resultado: apenas cinco cavaleiros se apresentaram para disputar as eliminatórias.

A surpresa maior ainda foi o resultado apresentado nas provas. Na nossa opinião, muito fraco o índice conseguido, em que pese às pistas saltadas.

O DDE tem dois cavalos — Cáiro e Irajá. O Ten.-Cel. Eloi monta atualmente os dois melhores cavalos do Exército: Biguá e Anhangá.

Falta-nos inteligência para compreender porque o DDE não cedeu Irajá a um cavaleiro que tem um só cavalo em condições, uma vez que, com isso, haveria a possibilidade de mais um cavalo e um cavaleiro concorrerem às provas.

Cáiro, outro bom cavalo do DDE, foi apresentado pelo Ten. Péricles, cavaleiro jovem, ardoroso e ousado, porém com menos experiência do que outros que têm um só cavalo bom, e que poderiam montá-lo. Ao Ten. Péricles foi entregue, para fazer parêlha com Cáiro, o cavalo Assai, muito saltador, porém refugador emérito, que apenas foi para completar os dois indispensáveis.

O Ten.-Cel. Franco Pontes apresentou três cavalos, mas apenas Cabocia tem classe e trabalho para tais provas; os outros dois foram apenas para completar o número, pois um deles nem em provas para classe "A" pode vencer.

Aqui houve também falta de preparação e muita improvisação.

Prova de adestramento — Foi anunciada, mas até hoje não realizada.

Conclusão :

O que deveriam ter feito era concentrar, sob a direção de um técnico não concorrente e imparcial, os cavaleiros e cavalos que melhor se apresentaram no último ano. Submetê-los a um criterioso

treinamento e daí tirar nossa equipe. Foi isto que fizemos em 50, na temporada do Rio. Foi isso que fizeram os argentinos e chilenos. Porém, nós hoje não podemos fazer, porque o ambiente é de desconfiança.

Queira Deus que ainda haja tempo para que possamos corrigir os erros e olhar orgulhosos, tremulando no mastro da vitória, em Helsinki, a Bandeira do Brasil.

BICICLETAS

Apollo

DE FAMA MUNDIAL

CRITÉRIO NAS INDICAÇÕES

Major CARLOS ALBERTO DA FONTOURA,
do E.M. da 2ª D.C.

Indiscutivelmente, o critério para a indicação aos mais diversos misteres, no Exército, não se tem pautado por um diapasão lógico.

Quer se trate de indicar oficiais, quer se trate de indicar sargentos, e principalmente aqueles, o critério seguido é o mais diverso possível. Entretanto, na maior parte das vezes, predomina o arcaico critério da antiguidade: os mais antigos, ou os mais modernos, pois a escala da antiguidade é uma arma de dois gumes. São as vítimas ou os beneficiados, conforme se trate de comparecer a um enterro ou a um baile...

Casos há, e até recordamos um episódio dos bons tempos da Escola Militar, em que a altura do candidato era o padrão. Certa feita, falava-se muito em mandar ao México uma representação de cadetes. Os candidatos choviam às centenas. Em radiosa manhã de sol, chega o "sargenteante" no alojamento e, cumprindo ordens do "Capitão", começou a "escala": pelos mais altos, sem dúvida. Dizia-se que era mesmo para a tal viagem ao México. Os menores de 1,70 m estavam inconsoláveis. Aquilo era incrível! — A natureza... e o critério do Cmt. da Escola conspiravam contra os "baixinhos". Qual não foi a surpresa, todavia, quando, duas horas mais tarde, soubemos, "os mexicanos", que deveríamos comparecer ao enterro de um brasileiro ilustre que morrera na véspera...

Nos dias que correm, não é mais possível, nem mesmo ao menos avisado dos comandantes, a indicação de homens para missões ou cargos, comissões ou funções, cursos ou estágios, sem que oriente sua escolha e a realize, enfim, se-

gundo um critério racional e lógico.

Estamos em pleno regime de especialização. Hoje, o recruta, antes de ser incorporado, já "sofre" um primeiro teste. Outros seguir-se-ão em curto prazo, e o homem, tanto quanto possível, é destinado ao desempenho de função compatível com suas possibilidades, tendências e aptidões.

A psicologia, a serviço das forças armadas, caminha a passos largos, por imposição mesmo da própria natureza da guerra moderna, cuja complexidade toma maior vulto cada dia que passa.

Nos países como o nosso, em que a duração do serviço militar não excede de 12 (doze) meses, não se pode ter a pretensão de fazer soldados inciclopédicos. A especialização é tão necessária quanto proveitosa.

Se isso é verdadeiro para os soldados, não o é menos para os sargentos e oficiais, guardadas as devidas proporções, está claro. A soma de conhecimentos gerais, principalmente dos últimos, deve ser maior.

Não há dúvida que o seu "fundo de pano" deve ser o curso da Escola Militar, mais tarde aperfeiçoado pela E.A.O., que o habilita ao desempenho das funções de comando até o coronelato, inclusive. Entretanto, quando se trate de designá-los para cursos "especiais", como por exemplo: de transmissões, de educação física, de equitação, de pessoal, de moto, etc., como seguir o critério arbitrário e absurdo da "antiguidade"? Será que um tal critério pretende vestir a capa da justiça? Quem lucra com tal absurdo? O Exército? O oficial "compulsado"? Nem

nossos mais sinceros agradecimentos. Sendo todo o nosso trabalho, aqui nesta Revista, orientado no sentido de servir aos nossos camaradas, quer da Capital, quer principalmente do interior, onde as dificuldades para o oficial manter em dia a sua cultura profissional e ge-

ral são maiores, as palavras do Major Congro, servem-nos de estímulo e nos recompensam largamente do nosso árduo trabalho, realizado cumulativamente com as nossas funções normais.

A REDAÇÃO

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
As Repúblicas Hispano Sulamericanas — Cap. Ayrton S. de Freitas.....	20,00
Artilharia de Dorso — Cap. Otávio Alves Velho..	15,00
Algumas Cousas da Rússia — Cel. J. B. Magalhães	12,00
Aspecto Geográfico — Gen. Mario Travassos.....	6,00
As Transmissões no Reg. Sampaio — Cap. M. F. Castelo Branco.....	15,00

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

NOTÍCIAS DIVERSAS

Refinaria de Cubatão

gou a Santos, pelo vapor
"Pierre L.B.", todo o equi-
to da torre para a refi-
de Cubatão e consignado ao
A torre completa, que
892.424 Kg. compõe-se de
volumes, tendo sido embar-
742 volumes em Dunquerque
em La Palisse.

Energia elétrica no Brasil

a Hylander, Vice-Presidente
Electric Bond and Share Com-
declarou, em Washington,
progresso econômico do Es-
São Paulo, Brasil, tem sido
e isto criou uma procura
vel de energia elétrica. Disse
produção de energia elétrica,
Estado duplicou depois da
mas que tem de ser aumen-
ovamente em cem por cento.
ou que a sua empresa já in-
aproximadamente, 300 mi-
de dólares em diversos países
-americanos, inclusive no
e que só neste país, durante
ximos 5 ou 6 anos, haverá
dade de 140 milhões de dó-
Hylander calculou que o
produz, agora, aproxima-
7 bilhões de Kwh.

(Da Imprensa)

Estado, produtor de combustíveis

el. Gabriel Fonseca, presi-
da "Comissão da Industriali-
do Xisto Betuminoso", de-
que o xisto de Taubaté es-
produzindo petróleo, dentro

de pouco tempo, em volume sufi-
ciente para atender às necessidades
atuais do Brasil, durante mais de
50 anos. Os estudos procedidos
por geólogos do C.N.P., alicerça-
dos em cerca de uma centena de
perfurações, em 10 mil análises de
laboratório e em perto de 20 mil
amostras, conduziram a evidência,
numa área de 200 Km², da exis-
tência de um volume de petróleo
potencial superior a 2 bilhões de
barris.

● Importações do Brasil em 1951

Atestando o progresso do Brasil,
foram importados em 1951, compa-
rativamente com o ano de 1950:
mais 240 % de locomotivas, mais
22 % de gasolina, mais 40 % de fe-
ro e aço, mais 60 % de óleos refi-
nados e lubrificantes, mais 25 % de
querozene, mais 90 % de caminhões,
ônibus e semelhantes, mais 110 %
de chassis, mais 65 % de máquinas
texteis, mais 50 % de coque e mais
800 % de pneumáticos e câmaras
de ar.

● Fabricação, no Brasil, de Equipamentos para a Indústria Petrolífera

O Presidente do C.N.P. está
realizando contactos com os indus-
triais de São Paulo, Rio, Minas e
Rio Grande do Sul no sentido de se
fabricar, aqui mesmo, os equipa-
mentos e acessórios destinados às
atividades relativas ao petróleo.
O Conselho já tem assegurada a
colaboração dos arsenais militares.

● Primeira composição elétrica de inteira construção Nacional

Com a presença do Ministro da Viação, foi entregue à Central do Brasil e realizou a sua viagem inaugural, a primeira composição de tração elétrica fabricada no país, constante de um carro-motor e 2 reboques. Mais 4 composições semelhantes serão entregues à Central pela "Fábrica Nacional de Vagões", firma construtora. O aço empregado é originário de Volta Redonda.

● Dez milhões de dólares para a Cia. Paulista

O Banco de Importação e Exportação dos Estados Unidos concedeu um empréstimo de dez milhões de dólares para a "Companhia Paulista", de estrada de ferro, sem fiador de qualquer espécie. Essa ferrovia é não só a maior via-férrea eletrificada do Brasil, como, também, uma das mais bem administradas, dando, anualmente, saldos apreciáveis e distribuindo dividendos.

● Cia. Vale do Rio Doce

Do relatório de 1951, extralamos:

— Minério de ferro produzido:

1.314.133 Ton.

— Idem transportado 1.307.473 Ton.

— Idem exportado: 1.273.978 Ton.

Em 1952, serão exportados: 1.500.60 Ton.

Valor do minério exportado:

Em 1950: 5.638.994 dólares

Em 1951: 12.620.312 dólares

Em 1952: 24.000.000 dólares (previsão)

Resultado financeiro da Cia., em 1951:

Receita: Cr\$ 398.594.967,10

Despesa: Cr\$ 327.649.298,30

Saldo: Cr\$ 70.945.638,80

Saldo da "Estrada de Ferro Viçtoria a Minas", em 1951:

Cr\$ 31.327.526,50, ou seis vezes maior que o saldo de 1950. Em 1951, a estrada transportou um total de 1.988.365 toneladas, inclusive 700 mil sacas de café e cereais e bem assim 1.105.252 passageiros e 63 mil cabeças de gado.

● Usinas de Salto Grande e Itutinga

O projeto da Usina de Salto Grande, elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, teve a aprovação do Presidente Getúlio Vargas. Localizada em São Paulo, abastecerá de energia o Norte do Paraná e a Alta Sorocabana. Seu custo foi orçado em Cr\$ 352.040.000,00, devendo produzir 60 mil Kw e atender uma área de 64 mil km², com 1.200.000 habitantes. Por outro lado, o presidente da Cia. de Eletricidade do Alto Rio Grande fez entrega à Comissão Mista do projeto de construção da Usina hidrelétrica de Itutinga, que vai abastecer, de energia, extensa região do Estado de Minas. A primeira etapa dessa Usina comportará 24 mil cavalos, com uma potência de 36 mil kw, exigindo um financiamento em moeda estrangeira, de 5.300.000 dólares.

● As Usinas Schneider em Minas

Vão se precisando as notícias a respeito da instalação, na Cidade Industrial, nas proximidades de Belo Horizonte, de uma grande fábrica de caminhões e tratores do Grupo Schneider. O empreendimento depende de energia, para a qual o governo de Minas deverá concorrer com o seu plano de eletrificação do Estado e de vias de comunicações para o escoamento da produção, estando Minas empenhada, junto do governo federal, quanto ao asfaltamento das estradas de rodagem Belo Horizonte — Rio e Belo Horizonte — São Paulo. Parece que a instalação será progressiva, à proporção que o material for chegando, por etapas, devendo

ser empregados, inicialmente, 500 operários especializados.

O Sr. Charles Schneider teria declarado que não há mais nenhuma dúvida quanto à instalação de suas usinas no Brasil, que contam, desde logo, empregar o aço de Volta Redonda. Serão fabricados máquinas, materiais e implementos

destinados ao desenvolvimento das atividades agrícolas e de transporte. Não se terá, de início, uma produção cem por cento nacional. Começar-se-á pela montagem. Só depois de resolvidos os problemas de mão-de-obra especializada e de matéria-prima, passar-se-á à industrialização.

Pedidos de Livros

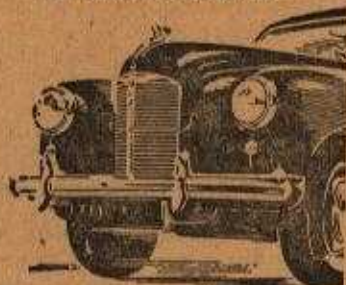
Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

AUSTIN

O LIDER
DOS CARROS
DE SUA
CLASSE



AV. OSWALDO CRUZ, 93



Noticiário de Interesse Militar

Marinhas dos países do Bloco Ocidental

Os países do Bloco Ocidental prosseguem no rearmamento individual com o ritmo compatível com os seus recursos e com espírito de íntima colaboração, como se verifica pelas cedências de material de Marinha a Marinha e pelo treino conjunto das forças aeronavais.

No exercício "Progress", realizado em junho p.p. nas águas do Atlântico e do Canal da Mancha, tomaram parte 48 navios, sendo:

Inglêses — 1 porta-aviões; 1 cruzador; 5 contra-torpedeiros; 2 fragatas de 2ª classe; 4 submarinos; 6 lanchas rápidas;

Franceses — 2 cruzadores; 1 navio apoio de submarinos; 3 fragatas de 1ª classe; 6 fragatas de 2ª classe; 4 submarinos;

Holandeses — 1 cruzador; 2 contra-torpedeiros; 2 fragatas de 2ª classe; 3 submarinos;

Dinamarqueses — 2 submarinos;

Noruegueses — 2 contra-torpedeiros.

Dirigiu o exercício o vice-almirante francês Pothuau.

As manobras foram executadas com a cooperação de cerca de 50 aviões ingleses e franceses e tiveram como tema geral a luta contra submarinos e aviões. Mas, além disso, ainda se praticou na defesa contra ataques noturnos levados a efeito por lanchas rápidas e no tiro de apoio contra as costas.

Em meados de agosto, realizou-se outro grande exercício de conjunto, o "Beehive", em águas do Mediterrâneo.

O tema consistia no forçamento do estreito de Sicília, de E. para W., por um grande comboio escoltado por unidades ligeiras e apolado à distância, pelos porta-aviões da 6ª Esquadra americana.

Durante a passagem, uma força anfíbia faria um desembarque em Malta, depois desta ilha ter sido neutralizada por bombardeamento aéreo.

A defesa do estreito estava confiada a "Mediterranean Fleet" inglesa, forças costeiras italianas e francesas e às forças aéreas da Sicília, de Malta e da Tunísia.

Estes exercícios permitiram a recolha de bastantes ensinamentos quanto a detecção a grande distância de forças no mar, combates noturnos, bombardeamento aéreo e D.C.A.

No mês de novembro, navios ingleses da "Home Fleet" e navios da Marinha de Guerra Portuguesa fizeram, como já haviam feito em 1950, exercícios de conjunto nas imediações do estreito Gibraltar.

(Revista Militar Portuguesa).

Marinha da Rússia

A Marinha soviética tem necessidade, principalmente, de submarinos que operem no Atlântico e no Pacífico, em especial no primeiro destes oceanos.

Desconhece-se o número de unidades em construção, certamente mais de uma centena.

Mas não interessa apenas conhecer a capacidade de construção de material; há que contar com a preparação de guarnições sem os quais o melhor material resultaria ineficiente.

Devemo-nos lembrar que a Alemanha não conseguiu, nos anos de 1942, 1943 e 1944, construir mais de 200 submarinos anualmente.

— Sabe-se que, em 1950, a Rússia gastou com a sua Marinha de guerra 15 bilhões de rublos, não estando incluídas as verbas para construções navais e aeronáuticas. Mas por outro lado os russos consideram nas forças da Marinha os efetivos encarregados da defesa das costas, incluindo infantaria e artilharia.

Todavia, se atendermos a que a verba correspondente à Marinha representa 19 % dos créditos atribuídos para despesas com as forças armadas, verifica-se a importância que a Rússia (país essencialmente continental) atribui às suas forças navais.

Isto é ainda confirmado por, em fevereiro de 1950, ter sido criado um Ministério da Marinha, distinto do Ministério das Forças Armadas.

(Revista Militar Portuguesa).

Marinha dos Estados Unidos da América

É o país onde o rearmamento naval realizou progressos mais espetaculares.

E assim, em 30 de junho de 1952, espera-se que tenham em serviço ativo cerca de 400 navios de guerra, dos quais 3 couraçados e 27 porta-aviões.

— Os aumentos compreendem 4 cruzadores, 80 contra-torpedeiros e cerca de 20 submarinos.

— Ainda as novas construções há que referir a do super-porta-aviões *Forrestal*, de 57.000 toneladas, que se espera estar concluído em 1953-1954, e a dum submarino experimental de propulsão atômica.

— Três porta-aviões da classe *Essex* vão ser adaptados para aviões pesados o que, com o *Forrestal*, elevará a 16 o número de porta-aviões estratégicos.

— 7 cruzadores e cerca de 50 contra-torpedeiro vão receber melhoramentos na D. C. A.

2 cruzadores pesados serão apetrechados para o lançamento de projéteis teleguiados mar-ar, com velocidade supersônica (talvez cerca dos 3.000 km/h); e doze contra-torpedeiros receberão equipamento para serem utilizados como exploradores "radar".

Para defesa anti-aérea próxima, continua a fazer-se a substituição das peças de 40 mm por peças de 76,2 mm/50, na proporção de uma destas por cada duas de 40 mm.

Para a luta antissubmarina possuem uma arma superior as dos projéteis dos *hedgehogs*, e um torpedo auto-dirigido que pode ser lançado por navios ou por aviões.

— Uma série de créditos suplementares elevaram o orçamento de 1950-1951 a 13 bilhões de dólares.

Para 1952 o orçamento previsto é de 15 bilhões e meio, excluindo as despesas resultantes da guerra da Coreia.

Esta verba destina-se a construções novas, a transformações e a aumento de pessoal. Os efetivos da armada deverão ser elevados a 805.000 homens e os do "Marine Corps" a 175.000.

— Embora à luz de fatos recentes o perigo aéreo possa estar parecendo, aos americanos, em vésperas de se tornar o mais temível, não é descurada a luta anti-submarina, como mostra o vasto programa de conversão de navios.

(Revista Militar Portuguesa).

Defesa Aérea nos Estados Unidos

Na noite do dia 14, do passado mês de outubro, as sireias de alarme aéreo de New York silvaram para anunciar a aproximação dum ataque atômico simulado. Todo o sistema da defesa civil da cidade foi acionado para fazer face àquela grave ameaça. Cerca de 200.000 pessoas, nas mais variadas funções, cooperaram no exercício.

Material de incêndio, ambulâncias, automóveis da polícia, brigadas de emergência, etc., acorreram prontamente aos locais onde a sua ação se tornava necessária.

O exercício foi realizado para treino do pessoal da defesa civil, não tendo o público sido obrigado a tomar quaisquer medidas de precaução.

No exercício realizado, presumia-se que o inimigo conseguiu lançar, além de outras, duas bombas que caíram em dois pontos vitais da cidade, as quais destruíram a canalização de água e causaram muitas baixas e feridos. Estes exercícios serão continuados nos próximos meses, mas então, com a colaboração de todo o público que será levado a tomar as medidas que as entidades oficiais entenderem.

(Revista Militar Portuguesa).

Armamento soviético

O material bélico soviético tem sido considerado, desde há muito, como um dos melhores, não sendo, o armamento dos aviões, exceção. Essa superior qualidade de canhões, resultou, no passado, de uma combinação de bons modelos, avançados processos metalúrgicos e superior balística interior. A aquisição de dados, meios e pessoal das fábricas Krupp, Skoda e Mauser, possibilitarão aos soviéticos manter tais padrões de qualidade de material bélico. O equipamento de controle de tiro — aéreo e terrestre — não tem, por seu turno, acompanhado a excelência do armamento. Conquanto possa isso ser verdadeiro como pode ser compreendido da fraca pontaria evidenciada atualmente na Coreia pelos pilotos dos MIG — os soviéticos devem estar empenhados em contornar essa deficiência.

(Military Review).

Os EE. UU. já possuem um canhão atômico

Segundo a revista "Times", os Estados Unidos possuem um canhão atômico, que seria utilizado para o lançamento de bombas desse gênero. A revista não esclarece se já houve experiência com uma bomba verdadeira.

De acordo com um desenho que ilustra o artigo, o canhão atômico seria montado numa plataforma do comprimento de um longo vagão de mercadorias, conduzido por dois caminhões, um em cada extremidade. O canhão atômico pesaria 75 toneladas.

Afirma a revista que o canhão atômico seria quatro vezes mais preciso no tiro que uma peça média de artilharia de campanha.

(A.F.P.).



Canhão de 105 mm, sem recuo anticarro, montado sobre "jeep". Os serventes são apenas 3: um apontador e 2 municiadores. Alcance: 8 Km. Vel.: 10 disparos por minuto. Inconveniente: muito vulnerável.

Aprovado pelo Conselho da Organização do Pacto do Atlântico Norte o plano de ação para o ano de 1952

O Conselho da Organização do Pacto do Atlântico Norte (OTAN) aprovou um plano de ação para 1952, segundo o qual o Exército Europeu terá 30 divisões prontas para entrar em combate e mais 20 divisões de reserva, apoiadas por uma força aérea tática de quase 4.000 aviões. O plano de ação está contido no relatório dos técnicos, que foi aprovado pelo Conselho.

Os técnicos estudaram a capacidade econômica de cada nação membro, relativamente às necessidades de defesa, e resolveram que cada país deveria contribuir para a defesa, no curso deste ano.

A aprovação final foi dada rapidamente pelo Conselho, depois que os Estados Unidos e a França resolveram suas dificuldades acerca da contribuição da França e da necessidade de ajuda financeira a esse país.

A fórmula conciliatória foi assentada depois da intervenção do secretário de Estado, Dean Acheson e do ministro do Exterior francês, Robert Schumann.

Prevê suficiente ajuda em dólares, por conta dos fundos já destinados à França e a constituição por esta de 12 divisões, até o fim do presente ano.

O acôrdo com a França representa para esse país a formação de duas divisões menos que as originariamente previstas. A Itália e outros países figuram também com cifras menores que as recomendadas pela comissão do OTAN, presidida por Averell Harrimann, criada em setembro passado, quando da reunião de Ottawa.

Não obstante as reduções, Eisenhower disporá de mais dez divisões prontas para combater e de mais dez em reserva, relativamente ao total atual.

Teme-se que a comissão Harriman peça demasiado quanto à força aérea, já que sua formação depende da rápida construção de uma rede de aeródromos na França, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca e Noruega. Esse é um problema que Eisenhower qualificou de "urgente preocupação", com a advertência de que deve ser resolvido logo, sob pena de as forças terrestres ficarem à mercê de qualquer força invasora.

O acôrdo sobre a questão se complica, pois urge decidir quem cobrirá os gastos com a construção dos aeródromos e da rede de comunicações. Esse é o único assunto importante pendente e espera-se que os técnicos o possam resolver aqui.

As negociações continuarão segunda-feira, assim como as conversações para a eleição do secretário geral. Continua como candidato mais favorecido o canadense Lester B. Pearson, presidente do Conselho, lembrando-se também o nome do embaixador britânico em Washington, sir Oliver Franks, que breve deixará esse cargo. Com menores possibilidades, mencionam-se também Henri Spaak, ex-primeiro ministro belga e ex-presidente da Assembléia Consultiva Européia de Estrasburgo; Alvar Lange, ministro do Exterior da Noruega, e Dick Stikker, da Dinamarca.

(Da Imprensa).



Tanque russo, modelo antigo, com silhueta alta e chapas rebitadas. Comparar com o tipo modernizado da figura n. 3, seguinte. (Tanque Stalin).

Efetivo da Força Pública do Estado de São Paulo

O governador do Estado, Dr. Lucas Nogueira Garcez, promulgou, em data de 17 de dezembro último, a lei que dispõe sobre a fixação do efetivo da Força Pública do Estado de São Paulo, no exercício de 1951. Transcrevemos abaixo o texto da lei:

"Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei: artigo 1º — A Força Pública do Estado terá, no exercício de 1951, o total de 13.514 homens, distribuídos de conformidade com o quadro de efetivo-orçamentário, organizado para as seguintes unidades: Quartel-General e Órgãos Anexos, Centro de Formação e Aperfeiçoamento, Batalhão de Guardas, Batalhão Policial, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º Batalhões, Companhias Independentes, Companhias de Policiamento Rodoviário e Florestal, Companhia Policial Aerotransportada, Corpo de Bombeiros, Companhia Independente e Destacamentos de Bombeiros, Regimento de Cavalaria, Esquadrão de Policiamento Rural, Escola de Educação Física, Corpo Musical, Serviços de Saúde, de Material Bélico, de Fundos, de Intendência, de Engenharia, de Transmissões, de Transportes e Manutenção e de Subsistência, Hospital Militar e Depósito de Convalescentes e Sanatório de Tremembé."

(Da Revista "Militia").

C.P.O.R. feminino nos Estados Unidos

Breve poderá ser estabelecido um CPOR feminino nos colégios.

Uma nova lei, no momento no Comitê das Forças Armadas da Câmara dos Deputados, concederá, pela primeira vez, tal autorização. Pelo menos um estudo de estado-maior foi levado a efeito pelo Exército, sendo de se crer que suas autoridades sejam favoráveis à idéia. Diz-se que pelo menos uma delas elaborou um tal plano, enquanto que, várias, escreveram ao Ministério da Defesa acerca dessa idéia.

(Science News Letter).



Tanque Stalin, russo, de linhas modernas, de perfil baixo e chapas inteiriças. É menos vulnerável e tem maior potência de fogo.

Tem mais aviões a Rússia do que os Estados Unidos

O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea Norte-americana, general Hoyt Vandenberg, preveniu o Congresso de que a Rússia tem "vários milhares" de aviões mais que os Estados Unidos e que inventou armas atômicas que constituem "a mais terrível ameaça que este país já tenha conhecido".

Mais otimista foi o informe da Armada, que disse que terá, até 1 de julho de 1957, sete tipos de aviões de caça superiores aos caças soviéticos a jato "Mig-15". Os planos da Armada contemplam a fabricação de 300 aviões por mês para fins do ano fiscal de 1953.

Ambas as informações foram dadas por Vandenberg, pelo secretário da Marinha, Dan Kimbal, e pelo chefe das operações navais, almirante William Fecthler, no curso de declarações hoje dadas à publicidade pela Comissão de Verbas do Congresso, depois de eliminadas muitas partes que foram consideradas confidenciais.

Os três declararam que era indispensável a aprovação pelo Congresso do orçamento "record" de 52.100.000.000 de dólares pedido pelo governo para as forças armadas.

Vandenberg disse que a Rússia tem "vinte mil aviões de combate, sem incluir vários milhares mais de aparelhos da reserva e os que possuem seus satélites europeus e asiáticos".

Fecthler expressou que os Estados Unidos têm hoje 75 grupos de aviões "de combate" e que até fins de 1955 esse número elevar-se-á a 126 grupos, sem contar os aparelhos de 17 porta-aviões da armada.

(Da Imprensa).

Nova tabela de vencimentos da Força Pública do Estado de São Paulo

A partir de 25 de dezembro de 1951, passou a vigorar a seguinte tabela de vencimentos:

	Cr\$
Coronel.....	11.000,00
Tenente-Coronel.....	10.000,00
Major.....	8.500,00
Capitão.....	7.000,00
1º Tenente.....	6.000,00
2º Tenente.....	5.000,00
Aspirante.....	4.000,00
Subtenente.....	4.000,00
Sargento-Ajudante.....	3.500,00
1º Sargento.....	3.400,00
2º Sargento.....	3.200,00
3º Sargento.....	3.000,00
Cabo.....	2.100,00
Soldado.....	1.900,00
Aluno Of. do 3º ano.....	2.500,00
Aluno Of. do 2º ano.....	2.100,00
Aluno Of. do 1º ano.....	2.000,00

Os inativos estão enquadrados dentro da presente tabela, segundo o que estabelece o artigo 95 da Constituição Estadual.

(Da Revista "Militia").

Nova catapulta britânica para o super-porta-aviões norte-americano

Um novo porta-aviões de 60 mil toneladas será provavelmente desenhado de novo, a fim de receber uma nova catapulta de lançamento de aviões, idealizada e construída na Grã-Bretanha. A marinha americana anunciou hoje que há várias semanas vem estudando e experimentando a nova catapulta britânica, porém ainda não chegou a uma decisão final sobre a sua utilização no super-porta-aviões "Forrestal", que se acha atualmente em construção. Segundo os planos iniciais, o referido navio deveria ter quatro catapultas e três posições de decolagem, para lançar no ar quatro caças ao mesmo tempo, ou dois caças e um bombardeiro. Os britânicos inventaram a nova catapulta a vapor, depois de terem sido ultimados os planos do "Forrestal". Dizem os britânicos que essa catapulta é uma das invenções navais mais importantes desde o fim da segunda guerra mundial. Os britânicos instalaram essa sua invenção no porta-aviões "Perseus"; entretanto, tal fato não foi anunciado senão em dezembro último, quando a Marinha britânica declarou que as experiências tinham sido satisfatórias.

(U. P.).

Sem apoio industrial, as forças militares tornam-se impotentes. Estamos convencidos de que se uma outra guerra vier a deflagrar, a nossa grande capacidade de produção e a comprovada engenhosidade dos nossos homens e da indústria, assegurarão os meios para alcançar a vitória final.

General Lawton Collins

AVISO AOS ASSINANTES

Para renovar sua assinatura, não espere deixar de receber "A DEFESA NACIONAL".

Procure o nosso representante na Unidade em que serve ou queira dirigir-se diretamente à Gerência.

Caixa Postal n. 17-Agência do Ministério da Guerra — Rio de Janeiro.

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra publicados no mês de abril de 1952

PORTARIA N. 103, DE 1 DE
ABRIL DE 1952

O Ministro de Estado da Guerra resolve baixar as incluídas "Normas sobre Encaminhamento de Processos referentes a Aforamentos e Loteamentos de Terreno".

Normas sobre encaminhamento de processos referentes a aforamentos e loteamentos de terreno.

I — De acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, tendo em vista a exiguidade dos prazos legais fixados para o pronunciamento do Ministério da Guerra nos processos referentes a aforamentos e loteamentos de terreno e com base na experiência adquirida em processos passados, os diferentes órgãos, encarregados de emitir parecer nos documentos referidos, deverão observar as normas abaixo:

a) O órgão do Ministério da Guerra que informar o processo em primeiro lugar, deverá declarar claramente "o presente documento foi recebido em tal data. O Ministério da Guerra deverá se pronunciar até tal data" (§ 2º da letra d), do art. 100, do Decreto-lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946 e § 2º do item VI, do artigo 1º, do Decreto n. 3.079, de 15 de setembro de 1938.

b) Todos os demais órgãos que informarem o processo, deverão repetir: "O Ministério da Guerra deverá se pronunciar tal data".

c) Em consequência, todos os processos, em causa, terão caráter "Urgente".

d) Se o processo for restituído ao interessado, para satisfação de qualquer exigência, o informante do Ministério da Guerra deverá fazer constar esta restituição, declarar a data do novo recebimento, e, em consequência, a data limite do pronunciamento do Ministério.

e) Se houver necessidade da prorrogação de que trata a parte final do § 2º, item VI, do art. 1º, do Decreto n. 3.079, de 15 de setembro de 1938, os órgãos seguintes: Região Militar, Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e Estado-Maior do Exército — solicitarão diretamente a Delegacia competente do Serviço de Patrimônio da União a prorrogação em causa, por via telegráfica, antes de decorridos os primeiros 30 dias.

Esta medida deverá constar das informações do processo, ao qual deverá ser anexadas uma cópia do telegrama expedido e a resposta ao mesmo. Em consequência, deverá ser expressa a nova data limite para o pronunciamento do Ministério da Guerra.

f) Os órgãos informantes deverão focalizar claramente, qual o motivo determinante da solicitação da audiência ao Ministério da Guerra:

1. Aforamento de terrenos situados na faixa de 100 metros ao longo da costa marítima (art. 100, do Decreto-lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946). Focalizar se é terreno de marinha ou acrescido (Seção II, do Decreto-lei número 9.760, citado).

2. Aforamento de terreno dentro de uma circunferência de 1.320 metros de raio, em torno das fortificações e estabelecimentos mi-

litares (art. 100, citado).

3. Aforamento, cessão de terreno ou construção em zona de servidão militar, em torno das fortificações (art. 11 do Decreto número 28.959, de 27 de julho de 1949).

Fixar:

— se na 1ª zona de 33 metros;
— se na 2ª zona de 1.320 metros.

4. Aforamento de terrenos dentro da faixa das fronteiras (artigo 100, citado).

5. Aforamento dentro da faixa de 66 quilômetros de fronteiras (Decreto-lei n. 7.724, de 10 de julho de 1945).

6. Loteamento de propriedade urbana (§ 1º do item V, do art. 1º, do Decreto-lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937 e § 2º, item VI, art. 1º, do Decreto número 3.039, de 15 de setembro de 1938).

g) Em todos os processos deverão ser feitas as verificações, abaixo, para que as providências necessárias sejam tomadas e o mais próximo possível da origem do documento.

1. Se os requerentes, em nome de terceiros, provam estar habilitado para isto, com as necessárias procurações.

2. Se a legislação sobre o imposto do selo é satisfeita, nos documentos apresentados (Decreto-lei n. 4.655, de 3 de setembro de 1942, R E 37 de 1942 e Decreto-lei n. 9.409, de 27 de junho de 1946, B E 27 de 1946).

3. Se os documentos citados apresentam todas as características legais, além das fixadas nas letras a) e b), acima.

4. No caso de loteamento de áreas urbanas, contendo terrenos de marinha (ou acrescidos), se está legalizada a situação do aforamento dos mesmos.

5) No caso de loteamento de áreas urbanas, verificar se os planos e planta correspondentes foram aprovados pela Prefeitura Municipal competente.

b) As autoridades informantes deverão expressar claramente o seu julgamento, sobre a conve-

niência ou não da realização do que for consultado ou requerido, prestando, ainda, todas as informações julgadas úteis à solução do processo.

II — Para facilitar o trabalho dos órgãos informantes à publicação, em seguida, um índice da principal legislação referente a aforamentos e loteamentos de terreno:

A) Terrenos de Marinha:

1812 — Regulamento do Real Corpo de Engenheiros de 1912 — "História da Arma de Engenharia", pelo Major A. Lira Tavares, Artigo XXII, Título III.

("Diário Oficial" de 4-IV-932.)

* *

DECRETO DE 4 DE ABRIL DE 1952

O Presidente da República resolve:

Nomear:

Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra, o Coronel da Arma de Infantaria Jair Dantas Ribeiro.

("Diário Oficial" de 5-IV-952.)

* *

AVISO N. 230 — EM 16 DE ABRIL DE 1952

1. De acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, seja excluído do Grupo de Cursos de Especialização acessórios, a que se refere o Aviso n. 654, de 4 de outubro de 1951, o Curso Especial da Equitação, até que a nova Lei do Ensino, em estudos, o situe convenientemente.

2. Passa, assim, a ser considerado de extensão o referido Curso, não se aplicando ao mesmo o disposto na letra b) do citado Aviso.

3. Fica, desse modo, alterado o Aviso n. 654, de 4 de outubro de 1951 — General Cyro Espírito Santo Cardoso, Ministro da Guerra.

("Diário Oficial" de 18-IV-952.)

PORTARIA N. 125, DE 16 DE
ABRIL DE 1952

O Ministro de Estado da Guerra, de acordo com o parecer do Departamento Técnico e de Produção do Exército, resolve aprovar as presentes "Instruções para o Funcionamento do Curso de Topografia", bem como as "Normas para Seleção Regional" dos candidatos a esse Curso, que com esta baixam.

Instruções para o Curso de Topografia.

A) Objeto do Curso:

Art. 1º. O Curso de Topografia, com caráter teórico-prático, visa preparar especialistas aptos a atender as finalidades seguintes:

— Executar trabalhos de campo relativos ao levantamento de cartas militares;

— Executar trabalhos de campo relativos à triangulação topográfica;

— Conhecer e aplicar os instrumentos topográficos em uso no Serviço Geográfico do Exército e os regulamentares nas unidades de tropa;

— Executar trabalhos gráficos relativos a desenhos e reproduções topográficas;

— Executar trabalhos de interpretação das fotografias aéreas (reambulação);

— Executar trabalhos de atualização de cartas topográficas.

B) Matrículas:

Art. 2º. São condições para matrícula:

a) ser oficial de qualquer arma combatente, com mais de dois (2) anos de serviço arregimentado, contando o tempo de Aspirante a Oficial;

b) ter no máximo 30 anos de idade, referido esse limite ao dia 1 de março do ano da matrícula;

c) ter sido indicado, mediante seleção, pelo Comandante da Região Militar de onde procede;

d) ter sido julgado, em inspeção de saúde, apto para o serviço do Exército.

Art. 3º. O requerimento de inscrição é dirigido ao Comandante de Região Militar, devidamente informado pelo Comandante do Corpo onde serve o candidato ou pela autoridade militar a que estiver diretamente subordinado. Procedida a seleção regional, conforme as normas adiante, serão encaminhados ao D.T.P.E., até 31 de dezembro, os requerimentos e processos dos oficiais indicados para a matrícula.

Art. 4º. O número de vagas será fixado anualmente pelo Senhor Ministro da Guerra.

Parágrafo único. A efetivação da matrícula fica sujeita à requisição pelo D.T.P.E. por intermédio da Diretoria do Pessoal.

C) Seriação do Curso:

Art. 5º. O Curso teórico de Topografia na Escola Técnica do Exército terá a duração de um ano letivo, abrangendo as seguintes disciplinas:

— Instrumentos Topográficos e Triangulação;

— Desenho Topográfico e Interpretação de Fotes Aéreas;

— Métodos de Levantamento;

— Astronomia Espedita;

— Restituição de Fotes Aéreas com aparelhos simplificados e composição de Originais Topográficos.

Parágrafo único. O Curso será completado com um estágio prático de seis meses no Serviço Geográfico do Exército.

Art. 6º. Os trabalhos escolares se processarão segundo as normas didáticas, programas e horários fixados pela Direção de Ensino da Escola Técnica do Exército.

D) Habilitação dos Oficiais:

Art. 7º. O aproveitamento dos alunos será verificado segundo as mesmas normas prescritas para os cursos da Escola Técnica do Exército no que lhe for aplicável.

Art. 8º. No final do Curso teórico será apurado o grau de habilitação, constituído pela média aritmética da nota das disciplinas e das notas das provas de exame.

Parágrafo único, O grau do Curso será constituído pela média ponderada do grau de habilitação com peso dois (2) e do grau de Estágio com peso um (1).

Art. 9º. O aluno que terminar o Curso teórico de Topografia e respectivo estágio, com grau de Curso igual ou superior a cinco (5), será conferido um certificado de Curso especializado de Topografia com as seguintes menções:

— Menção "Muito Bem", quando o grau de Curso estiver compreendido entre dez (10) e oito (8) inclusive.

— Menção "Bem", quando o grau de Curso estiver compreendido entre oito (8) e seis (6) inclusive.

— Menção "Regular", quando o grau de Curso estiver compreendido entre seis (6) e cinco (5).

§ 1º. O certificado do Curso Especializado será conferido pelo Diretor do Serviço Geográfico do Exército, logo após a conclusão do Estágio.

§ 2º. O oficial considerado sem aproveitamento no Estágio não terá direito ao certificado do Curso.

Art. 10. Os oficiais com o certificado de Curso com Menção "Muito Bem" ou "Bem" e que desejarem fazer o Curso de Geógrafos, serão matriculados no Curso de Preparação ao Curso de Engenheiros Geógrafos da Escola Técnica do Exército, mediante apresentação dos mesmos à referida Escola pelo Diretor do Serviço Geográfico e dentro do número de vagas fixado pelo Ministro da Guerra.

§ 1º. O referido Curso de Preparação terá início em julho, a duração de cinco (5) meses e será realizado segundo o programa anexo. Os trabalhos escolares se processarão de acordo com o artigo 6º das presentes Instruções.

§ 2º. Os oficiais habilitados no Curso de Preparação serão matriculados no 1º ano do Curso de Engenheiros Geógrafos.

Art. 11. Os oficiais com o Curso Especializado e que não se destinarem ao Curso de Engenheiros Geógrafos serão classificados como

Oficiais Topógrafos nas Unidades de Tropa.

Art. 12. As presentes Instruções entram em vigor nesta data e revogam as anteriores.

* *

Normas para a Seleção Regional:

Art. 1º. A seleção regional a que se refere o art. 3º das Instruções para o Curso de Topografia será procedida pelo Comandante da respectiva Região Militar, à vista dos processos de requerimentos dos candidatos à matrícula.

Art. 2º. Ao encaminhar esses processos, o Comando do Corpo, Estabelecimento ou Repartição a que pertencer o candidato: 1º) informará quanto à data do nascimento, função que exerce, tempo de serviço arregimentado, tempo de efetivo serviço na Unidade, trabalhos topográficos executados; 2º) emitirá juízo sumário sobre a vocação do candidato para a especialidade, adjetivando essa vocação apenas com "muita", "alguma" ou "nenhuma", tendo em vista os trabalhos acima referidos e as funções já exercidas; 3º) anexará cópia da ata da inspeção de saúde em que tenha sido julgado apto o candidato.

Art. 3º. Estudados os processos, consoante as exigências do art. 2º das Instruções para o Curso de Topografia, compete ao Comandante da Região proceder à seleção dos candidatos classificados segundo a vocação.

Art. 4º. Procedida a classificação o Comandante da Região Militar encaminhará ao Chefe do D.T.P.E. os respectivos processos na forma estabelecida no artigo 3º das citadas Instruções.

Art. 5º. Terão preferência para matrícula os 1ºs Tenentes que tiverem maior tempo de arregimentação e os Capitães com menos de 2 anos de posto.

Art. 6º. Considerando o que prescreve os artigos 4º e 5º da presente Norma, o Chefe do

D.T.P.E. requisitará em tempo oportuno, os candidatos que finalmente irão efetuar matrícula.

Art. 7º. O Ministro da Guerra fixará, anualmente e em ocasião oportuna, o número de vagas para o Curso de Topografia e sua distribuição para cada Região Militar.

**PROGRAMAS PARA ADMISSÃO DOS
OFFICIAIS TOPOGRAFOS AO 1º ANO
DO CURSO DE ENGENHEIROS
GEOGRAFOS**

I — Geometria Analítica e Cálculo :

1. Teoria da linha reta.
2. Secções cônicas.
3. Representação gráfica das equações.
4. Superfícies cilíndricas, cônicas e de evolução (Elipsoide).
5. Derivação formal.
6. Diferenciação parcial.
7. Curvatura. Raio de Curvatura.
8. Desenvolvimento das funções em série (Taylor e Maclaurin).
10. Processos de integração por partes e substituições.
11. Cálculo das áreas com aplicação das integrais definidas.

II — Desenho Técnico :

1. Importância do estudo do desenho e emprêgo dos instrumentos de desenho.
2. Desenho linear geométrico. Traçado de retas e curvas. Problemas sobre circunferências, eclipses, hipérbole e parábola e outras figuras geométricas. Traçado de letras.
3. Teoria das projeções. Desenho projetivo. Planos de projeção. Sistema de projeções.
4. Problema sobre representação de retas e figuras planas. Problemas sobre os métodos gerais: planos auxiliares de projeção, rotações e rebatimentos. Aplicações diversas.
5. Problemas sobre representação de sólidos geométricos.
6. Superfícies em geral: desenvolvimento de revolução e reversão.

7. Projeções cotadas. Problemas e aplicações diversas das projeções cotadas.

III — Física e Química :

a) Física :

1. Campo de gravitação, força de gravitação. Campo de gravidade. Centro de gravidade. Trabalho de gravidade. Potencial. Pêndulo e suas aplicações.
2. Estado líquido: pressão exercida pelos líquidos. Princípio fundamental da hidrostática.
3. Estado gasoso: propriedades dos gases. Pressão nos gases.
4. Termologia: dilatação dos sólidos, líquidos e gases. Coeficiente de dilatação. Leis de Boyle e Mariotte e de Gay-Lussac. Escalas termométricas. Modalidade de termômetros, correções e sensibilidade.
5. Barômetros e anômetros. Pressão barométrica. Higrometria.

b) Elementos de ótica Geométrica :

1. Natureza e propagação da luz.
2. Leis da reflexão da luz.
3. Leis da refração da luz.
4. Reflexão em superfícies planas e esféricas. Planos conjugados. Plano focal. Imagem. Equação dos focos conjugados.
5. Refração em lâmina de faces paralelas. Refração em prisma. Dispersão.
6. Refração em superfícies esféricas.
7. Lente simples mergulhada no ar. Focos e pontos principais de uma lente. Lentes delgadas.
8. Lentes compostas.
9. Aberrações nas lentes.
10. Compensação de aberrações nas lentes.

c) Elementos de Eletricidade :

1. Grandezas elétricas.
2. Lei de Ohm.
3. Leis de Kirchhoff.
4. Geradores de corrente contínua (pilhas e acumuladores).
5. Magnetismo. Eletromagnetismo.

d) Química :

1. Lei das combinações químicas.

2. Soluções, propriedades e preparação. Propriedades físicas, químicas e preparação de :

3. Nitrato, cloreto e brometo de prata.

4. Hidróxido, cloreto, ideto, brometo, carbonato e cianeto de potássio.

5. Hidróxido, cloreto, ideto, brometo, sulfato e hipossulfeto de sódio.

6. Solúdio. Alcool absoluto e éter etílico.

7. Gelatina. Albumina.

8. Água destilada e potável.

("Diário Oficial" de 19-IV-1952.)

* *

DECRETO N. 30.698 — DE 10 DE ABRIL DE 1952

Aprova o Regulamento da Escola de Aeronáutica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição Federal, decreta :

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento da Escola de Aeronáutica que com este baixa.

Art. 2º. O aludido Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 1952, 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

("Diário Oficial" de 29-IV-1952.)

* *

DECRETO N. 30.790 — DE 28 DE ABRIL DE 1952

Aprova os valores da etapa das Forças Armadas para 1952

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o item I, do art. 87, da Constituição, decreta :

Art. 1º. Fica aprovada a Tabela de fixação dos valores da etapa das Forças Armadas, nas diversas regiões, zonas e localidades do Território Nacional, organizada na conformidade do que preceitua o art. 100, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Parágrafo único. Para execução da referida Tabela, que se acha anexa a este Decreto, serão observadas as instruções que a acompanham.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1952 : 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Gullobel.

Ciro Espirito Santo Cardoso.

Nero Moura.

tatística, o Colégio abriga 63 % de alunos filhos de civis, os quais se beneficiam das vagas apuradas após a matrícula dos filhos de militares, órfãos ou não. Esse desequilíbrio, está constatado, é devido a que, normalmente, os órfãos de militares não dispõem de recursos para frequentarem cursos particulares de preparação e os filhos dos militares, pela instabilidade da vida de seus pais, fazem seus cursos sem continuidade, com grande prejuízo para a formação de uma boa base para o curso ginasial.

Foi para dar aos filhos de militares, órfãos ou não, igualdade de condições para concorrer com os filhos de civis ao concurso de admissão, que este Ministério resolveu determinar o funcionamento do referido curso de admissão, em caráter experimental.

A alegação de que o receber aulas pe professores do Colégio, dá

maiores vantagens aos alunos do Curso de Admissão, não comporta maior contestação. Só poderá levantar tal dúvida quem desconheça a hospitalidade com que os professores do Colégio Militar se desempenham de seu sagrado dever de formar a mocidade de amanhã, do que têm dado sobejas provas no exercício de suas funções, como, também, quem desconheça o critério que presidiu à organização do Curso de Admissão que veda aos seus professores o serem examinadores.

A criação do Curso de Admissão no Colégio Militar, nos termos em que foi feita, enquadra-se, perfeitamente, no serviço de assistência social em que se empenha este Ministério, não tendo cabimento a exploração em torno de privilégios de castas que só agora, depois de sessenta anos, começava a surgir".

(Nota de 27-IV-1952.)

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de maio do corrente ano:

Do exterior

Espanha — Revista "Ejercito" — N. de março de 1952.

— Revista "Guion" — N. de março de 1952.

França — Bulletin d'Information Technique et Scientifique — N. de abril e julho de 1951.

— Revue du Génie — N. de nov. e dez. de 1951.

Portugal — Revista Militar — N. de abril de 1952.

Nacionais

Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia.

Revista do Club Militar — N. de fev. de 1952.

Fôrça Pública de S. Paulo — Revista "Militia" — N. de abril de 1952.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Professor Amaral Fontoura.
General B. Klinger.
General Miguel de Castro Ayres.
Cel. Altair Franco Ferreira.
Cel. Aluisio de Miranda Mendes.
Cel. Arlindo Viana.
Cel. Niso Montezuma.
Cel. Rafael de Souza Aguiar.
Ten.-Cel. Enio Garcia.
Ten.-Cel. Jair Jordão Ramos.
Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.
Major Carlos Alberto Fontoura.
Major Cesar Gomes das Neves.
Major Floriano Möller.
Major Gabriel Agostini.
Major Gerardo Lemos de Amaral.
Major Heráclides de Araujo Nelson.
Major A. A. Corrêa.
Major Waldir dos Santos Lima.
Cap. Alberto Fortunato.
Cap. Antonio Lepiani.
Cap. Luiz Alberto de Freitas.



EX-LIBRIS

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR